

EM DISCURSO 4

DÉCIO ROCHA
BRUNO DEUSDARÁ
POLIANA ARANTES
MORGANA PESSÔA
(ORGANIZADORES)



PESQUISAR COM GÊNEROS DISCURSIVOS: INTERPELANDO MÍDIA E POLÍTICA

NESTA EDIÇÃO:

Almerindo Simões Junior
Amanda dos Santos Moura
Anna Carolina Land
Diogo Pinheiro
Estêvão Freixo
Fátima Pessoa
Giselle Almada
Glaucia Almeida Reis Blanco
Glória Di Fanti
Isabel Cristina Rodrigues
Janaína Cardoso
Julia Scamparini
Juliana R. Azevedo
Liana Biar
Luciana Salazar Salgado
Maria do Socorro Morato Lopes
Morgana Maria Pessôa Soares
Naira Velozo
Priscila Gurgel Thereso
Sophie Moirand
Thatiana Muylaert
Vanessa Fonseca Barbosa
Viviane Roux

Em Discurso 4

Pesquisar com gêneros discursivos:*interpelando mídia e política*

© 2020 dos autores

1ª Edição

Projeto Gráfico

Editora Cartolina Ltda

Editora Assistente

Erica Lobão Coscarella

Coordenação Editorial

Morgana Maria Pessôa Soares

Conselho Editorial

Prof. Dra. Morgana Maria Pessôa Soares – Editora Cartolina

Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas – UPF – RS

Prof. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessôa — UFPA

Prof. Dr. Georg Walter Wink — University of Copenhagen — DEN

Prof. Dr. Heitor Coelho Franca de Oliveira — UERJ – RJ

Prof. Dra. Janaina da Silva Cardoso — Uerj

Prof. Dra. Liana de Andrade Biar — Puc-Rio

Prof. Dra. Marceli Cherchiglia Aquino — USP

Prof. Dr. Rui Manuel de Sousa da Silva — Universidade do Porto — POR

Prof. Dra. Virgínia Colares — UNICP – PE



Publique suas ideias!

Autores:

Almerindo Simões Junior

Amanda dos Santos Moura

Anna Carolina Land

Diogo Pinheiro

Estêvão Freixo

Fátima Pessoa

Giselle Almada

Glaucia Almeida Reis Blanco

Glória Di Fanti

Isabel Cristina Rodrigues

Janaína Cardoso

Julia Scamparini

Juliana R. Azevedo

Liana Biar

Luciana Salazar Salgado

Maria do Socorro Morato Lopes

Morgana Maria Pessôa Soares

Naira Velozo

Priscila Gurgel Thereso

Sophie Moirand

Thatiana Muylaert

Vanessa Fonseca Barbosa

Viviane Roux

Em discurso 4 — Pesquisar com gêneros discursivos: interpelando mídia e política

organizadores Décio Rocha, Bruno Deusdará, Poliana Arantes, Morgana Pessôa
– Rio de Janeiro-RJ: Cartolina, 2020

vários autores.

ISBN: 978-65-992256-9-7

Digital: 800 x 600 dpi — 250 páginas

1. Análise do discurso — gêneros do discurso. 2. Linguística Aplicada. 3. Mídia. 4. Política I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. II. Título

CDD-410

Editora Cartolina

Rua Pompeu Loureiro, 32

Cep: 22061-900 — Rio de Janeiro — RJ

www.editoracartolina.com.br

cartolina@editoracartolina.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	4
A contribuição de pequenos córpus para a compreensão dos fatos da atualidade <i>Sophie Moirand</i>	7
Mídia e debates no contemporâneo: a midiatização da atividade política e seus impactos para os estudos do discurso <i>Liana Biar e Diogo Pinheiro</i>	27
Os hipergêneros dos mídiuns digitais e a invenção da intimidade ubíqua <i>Luciana Salazar Salgado</i>	33
Do contar ao mostrar, ou estar entre textos de naturezas distintas: o caso de Novecentos, o pianista do mar <i>Júlia Scamparini</i>	56
“Pacote anticrime”: possíveis deslocamentos na cena enunciativa de notícias do ministério da justiça e segurança pública <i>Juliana Ribeiro Azevedo</i>	71
“Putaria, putaria!”: Cenas, atos e etos na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 <i>Morgana Maria Pessôa Soares e Anna Carolina Land</i>	93
Educação, pesquisa e gestão universitária em contexto remoto: relato de experiência e caminhos de investigação <i>Janaina Cardoso e Naira Velozo</i>	119
Segue o fio no Twitter: análise discursiva de <i>thread</i> da Folha de S.Paulo sobre o governo Bolsonaro <i>Amanda dos Santos Moura, Gláucia Almeida Reis Blanco e Priscila Gurgel Thereso</i>	129
Do privado ao público: uma análise discursiva da conversa “vazada” entre Sergio Moro e Carla Zambelli <i>Almerindo Simões Jr, Thatiana Muylaert e Viviane Roux</i>	149
Instituição, Organização e Discurso: os gêneros discursivos e sua prática no espaço universitário <i>Estêvão Freixo</i>	168
Notas sobre gêneros do discurso em Bakhtin, Volóchinov e Medviédev <i>Vanessa Fonseca Barbosa e Maria da Glória Corrêa di Fanti</i>	185
A relevância dos quadros cênicos em práticas discursivas fronteiriças: relações entre campos discursivos traçadas em gêneros do discurso <i>Maria do Socorro Morato Lopes e Fátima Pessoa</i>	201
A ação pela linguagem no trabalho parlamentar: apontamentos sobre coerções de gênero <i>Isabel Cristina Rodrigues</i>	215
Narrativas de professoras de língua inglesa em formação <i>Giselle Almada</i>	228
Nossos autores	245

Linhas de resistência e criação em tempos de pandemia

ESTE LIVRO EXPRESSA, EM SEUS RITOS, linhas variadas de composição que, de certo modo, ganham consistência na forma com que chega às mãos (ou melhor, às telas) do leitor. Um exemplo da variedade das linhas que conferem contorno ao projeto editorial que o leitor encontra aqui é o fato de esses três volumes não terem sido pensados originalmente como 3!

Contamos um pouco dessa história: mobilizados pelo vendaval que atravessou a humanidade neste 2020, vimos nossos encontros de grupo de pesquisa subitamente interrompidos pela necessária estratégia de isolamento social, como forma de preservação da saúde de todos e de cada um. Todos nós já sabemos que a duríssima crise sanitária que atravessou a maior parte do planeta ganhou contornos de crise política, econômica, cultural, produzindo eventos de intensa instabilidade no debate público e nas orientações conflitantes entre as autoridades governamentais e as sanitárias.

Uma das arenas de embates em que esses conflitos se atualizaram se refere às práticas de formação escolar. Qual é o lugar da escola/universidade na elaboração do conjunto complexo e conflitante de informações em circulação no debate público? Que sentido se atribui ao trabalho de formação diante da suspensão das interações presenciais? Que impasses ético-políticos são experimentados pelos profissionais de educação diante da impossível tarefa de compatibilização da gestão do trabalho e da vida, em isolamento doméstico?

Essas são algumas das questões que irromperam intensamente em nossos grupos de WhatsApp e nos mobilizaram a dar respostas, em um primeiro momento, irrespondíveis. Em outras palavras, mais do que propor soluções, compartilhamos angústias, dúvidas, discordâncias, convergências — gestos que contribuem, cada um a seu modo, com a sustentação de um campo problemático.

Situação bastante diversa é aquela que se acompanha no modo como o debate midiático se configura em torno da pandemia e de seus mais variados impactos na vida social cotidiana, privilegiando o enfoque biológico. Nesse enfoque, destacou-se fortemente a discussão em torno da morfologia do vírus, de sua alta taxa de transmissibilidade, do delineamento dos grupos de maior risco, das terapêuticas, entre outras. Sua reiteração contribui com a produção de efeitos de captação de fenômenos sociais emergentes em um regime biologizante. A título de exemplo, a insistente orientação para lavar as mãos – paradoxalmente promove o apagamento das margens de exclusão do acesso à água e aos sistemas de tratamento de esgoto – condições mínimas para a promoção do direito à vida saudável. O gesto de lavar as mãos, suas técnicas e benefícios para a higiene se autonomizam frente à impossibilidade do acesso à água a parcelas da população e à sanha de torná-lo um bem privado.

O exemplo acima é indicador bastante eloquente das tensões que nos convocam a todos e ensejam muito fortemente a atuação do linguista como cientista social, tal como preconizado por Rocha, Daher e Sant'Anna¹. Um exemplo de que a emergência do vírus não apenas criou uma situação de emergência sanitária, mas também expõe e intensifica tensões sociais, amplia as margens de exclusão, produz novas formas de precarização do trabalho e da vida.

Qual condição teríamos, frente a tantos impasses e convocações de luta, de estabelecer interlocução acadêmica, produzir saberes, intervir em contextos locais? Como amplificar e divulgar as interlocuções estabelecidas com tantos parceiros e autores de que nos temos valido? E a questão que nos pareceu incontornável: de que modo realizar tudo isso, sem que nos entupíssemos de eventos síncronos e, por consequência, ainda que involuntariamente, acabássemos contribuindo com a intensificação da sobrecarga de professores e estudantes?

Por meio dessas questões e angústias, com mais dúvidas e incômodos do que certezas e soluções, fomos germinando um livro... que se tornou três! Na verdade, três desdobramentos da série *Em Discurso*, iniciada em 2018 com o volume que recebeu o subtítulo *Cenas possíveis*. Agora, em 2020, os três novos volumes trazem em seu título uma primeira parte comum – *Pesquisar com gêneros discursivos* – e sustentam em seus subtítulos aquilo que dá o tom a cada um:

Em Discurso 2 - Pesquisar com gêneros discursivos: problematizando mídias e ambientes digitais

Em Discurso 3 - Pesquisar com gêneros discursivos: interrogando práticas de formação docente

Em Discurso 4 - Pesquisar com gêneros discursivos: interpelando mídia e política

As afinidades teóricas nos lançam às reflexões seminais de Mikhail Bakhtin e o modo como o autor propõe deslocar os gêneros literários e afirmar os gêneros discursivos como dispositivo comunicacional explorado pela perspectiva discursiva, com base nas propostas que vimos desenvolvendo em nossas pesquisas, alimentadas pelos encontros do grupo *Discurso*,

¹ ROCHA, D.; DAHER, D. C.; SANT'ANNA, V. de A. S. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. Souza-e-Silva, M. C. P. & Faixa, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 77-91.

Ética e Produção de Subjetividade, sediado na Uerj e sempre em busca de interlocução com outros espaços.

Assim, ao lado das afinidades teóricas, esses três volumes também destacam composição dos grupos que sustentam essas leituras, uma vez que apostamos na premissa de que o contato com as obras de referência não se realiza senão por mediações dos grupos de pesquisa e das formas de circulação e emprego desses materiais. Promessa de germinação de novos encontros marcados pela copresença na academia de professores, alunos-orientandos pesquisadores-autores-leitores.

Nesses 3 volumes, o leitor encontrará textos que podem ser lidos como capítulos de análise e como capítulos de debate/agenda de pesquisa, que se frequentam, dialogam entre si, buscando experimentar uma forma de composição que evite a lista de textos em torno de uma mesma temática – um modo de resistir à circunscrição do trabalho editorial à produção técnica, de iluminar sua dimensão de elaboração e trabalho de preparação da leitura.

Com efeito, as variadas linhagens que constituem a presente obra encontram um forte desejo: habitar as fronteiras do isolamento social, produzidas de longa data pela lógica meritocrática da academia e, mais recentemente, identificadas no contexto da pandemia da COVID-19. Para superar ambos os flagelos, estimular o debate teórico e social crítico e resistir à consigna “é preciso cuidar da vida, mas a economia não pode parar”, que parece dar feição discursiva a uma (necro)política da indiferença. Inventar um modo de dar vida ao diálogo nesse contexto difícil, em que não reconhecemos nas políticas públicas e nas instâncias governamentais brasileiras o necessário cuidado com a preservação da vida digna e com a promoção da saúde.

Agradecemos a cada um(a) dos(as) autores(as) a interlocução e a parceria nessa empreitada.

Registraremos nossos agradecimentos à FAPERJ e ao Programa Institucional de Internacionalização/CAPES-PrInt, pelo financiamento.

Boa leitura!

Décio Rocha

Bruno Deusdará

Poliana Arantes

Morgana Pessôa



A contribuição de pequenos córpuses¹ para a compreensão dos fatos da atualidade²

Sophie Moirand

SE O RECURSO A PEQUENOS CÓRPUS se mostra uma prática frequente quando se trata de primeiros dados exploratórios para a construção de grandes córpuses de dados quando se pratica uma linguística “instrumentalizada”, esse se torna o único recurso quando nos interrogamos a respeito da maneira de dizer e de pensar a atualidade e quando desejamos tratar a verbalização dos fatos do mundo “no instante mesmo em que eles são registrados”. Desse modo, os canais de informação contínua, a imprensa *on-line*, a imprensa cotidiana trabalham na “tirania do instante” e sob a pressão do acontecimento, que sobrevém, que surge, chega e remexe a agenda das redações. Trabalhar na instância do acontecimento, no modo de dizer a atualidade, leva à formação de pequenos córpuses (que, como veremos em seguida, não se confundem com córpuses exploratórios) em torno de algo que chamei de *instantes discursivos* (diferente da noção de momento discursivo³ que eu havia proposto para evitar a palavra acontecimento) em trabalhos anteriores (MOIRAND, 2004, 2007).

Pequenos córpuses permitem, com efeito, apreender a instabilidade de uma primeira designação e ver o momento em que várias designações entram em concorrência⁴, fase mais ou menos longa antes que o nome do acontecimento se estabilize (MOIRAND e REBOUL-TOURÉ, 2015, e abaixo). Se os trabalhos com “pequenos córpuses” subsistem, apesar das facilidades oferecidas pela digitalização e pelos programas atuais de processamento de dados para coletar e tratar de “grandes córpuses”, é porque eles permitem descrever formas discursivas raras ou ainda não estabilizadas, refletir sobre conceitos e noções que intervêm nessa análise, e também refletir sobre relações entre a linguagem verbal e o mundo (o

1^o N.T.: A exemplo do que se percebe em autores de língua francesa, que há muito abandonaram o par *corpus / corpora* e consagraram a forma “corpus” (singular e plural), pretende-se contribuir para que córpus (forma única no singular e no plural, a exemplo de “bônus”) alcance a condição de palavra da língua portuguesa a ser dicionarizada. Aliás, uma rápida busca da grafia “córpus” no Google acadêmico já permite constatar ser esta uma forte tendência, principalmente em função da frequência de uso do termo na área de estudos da linguagem.

2^o Texto originalmente publicado em língua francesa em *Corpus*: Sophie Moirand, *L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité*, *Corpus* [En ligne], 18 | 2018, mis en ligne le 09 juillet 2018. URL: <http://journals.openedition.org/corpus/8519>. Agradecemos aos editores da revista a autorização para sua tradução em língua portuguesa, visando à presente publicação. Tradução de Décio Rocha.

3 O momento discursivo « designa o surgimento nas mídias de uma produção discursiva intensa e diversificada a respeito de um mesmo fato» que se tornará, com o tempo, um “acontecimento” presente na memória coletiva de uma sociedade (MOIRAND, 2004, p. 73). Alguns deles não passam de “instantes discursivos”, enquanto outros acontecimentos midiatizados tendem a retornar “periodicamente sob a forma de instantes discursivos de maior ou menor intensidade (MOIRAND, 2004, p.74, nota 4).

4 A análise do discurso francesa utiliza há muito tempo softwares de lexicometria e, mais recentemente, de textometria em “grandes córpuses”. Para um esclarecimento sobre a pertinência de diferentes softwares hoje utilizados, pode-se consultar uma obra recente que reúne textos de jovens pesquisadores especializados em análise do discurso e na prática e/ou concepção de softwares *ad hoc* (NÉE, 2017).

meio, os objetos, os atores e suas ações, segundo Paveau, 2012). Neste artigo, no qual se trata essencialmente de pequenos círpus da imprensa da atualidade (entre 5.000 e 30.000 palavras), esses pequenos círpus permitem explicitar maneiras de “dizer” para apreender um fato de atualidade no momento em que ele é “registrado”, e isso assim que se deixa o campo dos possíveis, maneiras de dizer representativas de discursos sociais em uma época da história de uma sociedade e que remetem igualmente a domínios de memória de curto ou de longo prazo, no sentido que lhe atribui Foucault (MOIRAND, 2007).

No contexto de trabalhos sobre a noção de atualidade (MOIRAND, prelo) e sobre o modo de dizer a atualidade na era da internet, do telefone celular e de canais de informação contínua, procurei apreender o momento no qual a linguagem verbal permite passar “de um estado virtual a um estado real”, ao que é “registrado”, “atualizado”, como o dizem os dicionários usuais, em uma primeira acepção atribuída à filosofia (no dicionário *Petit Robert*, por exemplo). Tudo isso conduz a um trabalho com círpus bem pequenos, os quais permitem ir mais longe na interpretação da noção de atualidade (ver tópico 2, a seguir); o que me leva a expor aqui um método de abordagem dos fatos de atualidade no momento mesmo em que eles surgem ao longo da informação de atualidade, e no momento em que se tenta ligar o sentido das palavras e construções que “dizem” essa atualidade (cotextos e palavras associadas) ao sentido social de uma crise de sociedade, como a crise dos migrantes na Europa (2015-2016). Essa crise serve aqui de contexto de referência⁵, constituindo, desse modo, um momento discursivo que surge nas mídias no verão de 2015, se intensifica até março de 2016 por intermédio dos *instantes discursivos* breves e se prolonga hoje de forma esporádica: pôde-se, assim, construir ao longo do tempo uma série de pequenos círpus das palavras “migrante” e “refugiado”, estudar seus cotextos e, então, estabelecer o perfil semântico dessas palavras no contexto em que são encontradas, a partir das palavras e construções que lhes são associadas, incluindo-se a inscrição languageira das emoções, como o medo, que abordaremos mais tarde como exemplo.

DA NOÇÃO DE CÓRPUS AOS “CÓRPUS CAPTADOS NO AR⁶ⁱⁱⁱ” E AOS “PEQUENOS CÓRPUS”

Se, no vocabulário das ciências, o círpus designa uma vasta coletânea de documentos

5 Em análise do discurso, o círpus designa uma coleta constituída por unidades discursivas empíricas, recolhidas para servir de amostras de linguagem. Essas unidades são reunidas em torno de categorias languageiras como gênero de discurso, situação ou evento de comunicação, momento discursivo, domínio de atividade, suporte, atores do discurso etc., ou então de categorias languageiras locais, como a explicação, a polidez, a relação de aconselhamento, as diferentes formas de discursos representados, as categorias linguísticas do tempo ou do espaço, as marcas de pessoa, as diferentes formas de avaliação, etc. Faz-se a distinção entre esse círpus de trabalho e um círpus de referência que agrupa textos e dados relacionados ao contexto histórico e social no qual se inscreve o círpus de trabalho (MOIRAND, 2016a, b, para fins de exemplos).

6iii N.T.: No original, “corpus au vol”, isto é, apreendidos de modo súbito, inesperado; círpus captados de modo repentino, improvisado. O sintagma “no ar” deve ser compreendido numa acepção próxima à que possui na expressão “pegar / apanhar algo no ar”, isto é, perceber ou compreender algo de maneira rápida e sem esforço. No 1º parágrafo de 1.1 a autora provê ampla exemplificação do fenômeno.

ou de dados, em ciências humanas e sociais tem-se um tempo privilegiado das “qualidades” como a homogeneidade, a representatividade e a confiabilidade (o tempo do estruturalismo em ciências humanas e do córpus “fechado”). Porém, como o enfatizam Rastier e Pincemin (2000, p. 101) a respeito dos gêneros discursivos da imprensa, “com a expansão da digitalização, vemo-nos com frequência diante de córpuses heterogêneos: por exemplo, os córpuses originários de uma mesma empresa de imprensa (...), ou mesmo outros que são simplesmente coletados na tela. Assim, faz-se necessário considerar a caracterização dos córpuses (...), o que exige o aperfeiçoamento de instrumentos que permitam trabalhar com subcórpuses homogêneos”. Desse modo, fala-se regularmente de “subcórpus” ou de “córpus de trabalho”, espécie de recortes operados em um amplo material anteriormente reunido (MOIRAND, 2004). Quanto aos córpuses fechados e à sua homogeneidade, muitos trabalhos em análise do discurso problematizam qualquer tentação fantasiosa de fechamento, em razão mesmo da heterogeneidade enunciativa (discursos representados, interdiscurso) presente no nível do texto e nos fios discursivos que ela constrói com outros discursos produzidos em outros lugares e em momentos anteriores, o que se manifesta exemplarmente pelo “impossível fechamento dos córpuses midiáticos” (MOIRAND, 2004).

Porém, desde a extensão da linguística instrumentalizada, tem-se a tendência de reservar a noção de pequenos córpuses àqueles com os quais se lida “à mão”, seja porque não se tem interesse de submeter esses córpuses aos softwares de análise, seja porque os dados são excessivamente heterogêneos, seja ainda porque são quantitativamente insuficientes ou porque contagens de ordem estatística apresentariam muito pouco interesse com dados restritos, ao passo que formas, construções, hesitações semânticas, mesmo temporárias – ou porque temporárias – constituem contribuições de peso para as teorias e trabalhos que buscam articular *sentido linguístico* e *sentido social* (VENIARD, 2013, capítulo 7).

CÓRPUS CAPTADOS “NO AR”

É desse modo que se dá, por exemplo, a coleta de expressões languageiras pelo pesquisador no decorrer de suas leituras ou de seus deslocamentos pessoais, e daí que ele ouve na rua, nos transportes públicos, nas lojas, nas salas de espera etc., munido de um caderninho e de um lápis, de um gravador ou de seu telefone celular, com o objetivo de coletar, por exemplo, os grafites que, feitos sobre os cartazes publicitários ou eleitorais, contribuem para desviar a mensagem de origem etc. Trata-se, no caso, de uma prática antiga, e que é praticada por todos aqueles que analisam formas languageiras ou interações verbais, quer se trate de palavras do léxico, de construções sintáticas, de formulações de atos de linguagem, de jogos de palavras, etc..

Em seu estudo sobre o cumprimento, C. Kerbrat-Orecchioni (1987) integra breves trocas verbais que ela leu (em Marivaux, Molière, por exemplo) ou ouviu (à sua volta) e



que participam do trabalho de descrição das interações de cumprimento e da integração da intervenção reativa na descrição:

“Esse vestido fica bem em você. Ele te emagrece.”

“Você está bem penteada hoje! – Obrigada pelos outros dias.”

“É bonita a tua casa. – Sim, ela é bem legal ...”

Percebe-se o interesse desse tipo de córpus captado “no ar”, em particular quando se quer comparar as interações verbais de cumprimento em línguas e culturas diferentes. Eles permitem com frequência coletar formas orais às vezes inesperadas que fazem parte das relações sociais de hoje: “*bonnes crêpes!*”, quando nos despedimos de alguém que vai comer crepes; “*bon séminaire!*”, quando se deixa um colega que vai trabalhar, e não – ou não apenas – “*au r’voir*”, como se diz ainda nas coletâneas de frases para viagem, ou nos métodos de francês para estrangeiros.

Da mesma maneira, procurando descrever o funcionamento do que se denominou “preposições órfãs” e se interrogar sobre o estatuto (discutido) desse elemento posposto ao pronome que ele rege (*Il m'a sauté dessus, je lui ai couru après, elle me tourne autour*^{7v}), R. Porquier constrói um córpus “no ar” que lhe permite completar os exemplos (quase sempre literários) que se encontram nas gramáticas, porque “essa construção é extremamente usual e produtiva no francês falado e em amostras de francês escrito que reproduzem ou sugerem o falado (diálogos de teatro, de romance, de história em quadrinhos, *slogans* publicitários, etc.)” (PORQUIER, 2001, p. 123). Antes de efetuar um recenseamento sistemático das possibilidades e de submetê-las ao julgamento de falantes nativos, o autor constitui o que ele mesmo chama de “um córpus captado ‘no ar’ (...) na base de ocorrências apreendidas ao longo dos dias, dos diálogos e das leituras: córpus que permitiu simultaneamente ampliar (quantitativamente) e afinar (qualitativamente) os inventários iniciais”, com enunciados, a título de exemplo, tais como “*il nous a passé entre*” (entrevista no rádio sobre futebol); “*et à chaque fois ça me retombe dessus, c'est pas à lui que ça retombe dessus*”; “*après j'ai les dossiers qui vont me débarquer dessus*” (apreendidos “no ar”, na rua)^{8v} etc. (PORQUIER, 2001, p. 134).

CÓRPUS BEM PEQUENOS PARA “REFLETIR COM”

Ao longo do tratamento da atualidade nas mídias e pelas mídias, vemo-nos

7^v N.T.: Construções da língua francesa que, grosso modo, corresponderiam a “ele me pulou em cima, eu lhe corri atrás, ela me roda em volta”. Reencontra-se o fenômeno das preposições órfãs em construções da língua portuguesa como “o livro que eu falei sobre”, “uma pessoa que eu não vivo sem”.

8^v N.T.: Mantivemos em francês a exemplificação do autor por se tratar de falas apreendidas “no ar”, em interações verbais das ruas. Em português, diríamos, grosso modo, “ele nos passou entre”, ou seja, ele passou entre nós; “isso me cai em cima”, “os dossiês vão me desembarcar em cima”, isto é, tudo recairá sobre mim.

frequentemente diante de “fatos” que não se tornarão necessariamente “acontecimentos midiáticos” – no sentido do acontecimento-objeto do qual se apodera a comunicação (QUÉRÉ, 2013; MOIRAND, 2015), mas não podemos saber no momento de sua ocorrência nas mídias e/ou na internet se se tornarão ou não um acontecimento midiático. Ora, um acontecimento que se tornará “mundial” coloca igualmente o problema de sua denominação assim que ele ocorre e que se assiste à dificuldade da linguagem verbal para lhe atribuir um “nome”: de que modo “dizer” a informação sobre um fato que deixa brutalmente o virtual e o possível (teme-se um novo atentado), no momento exato em que ele acontece e se inscreve no real?

Foi assim que, em 7 de janeiro de 2015, tendo recebido em meu celular a informação “Fusillade [tiroteio] em Charlie Hebdo”, procurei captar “no ar” as hesitações no modo de dizer o que tinha se passado ao sabor do que eu ouvia na rua, nos transportes públicos, nos canais de informação contínua e *on-line*, nas rádios e nas primeiras declarações feitas nas mídias.

Se “fusillade” [tiroteio] é uma designação pouco reempregada, outras “palavras” surgiram no mesmo dia e no dia seguinte:

Me incomoda o termo atentado

Não é um atentado, é um assassinato

... uma execução programada

“todos devemos estar lá diante desse massacre” [Place de la République, noite do atentado]

E a memória do “precedente” mais impactante serve para caracterizar “o novo”:

uma espécie de 11 de setembro francês

é o 11 de setembro do pensamento

um 11 de setembro cultural

Como “dizer” na urgência de informar, se, de agora em diante, se pratica um jornalismo sedentário que acompanha o devir de uma informação (nos canais de informação contínua, mas também em *le monde.fr*, por exemplo) que recebemos nas telas dos nossos computadores e graças a sítios *on-line* e a nossos celulares? Um “pequeno córpus” constituído ao longo das horas permite reconstituir esse trabalho da informação a partir do que se lê e se vê na tela, por exemplo, no dia seguinte de um atentado recente, mas dessa vez distante da redação – o atentado do Mercado de Natal em Berlim, em 19/12/2016:

(i) na primeira página do *Monde.fr*, 20 de dezembro:

8h.54.50 Ataque de Berlim: a polícia evoca um provável atentado terrorista
“cenas de caos” contadas pelas testemunhas

Video: no local do drama durante o mercado de Natal

Depois do ataque de Berlim, “o horror” na primeira página da imprensa “Terror” em *le Parisien*, “Carnificina” para *Libération*

(ii)na primeira página do Monde.fr, 21 de dezembro:

Atentado de Berlim: o que se sabe e o que se ignora

As respostas para as suas perguntas

Etc.

Uma abordagem “etnográfica”, assentada necessariamente em “pequenos córpus”, permite completar essa primeira reflexão sobre o trabalho linguageiro do jornalista, submetido à tirania do instante, que se observa: o fato é, de início, “inexplicável (“um motorista barbeiro jogou seu caminhão intencionalmente ...”), ou prudentemente evocado (“provável atentado”); em seguida, vídeos, fotos, relatos de testemunhas enviados por correspondentes são difundidos; citam-se palavras de emoção dos títulos da imprensa que são tomados de colega na internet: “horror”, “terror”, “carnificina” etc.; tenta-se e responde-se às perguntas dos leitores no sítio do jornal. Assim, o modo de “dizer a atualidade”, que se faz na urgência de informar, decorre também da quase instantaneidade dos novos meios de comunicação: telefone celular + agências e jornais *on-line* + internet 2.0 (MOIRAND, 2018).

Outro exemplo de pequeno córpus que vai aumentando no decorrer dos anos desde 2012 (sem se tornar, contudo, um “grande córpus”): o córpus construído a partir do topônimo “Lampedusa” (ilha italiana na costa da Sicília), que se tornou exemplar da flexibilidade semântica dos topônimos, mas também lugar simbólico do drama dos migrantes no Mediterrâneo, e trabalhado no contexto de um trabalho coletivo sobre a construção do sentido dos nomes de acontecimentos (MOIRAND e REBOUL-TOURÉ, 2015).

Com efeito, são os cotextos da palavra *Lampedusa* (as marcas de localização espacial, como *em* ou *na costa de*, vs a presença de adjetivos marcando a emoção dos habitantes, como *esgotada* e *com raiva*) que, nos títulos da imprensa, permitem decidir se a palavra se refere à ilha italiana situada perto da Sicília ou ao drama dos migrantes que para lá se dirigem com risco de vida e, a partir de agora, aos dois simultaneamente (títulos extraídos do google.fr de 12/08/2015):

A morte atraca em Lampedusa

Na costa de Lampedusa, mais de 130 afogados e 250 desaparecidos

A Europa resignada a outras Lampedusa

A Europa sob o choque **após os dramas** de Lampedusa

Lampedusa **esgotada e com raiva**



As palavras-chave “Lampedusa + migrantes” ou “Lampedusa + imigração”, propostas por google.fr com uma indicação “Lampedusa imigração 2012” (depois 2013, 2014, 2015 etc.) fornecem um córpus de cotextos imediatos, cujas formas permanecem, porém, dependentes da língua (“*I am a Lampedusa refugee*”, 20/04/2015, *The Guardian*). Recentramo-nos aqui em enunciados extraídos de sítios de mídias, de infomídias e de blogs políticos franceses:

. Naufrágio do dia 3 de outubro de 2013 **em Lampedusa**

... uma embarcação transportando aproximadamente 500 migrantes naufraga **perto de Lampedusa, ilha italiana próxima à Sicília** (legenda de imagens correspondendo a Lampedusa)

. Drama dos migrantes: de que modo **os habitantes de Lampedusa** aprenderam a “se virar como possível diante dos fatos” (23/04/2015, *France TV info*)

. Para evitar **novas Lampedusa**, a África deveria formalizar a imigração para a Europa (...) esforços conjuntos bem pensados entre a África e a Europa poderão certamente ajudar a prevenir **as tragédias de Lampedusa** (07/06/2015, www.centrepoints.org)

. **Lampedusa, isolada e solidária aos migrantes** (*Sud-Ouest*)

. Com os migrantes em Lesbos, **a lampedusa grega** (09/06/2015, *Télérama*)

. Lesbos: a “**Lampedusa grega**” (10/06/2015, *France-inter*)

A ilha de Lesbos: **a lampedusa grega** dos refugiados sírios (10/06/2015, www.rfi.fr)

O *perfil semântico* de “Lampedusa” – topônimo que designa uma ilha ancorada no espaço do Mediterrâneo (na costa de, próximo a, perto de), desprovida, em francês, de predeterminante, como é o caso de muitas ilhas ou cidades – mostra que o nome pode designar por metonímia seus habitantes e suas instituições. Porém, “Lampedusa” também designa o estado psicológico dos habitantes (*esgotada, solidária*) e sua situação tanto geográfica quanto política (*isolada, o fracasso da Europa*) etc. Temem-se *novas Lampedusa*, isto é, outras tragédias, e não são mais os turistas que “desembarcam” nas ilhas do Mediterrâneo, mas também *migrantes*. A palavra Lampedusa (que nunca perdeu seu referente inicial) é uma boa candidata a se tornar uma qualificação de outras situações de mesmo tipo, Lesbos, por exemplo, com uma hesitação entre “o” e “a”, decorrente do sistema de predeterminantes em francês, assim como dos cotextos nos quais a palavra surge.

Esses são córpus da atualidade política captados “no ar”, que me fizeram seguir a pista de palavras associadas a “migrantes” ou “refugiados” e, em particular, o modo como as mídias acabaram por associar “os medos” e “a identidade”. Tudo começou com a campanha das eleições regionais (antes dos atentados de Paris de 13/11/2015): no decorrer das emissões matinais de informação contínua (BFMTV), falava-se do “medo da mistura

social” (a propósito dos colégios-gueto), do “medo dos confrontos” (entre migrantes em Calais), do medo dos migrantes “que veiculariam doenças” (uma candidata tendo então reivindicado a necessidade de “erradicar toda imigração bacteriana”). Tudo isso se definiu melhor no decorrer da campanha das eleições regionais depois de 13 de novembro: Juppé fala de “identidade feliz”^{9vi}, Sarcozy lhe responde em um encontro (25/11/2015) que “não existe identidade feliz em uma sociedade multicultural”, o que leva o editorialista da emissão matinal de France-Inter a falar de “angústia identitária”. Esse pequeno córpus, simultaneamente apreendido “no ar” e “exploratório”, incitou-me a pesquisar “instantes discursivos” constitutivos do tratamento da crise dos migrantes na imprensa cotidiana francesa (de setembro de 2015 a setembro de 2016)¹⁰.

ALGUNS «INSTANTES DISCURSIVOS» NO DECORRER DO TEMPO LONGO DE UM ACONTECIMENTO

O trabalho aqui relatado sobre as palavras associadas a “migrantes” e “refugiados” no decorrer da atualidade midiática inscreve-se em projetos de semântica discursiva, no sentido em que se entende trabalhar sobre a estabilidade/instabilidade do sentido em discurso (Longhi, 2015) e na perspectiva de uma análise do discurso que se apoia nos funcionamentos das palavras e construções em seus cotextos de aparição e seus contextos de produção (LECOLLE, VENIARD e GUÉRIN, 2018). Se essa perspectiva se inscreve na história da análise do discurso francesa (GUILHAUMOU et al., 1998; MAZIÈRE, 2016), ela também faz empréstimos à escola contextualista inglesa (Hoey, Sinclair, por exemplo), assim como às semânticas pós-estruturalistas, que não mais têm medo do real” (SIBLOT) e que consideram a atividade de linguagem como uma maneira de “apreender” o mundo por intermédio das relações entre os locutores e seu meio (MOIRAND, 2016a, 2016b).

No que concerne à crise dos migrantes na Europa, trata-se de atualizar “o perfil semântico” das palavras migrante e refugiado, tal como esse perfil é “construído” em um contexto particular, o da imprensa cotidiana francesa, apoiando-se em pequenos córpus que correspondem a instantes discursivos particulares:

- . observando os cotextos (sintáticos, semânticos, enunciativos, semióticos) de “migrante” e “refugiado” na imprensa cotidiana nacional na França;
- . considerando os cotextos contíguos, mas também as palavras associadas em cotextos mais ou menos “distanciados” (na frase ou no parágrafo, nos títulos, subtítulos, intertítulos

^{9vi} N.T.: A fórmula de Juppé, em francês “identité heureuse”, é uma alusão a *L'identité malheureuse*, ensaio de Alain Finkielkraut, de 2013, que, dentre outros temas, discute o impacto da imigração na sociedade francesa.

¹⁰ Objetivo diferente dos trabalhos realizados no contexto de um projeto quadrilíngue “Sociedades plurais” de Sorbonne Paris Cité, que se apoia em grandes córpus de dados e sobre a utilização de softwares de análise (ver, por exemplo, Schröter e Veniard, 2016).



e nos textos, entre os textos e a legenda das fotos, as fotos ou os desenhos de imprensa); . enfim, referindo-os aos contextos do discurso e recorrendo a trabalhos de ciências humanas e sociais (o que não abordaremos aqui) após ter acumulado os dados de diferentes pequenos círculos ao longo do acontecimento “crise dos migrantes na União Europeia”, tratando diferentemente os textos de informação (os que foram utilizados aqui) e os textos de análise ou de comentário, nos quais frequentemente intervêm pesquisadores em ciências humanas.

O “LUGAR” SINTÁTICO-SEMÂNTICO DO “MIGRANTE” DE NOVEMBRO A MARÇO DE 2015

O verão e o outono de 2015 marcam uma intensificação das chegadas de migrantes e/ ou refugiados, o que se traduz nas mídias francesas simultaneamente de duas formas: (i) em fotos ou em imagens transmitidas pela televisão de homens, às vezes acompanhados de mulheres, às vezes portando um véu, e de crianças, agrupados em uma fronteira de um país da União Europeia ou caminhando em colônias mais ou menos compactas para se dirigir a um país do norte; (ii) nos modos de designá-los usando expressões de quantidade ou metáforas “marítimas” (*a onda migratória*) e lhes “conferindo um lugar” no enunciado.

Eis o que foi apreendido no decorrer dos dias na imprensa cotidiana francesa (*La Croix*, *Le Monde*, *Le Parisien*, aos quais se acrescentou o *Journal du Dimanche*), incluindo às vezes falas relatadas:

As autoridades deploram a falta de meios ... diante do fluxo de refugiados
[o porto de Lakk] onde se amontoam dezenas de refugiados
os barcos continuam desembarcando milhares de refugiados
séquitos ininterruptos de dezenas de milhares de migrantes
rios de refugiados
“um tsunami humano”, lembra-se Lucia, uma jovem voluntária loura

Essas imagens são retomadas nos discursos de Marine le Pen, que, por ocasião das eleições presidenciais de 2017 na França, fala de “submersão migratória” e dos três I: Insegurança, Imigração, Islã (comício de 19/04), ilustrando, desse modo, os efeitos de estigmatização das associações produzidas discursivamente.

Isso porque a atualidade marcou uma mudança nas representações dos migrantes e refugiados a partir dos atentados de Paris de 13/11/2015, que se traduz nos discursos pela associação de “migrantes” e “refugiados”, seguidos de “insegurança”, “islã” e “terrorismo”.

Os ataques de terroristas e a onda de refugiados levam os países da União Europeia a fechar suas fronteiras

No dia seguinte dos atentados parisienses, o endurecimento da Europa sobre a questão dos refugiados era previsível. A partir de então ela é concreta, quando se

constata que **dois dos camicases** seguiram “a rota dos Balcãs”, afogando-se na massa dos refugiados.

Porém, a distinção feita entre “migrante” e “refugiado”¹¹ é sentida, de fato, como “uma desigualdade”: de que modo compreender que uns sejam “rejeitados” e outros obtenham o estatuto de solicitante de asilo, o que é registrado “sintaticamente” em enunciados nos quais o migrante ou refugiado se torna “o objeto” (papel do caso objeto na gramática de casos, de Fillmore), sobre o qual incide a ação dos “agentes” encarregados de aplicar as decisões de cada um dos países da União Europeia:

Os migrantes vindos da África e do Paquistão são rejeitados nas fronteiras Eslovênia, Sérvia, Croácia, Macedônia **recusam** os migrantes originários de países tidos como “seguros” [...] os que não vêm do Iraque, da Síria ou do Afeganistão [países em guerra]

A Suécia corta o contato com os solicitantes de asilo **recusando a entrada** aos refugiados sem documentos

Como se trata de “construir diques para barrar o afluxo”, os migrantes são tratados diferentemente em função do momento e dos países, mas estão sempre em posição de objeto do verbo: *bloqueados, encerralados, filtrados, estacionados, postos em retenção, reprimidos, rejeitados, expulsos, selecionados* e, finalmente, *intercambiados*, depois do acordo concluído entre a Alemanha e a Turquia, no início de março, em Bruxelas (MOIRAND, 2016a).

Esse primeiro córpus em torno das palavras “migrantes” e “refugiados”, oriundo de buscas efetuadas entre novembro de 2015 (após 13/11) e março de 2016, também possibilitou outros pequenos córpuses correspondendo a instantes discursivos breves que não estavam desvinculados, por um lado, dos atentados de 2015 em Paris e, por outro, da chegada de refugiados / migrantes / solicitantes de asilo na Europa, e as mesclas operadas nos “discursos representados” (no sentido de Fairclough, 2013, por exemplo) entre *migrante e islã, refugiado/migrante e terrorismo*.

¹¹ Um migrante oriundo de um país no qual reine uma fome endêmica pode ser recusado, porque ele não pode pretender assumir o estatuto de “solicitante de asilo”, o qual diz respeito apenas aos migrantes oriundos de um país em guerra (aqui, Síria, Iraque ou Afeganistão); uma família que chega da Síria, tendo fugido sob a ação de bombas que destruíram completamente suas casas e fizeram desaparecer “seus documentos” de identidade pode ser recusada em certas fronteiras por não os possuir (onde um tráfico de falsos passaportes).



OS DIAS 25 E 26 DE DEZEMBRO EM AJÁCIO, CÓRSEGA, E AS MARCAS DE IDENTIDADE

Um primeiro relato é feito no *Journal du Dimanche* (27/12/2015):

Desde a noite de 24 de dezembro, esse bairro popular [...] encontra-se sob tensão.

Durante o dia, os habitantes haviam alertado a prefeitura, 400 paletes e pneus tendo sido acumulados na cidade. De noite, os bombeiros intervêm para apagar um fogo diante [...] de umas] vinte pessoas encapuzadas e armadas com pedras e barras de ferro [...] Dois bombeiros e um policial foram feridos.

Sexta-feira, à margem de uma manifestação de apoio aos bombeiros, 600 pessoas “sobem” até a cidade para uma expedição punitiva contra os autores da agressão [...].

Um pequeno grupo retorna em seguida em direção a uma sala de preces muçulmana situada a 900 metros [...] para saqueá-la e derrubar no chão exemplares do alcorão, antes de neles tentar atear fogo. Um restaurante de *kebabs* vizinho é saqueado.

As autoridades interrogadas pelo jornal (o vice-prefeito, o prefeito, o responsável pelo culto muçulmano) falam da amalgama que é feita, particularmente desde os atentados de 13/11/2015 em Paris, entre atentado e islã, enquanto na cidade “a população de origem imigrada” é “avaliada em 52%”: “Depois de 13 de novembro, bastava uma centelha”, resume o prefeito, apontando pequenos grupos de extrema-direita que atiçam a tensão nas redes sociais e difundem slogans entoados depois por certos manifestantes:

Arabi fora / Árabes fora

Aqui estamos em nossa terra!

Slogans aos quais jovens desse bairro respondem:

“fora daqui, Corsos imundos”,

“fora desse bairro” etc.

A imprensa cotidiana nacional (*Libération* de 28/12, *Le Parisien* de 19/12) retoma brevemente esse acontecimento (dados que constituem um pequeno corpus de aproximadamente 6.000 palavras) e continua a interrogar as autoridades administrativas, os responsáveis religiosos e uma socióloga, autora de uma tese sobre o racismo na Córsega. Se a manifestação contra a agressão dos bombeiros se explica de início pelo fato de que os bombeiros são muito respeitados na Córsega, outros sugerem, por meias palavras, uma recuperação por grupos de extrema-direita, o que pode ser pensado em função do slogan “estamos em nossa terra” e sua difusão nas redes sociais antes de ser introduzido na manifestação e apoio aos bombeiros. Porque, contrariamente a uma explicação que parece interpretá-lo como “não queremos isso aqui em nossa casa” (a saber, atentados, motins de



subúrbios), trata-se precisamente de um slogan presente em todas as reuniões da Frente Nacional, inclusive nos comícios de Marine le Pen por ocasião da eleição presidencial de 2017.

Não é, portanto, apenas um slogan de campanha para a presidência, é justamente um grito de unificação, uma marca da “identidade FN”, o que foi bem compreendido pelo diretor de cinema belga Lucas Delvaux, e reconstituído em seu filme *Chez nous*, quando filma os comícios de um partido de extrema-direita no norte da França¹². É um signo de reconhecimento entre partidários da Frente Nacional, sendo o espaço um dos pilares da demarcação identitária: eles *versus* nós, na terra deles *versus* na nossa terra, aqui. E já era isso o que tinha acontecido em Ajáio em 25/12/2015.

A NOITE DE 31/12/2015 EM COLÔNIA E AS FORMAS DA ATRIBUIÇÃO IDENTITÁRIA (6 A 24 DE JANEIRO DE 2016)

Trata-se de um breve acontecimento ocorrido na noite de 31 de dezembro em Colônia, Alemanha:

ESCÂNDALO: Dezenas de mulheres dizem ter sido agredidas na noite de Ano Novo em Colônia por diversos grupos de homens organizados. Os refugiados são apontados como responsáveis. (*Le Parisien*, 06/01)

Escândalo. Depois das agressões sexuais na noite do réveillon em Colônia, imputadas a **homens apresentados como magrebinos**, o debate sobre **os refugiados** recrudesce. (*Libération*, 07/01)

Os jornais franceses relatam os depoimentos recolhidos (pela polícia, autoridades, testemunhas oculares daquela noite, correspondentes de imprensa, mídias alemãs) junto às mulheres agredidas perto da estação ferroviária de Colônia. As formas de designação dos agressores, que se recuperam em todos os jornais da imprensa nacional, correspondem a uma forma de atribuição identitária frequente na imprensa francesa, segundo Devriendt, 2012 (determinante + Nome + de origem / de aparência / de tipo x), mesmo se aqui o condicional é por vezes utilizado, assim como as aspas, quando se trata de falas relatadas em *Le Parisien*, *Libération*, *Le Monde*, *Le Journal du Dimanche*, de 6 a 11 de janeiro.

Mil homens de idade entre 15 e 35 anos, “fortemente alcoolizados” e “oriundos do mundo árabe e do norte da África”

Agressões sexuais cometidas por **jovens de aparência magrebina**
[ela se viu] “cercada por **homens muito jovens que pareciam ser do Oriente Médio”**

¹² “Chez nous [...] Drama, de Lucas Delvaux. No norte da França, uma mãe solteira, enfermeira dedicada, se deixa convencer a disputar a prefeitura em nome de um partido de extrema-direita” (*L'Officiel des spectacles* nº 3672, 2017).

N.T.: em português, o filme se intitulou “Essa é nossa terra”.



Os agressores, com idade entre 15 e 35 anos e de aparência magrebina segundo as vítimas

“[...] os agressores se encontravam nesse grupo de mil jovens de aparência estrangeira”

uma praça superlotada, onde milhares de pessoas, essencialmente homens “oriundos da imigração”, muito alcoolizados, se reúnem [relato policial]

As vítimas, as testemunhas e os vídeos não deixam dúvidas: a multidão é composta por jovens de tipo árabe ou norte-africano

Todas disseram ter sido cercadas por pequenos grupos de homens de aparência árabe ou magrebina”

Libération publica matéria nos dias 23 e 24 de janeiro, três semanas após aquela noite – não mais se trata, portanto, de atualidade – com o seguinte título:

Agressão em Colônia A CONTRAENQUETE

[...] as suspeitas recaem sobre um bairro de Düsseldorf de onde vêm **bandos criminosos de origem na imigração**

Os olhares convergem para um bairro de Düsseldorf onde agem imigrados da África do norte isolados da sociedade alemã e organizados em bandos violentos

Porém, isso não apaga as misturas que foram feitas anteriormente (o que revela a pesquisa de palavras “associadas” nos artigos precedentes) e que permanecerão na memória:

Os refugiados são apontados (06/01)

O caso é politicamente sensível, porque intervém no contexto muito tenso da “**crise dos migrantes**” da qual se aproveitam os movimentos populistas.

Segundo depoimentos policiais, os **solicitantes de asilo teriam participado das agressões ... (7/01)**

O que se observa nesse uso das fórmulas linguageiras da atribuição de identidade quando ela está ligada a fatos da atualidade que ocorrem na França, e não na Alemanha, é que ela parece igualmente frequente para designar franceses cujos pais eram oriundos de antigas colônias francesas, principalmente dos países do Magrebe: isso pode ser constatado em instantes discursivos que não têm a ver com os refugiados e/ou migrantes recém-chegados, mas com filhos ou netos de imigrantes ditos de “segunda” e mesmo de “terceira” geração (o que em geral não se diz, ou não da mesma maneira) para franceses de origem europeia: Espanha, Itália, Polônia, por exemplo. É assim que o treinador da equipe de

futebol da França para o Euro de junho de 2016 em Paris “teria cedido a uma pressão de uma parte racista da França” ao deixar de convocar Karim Benzema, jogador de futebol internacional “de origem argelina” (*Le Monde*, 02 e 03/06/2016), *Le Journal du Dimanche*, 05/06/2016. É também o que se lê por ocasião de uma confrontação que opõe em uma praia da Córsega jovens de um povoado vizinho a “três famílias de origem magrebina” (*Libération*, 15/08/2016) e “a uma família de origem marroquina”: uma “imigração que remonta aos anos 1960 ...”, especifica em seguida *Libération* (19/08), por ocasião desse incidente que se inscreve em uma polêmica sobre o uso do burquíni nas praias da França, roupa de banho usada por “mulheres de origem muçulmana” que “me dão medo quando vou à praia”, diz uma testemunha interrogada em um canal de informação contínua.

Pode-se entrever então o interesse de recolher um “grande córpus” em torno dessas formas de atribuição de identidade, que permitiria analisar mais de perto as amalgamas que se fazem na França entre muçulmanos, árabes, magrebinos, islamistas, e mesmo delinquentes ou terroristas, e sobre as quais surfam os discursos identitários, quando o fato é que nem todos os magrebinos são árabes, nem são todos muçulmanos, e os muçulmanos não são todos terroristas etc.¹³ Ora, com essas amalgamas, encontra-se igualmente inscrito no fio do texto “o medo do outro”.

A INSCRIÇÃO LINGUÍSTICA DO MEDO NOS DISCURSOS DAS MÍDIAS

Retomamos aqui os três “pequenos córpuses” precedentes, procurando as formas de inscrição linguística do medo “do outro”, o que constitui um outro “pequeno córpus”. Nossa atenção se volta, então, para elementos presentes em segmentos de discursos relatados entre aspas, ou para o entorno imediato de falas “representadas” (inscritas entre aspas e/ou traduzidas em francês), assim como para certos títulos ou legendas de fotos.

Como o afirma C. Masseron, que analisa os nomes indicativos do medo nos títulos de imprensa e o uso que deles é feito para caracterizar um acontecimento, “no campo das emoções, o medo constitui um caso um pouco particular se se considera a produtividade lexical que caracteriza o nome genérico medo, seus ‘sinônimos’ e os derivados que lhe são associados” (MASSERON, 2012, p. 179), a saber, nos pequenos córpuses aqui analisados: *angoisse* [angústia], *crainte* [temor], *effroi* [pavor], *terreur* [terror], *panique* [pânico] e *effrayer* [assustar], *paniquer* [entrar em pânico], *terroriser* [aterrorizar] (ou être effrayé [estar assustado, com medo]) etc. Porém, se o dicionário define *peur* [medo] como “um fenômeno psicológico de acentuado caráter afetivo, que acompanha a tomada de consciência de um perigo real ou imaginado” (*Le Petit Robert*, 2012), a análise semântica distingue, para além da dupla orientação dos predicados (*faire peur* [amedrontar] / *avoir*

13 Ver a entrada MUSULMAN MAGHRÉBIN ARABE [MUÇULMANO MAGREBINO ARABE] do léxico proposto por Louis-Jean Calvet, sociolinguista, em *Télérama horizons* nº 4, abril de 2011, p. 16, número intitulado “Etrangers une obsession européenne” [“Estrangeiros uma obsessão europeia”].



peur [ter medo]), os papéis semânticos da origem (quem sente a emoção?), do estímulo (quem / o que é a causa da emoção?), o conteúdo (junto a quem / junto a que a origem ativa uma emoção?). Ora, nos pequenos círculos estudados acima, é sempre “o outro”, a identidade do outro, que “mete medo”.

Em *La Croix* (07/12/2015), a posição das autoridades na Hungria é justificada pelos “medos” que sentiriam os habitantes e pelo que se passa na França:

Desde sua chegada ao poder, o primeiro ministro tira partido da **identidade cristã** do país [...] e não hesita em surfar em **angústias atávicas** [...] Quanto à atualidade da Europa ocidental [...], ela é utilizada para servir a um discurso protecionista ...
“Na França, **eles queimam carros e matam jornalistas**”, pode-se ouvir

Nos círculos estudados em 2.2, são as autoridades ou as testemunhas autorizadas que evocam “o medo do outro”:

. **o bairro mete medo** em uma parcela da população, determinada a não deixar o problema dos subúrbios se instalar na Córsega”

“Mulheres cobertas com véu da cabeça aos pés, homens em jelaba, tudo isso alimenta o sentimento difuso da divisão da sociedade e **cria uma angústia**”, é o depoimento de uma antiga professora.

No círculo trabalhado em 2.3, são as mulheres agredidas que contam “ter medo”, mas esse medo é recuperado politicamente para “dar medo / amedrontar”:

Anna, 27 anos, **fica com medo**: “A praça estava cheia, quase que apenas homens, algumas mulheres **aterrorizadas**, que os homens encaravam.

Uma mulher de 60 anos conta “ter entrado em pânico” quando se viu “cercada por homens muito jovens que pareciam ser do Oriente Médio” ... **Sob a ação do medo**, ela não reparou o desaparecimento de seu porta-moedas

Perto da estação ferroviária, **1700 manifestantes de extrema-direita**, dentre os quais várias centenas de vândalos conhecidos das forças da ordem, **tentam nesse sábado recuperar o ânimo**. Vieram protestar **contra a política de portas abertas aos refugiados sírios** decretada por Angela Merkel ... (10/01)

Porém, é nos trechos citados (e traduzidos) de depoimentos dos migrantes e dos moradores das regiões às quais eles chegaram que se encontra inscrito o medo do outro:



. Calais. De nosso enviado especial [após 13/11/2015]

“Não é possível, isso é um pesadelo. **Ninguém mais na Europa vai nos querer**”, reage com inquietação esse curdo da Síria de 29 anos [...]

Mas, no centro dessa cidade, Nicole, 77 anos, **não esconde sua angústia**. [...] Eu já tinha medo de ir ao supermercado, agora então ... [*Le Parisien*, 17/11/2015]

. Relato de uma enviada especial: uma família síria encontrada na Áustria onde foi feita a solicitação de asilo [trechos]

“Não falamos muito bem o alemão, explica Amal. **E depois, de todo modo, eles não gostam da gente**” [Amal é uma das três crianças; ele explica por que eles brincam apenas entre eles]

. Um grupo de moradores do vilarejo discute sobre essas mulheres cobertas por um véu cujo número aumentou nos últimos meses em suas terras. “**Eu, cada vez que vejo uma dessas mulheres, eu vivo a situação como uma provocação, irrita-se** Gerhard, um antigo técnico de laboratório aposentado de 57 anos [...]

. Hane [o pai sírio] estava entre esses 200 refugiados que foram manifestar seu apoio a Paris diante da Embaixada da França em Viena, após os atentados de 13 de novembro, mas **teme** que esses ataques mudem tudo para eles. “**Agora a imagem do árabe gera medo**”, inquieta-se. [*Le Monde*, 10-11/01/2016]

Em março de 2016, os migrantes continuam a chegar à Europa, mas a entrada nos países da União Europeia se tornou cada vez mais difícil, em particular em período de eleições:

Em Saxe, na ex-República Democrática Alemã, **os ataques contra os migrantes** se multiplicam.

Um ódio fomentado por partidos populistas e de extrema-direita às vésperas das eleições regionais de 13 de março.

Há uma semana, Lena Aba Zid e suas duas irmãs não saíram sozinhas de seu pequeno apartamento. “**A gente tem muito medo, a gente quer sair daqui o mais rápido possível**”, suspira essa síria de 42 anos. Quando de sua chegada a Clausnitz, pequeno vilarejo alemão perdido nos montes Métallifères na fronteira da República tcheca, em 18 de fevereiro, Lena e uma dezena de outros refugiados foram **recebidos por uma centena de moradores que, aos gritos, manifestavam sua oposição diante do ônibus**. [*Le Monde*, 08/03/2016]

Aos gestos de acolhimento aos refugiados (existem gestos desse tipo) opõem-se, desse modo, diversas formas de rejeição do outro. O mesmo acontece com signos do vestuário, como o uso do véu e também da jelaba: seja pelo fato de o / a usarmos porque não

queremos abandonar nossa identidade, seja porque o outro o / a usa e não podemos suportar a situação; rejeição de uma religião outra, rejeição de uma outra maneira de viver, manifestando-se por meio da inscrição languageira do “medo” dos dois lados: o medo de perder sua identidade, mas também o medo de ser socialmente “rebaixado” e/ou de “viver menos bem do que antes” (MOIRAND, 2016a). Trata-se de “medos” simultaneamente retrospectivos (a memória dos acontecimentos, das imagens na televisão, das fotos), mas também prospectivos (por exemplo, o medo de acontecimentos futuros), que se expressam por ocasião de instantes discursivos quase sempre breves, mas que, com o tempo, têm um efeito cumulativo.

É disso que se aproveitam os partidos populistas na Europa, que transformam os medos “que se sentem” (ter medo) em medos “futuros, que se receiam” e “que se temem” (provocar medo), em particular quando a explicação e a argumentação desaparecem em proveito de um uso estratégico da emoção nas maneiras de dizer a atualidade.

ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

Trabalhar com pequenos córpus permite identificar formas languageiras não necessariamente “frequentes”, no sentido estatístico do termo, mas formas “emergentes” reveladoras do tempo presente e que, por isso mesmo, fazem parte de um “arsenal argumentativo” (Angenot) em um dado momento da história de uma sociedade, um arsenal portador ele próprio da História dessa sociedade. Não é, desse modo, a frequência das formulações e das associações nos discursos institucionais, midiáticos e políticos que conta, mas principalmente o que essas formulações e associações podem revelar no que diz respeito ao estado de uma sociedade em mutação e suas relações com a história: por exemplo, na França, a importância das migrações e da imigração nas representações do outro que se acumularam desde os inícios da colonização, e depois o início da descolonização (voir STORA, 2017). A frequência de determinadas formas languageiras nas mídias não corresponde de todo modo à quantidade de *exposição discursiva* dos cidadãos comuns, que não permanecem o tempo todo na escuta dos canais de informação *on-line* ou nos sítios e redes sociais da internet: diga-se o que se disser, as pessoas estão expostas apenas a uma ínfima parte dos discursos difundidos pelas mídias tradicionais e *on-line*, e não à totalidade dos discursos produzidos sobre os migrantes. Em contrapartida, um fato concentrado em um curto período de tempo tem mais chance de ser “apreendido” de modo contínuo e por inteiro.

Esses “pequenos córpus” construídos em torno de formas languageiras particulares permitem marcar um momento na história (no sentido dado pelos historiadores no presente – BOUCHERON e RIBOULET, 2015; HARTOG, 2016), por intermédio dos modos de nomear atores ou atos, de captar relações entre atores, assim como a inscrição languageira das



emoções por ocasião do estudo dos cotextos e das palavras ou construções associadas, identificadas aqui sem “instrumentação” informática. Eles podem constituir etapas rumo à constituição de grandes córpus, que submetemos então a softwares *ad hoc*, ou mesmo a hipóteses de trabalho para comparar em várias línguas / culturas¹⁴. Explicitar outras maneiras de dizer e constituir, desse modo, uma “memória” desses instantes discursivos faz parte da construção das memórias coletivas, e isso permite explicar uma sociedade por meio dos acontecimentos que ela atravessa e o impacto desses acontecimentos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- BAIDER, F. e CISLARU, G. (éd.) (2014). *Linguistic Approaches to Emotions in Context*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- BOUCHERON, P. e RIBOULET, M. (2015). *Prendre dates. Paris, 6 janvier-14 janvier 2015*. Paris: Éditions Verdier.
- DEVRIENDT, É. (2012a). «“Diversité” et consensus dans le discours social sur l’“identité nationale”. Analyse dans la presse quotidienne française (2007-2010)», *Le discours et la langue, Le discours politique identitaire*, t. 3, p. 159-174.
- DEVRIENDT, É. (2012b). «Désignation des “minorités” et assignation identitaire dans le discours de la presse française (2007-2010) : étude de [Dét N d'origine X]», *Congrès mondial de linguistique française, CMLF 2012. On-line*.
- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- GARRIC, N. et LONGHI, J. (ed.) (2012). «L’analyse de corpus face à l’hétérogénéité des données», *Langages* 187.
- GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D. e ROBIN, R. (1994). *Discours et archive. Expérimentation en analyse du discours*. Liège: Mardaga.
- HARTOG, F. (2012). *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.
- HOEY, M. (2007). «Lexical priming and literary creativity». In: Hoey, Mahlberg, Stubbs et Teubert (ed.) *Text, Discourse and Corpora, Theory and Analysis*. London: Continuum, 7-29.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1987), «La description des échanges en analyse

14 Poderíamos questionar, a propósito de certas formulações, seu caráter “rotineiro” na escrita da imprensa (por exemplo, as formas de atribuição de identidade), ou mesmo suas potencialidades para constituir “motivos” e, nesse caso, grandes córpus seriam necessários (LEGALLOIS, 2012; NÉE, SITRI, VENIARD, 2014). Isso não foi considerado aqui por se tratar de uma outra perspectiva, bem menos produtiva numericamente, quando se tende a captar “o instante” no qual um fato é “registrado” e entra na atualidade.



- conversationnelle: l'exemple du compliment», *DRLAV, revue de linguistique* 36-37, 1-53.**
- LECOLLE, M., VENIARD, M. e GUERIN, O. (dir.) (2018). «Vers une sémantique discursive: propositions théoriques et méthodologiques», *Langages* 210.**
- LEGALLOIS, D. (2012). «La colligation: autre nom de la collocation grammaticale ou autre logique de la relation mutuelle entre syntaxe et sémantique?», *Corpus* 11, La cooccurrence: du fait statistique au fait textuel, p. 31-54.**
- LONGHI, J. (éd.) (2015). «Stabilité et instabilité de la production du sens: la nomination en discours», *Langue française* 188.**
- MASSERON, C. (2012 [2013]. «Les noms de peur dans la presse (titres et dossiers)», in Michel, R., Hekmat, I. et Rabatel, A. (éd.) ‘Les émotions argumentées dans les médias’, *Le discours et la langue* 4.1: 179-202.**
- MAZIERE, F. (2016, réédition). *L'analyse du discours*. Paris: PUF.**
- MOIRAND, S. (2004). «L'impossible clôture des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation», *Tranel* 44, 71-92. *On-linesurrero.ch*.**
- MOIRAND, S. (2007). *Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF.**
- MOIRAND, S. (2015). «L'événement saisi par la langue et la communication», *Cahiers de praxématique* 63/2014, *on-line* en janvier 2016. *On-line* sur *revues.org*.**
- MOIRAND, S. (2016a). «De l'inégalité objectivisée à l'inégalité ressentie et aux peurs qu'elle suscite: les réfugiés pris au piège de l'identité», *Revista de Estudos Linguísticos*, vol. 26, n° 3, UFMG, Brasil. Disponível em: scielo.br, sur ufmg.br et archives-ouvertes.fr.**
- MOIRAND, S. (2016b). «Thalassothérapie, thermalisme et bien-être: du profil sémantique du mot bien-être aux portraits discursifs des publics». In : R. Pederzoli, L. Reggiani et L. Santone (dir.) *Médias et bien-être. Discours et représentations*. Bologne: Bononia University Press, 51-75. Sur archives-ouvertes.fr.**
- MOIRAND, S. «Dire l'actualité aujourd'hui: éléments pour un parcours transdisciplinaire dans l'analyse du discours des médias». Colloque de l'Association ADAL (Analyse des discours de l'Amérique latine), Strasbourg, 2018,. Introdução da obra *Les médias et l'Amérique latine : dire et construire l'actualité latino-américaine*. Paris: L'Harmattan, prelo.**
- MOIRAND, S. et REBOUL-TOURE, S. (2015). «Nommer les événements à l'épreuve des mots et de la construction du discours», *Langue française* 188, p. 105-120.**
- NÉE, É. (dir.) (2017): *Méthodes et outils informatiques pour l'analyse du discours*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.**

NÉE, É. e VENIARD, M. (2012). «**Analyse du discours à entrée lexicale (ADEL): le renouveau par la sémantique?**», *Langage & Société* 140, 15-28.

NÉE, É., SITRI, F. e VENIARD, M. (2014). «**Pour une approche des routines professionnelles dans les écrits professionnels**», *Congrès mondial de linguistique française – CMLF 2014*. Disponível em: <http://www.shs-conferences.org>.

PAVEAU, M.-A. (2012). «**Ce que disent les objets. Sens, affordance, cognition**», *Synergies, Pays Riverains de la Baltique. On-line*: archives-ouvertes.fr.

PORQUIER, R. (2001). «‘il m'a sauté dessus’, ‘je lui ai couru après’: un cas de postposition en français», *French Language Studies* 11, p. 123-134.

QUÉRÉ, L. (2013). «**Les formes de l'événement**», *Mediazioni* 15, Les facettes de l'événement. Des formes aux signes, Bologne. Disponível em: <http://mediazioni.sitlec.unibo.it>.

RASTIER, F. e PINCEMIN, B. (2000). «**Des genres à l'intertexte**», *Cahiers de praxématique* 33, ‘Sémantique de l'intertexte’, p. 83-111.

RESEAUX n° 170 (2011). **Penser les usages de l'actualité.**

SCHRÖTER, M. e VENIARD, M. (2016). «**Intégration and Integration in French and German discourses about migration**», *International Journal of Language and Culture* 3-1: 1-33.

SINCLAIR, J. e CARTER, R. (ed.) (2004). **Trust the Text. Language, Corpus and Discourse.** London / New York: Routledge.

STORA, B. (dir.) (2017). **La recherche sur les migrations et l'immigration. Un état des lieux.** Paris, Musée national de l'immigration. En ligne sur le site du Musée, téléchargeable.

VENIARD, M. (2013). **La nomination des événements dans la presse. Essai de sémantique discursive.** Besançon : Presses universitaires de Franche-Comté.

Mídia e debates no contemporâneo: a midiatização da atividade política e seus impactos para os estudos do discurso

Liana Biar

Diogo Pinheiro

DIFERENTES VERTENTES DE ESTUDOS DO DISCURSO, desde as suas formulações iniciais, estiveram vocacionadas ao exame de práticas discursivas que se dão nas esferas de poder, especialmente os gêneros que se relacionam com atividades políticas e sua midiatização. A vida política não é apenas objeto de cobertura intensiva da mídia televisiva, impressa e mais recentemente da internet: ela também se disputa e se constrói nesses espaços. Para o/a analista de discurso, a relevância da observação dos processos de co-produção e consumo da política midiatizada é óbvia, uma vez que tais processos estiveram desde a emergência da modernidade implicados na produção de consensos aparentes (ou polarizações dicotômicas – como se vê mais atualmente) que definem rumos na vida social.

A relação entre política e comunicação, contudo, está longe de ser estática. Em particular, no que diz respeito à história dessa imbricação, vale atentar para dois momentos marcadamente distintos: aquele que perdura do início do século passado até o fim da Guerra Fria, quando a midiatização da política se dá sob forma de *propaganda* impulsionada por patrocínio estatal, e a que se verifica já no último quarto do século XX, quando, em função do avanço da agenda neoliberal, a fabricação de consensos acaba delegada a uma “imprensa livre” fundamentalmente monológica, oligárquica (ao menos no cenário brasileiro) e, ainda que sob os lemas da imparcialidade e objetividade, pautada pelos interesses do mercado e das grandes corporações internacionais.

Esse segundo cenário se apresenta como terreno fértil para as análises de discurso que se desenvolveram no Brasil e no mundo. Segundo nossa leitura do(s) campo(s), não seria exagero dizer que a grande maioria dos projetos de pesquisa toma como objeto a materialidade das atividades políticas ou suas reentextualizações na mídia tradicional. Nesse programa científico (aqui o singular é proposital), os/as pesquisadores/as se empenham em (i) teorizar sobre a natureza política da própria linguagem, ou, no caso do tema sob escrutínio, tomar a midiatização em si como uma prática discursiva que age sobre as atividades políticas; (ii) substituir a inespecificidade em relação ao modo como a linguagem e demais recursos semióticos operam sobre a vida política por um tipo de exame, rente ao texto, interessado em explicitar procedimentos que apontam para significados

sociais em disputa nos textos de comunicação política, os efeitos de verdade que eles produzem e sua relação com conjunturas de diversas ordens e com a cadeia de enunciados que habitam a vida social.

O reverso dessa moeda, em termos analíticos, pode ser encontrado nos trabalhos que observam a aproximação entre os campos da política e do entretenimento, evidenciando de que maneira a atividade política convoca estratégias retóricas popularizadas pela comunicação de massa televisiva. Em Biar (2007) e Biar e Pinheiro (2018), por exemplo, focalizamos recursos de estilo salientes nos discursos de campanha que marcaram a ascensão meteórica de Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989. O foco esteve em processos de construção de sentido que invisibilizavam, numa retórica monocórdica, baseada em pressupostos pacíficos, a dimensão polêmica do que era dito. Em um processo semelhante ao que as autoras e autores dos textos deste volume chamarão, baseadas em Maingueneau (2013), de “cilada”, a performance do então candidato incluía lemas (e recursos) típicos da lógica de alcance e multiplicação de audiências própria da comunicação de massa de então.

Em perspectiva semelhante, um outro exercício analítico (Biar e Bastos, 2009) se debruçou sobre uma entrevista em formato *talk show* que trazia como convidada uma pré-candidata às eleições municipais do Rio de Janeiro. Também neste caso, o ponto tornado relevante pelos dados era a articulação entre as esferas da atividade política e da comunicação de massa. Em particular, foi possível observar de que maneira a entrevistada navegava permanentemente na estrutura de participação razoavelmente padronizada do gênero televisivo (entrevistador perguntando, entrevistado respondendo e plateia reagindo às respostas), reposicionando-se em diversos momentos como candidata-em-palanque e, ao mesmo tempo, transformando os participantes da(s) plateia(s) – a do estúdio e a de casa – em seus eleitores potenciais.

Como se vê, em suma, as três décadas compreendidas entre o fim do século passado e o início deste são marcadas por uma cooperação bilateral entre política e mídia – de um lado, a descontextualização e recontextualização das atividades da esfera política para fora do seu evento interacional (no telejornal, por exemplo); de outro, a cooptação de estratégias da comunicação de massa na campanha política – e, correspondentemente, pelo foco analítico sobre as atividades de *produção* e *recepção* do discurso. Nesse momento, o público a quem a mensagem se destina assume aquilo a que Bakhtin (1995) se refere como “compreensão responsável ativa” – isto é, não comparece como interlocutor concreto dos enunciados mas participa dos processos de construção do sentido tanto pela condição de figura (virtual) prevista no momento da produção quanto pelas reelaborações operadas no momento da recepção.

Mas esse era o reinado da televisão – ou, no máximo, daquilo que veio a ser conhecido como “web 1.0”, isto é, uma web que servia meramente para acessar conteúdos. A partir

da segunda década do século XXI, contudo, a ascensão da chamada “web 2.0” altera fundamentalmente a natureza da relação entre a atividade política e sua midiatização. Essa alteração parece resultar, em última instância, do modelo de monetização que se torna hegemônico nesse momento. Se é verdade que a web 2.0 tem em comum com as mídias tradicionais o fato de estar baseada na venda de espaço publicitário a anunciantes, é fato também que ela se diferencia dessas mídias no que tange à possibilidade de distribuir os anúncios com base nas preferências individuais dos usuários (e não nos gostos e hábitos de alguma massa de receptores sem rosto, como ocorre, por exemplo, quando um anunciante escolhe entre divulgar seu produto em um jornal lido predominantemente pela classe média ou por extratos populares). Esse modelo, porém, produz um efeito colateral importante: a necessidade de se estimular o *engajamento* do usuário, na medida em que ações como comentários, compartilhamentos e curtidas (ou, mais amplamente, “reações”) fornecem informações preciosas sobre interesses e preferências pessoais¹.

Um segundo efeito colateral digno de nota diz respeito à disponibilização dos conteúdos. Aqui, as mudanças fundamentais são duas. Em primeiro lugar, essa disponibilização se torna personalizada, de modo que um dado conteúdo pode aparecer na linha do tempo de uma pessoa mas não na do seu irmão que está sentado logo ao lado, a despeito da imensa sobreposição entre os dois no que diz respeito a uma miríade de variáveis demográficas e sociais (faixa etária, nível de renda, local de moradia, etc.). Em segundo lugar, ela passa a ser guiada não mais por uma avaliação sobre o que se julga ser *informativo* ou *necessário* (isto é, disponibilização de fatos tomados com relevantes e seu tratamento a partir de pontos de vista que deem espaço ao contraditório), e sim por um critério baseado na probabilidade de capturar a atenção do consumidor. Como essa probabilidade, calculada por algoritmos que se baseiam no histórico de engajamento de cada usuário, é diretamente proporcional à afinidade entre o conteúdo em questão e preferências demonstradas anteriormente (em relação, por exemplo, a hábitos culturais ou posições políticas, para ficarmos em apenas duas esferas), a consequência óbvia é que cada vez mais – porque o algoritmo se torna progressivamente mais preciso – o usuário só tem acesso ao que ele já conhece. Ninguém sai da sua zona de conforto; ninguém é explicitamente confrontado com a alteridade se não quiser.

Para uma teoria do discurso, o impacto de todas essas transformações na conjuntura da comunicação de massa não é difícil de se divisar. Por um lado, a necessidade de gerar engajamento acarreta a substituição de um modelo baseado na mera disponibilização de conteúdos por uma lógica em que o (agora não à toa chamado) “usuário” é alçado à condição de co-responsável pela sua produção e circulação. Nesse sentido, a “compreensão responsável” destacada por Bakhtin, e reivindicada por diferentes teorias de interpretação, deixa

¹ Uma boa descrição, bastante ilustrativa, de como esse processo se dá pode ser assistida no documentário “O dilema das redes”, dirigido por Jeffe Orlowsky e produzido pela Netflix (curiosamente, outra plataforma que funciona conforme a mesma lógica).

de ser um *comportamento pressuposto* para se tornar *discurso concretamente produzido e analisável*. Além disso, nesse contexto, os movimentos discursivos deixam de exibir uma dinâmica linear, passando a se acelerar e se incrementar de forma a se perder de vista a dinâmica interacional em que estão envolvidos: agora, cada clique, postagem, comentário e compartilhamento instaura uma cadeia de novas práticas interacionais em espaços-tempos diversos e de maneira viral.

Por outro lado, a disponibilização de conteúdos baseada em algoritmos leva à emergência de polarizações radicais. Assim, se, em um primeiro momento, a web 2.0 foi celebrada como lugar de diálogo, resistência e circulação de contra-discursos, o que se nota sobre o seu potencial é que a produção aparente de consensos dá lugar ao discurso de ódio. Isso acontece porque a comodificação das discussões acaloradas e dos dados de populações ativas na tecnologia das redes impõe poderosos mecanismos de restrição e interdição de discurso, ativados por ferramentas de coleta de informações e algoritmos de visibilidade baseados em engajamento e interesses comuns que têm como trágica consequência o confinamento do debate público em bolhas monológicas, frequentemente repletas de notícias falsas e apelos sensacionalistas. Em última instância, é o fato de que o usuário-consumidor interage, na maior do tempo, no interior dessas bolhas, sem acesso às posições contrárias (e, mais importante, às evidências que as sustentam) que gera a dificuldade de se lidar com a alteridade – e, portanto, a explosão dos discursos de ódio e a sensação permanente, arraigada em ambos os extremos do debate polarizado, de que o outro lado só pode estar irremediavelmente equivocado.

Naturalmente, o trabalho das/os analistas do discurso e da comunicação não pode ficar – e não tem ficado – alheio a todas essas transformações. Cesarino (2019), por exemplo, mostra de que maneira o encontro da dinâmica da comunicação de massa contemporânea com a midiatização da política pôde ser observado na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (e a extensão dessa análise à ascensão de diversos líderes políticos mundo afora, todos eles associados a uma formação discursiva ultraconservadora, é quase natural). Valendo-se do suposto protagonismo concedido ao usuário pela web 2.0, Bolsonaro incorpora ao funcionamento das plataformas digitais uma rivalização em relação a fontes tradicionais de informação – representantes emblemáticas do segundo momento da nossa história, cujo declínio se inicia, conforme já observamos, por volta do ano de 2010. O efeito disso é uma midiatização de campanha projetada como resultado de atividade independente. Em termos práticos, o que é lido como “possibilidade” agora mais “bem distribuída” de produzir e multiplicar conteúdo resulta na disseminação de uma imagem pública de *outsider* (a despeito do fato de que o então candidato já havia percorrido, àquela altura, uma extensa e improdutiva trajetória parlamentar). Esse procedimento, ao qual a autora se refere como “populismo digital”, se mostrou particularmente bem sucedido em um cenário sócio-

político de descrédito nas principais figuras do *establishment* político brasileiro². Ao mesmo tempo, essa estratégia talvez só tenha sido tão bem-sucedida em função da inclinação das mídias sociais para a fabricação das já mencionadas bolhas monológicas, a que a autora se refere, no caso específico da campanha presidencial de 2018, como “bolsoesfera”.

Em uma empreitada mais tímida, porém atenta aos mesmos processos, nosso trabalho mais recente (Biar e Paschoal, 2020), baseando-se em iniciativas preliminares de Agha (2011), Fabrício (2014) e Szabla e Blommaert (2017), procurou avançar entendimentos sobre o potencial semiótico dos comentários de usuários da web 2.0, tomando como objeto a repercussão online do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Tomando como *corpus* tanto a postagem jornalística sobre o fato publicada na página de Facebook de um famoso portal de notícias quanto as reações a ela associadas, o trabalho identifica como os comentários disputam e expandem sentidos para a notícia. Há aqueles comentários que aderem à metapragmática informativa da notícia e aqueles que produzem nela inflexões maiores ou menores, convocando como interlocutores grupos sociais que representam uma ou outra ponta da polarização ideológica e tornando mais relevantes que o próprio assassinato bárbaro as relações de pertencimento de Marielle, suas práticas como militante dos direitos humanos e sua filiação partidária, para citar alguns exemplos. À medida que os comentários avançam, vê-se claramente o embate entre duas bolhas polares no cenário sócio-político contemporâneo, representantes de teses antagônicas sobre, por exemplo, criminalidade, pena de morte e liberação de armas – não à toa, motes de campanha de Jair Bolsonaro.

As reflexões encaminhadas ao longo deste comentário sugerem que, na contemporaneidade, a/o analista do discurso que pretenda se debruçar sobre a midiatização da atividade política se vê diante de dois desafios principais. O primeiro, já antecipado na agenda contemporânea de investigação da antropologia linguística (Agha, 2007; Bauman; Briggs, 1990; Blommaert, 2008, etc), mas ainda pouco praticado no campo dos estudos discursivos brasileiros, se refere à necessidade de não confinar as análises ao texto disparador de uma trajetória textual, expandindo seu alcance para sua circulação multidirecional e seus efeitos. O segundo, ao que parece ainda carente de formulação explícita e sistemática, tem relação com um tema já amplamente discutido na literatura das análises de discurso: as restrições que orientam a produção discursiva e a construção de sentido. Se é verdade que essa literatura tem reconhecido a existência de restrições como conjuntura sócio-econômica, formações discursivas e gênero discursivo, a ascensão da web 2.0 parece nos forçar a considerar outras restrições – também de ordem genérica, das práticas discursivas – ligadas ao funcionamento algorítmico das plataformas digitais que hospedam e disseminam o discurso, categorizando interlocutores, selecionando temas e formas, multiplicando ou reduzindo diálogos. Esses dois pontos nos parecem essenciais para

2 Também esse um falso consenso incansavelmente produzido pela mídia tradicional.

examinar relação entre o que estamos chamando aqui de midiatização das atividades políticas e o fenômeno atualmente alardeado de fragilização das democracias ao redor do globo.

REFERÊNCIAS

- Agha, A. **Language and social relations**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- Agha, A. **Meet mediatisation**. *Language & Communication*, n. 31, 2011. p. 163-170.
- Bakhtin, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Bauman, R.; Briggs, C. **Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social**. Tradução de Vânia Z. Cardoso. ILHA, Revista de Antropologia, 1990, p.185- 229.
- Biar, L. **Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: uma análise sociocognitiva do uso das repetições no discurso de Fernando Collor**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2007.
- Biar, L.; Bastos, L.C. **Quando entretenimento e política se encaixam: enquadres e estruturas de participação no talk show**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009. p. 1-21.
- Biar, L.; Pinheiro, D. “**Com tanta eloquência, com tanta mentira**”: Repetição e recategorização em discursos de Fernando Collor. *Revista Alfa*, v. 62, n. 3, 2018, p. 469-485.
- Biar, L.; Paschoal, F.V.C. “**(Não) Leia os comentários**”: a disputa da notícia sobre o assassinato de Marielle Franco. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n.59, v. 2), 2020, p. 1051-1069.
- Blommaert, J. **Contexto é/como crítica**. In: Signorini, I. (org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008. p.91-115.
- Cesarino, L. (2019). **On Digital Populism in Brazil**. PoLAR: Political and Legal Anthropology Review. Disponível em: <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonarosdigital-populism/>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- Fabrício, B. **The pragmatics of entextualizing a digital ‘Lusophone’ territory**. In: Moita Lopes, L.P. (org.). *Global Portuguese: linguistic ideologies in Late Modernity*. London: Routledge, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.
- Szabla, M.; Blommaert, J. **Does context really collapse in social media. Plenary paper, conference on Moving Texts: Mediations and Transculturations**. Universidade de Aveiro, Aveiro, 2017.

Os hipergêneros dos mídiuns digitais e a invenção da intimidade ubíqua

Luciana Salazar Salgado

AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNEROS DE DISCURSO têm sido reavivadas pelos novos modos de dizer, característicos dos ambientes digitais. Muitos trabalhos têm se debruçado sobre as propostas fundadoras de Bakhtin e também sobre desdobramentos diversos. Em todo caso, há algo que parece ser entendido como um marco incontornável: desde 2005, com o advento das plataformas editáveis que nos deram, a cada um de nós, um certo lugar de autoria (ou, pelo menos, de polo da produção comunicacional), novos gêneros surgiram ou remodelaram-se os já catalogados¹. Entre eles, *e-mail*, *aba* e *card*, por exemplo, põem problemas: são gêneros? Esses termos parecem designar organizações discursivas mais abrangentes ou mais mutantes do que as definições consagradas supõem. O linguista Dominique Maingueneau propõe pensar em *hipergêneros*:

Um “hipergênero” não é um gênero de discurso, mas uma **formatação** com restrições fracas que pode recobrir gêneros muito diferentes. Alguns hipergêneros, como o diálogo, o jornal ou a carta são, antes de tudo, modos de apresentação formal, de organização dos enunciados: eles restringem frouxamente a enunciação. Outros, como o relatório ou a entrevista, são mais restritivos: um relatório de polícia e um relatório de um especialista apresentam algumas semelhanças enunciativas. (MAINGUENEAU, 2015, p. 130, grifo nosso)

Uma breve observação pode ser útil aqui. Nos estudos dos ritos genéticos editoriais, a diferença entre formalização e formatação é bastante relevante: *formalização* tem a ver com o cumprimento das exigências formais que caracterizam um texto em sua dimensão linguística e, assim, seu pertencimento a um dado universo de circulação; *formatação* tem a ver com o cumprimento de exigências formais que caracterizam um texto em sua dimensão de objeto técnico e, assim, seu pertencimento a um dado campo e, dentro dele, a uma dada comunidade discursiva². Sublinhamos aqui essa distinção com vistas a fortalecer nosso principal argumento: a inscrição material dos discursos, que são sempre textualizados em objetos técnicos, faz parte da produção dos sentidos.

1 Há uma discussão volumosa sobre o que se passou desde aí. *Web 2.0* é um termo que se consagrou para referir essa antevéspera das chamadas *redes sociais* que vigoram hoje. Mas o termo é questionado pelos que estudam a arquitetura técnica da internet, com argumentos que nos parecem muito importantes para os que estudam a circulação de discursos. Não desenvolveremos esse tópico aqui, remetemos o leitor a três trabalhos esclarecedores, o clássico CASTELLS, 2003 e os recentes LANIER, 2012 e SILVEIRA, 2019.

2 Detalhamentos dessa discussão podem ser encontrados em um trabalho sobre mediação editorial, com ênfase na revisão de textos: SALGADO, 2016.



Embora Maingueneau não desenvolva esse ponto, o conceito de hipergênero permite abordar as formatações hoje hegemônicas. O pesquisador propõe o conceito depois de desenvolver um raciocínio sobre *regimes de genericidade*, termo com que designa o funcionamento da *cena genérica*, uma das três instâncias constitutivas das *cenas da enunciação*. Trata-se de um modelo analítico que inclui a *cena englobante* (tipo de discurso) e a *cenografia* (a textualização propriamente), e que retomaremos adiante. Desse modelo decorre outro, o do *ethos discursivo*, atinente à imagem de si suscitada em uma enunciação, um elemento da ordem do sensível que tem função coesiva: de toda cenografia emerge um ethos que dá unidade ao texto, balizando os sentidos que se produzem na sua enunciação. Isso ocorre porque no arranjo cenográfico se evoca um *mundo ético*, com base no qual dados sentidos são preferencias, esperados, exigidos...³

A exploração da noção de mundos éticos é o caminho que nos leva a incluir as materialidades inscricionais na produção dos sentidos, como procuraremos mostrar. Em síntese, retomaremos o raciocínio teórico de Maingueneau propondo um acréscimo: a indissociabilidade entre mundos éticos e materialidades em que se inscrevem as cenas da enunciação. Para tratar dessas materialidades inscricionais, convocamos a noção de *mídiun* (DEBRAY, 1990, 2000), que permite incorporar aos estudos discursivos os objetos técnicos como portadores de discursos. Por fim, sobre essas bases, levantamos a hipótese de que os hipergêneros típicos dos mídiuns digitais acompanham a emergência de uma paradoxal *intimidade ubíqua*.

UM DADO: A FORMATAÇÃO DO HIPERGÊNERO ABA NO MÍDIUM SITE

Uma espécie de página se abre – <https://www.human.online> – sem evidências de nacionalidade ou institucionalidade, a “página” é de uma url (sinônimo de site?) em que se promete o que há de supostamente mais íntimo: olharmos detidamente nos olhos de um outro. No centro dessa aba que é capa do site, todo ele configurado em uma paleta de tons sépia (evocando um passado?) e contornada por tons confortantes, o rosto de uma senhora de beleza suave emula os contatos íntimos que temos tido pelas telas⁴. É uma foto, mas aparece como um amigo apareceria do outro lado, visto por uma dessas plataformas que não as de reuniões corporativas, cheias de janelinhas. A diferença é o impacto imediato: ela nos olha nos olhos. De fato, “me” olha, não há mais nada nem ninguém ali. O fundo, desfocado, torna hipnótico o olhar num rosto de semi-sorriso discreto, convidativo (uma Gioconda?). Podemos levantar a hipótese de que ela está num jardim e seus cabelos estão

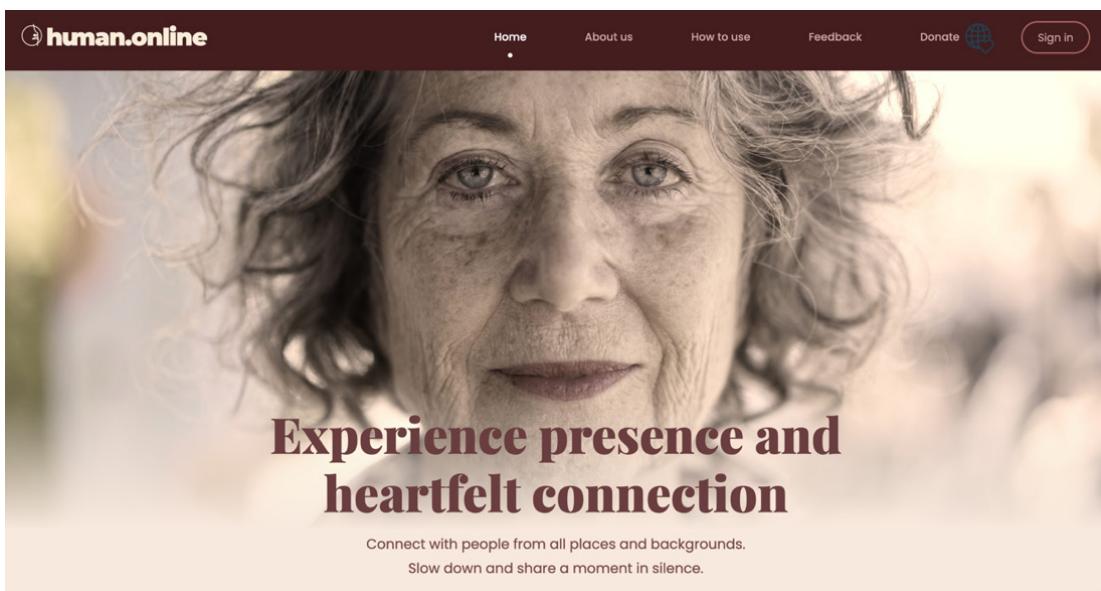
3 Detalhamentos dessa discussão sobre ethos discursivo podem ser encontrados em dois dossiês que abordam desde os fundamentos desenvolvidos nos anos 1980, retomando a retórica clássica, até o mais recente “retorno crítico” à noção. Ver: DI FANTI; FERÉ, 2018 e MOTTA; SALGADO; POSSENTI, 2019.

4 Detalhamentos sobre os aspectos comunicacionais das cores que consideramos aqui podem ser encontrados em GUIMARÃES, 2000.



desalinhados ao vento, ela está ao ar livre. Mas esses elementos cenográficos são apenas sugeridos, pois a única contundência da imagem é seu olhar, o mais são efeitos sugestivos de um movimento que a vivifica.

Figura 1: Screenshot da capa do site <https://www.human.online>, acesso 18 jul. 2020.



Uma mulher idosa, bela, receptiva, vivaz: traços da semântica de um acolhimento agradável

A rigor, é um olhar tecnicamente impossível quando estamos conversando pela câmera de nossos dispositivos⁵: numa videoconferência, olhamos para o outro na tela, não a câmera de nossos equipamentos; movemo-nos em busca dos olhos do outro o tempo todo, que busca os nossos também, mas os olhares nunca se encontram. A menos que nos concentremos numa certa posição diante da câmera de um certo tipo de dispositivo (notebooks e não smartphones, por exemplo). É o que o site ensina a fazer. Logo abaixo do rosto enigmaticamente simpático — que já é uma experiência (termo recorrente nesse universo dos mídiuns digitais) —, lê-se o enunciado “Experience presence and heartfelt connection” [Sinta a presença de uma conexão sincera — tradução nossa daqui em diante]. Abaixo, em fonte menor, uma especificação: “Connect with people from all places and backgrounds. Slow down and share a moment in silence.” [Conecte-se com pessoas de todos os tipos e de todos os lugares. Desacelere e partilhe um momento de silêncio].

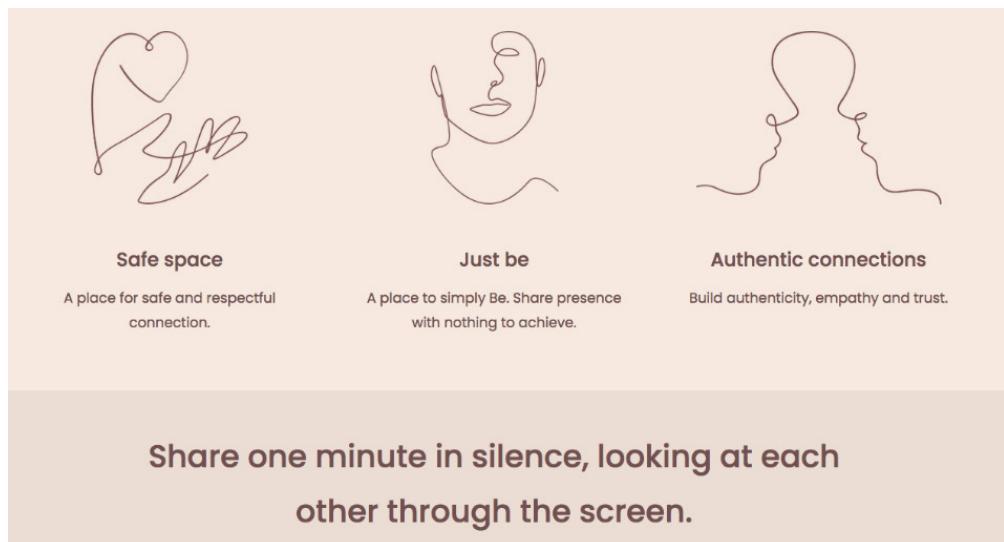
O site está todo em inglês, uma espécie de *plain english*, língua de lugar nenhum ou de qualquer lugar, como atesta seu uso nas ciências, na política, nos negócios. Uma interlíngua, nos termos de Maingueneau. Aquela que é precisamente a que deve ser, pois

⁵ O termo “dispositivo” suscita comoção nos estudos do discurso, dadas as contribuições dos círculos foucaultianos, os debates que ensejam. Aqui, consideramos os objetos técnicos como materialidade não neutra, cujo arranjo material sustenta a lógica que preside seus usos. Em texto anterior, pudemos relacionar *dispositivos* e *disposições*, numa discussão sobre relações entre objetos e sujeitos: SALGADO, 2013.



é um modo de dizer constitutivo do que se diz⁶. Em seguida, três desenhos de linhas finas e elegantes, sempre arredondadas, evocam conforto. Conjugados à paleta sugestiva de sépia e ao fundo sugestivo de movimento ao ar livre, sugerem contato com algo que, sem ser incômodo, não sabemos direito o que é. O uso predominante de uma única fonte não serifada, bastante típica de enunciados curtos na web⁷, reforça a familiaridade com que se produz a imersão (outro termo recorrente nesse universo)⁸.

Figura 2: *Screenshot* da rolagem a partir da capa do site <https://www.human.online>, acesso 18 jul. 2020.



Nesse leiaute *clean*, todas as formas são arredondadas: não há arestas

Os enunciados são um convite à intimidade. As condições oferecidas: é um espaço seguro e respeitoso, para desfrutar de uma companhia desinteressada, com base numa empatia autêntica e confiável. A proposta é a partilha de um minuto de silêncio com alguém do outro lado da tela. Logo abaixo do enunciado – que é um convite e, ao mesmo tempo, a descrição do serviço oferecido –, há a simulação de uma tela aberta que notifica a presença de dois usuários online. Note-se que não se diz “online”, mas “presentes”, o que reitera a semântica da intimidade, uma vez que se enfatiza a presença, não a técnica que permite um certo tipo de contato remoto.

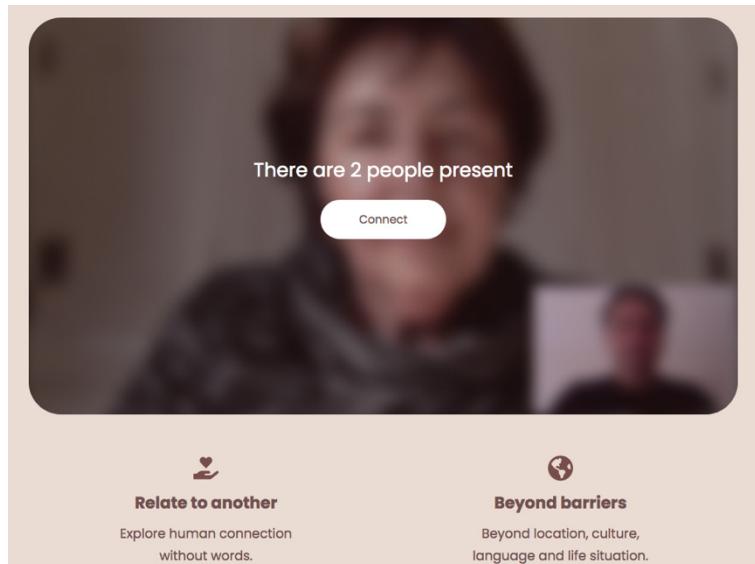
6 A noção de interlíngua está diretamente ligada aos regimes de genericidade. Maingueneau desenvolve o tópico em seu estudo sobre o discurso literário (Cf. MAINGUENEAU, 2006). Para uma definição sucinta com uma aplicação analítica, ver SALGADO, 2010.

7 Referimos por “web” a estrutura de urls que constitui a dimensão www com as especificidades que, desde 2005, se convencionou chamar “web 2.0” (ver CASTELLS, 2003; MOROZOV, 2018).

8 Sobre fontários, tomamos como referência o estudo dos aspectos sugestivos das tecnologias tipográficas em SPIEKERMANN, 2011.



Figura 3: Screenshot da rolagem a partir da capa do site <https://www.human.online>, acesso 18 jul. 2020.

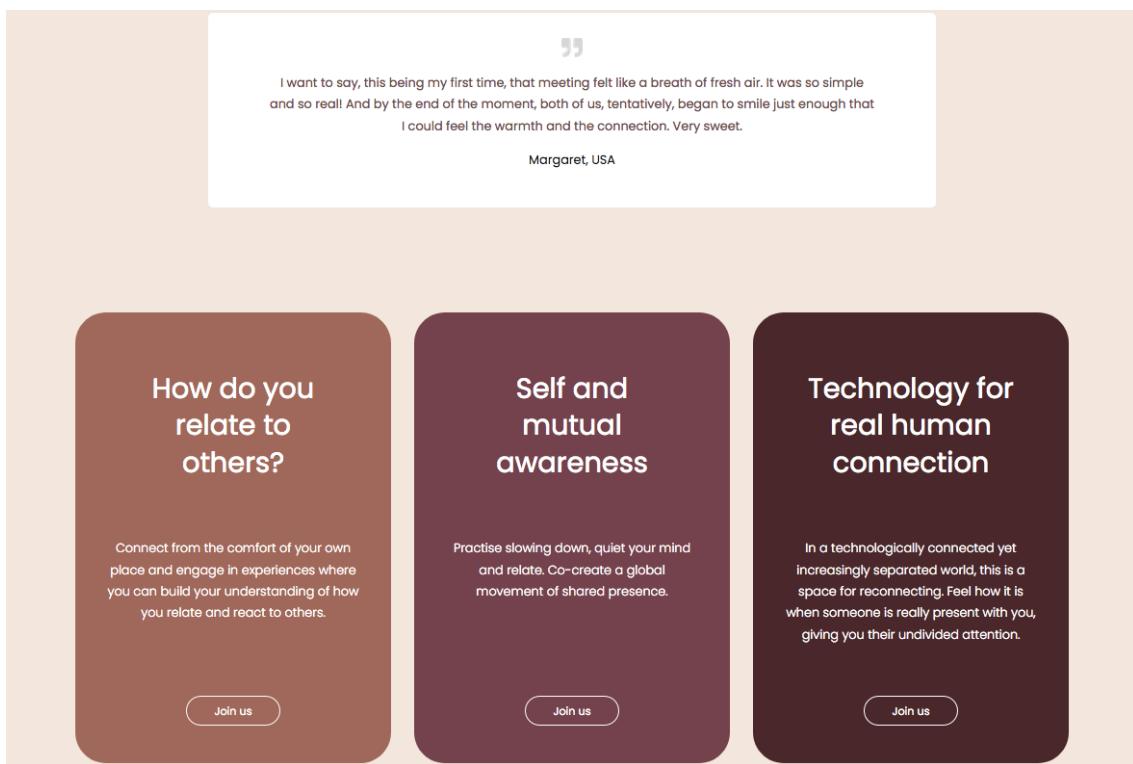


A simulação da co-presença: o botão Connect [Conecte-se] convida ao gesto técnico e ao vínculo – uma ambiguidade desejável nesta cenografia.

Abaixo dessa imagem, paráfrases dos enunciados iniciais reforçam o convite à experiência de imersão: conecte-se a um outro para além de quaisquer barreiras geográficas, linguísticas ou culturais. Finalmente, antes do rodapé, mais três elementos cenográficos, sempre na mesma paleta aconchegante, especificam uma vez mais a experiência de imersão numa profunda intimidade. Mas, nestes enunciados (figura 4), a dimensão pragmática da experiência – olhar nos olhos de um outro, ficar em silêncio e desacelerar – leva a uma abstração conceitualizadora do serviço oferecido: trata-se de uma oportunidade de observar-se no modo como se estabelece uma relação, cultivando uma serenidade capaz de engendrar um grande movimento global, sustentado por uma tecnologia precisamente adequada para isso. O depoimento de “Margaret” (veja-se a intimidade do primeiro nome apenas) é uma estratégia bastante conhecida em marketing: a citação direta tem efeito de veridicção e, aqui, nesta cenografia, de partilha da experiência imersiva. Margaret nos diz que estar com um outro na tela foi simples, acolhedor, terno. Não há o que temer, basta “estar presente”.



Figura 4: Screenshot da rolagem a partir da capa do site <https://www.human.online>, acesso 18 jul. 2020.



A semântica do conforto (com elementos de segurança garantida e de pertencimento a uma ampla comunidade de apoio) renova: é como “respirar ar puro”.

Consideremos ainda os elementos cenográficos que fecham essa aba inicial⁹:

1. logo abaixo do que está nessa figura, há um botão para doações em valores pecuniários (em euros) com o seguinte enunciado: “Help keep the Human Minute free” [Ajude a manter o Minuto de Humanidade livre]. Cabe observar que “Minuto de Humanidade” é aí um substantivo próprio. Grafado em letras maiúsculas, designa a experiência de imersão, o serviço em si, formulando uma espécie de síntese do que se veio descrevendo na rolagem dessa aba inicial;
2. acompanhando alinhadamente as três imagens anteriores, três boxes trazem três novos enunciados conclamando ao engajamento, que é um pertencimento a uma comunidade – “Join us” [Junte-se a nós] –, e todos os botões levam a uma mesma aba em que se pode logar via Facebook ou via email, para fazer um cadastro. Veja-se que o pertencimento a essa comunidade está diretamente ligado aos dispositivos de que cada um pode se valer e aos aplicativos que se costuma usar.

⁹ Nesta altura, se estivéssemos em uma aula, não em um capítulo de livro, discutiríamos: por que *site* e não *blog*? Ambos são urls... Ambos podem ser chamados de “página”... Ambos podem ter abas... Por ora, fica o registro da pertinência de pensar sobre os gêneros na sua conjunção com a dimensão técnica em que esses gêneros se textualizam e circulam. Chamemos de “site” o que é mais estável e institucional, enquanto um “blog” referirá algo que pode até ser parte de um site, sua parte mais dinâmica, destinada a sucessivas postagens. E *postagem*, seria um hipergênero? Como se vê, a questão é prolífica.

No rodapé, logotipos que são também links (hipergêneros?) indicam quatro instituições. Uma em holandês, cujo slogan diz “De coração”, e outras três em inglês, que oferecem: cursos de formação para o exercício de um “diálogo global”; um laboratório mundial, o Kindlab, que “investiga as causas e as consequências da bondade” em um “mundo que está em crise”; e finalmente uma instituição que faz “wokrshops” e oferece serviços de “coaching”, sobretudo para escolas, procurando, com seus “palestrantes inspiradores”, seguir “transformando vidas, dia a dia, com a Bondade”.

Trata-se do arremate da rolagem da aba, na qual se vão acumulando elementos de uma semântica de comprometimento (engajamento em uma causa) com a Bondade (uma gentileza serena a ser aprendida e exercida). É como se o convite a olhar nos olhos de um outro durante um silencioso minuto fosse o exercício de preparação para participar desse universo de seres bondosos que, desacelerados, na contramão de um mundo autofágico e cruel, dão-se a chance de reconhecer em si e no outro a condição humana. O “Minuto de Humanidade” é um ritual iniciático.

Então vejamos: o site human.online (esses são os termos que ficam em fonte redonda e negritada no canto superior esquerdo da tela em todas as abas) oferece o seguinte serviço: uma “experiência de contato visual” entre “anônimos do mundo todo”, em “ambiente seguro” e “gratuitamente”. Em termos de regime genérico, do que se trata? Que contratos entre interlocutores supõe? Que práticas socialmente reiteradas evoca ou cultiva? Sua cenografia confirma ou infirma um quadro cênico dado? Estas são as questões que orientam nossa aproximação desse objeto técnico comunicacional.

REGIMES DE GENERICIDADE E HIPERGÊNERO

Em uma apresentação do *gênero* como noção fundamental dos estudos discursivos, Maingueneau abre assim o tópico “O gênero na Análise do Discurso”:

Se os analistas do discurso concordam em pensar que a noção de gênero tem um papel central em sua disciplina, é porque esta não apreende os lugares independentemente das palavras que eles autorizam (contra a redução sociológica), nem as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante (contra a redução linguística) (2006, p. 233).

Com base nisso, pode-se dizer que a perspectiva dos gêneros de discurso nos leva a pensar sobre as formas de estabilização dos sentidos dadas por limites que se definem nas confluências da língua com a organização social. Precisamente aí falamos em *discurso*. Por definição, as fronteiras são o tempo todo ameaçadas e novamente demarcadas, condicionadas que estão ao jogo de forças estabelecidas historicamente. O discurso é um cerco prenhe de escapes, os gêneros são modos de cercar.

Façamos um breve sobrevoo. Paulo Leminski tratou radicalmente desse movimento em seu *romance-ideia*, o *Catatau*, em que a personagem central é um decalque de Descartes (chamado *Cartésio*) deslumbrado no contato com os trópicos, maravilhado diante de uma indizível *terra brasiliis*, cujo exotismo transcende qualquer ordenação jamais estabelecida. Mas é um maravilhamento “cartesiano”: esse indizível vai sendo dito do modo como parece razoável dizê-lo, entre a análise racional e o êxtase epifânico. *Entre ambas as coisas, e não ora uma, ora outra.* No fluxo de tudo o que a personagem vê e pensa, os efeitos de sentido são vislumbres do indescritível, do impensável. A certa altura, nas páginas iniciais do parágrafo único que compõe todo o *Catatau*, Cartésio delira diante do monstro textual chamado Occam¹⁰. Enquanto segue na sua aventura de *esperar o explicador* (chamado *Artisczewski*), Cartésio vai pensando sobre tudo o que anota, sobre a forma como faz as anotações, sobre o que há nelas de reconhecível e sobretudo o que lhe escapa:

O monstro vem pra cima de monstromim. Encontro-o. Não quer mais ficar lá, é aqui-monstro. Occam deixou uma história de mistérios peripélicos onde aconstrece. Occam, acaba lá com isso, não consigo entender o que digo, por mais que persigo. Recomponho-me, aqui — o monstro. Occam está na Pérsia. Quod erat demonstrandum, quid xisgaravix vixit. Eis isso. Isso é bom. Isto revela boa apresentação. Assim foi feito isso. Algo fez isso assim, isso ficou assim (...) Que faz isso aqui? Isso serve para ser observado. Só para ser visto, só se passa isso. Aqui dá muito disso. Aqui é a zona disso. Agora se alguém desconfiar, ninguém duvide. Isso muda muito. (1989, p. 18).

Esse “absurdo racionalizado” registra – ou parece tentar registrar – numa interlíngua de código linguageiro muito próprio, o reconhecimento de fronteiras que, então, se desfazem. É um “absurdo” partilhável porque dá pistas do que pretende ser: essa é uma narrativa possível num *romance-ideia*, etiqueta proposta pelo autor, com a qual orienta ou pelo menos predispõe seus interlocutores. Algumas pistas de enquadramentos inteligíveis são disseminadas no fluxo dos jogos imprevisíveis. É o caso do *Ulisses* de Joyce, por exemplo, ou dos zoos descritos por Guimarães Rosa e de outras experiências radicais de subversão de um procedimento formal previsto por práticas de textualização socialmente estabelecidas. A subversão não existe se não houver enquadramento prévio.

Diante de dados desse tipo, Maingueneau considera que a lista de gêneros é, por definição, indeterminada, já que eles variam conforme os lugares, a época e as coerções próprias de cada um. Caberia, então, ao analista do discurso questionar-se sobre as coerções dos gêneros, passando de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção “institucional”. Isso não

10 Sobre esse antológico monstro textual, diz Leminski: “No *Catatau*, suspeito ter criado o primeiro personagem puramente semiótico, abstrato, da ficção brasileira. Occam é um monstro que habita as profundezas do Loch Ness do texto, um princípio de incerteza e erro, o ‘malin génie’ da célebre teoria de René Descartes. A entidade Occam (Ogum, Oxum, Egum, Ogan) não existe no ‘real’, é um ser puramente lógico-semântico, monstro do zoo de Maurício [de Nassau] interiorizado no fluxo do texto, o livro como parque de locuções, ditos, provérbios, idiomatismos, frases-feitas. O monstro não perturba apenas as palavras que o seguem: ele é atraído por qualquer perturbação, responsável por bruscas mudanças de sentido e temperatura informacional. Occam é o próprio espírito do texto. É um orixá azteca-iorubá encarnando num texto seiscentista” (1989: 208).

significa, evidentemente, que os aspectos formais sejam secundários, mas que é preciso articular o modo de dizer ao conjunto de fatores do ritual enunciativo (1993, p. 35-36).

No *Dicionário de Análise do Discurso*, de 2004, o verbete *gênero de discurso* remonta à Antiguidade, depois cita o uso na tradição da crítica literária, que “assim classifica as produções escritas segundo certas características”, e o uso corrente, como “um meio para o indivíduo localizar-se no conjunto das produções textuais”, depois afirma que há usos variados nas análises de discurso e nas análises textuais, agrupamentos propostos por diferentes teorias, metodologias e recortes (CHARAUDEAU, pp. 249-251). Ou seja: há um farto debate em torno da designação.

Já em *Gênese dos Discursos* (1984), Maingueneau propunha, decerto considerando a recepção de Bakhtin naquela altura, que “o gênero da prática discursiva impõe restrições que se relacionam com o contexto histórico e com a função social dessa prática» (2005, p. 147). Em *Novas tendências em Análise do Discurso* (1987), famoso manual que mapeia o estado da arte de então, o autor fala em *coerções genéricas*, descartando a tentativa de uma tipologia de abordagem discursiva:

Se há gênero a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se-á facilmente que a lista dos gêneros seja, por definição, indeterminada. Finalmente, cabe ao analista definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes (1997, p. 35).

Segundo as formulações teóricas desenvolvidas desde aí, esses recortes são pautados pelo que se define como *cena da enunciação*, que se constrói com base numa dêixis discursiva definida nas relações que se estabelecem entre interlocutores, cuja interlocução se dá em uma *cronografia* e uma *topografia* discursivas. Observando essas dimensões do discurso, é possível depreender que a “eficácia da enunciação resulta necessariamente do jogo entre as condições genéricas, o ritual que elas implicam *a priori* e o que é tecido pela enunciação efetivamente realizada” (p. 40). Podemos dizer, então, que as coerções genéricas delimitam gêneros conforme uma graduação: alguns cercos são menos suscetíveis a escapes que outros, e isso tem a ver com as práticas sociais que os mantêm ou os transformam. A experiência do Cartesius de Leminski tematiza isso. E o reconhecimento dessa dinâmica é que leva à noção de *cena*, dos gêneros como parte de uma *encenação* que atualiza um discurso.

No modelo teórico-metodológico que constrói, o linguista propõe que *cena englobante* designe uma categoria ampla, ligada a um campo de práticas relativamente difuso embora delimitável, é o tipo de discurso; conjugada a ela, a *cena genérica* compõe o *quadro cênico*, uma vez que localiza, nesse campo de práticas, os atores implicados, prescrevendo o lugar e o momento adequados, assim como a estrutura textual e sua inscrição em um dado suporte – portanto, cena englobante e cena genérica definem um quadro que é anterior à enunciação; e *cenografia* é o termo que designa o produto do quadro cênico, a própria textualização.

Com base nesse entendimento, havia uma tendência anterior à web 2.0 de dar por assentado que formulários administrativos, por exemplo, costumam ter apenas uma cena genérica, não uma cenografia própria, enquanto todas as peças de publicidade têm como característica fundamental a necessidade de construir cenografias próprias: uma propaganda de cerveja, por exemplo, resulta do investimento de somas significativas nas pesquisas em que se procura captar representações que o público consumidor potencial faz de *refrescância* ou *alegria*, ou outras qualidades que se hipotetizam como atributos desejáveis do produto *cerveja*. Em todo caso, parece que esse entendimento não vale para os mídiuns digitais, nos quais até os formulários administrativos têm marca, logotipo, leiaute customizado. A cenografia nesses mídiuns é sempre a alma do negócio.

Isso torna mais pertinente, cremos, o que Maingueneau propõe em 2002. São três regimes genéricos: *gêneros autorais*, impostos pelo autor ou pelo editor, espaço de ação do sujeito tático; *gêneros rotineiros*, cujos integrantes têm papéis definidos *a priori* e que tendem a perdurar, dispositivos de comunicação social historicamente condicionados; e *gêneros conversacionais*, nos quais as forças restritivas horizontais predominam, e suas delimitações são das mais movediças (p. 147-8). Passa, então, a ver os gêneros autorais como um tipo de gênero rotineiro e formula um esquema de entendimento dos gêneros discursivos que agrupa *tipos* de textualização bastante variados em apenas dois *regimes* de discurso bem distintos: *gêneros conversacionais* e *gêneros instituídos*. Estes últimos são os que pesquisa: os *gêneros instituídos* “não formam um conjunto homogêneo”, são “aqueles que não implicam uma interação imediata” e “podem ser distribuídos em uma escala de acordo com a habilidade do falante de categorizar sua estrutura comunicativa e, especialmente, de elaborar uma ‘cenografia’” (2002, p. 149). De certo modo, todos os gêneros instituídos podem admitir traços de estilo singularizantes, manobras formais recorrentes e conjugadas, caracterizadoras de uma maneira peculiar de dizer o dito.

Como há uma grande diversidade de gêneros instituídos, o autor propõe outra graduação. Fala em *gêneros instituídos de primeiro grau*, que estão submetidos a pequena ou nenhuma variação, fórmulas rigorosamente preestabelecidos (lista telefônica, certidões etc.); *de segundo grau*, nos quais se espera dos interlocutores que produzam singularidades conjugadas a roteiros mais rígidos (noticiário de tevê, correspondência de negócios); *de terceiro grau*, que admitem variações cenográficas (como um guia de viagens, que pode ser apresentado em forma de conversa entre familiares); *de quarto grau*, que permitem e mesmo requerem a invenção de *cenários de fala*, mas sem questionar as estruturas impostas pelo gênero (propagandas, programas de entretenimento na televisão etc.); e *de quinto grau*, os “mais autorais”, para os quais a própria noção de gênero põe um problema; são “consequência de uma decisão pessoal, os vestígios de um ato de posicionamento interior a um determinado campo, geralmente inscrito na memória coletiva” (p. 151). Aqui está a máxima ênfase no trabalho cenográfico. Lembremos: a

cenografia se desenvolve no curso da textualização, estabelecendo progressivamente seu próprio dispositivo de enunciação, procurando, em seu desenrolar, tornar-se convincente, instituindo a cena enunciativa que lhe dá legitimidade dentro das coerções englobantes e genéricas. Ela implica um processo circular:

(...) a cenografia aparece, ao mesmo tempo, como ponto de origem do discurso e aquilo que o engendra; ela legitima um enunciado que, em contrapartida, deve legitimá-la, deve estabelecer que esta cenografia da qual vem a fala é precisamente a cenografia requerida para se enunciar como convém, de acordo com o caso, o político, o filosófico, o científico, para se promover determinada mercadoria... (...) O dito do texto deve permitir a validade da própria cena através da qual os conteúdos surgem (2004, p. 50).

Apoiado em considerações dessa ordem, Maingueneau elabora, então, quatro *modos de genericidade* para o regime de gêneros instituídos: os de *modo 1* são os mais estabilizados, tais como praxes administrativas e correspondências comerciais, nos quais os participantes são intercambiáveis, e os desvios do enquadramento indesejáveis, senão impossíveis; os de *modo 2* são mais individualizados, mas seguem uma cenografia preferencial, na qual cabem pequenos desvios, desde que não des caracterizem a cena genérica (por exemplo, um programa político enunciado por meio de uma conversa entre colegas de trabalho); os de *modo 3* são «mais autorais», para além de sua individualização, sua singularidade está em traços da identidade que cria na interlocução, procurando seduzir e convidar à aproximação, portanto define posicionamentos e estilos; os de *modo 4* são os «propriamente autorais», próximos dos de modo 3, caracterizam-se por um efeito de enunciação soberana, para a qual o quadro cênico é insuficiente, posto que manobras várias podem modificar o curso do enquadramento-primeiro, por isso estão mais claramente ligados ao efeito autoral.

Essa distinção dos modos de gêneros instituídos não se apresenta como uma base para a composição de tipologias; antes, visa abordar discursivamente o fato de os arranjos textuais constituírem-se em gêneros discursivos, e há dos que são bastante estáveis até os que chegam a uma instabilidade desconcertante, como o *Cataatau* de Leminski ou, para dar um exemplo bastante conhecido, o fenômeno do teatro que destituiu a quarta parede, desfazendo noções há séculos assentadas, como as de palco, público, espetáculo etc. Os regimes de genericidade e, dentro de um deles, os modos de gêneros instituídos viabilizam o reconhecimento de fronteiras e dos percursos preferenciais das discursivizações¹¹.

Definida essa metalinguagem, voltemos ao site human.online. Não há dúvida de que se trata de um regime de gêneros instituídos. Mas sua cenografia evoca aspectos do regime de gêneros conversacionais: a intimidade estabelecida face a face na emulação da co-presença, um certo léxico e outros elementos cenográficos já descritos acima produzem o efeito de sentido de uma conversação, embora se trate de uma conexão. E a ambiguidade do

11 Para detalhamento do percurso que Maingueneau faz e que aqui apenas esboçamos, detalhamento que inclui uma reflexão muito esclarecedora sobre as relações que esse percurso estabelece com as propostas de M. Bakhtin, ver CAVALCANTI, 2013.



termo é produtiva: *conectar-se* humanamente a um outro implica, aqui, nesta cenografia, conectar-se via site, usando dispositivos de conexão à web.

Não há dúvida, também, de que não se trata de um material que chamaríamos, segundo a tradição, de “autoral”, todavia, se considerarmos os modos de gênero acima descritos, temos de classificar esse site entre o 3 e o 4; ou, pelo menos, parece possível dizer que os modos 1 e 2 não se aplicam. Do que se trata, então?

Seguimos com Maingueneau que, em seu recente manual introdutório à análise do discurso (2015), propõe vermos na web uma “aplaiação das diferenças entre cenas genéricas” (p. 62). Diz:

Na web, esse enfraquecimento da cena genérica e da cena englobante (onde se distingue o político, o religioso, o publicitário...) acompanha uma hipertrofia da cenografia digital, que tem pouco em comum com a cenografia estritamente verbal [...] a cenografia digital pode, então, ser analisada em três componentes:

- um componente iconotextual (o site mostra imagens e ele mesmo constitui um conjunto de imagens na tela);
- um componente arquitetural (um site é uma rede de páginas acionada de uma determinada maneira);
- um componente procedural (cada site é uma rede de instruções destinadas ao internauta).

A cenografia digital resulta da interação entre estes três componentes, que podem convergir ou divergir: por exemplo, uma cenografia procedural muito didática pode contrastar com uma cenografia iconotextual “poética” (cores pastel, tipografia elegante...) (MAINGUENEAU, p. 162/163).

Podemos dizer, assim, que *human.online* tem uma cenografia fortemente procedural, mas que se desdobra com os efeitos de sentido convocados pela composição iconotextual que se impõe, conduzindo a uma semântica mais ritual do que instrucional. Para usar os termos de Maingueneau, mais “poética” do que “didática”. Essa dimensão iconotextual da cenografia, como vimos, emula um regime de genericidade conversacional, emulação que se assenta na formatação possível numa arquitetura típica da web, que supõe “uma rede de páginas” que deve ser “acionada” para ser o que é. A interação é um requisito estrutural.

Assim, o engajamento na causa da Bondade está ritualizado não só na adesão ao discurso que no site se textualiza, mas também nos gestos que essa adesão implica: abrir, clicar, cadastrar-se, posicionar-se frente à tela de um certo modo, etc. E é um convite que vai sendo feito aos poucos, na rolagem da aba principal¹². Às vezes somos levados a abas secundárias, e só uma delas custa muito a se apresentar ao navegante. Rapidamente algum item do menu ou algum botão na cenografia da aba inicial leva à aba de doação ou à de cadastramento; mas, para conhecer os termos de uso, é preciso que o usuário encontre, no

¹² Não desenvolveremos aqui a relação entre *leitor* e *navegante*, bastante discutida em trabalhos recentes na Linguística Aplicada. Importa registrar que há, na navegação, uma fluidez distinta da leitura vivida até o fim dos anos 1990, e isso tem a ver com os mídia. Da perspectiva da técnica, um clássico pode ser consultado: CHARTIER, 1999.



cantinho do rodapé, o único link que não se oferece como aba no menu superior: Terms. Só nessa aba uma cenografia procedural prevalece nos itens contratuais típicos de um modo de gênero 1. Itens se sucedem. Neles, somos informados de que se trata de um aplicativo administrado a partir de Tallinn, na Estônia, e, portanto, com base na sua legislação: “These Terms of Use will be governed by and interpreted in accordance with the laws of Estonia” [Estes Termos de Uso são informados e interpretados com base nas leis da Estônia]. Não se diz quais leis nem onde encontrá-las.

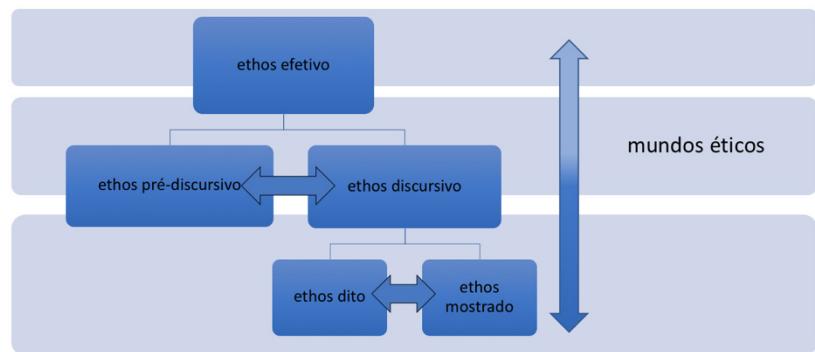
Se somos navegadores experimentados e queremos saber qual é a legislação da Estônia, descobrimos numa vasta oferta de postagens que, desde meados dos anos 2000, o país decidiu assumir uma posição fortemente atrativa de empresas de tecnologia digital. Tem, por isso, a legislação mais aberta e flexível sobre a comercialização de produtos e serviços, pouco ou nenhum imposto e burocracia mínima para empresas na área.¹³

Mas por que importaria legislar sobre o Minuto de Humanidade que se oferece como experiência segura e gratuita aqui? Porque esse hipergênero site, cuja cenografia hipertrofiada oferece gratuitamente uma experiência de imersão como um ritual iniciático de pertencimento a um movimento global, é também um mídium, como veremos adiante: um objeto técnico que dá sustentação ao mundo ético que o criou.

MÍDIUNS E MUNDOS ÉTICOS

A noção de mundos éticos faz parte de uma síntese sobre a dinâmica do que Maingueneau chama de *ethos efetivo*, a imagem de si que resulta de uma interlocução.

Figura 5: Diagrama do ethos efetivo (SALGADO; DELEGE, 2018).



Mundos éticos são conjuntos de valores, crenças e imaginários socialmente estabelecidos e cultivados por comunidades discursivas

Este diagrama sintetiza Maingueneau (2008), um texto seminal, que é retomado em diversos trabalhos: o *ethos efetivo* se produz numa conjugação de aspectos de um *ethos pré-*

13 Ver, por exemplo, no site da UNESCO, a postagem intitulada “Global lessons from Estonia’s tech-savvy government”, disponível em <https://en.unesco.org/courier/2017-april-june>, último acesso 18 jul. 2020.



discursivo (que reúne expectativas e projeções dos interlocutores) e um ***ethos discursivo*** (que emerge da cenografia, atualizando um discurso), sendo que este último se compõe na dinâmica de textualização que explicita menos ou mais assumidamente traços éticos: há sempre um ***ethos mostrado*** na seleção dos elementos constitutivos da cenografia, e pode haver um ***ethos dito*** nos casos em que o locutor se volta explicitamente para a apreciação desses traços “próprios”, falando de si mesmo.

As setas duplas no diagrama indicam as dinâmicas em jogo, e todos esses componentes se assentam, como sugerem as linhas de fundo, nos estereótipos socialmente estabelecidos, portanto nas crenças, valores e imaginários que o autor chama de ***cenas validadas***, aquelas exaustivamente retomadas a ponto de definirem as linhas de força das conjunturas em que emergem os enunciados. Essas cenas validadas radicam nos ***mundos éticos***. Estes têm a ver, então, com as condições de produção de um discurso textualizado e designam fundamentalmente aspectos da ordem do sensível que participam da tessitura do material inteligível numa textualização.

Importa sublinhar que se trata de uma teoria dos imaginários que não dispensa os argumentários; antes, leva em conta dimensões evocadas (sugeridas, suscitadas) pelo arranjo textual, das quais emerge a voz garantidora do que se diz. O ***fiador***, como propõe Maingueneau, é um corpo e um caráter evocados, delineados na cenografia. Esse corpo e esse caráter são fabulados conforme os modos de portar-se previstos numa dada comunidade, de movimentar-se no espaço como membro de uma dada organização social. A voz fiadora dá garantias (ou se supõe que devia dar) que visam à ***incorporação*** dos interlocutores, que aderem a um dito por meio de um modo de dizer. E aí está a força argumentativa do ethos:

o discurso não resulta da associação contingente entre um “fundo” e uma “forma”; é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos, e o modo de legitimação de sua cena discursiva (MAINGUENEAU, 2008, p.74).

Especificando esse entendimento, acrescentamos a noção de ***mídiun***, que Maingueneau, como outros analistas do discurso, empresta de Régis Debray¹⁴. O mídiun é o objeto central da midiologia, que estuda as mediações (e não as mídias, como as traduções brasileiras do termo ***mediologia*** podem fazer crer). Dessa perspectiva, põem-se em relevo os objetos técnicos. Trata-se de assumir este raciocínio:

Por um lado, privilegiando a dimensão diacrônica, perguntar-nos-emos por quais redes de transmissão e formas de organização se constituiu esta ou aquela herança cultural. De que maneira foram instituídos os “pensamentos fundadores”? Qual meio

¹⁴ Em *Discurso Literário*, retomando trabalhos dos anos 1990, Maingueneau aborda “problemas de mídiun” aludindo a Debray numa citação que reproduzimos: “A mediologia tem por objetivo, através de uma logística das operações de pensamento, esclarecer a questão lancinante, indecidível e decisiva, declinada aqui como ‘o poder das palavras’, acolá como ‘eficácia simbólica’ ou ainda como ‘o papel das ideias na História’, a depender do que se é: escritor, etnólogo ou moralista... Ela gostaria de ser o estudo das mediações através das quais ‘uma ideia se torna força material.’” (DEBRAY, 1991 apud MAINGUENEAU, 2006)



físico e mental tiveram de atravessar, de que maneira negociaram com ele, que tipo de compromisso tiveram de aceitar? E a questão dirigir-se-á tanto à grande religião histórica quanto à ideologia secular, tanto à esfera de influência quanto às capelinhas. Por outro lado, privilegiando o corte sincrônico, perguntar-nos-emos de que maneira a aparição de uma aparelhagem modifica uma instituição, uma teoria estabelecida ou uma prática já codificada. De que maneira um novo objeto técnico leva um campo tradicional a modificar-se? Por exemplo, qual efeito as gerações sucessivas de imagens gravadas (a fotografia, o cinema, o sistema digital) tiveram sobre a administração da prova nas ciências? (DEBRAY, 2000, p. 139)

Os objetos técnicos participam da produção dos sentidos na medida em que implicam inscrição material de uma ideia e sua difusão. Nos termos de Maingueneau, “a transmissão do texto não vem depois de sua produção; a maneira como o texto se institui materialmente é parte integrante do seu sentido” (2006, p. 212), uma forma de retomada de Debray:

A “coisa a ser comunicada” não existe antes e independente daquele que a comunica e daquele a quem é comunicada. Emissor e receptor são modificados, interiormente, pela mensagem que trocam entre si; além disso, a própria mensagem é modificada pelo fato de circular. (2000, p. 62):

Com isso, podemos dizer que o mídium é um imbricamento do que se tem referido nos estudos discursivos por *circulação* com o que se costuma referir nos estudos da linguagem por *suporte*. Podemos dizer, enfim, que o mídium se define na articulação de um *vetor de sensibilidade* a uma *matriz de sociabilidade* (DEBRAY, 2000).

As matrizes de sociabilidade, instituições fiadoras de discursos, são *organização materializada* (OM), ou seja, configuram o modo como a sociedade disciplina práticas e cultiva valores, produzindo sistemas de objetos técnicos.

Os vetores de sensibilidade, dispositivos inscricionais que afetam os sentidos de um texto, são *matéria organizada* (MO), são os próprios objetos técnicos que resultam de lógicas de uso e impõem lógicas de uso, nem sempre coincidentes, e que convivem também com resistências ou apropriações não previstas.

A metodologia discursivo-midiológica consiste, então, em conjugar OM/MO. No caso do site *human.oline*, quando consideramos que é um mídium, assumimos que ele é um objeto técnico, que sensibiliza os que com ele têm contato numa dada direção semântica – pensemos na paleta, nas formas arredondadas, no léxico que convida ao engajamento na Bondade –, e que, como tal, dá sustentação a uma matriz de sociabilidade, a instituição ou o *pool* de instituições que se põem como difusor do site e de seus serviços, e que é por ele difundido. Essas instituições que se apresentam como organizações da sociedade civil cultivam, juntas, certos valores e crenças, suscitam imaginários que a eles correspondem, e organizam materialmente esse cultivo num site que oferece um serviço – o ritual iniciático que prepara para o engajamento numa luta maior, global, pela gentileza entre as pessoas.

Depreendemos da descrição que fizemos do site, que a senhora que nos impacta

convidativamente é a figurativização de um corpo e de um caráter da voz que afiança o que se diz na aba que vai sendo rolada: o convite ao Minuto de Humanidade, o convite para se cadastrar, o convite para doar dinheiro. Todos os elementos cenográficos que podemos ver nas figuras 1, 2, 3 e 4 apontam para esta matriz das matrizes: a Bondade. Uma Bondade que pode ser ensinada, que deve ser cultivada, que nos salvará da crise.

É esse o mundo ético que se define nesse mídium, o de uma Bondade que depende da nossa capacidade de nos conectarmos a um outro, serenamente, sem exigir informações ou delimitações prévias. Os logotipos que são links nos levam a uma sucessão de imagens que vão, em cadeia mais ou menos difusa, a depender da navegação que se faz, estabelecendo esse mundo, as pessoas que dele fazem parte – e que ecoam no enunciado “Join us”, que se repete em várias abas.

Pensemos nessa relação OM/MO em um exemplo bem familiar porque mais antigo, uma embalagem de suco, por exemplo. Com os vários discursos de que é portadora (representações, explicações e justificações obrigatórias), remete a uma corporação alimentícia ou a uma produção orgânica local. Em cada caso, evoca toda uma rede de produção, distribuição e consumo que não é só do suco, mas de tudo o que sua formulação nutricional e a estética em que se oferece fazem vibrar como formas de estar no mundo, circunscrevendo um lugar que participa de uma rede intrincada de valores: materializa discursos estabelecendo seu mundo ético. Isso vale também para um periódico científico, para um livro de poemas, para o portal de um governo, para um perfil numa rede social. São todos força material de *transmissão*:

Sem essa OM – bolsão de neguentropia, enclave da ordem trabalhado com meios técnicos e grande esforço na desordem circundante, micromelho constituído com grande dificuldade, forma quase substancial extraída de um meio ambiente mais ou menos amorfo –, a pura e simples translação de MO, através do espaço e do tempo, avançaria para a entropia máxima (interferências, perdas na linha, fossilização, repetição, extinção). Fazer uma cadeia de sentido obriga, para impedi-la de se desfazer, a refazê-la incessantemente com a ajuda de elos vivos. Em suma, se não há transmissão cultural sem técnica, também não há transmissão puramente técnica. (DEBRAY, 2000, p. 25)

Assim, entendemos que um mundo ético está sempre ligado a matrizes de sociabilidade, são elas as instituições que produzem e põem em circulação os objetos técnicos que para elas apontam e que, numa retroalimentação, fortalecem. Aquelas entidades que estão indicadas no rodapé do site precisam do site, deste e dos sites delas próprias, para mostrarem que existem, para serem reconhecidas em sua existência. Essas entidades dão sentido ao Minuto de Humanidade como ritual ao mesmo tempo que o ritual, a cada vez que é feito, dá sentido a essas entidades.

Olhar o site como mídium nos leva a vê-lo na sua dimensão de materialidade inscricional, no que faz pulsar, em termos de sentidos (frequentemente organizado em hipergêneros, como vimos), e naquilo em que se apoia para produzir essa pulsação (MO/OM). E isso nos

exige, finalmente, lembrar que, se se trata de considerar suporte e circulação imbricados, é necessário considerar que um site não é só o que vemos da tela para cá, ele é também uma sofisticada arquitetura da tela para lá, digamos. Um fluxo de dados se distribui por diferentes infovias e converge informando tudo aquilo que se vê na aba principal do human. oline. São dados produzidos ou reunidos por equipes que pensam os protocolos precisos com que cada unidade informacional mínima chega a um certo ponto e se coaduna a muitas outras para que a fonte não serifada e a paleta sépia componham o que chamamos tão tranquilamente de “página”. Uma rede técnica supercomplexa, inclusive com a ultraprecisão do streaming, é necessária ao singelo ritual de olhar nos olhos do outro. E ainda é preciso achar o justo lugar em frente à câmera para que isso se produza, como lemos na aba “How to Use” [Como usar]. A questão técnica é central nessa experiência de imersão em nossa “condição humana”.

Neste ponto, voltamos à questão: por que legislar sobre esse Minuto de Humanidade oferecido? Nos Termos de Uso, lemos que o objeto do contrato que se deve aceitar para usar o serviço oferecido no site – Your Content [Seu conteúdo] – seja áudio, texto, imagem ou outros materiais que se decida disponibilizar, partilhar ou tornar acessível durante o uso do serviços – pode ser reproduzido, adaptado, publicado, traduzido e distribuído em qualquer mídia por human.oline, e não exclusivamente. Frisa-se: o serviço human.oline não pode ser responsabilizado pelo que terceiros eventualmente farão com esses conteúdos. Isso valendo para sempre, de modo irrevogável.¹⁵

É sobretudo nesse item dos Termos que vemos a questão técnica em toda sua extensão: o site coleta e comercializa dados. Todo tipo de dado que possa ser coletado durante um minuto: IP, histórico de navegação, geolocalização... e também elementos faciais, ritmo de respiração, íris, reações emocionais... Não é, de fato, um serviço gratuito. Os usuários concordam em pagar pelo serviço com seus dados, pelos quais jamais reclamarão, em nenhuma circunstância, conforme reza o contrato.

Como sabemos, os dados são hoje a moeda mais valiosa. Por isso o estímulo ao engajamento é a base do funcionamento do mundo digital no tempo presente: temos de fornecer dados para alimentar o sistema que nos oferece produtos e serviços, modulando-nos. Em nome da precisão e da eficácia, a datificação da vida leva à produção de curvas, modelos... estudados pelas entidades que, a partir deles, organizarão a vida social. A discussão sobre a privacidade na rede, ainda pouco compreendida na sua dimensão política,

15 Reproduzimos integralmente o item Your Content dos Termos de Uso na versão do site atualizado em 10. de setembro de 2018, segundo data que encabeça essa aba: “In these Terms of Use, “Your Content” shall mean any audio, video text, images or other material you choose to display, share or make available through our Services. By displaying, sharing or making available Your Content, you grant Human Online a non-exclusive, worldwide irrevocable, sub licensable license to use, reproduce, adapt, publish, translate and distribute it in any and all media. This section shall survive expiration or termination of this agreement. Your Content must be your own and must not be invading any third-party’s rights. Human Online reserves the right to remove any of Your Content from our Services at any time without notice.” (último acesso 18 jul. 2020).

tem a ver com isso. A bandeira criptopunk, que prevê linguagem de programação nas escolas como um conhecimento básico, também¹⁶.

Nesta altura, o funcionamento básico da web é a modulação de comportamentos, que pode ser vista como um “estágio da microeconomia da interceptação de dados pessoais”, no qual se produz um “encurtamento do mundo de indivíduos e segmentos” para que possam ser geridos:

A captura e a colheita de dados é o primeiro passo. O armazenamento e a classificação desses dados devem ser seguidos pela análise e formação de perfis. Diversos bancos de dados podem ser agregados a um perfil pelas possibilidades trazidas pelo Big Data. Os sistemas algorítmicos modelados como aprendizado de máquina devem acompanhar os clientes das plataformas em cada passo, reunindo informações sobre os cliques dados, os links acessados, o tempo gasto em cada página aberta, os comentários apagados, entre outros. (SILVEIRA, 2018, p. 38-39)

Com isso,

robôs têm lido nossos e-mails mais íntimos e apresentado respostas possíveis ao remetente. Isso passa despercebido para grande parte das pessoas e tem sido compreendido como “algo natural da tecnologia”. O poder de tratamento das informações é legitimado por um entorpecimento subjetivo diante das vantagens oferecidas pelas tecnologias apresentadas pelas corporações. São tecnologias que reforçam o que Guatarri chamou de servidão maquinica. Ao organizar nossas práticas cotidianas em torno dessas corporações, passamos de utilizadores a dependentes de suas tecnologias. (SILVEIRA, 2018, p. 43)

Human.online é um desses potentes mineradores de dados, e seu serviço ritualístico, o Minuto de Humanidade, é uma dose de narcótico típica do atual período.

A INTIMIDADE UBÍQUA

Todo o tempo estivemos falando dela, marcadamente desde a descrição da aba inicial do site human.oline. O dado é modelar no que tange ao entendimento do fenômeno. Nele funcionam hipergêneros, como janela, link e botão, que nos remetem a outros, como email, perfil ou tutorial. E embora o site abrigue gêneros instituídos de modo 1, como é o caso dos Termos de Uso, vimos que predomina uma cenografia de regime genérico conversacional, desdobrando uma semântica de aconchego. Um aconchego que leva a participar de um movimento em escala global, um paradoxo.

Considerando o site como objeto técnico, pudemos propor que seja entendido como um mídium: vimos que ele sensibiliza os usuários para um ritual, tanto pela cenografia que

¹⁶ Julien Assange, o preso político mais conhecido hoje, é ícone desse movimento, que propõe transparência para as instituições e privacidade para os cidadãos. A tortura de anos por que o ativista vem passando e a iminente condenação à prisão por quase 200 anos têm sido administradas pelo governo dos EUA desde os vazamentos que explicitaram procedimentos do Exército estadunidense, como a execução sumária de civis. Whistleblowers como Chelsea Manning ou denúncias como as de Edward Snowden sobre a espionagem da NSA compõem o amplo quadro de luta por um sistema de comunicação digital tecnicamente acessível e eticamente justo.

produz quanto pelos dispositivos que demanda desses usuários, pois há gestos necessários na relação com esses dispositivos para que o Minuto de Humanidade se dê; e vimos quais são as entidades a que esse objeto técnico atende, quais valores e crenças elas, por meio dele, cultivam. Assim o ritual íntimo facilita o pertencimento a uma causa planetária. Talvez até pudéssemos evocar Gandhi aqui, na famosa frase que lhe é atribuída: *seja a mudança que você quer ver no mundo*. Enunciado frequentemente parafraseado por um convicto slogan individualista: “eu faço a minha parte”. Com esses parâmetros se constrói a Bondade do mundo ético em tela.

Diante disso, podemos nos perguntar de que modo estar sentado em sua cadeira, em sua casa, usando seu dispositivo de conexão para olhar, numa posição bem calculada, os olhos de um outro que não se sabe quem é, nem onde está e com quem não se falará jamais, pode transformar o mundo em crise? Esse ritual, ou a doação à entidade que o promove, de fato conectam o usuário a uma causa transformadora? De quê exatamente?

Mas há mais, a coleta que aí se produz, ensejando os cruzamentos de dados que serão devolvidos em forma de instruções modeladoras, faz, a partir de um modelo hiperabarcante, uma customização ímpar, é o marketing *one to one*: a tecnologia digital permite que empresas do mundo todo ofereçam, no mundo todo, exatamente aquilo que se calculou que cada um de nós quer ou pode querer ou deve querer. Os gostos e preferências rastreados nos resíduos de nossas navegações, somados aos metadados dos mídiuns que visitamos, nos devolvem nossas indiossincrasias e peculiaridades – nos cards da Netflix, nos anúncios que flutuam ao lado das postagens, nas variadas notificações e até mesmo no combo de notícias que os portais corporativos oferecem a cada dia. Tudo feito sob medida. Uma medida que vamos assumindo como efetivamente nossa.

Por que admitimos essa auto-abdicação (Han, 2017)? Parece que quanto mais ansiamos por uma conexão com um outro, mais encontramos de nós mesmos. Como é o caso no *human.online*, um “ambiente seguro” porque “o outro” não representa risco ou ameaça, afinal não pode, de nenhum modo, apresentar-se na sua diferença, não há como haver discordância, dissenso ou desarmonia, tudo está garantido para que seja quase como olhar-se no espelho. Na famosa expressão de McLuhan, somos narcisos amantes de gadgets que individualizam mais e mais, prometendo o céu como limite. O smartphone é um exemplo contundente: seu modelo, sua capinha, os aplicativos baixados, as senhas, as digitais, o reconhecimento facial... tudo nele é pessoal e intransferível, guarda segredos inclusive! E é com ele que se entra em contato com o que está distante, alhures, além, o tempo todo, a qualquer tempo. De fato, conectamo-nos só com as bolhas que ajudamos a construir – a família, os amigos, as páginas especializadas, os fandoms... Podemos ir a qualquer site, embora costumemos ir àqueles que o buscador oferece com base em nossas próprias navegações; podemos assistir a qualquer vídeo, embora costumemos assistir àqueles que o algoritmo da plataforma julga serem os que gostaremos de ver.

Admitimos a auto-abdicação porque estamos há muito mergulhados em ritos cotidianos de dispositivos que sempre dão a ver cenografias de espaços individuais, personalizados. Engajamo-nos nessa auto-abdicação porque, querendo pertencer a algo maior, preenchemos perfis e avatares com fotos interessantes, cenografando uma vida que merece ser vista (mais que vivida, talvez). Aplicativos como o Instagram são hoje um ápice do que vimos aprendendo desde os primeiros desenhos da internet de plataformas: mostre-se, e faça-o conforme a curva que caracteriza o ponto em que você está nesse jogo. Construa, dia após dia, esse pertencimento dizendo quem você é. Esse é o trabalho que não cessamos de fazer.

O mensageiro Whatsapp é também um mídium emblemático. Além dos disparos feitos a partir da coleta de dados que segmenta fortemente os usuários, os gêneros que circulam nesse mensageiro têm um jogo especial de fianças: quem é o fiador de um meme? E de uma notícia que não vem assinada por ninguém? Como se pôde acreditar em coisas como uma “mamadeira de piroca” durante as eleições de 2018? A legitimidade da mensagem que, disparada massivamente, chega às telas customizadas, num espaço íntimo, pessoal, está afiançada por quem envia a mensagem ou pela voz que ali é balizada por valores e crenças que já se tem, ninguém se arrisca aí como em um espaço público, onde se é confrontado por contraditórios, contradições, contrários.

Aceitamos e bloqueamos perfis (pessoas?) no Facebook, no Twitter, no LinkedIn, no Tinder... E supõe-se que é preciso, para ter vida social, frequentar essas plataformas e aplicativos, nos quais, crendo estarmos diante de um mundo de possibilidades, escolhemos minuciosamente, com critérios próprios e modulados, que conexão acontecerá, descartando tudo o que parecer inadequado ou incômodo.

A intimidade ubíqua é essa estranha experiência em que estamos imersos na atual arquitetura da web. Uns mais outros menos, estamos todos afirmando e reafirmando uma identidade que nos é telecomunicada, massivamente tecnoconstruída para ser customizada ao nível do único. A solidão típica do tempo presente tem aí suas raízes.

Podemos, então, entender como essa lógica enfraquece o quadro cênico, ou como o enfraquecimento do quadro cênico favorece essa lógica. A conjugação do tipo de discurso com o gênero em que se textualiza supõe movimento entre limites; um tipo de discurso e um gênero de discurso definem-se socialmente, historicamente, estabelecendo campos, comunidades... A predominância de hipergêneros, cuja “formatação com restrições fracas pode recobrir gêneros muito diferentes”, favorece (ou mesmo exige) o trabalho de cenografias hipertrófiadas, e assim as textualizações têm pouco compromisso com o cumprimento de contratos prévios e o respeito a combinados.

E há mais, ainda. A pandemia de Covid-19 tem escancarado a intimidade ubíqua no mar de *lives* que suscitou. Esse hiperônimo – *live*, um termo em *plain english*, essa língua de todos e de ninguém – designa entrevistas, reuniões, assembleias, audiências, sessões

de terapia, e toda forma de contato pelas telas que configura o que se tem chamado de *home office*, outro termo da mesma interlíngua. Não nos parece apenas um estrangeirismo que compõe a interlíngua dos hipergêneros dos mídiuns digitais. *Teletrabalho*, o termo preconizado em português, enfatiza o trabalho; *home office* enfatiza o espaço íntimo (o lar, e não a casa) no qual, entre outras coisas, se trabalha.

Nas muitas situações deste confinamento pandêmico, pelas janelinhas que se abrem nas telas, entra em nosso lar o mundo do trabalho, afetando as relações que ali se cultivam. E todos na casa têm de lidar com sua publicização, pois, no recorte das janelas, cada um de nós aparece cenografando-se com estantes de livros, gatos ou os azulejos da cozinha, enquadramentos que dão a ver como vivemos privadamente. E é preciso lidar com os indesejáveis mas inevitáveis vazamentos do microfone, quando o esquecemos aberto ou uma falha técnica nos prega a peça. Estamos em casa mas não podemos nos sentir em casa, é preciso equacionar esse impossível, avesso da epifania de Cartesius: quanto mais adentramos esse mundo de formatações frouxas, mais alerta ficamos, vigiando-nos para lidar com muita atividade cenográfica e poucas garantias genéricas.

A tensão causada por essa hipertrófia parece estar em máxima potência. No momento em que encerro este texto, há vazamentos cotidianos que já não são do microfone aberto desavisadamente. “Vaza” o pensamento, contra todo o decoro que certos mundos éticos previam: são muitos já os casos de palavrões, explosões e xingamentos em plena sessão solene de um tribunal, por exemplo. Como não está claro o enquadramento dado, nada parece ser de fato classificável como subversão. Indícios de que o espaço público se altera profundamente conforme a experiência da intimidade vai sendo cenografada para a ubiquidade.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. A presença do conceito gênero de discurso nas reflexões de D. Maingueneau. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 2, 2013, pp. 429-448. Disponível em encurtador.com.br/gsAHI
- CHARAUDEAU, Patrick. **Gênero de discurso** [verbete]. Trad. Vanice Maria Sargentini. In: CHARAUDEAU; MAINGUENEAU (orgs.). **Dicionário de Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 249-251.
- CHARTIER, Roger. **Do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- DEBRAY, Régis. **Transmitir:** o segredo e a força das ideias. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.



DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; FERÉ, Liz. Ethos discursivo [dossiê]. In: **Letras Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 3, jul-set. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/aLNOQ

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação - a construção biofísica, linguística e cultural.** São Paulo: Annablume, 2000.

HAN, Byung-Chul. **A agonia do Eros.** Trad. Enio Chiachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

LANIER, Jaron. **Bem-vindo ao futuro.** Uma visão humanista sobre o avanço da tecnologia. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMINSKI, Paulo. **Catabau.** 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária.** Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Discours, intertextualité, langue. In: **Champs du signe**, n. 13/14, 2002, pp. 197-210.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. Trad. Emilia Lopes et. all. In: MACHADO; MELLO (orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso.** Belo Horizonte: NAD, FALE, UFMG, 2004, pp.43-58.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos.** Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação.** Trad. Sírio Possenti e Cecília P. de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar edições, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA; SALGADO (orgs.) **Ethos discursivo.** Trad. Luciana Salgado. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso.** Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MOROZOV, Eugeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar; POSSENTI, Sírio. Ethos discursivo em diversas dimensões [dossiê]. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61 [publicação contínua], 2019. Disponível em: encurtador.com.br/fqzDF

SALGADO, Luciana. A interlíngua de “Atrás da Catedral de Ruão”. In: **Crítica e Companhia**, Campinas, ano VI, 2006.

SALGADO, Luciana Salazar. Cibercultura: tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora.

ABRIATA et all. (orgs). **Leitura: a circulação de discursos na contemporaneidade**. Franca: Unifran, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/exUV1

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. Edição revista. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016. [pdf gratuito na editora.]

SALGADO, Luciana Salazar; DELEGE, Marina. Mundo ético e mídium: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. In: **Letras Hoje**, vol.53, n.3, 2018, pp.374-385.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Sesc, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In SOUZA; AVELINO; SILVEIRA (orgs.). **Sociedade do controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

SPIERKERMANN, Erik. **A linguagem invisível da tipografia** – escolher, combinar e expressar com tipos. Trad. Luciano Cardinali. São Paulo: Blucher, 2011.

Do contar ao mostrar, ou estar entre textos de naturezas distintas: o caso de Novecentos, o pianista do mar

Julia Scamparini

JÁ HÁ ALGUM TEMPO NÃO É INCOMUM estudar outras linguagens e artes em institutos e faculdade de Letras no Brasil, lugar em que muito se discute e se pratica a interdisciplinaridade, sobretudo quando o professor pesquisador é responsável por lecionar em um curso que se propõe a formar pessoas e profissionais que atuarão *entre culturas*. Este é o caso dos professores de línguas estrangeiras, os quais, muitas vezes caminham por entre teorias linguísticas, pedagógicas e literárias, unindo dedicação e esforço extraordinários. Nesta reunião de possibilidades de pesquisa e de ensino que normalmente se organizam pelas etiquetas de estudos de literatura x estudos de língua/ linguística/ linguagem, lecionar disciplinas de cultura estrangeira caberia a quem? O que se define por *cultura* é tão vasto quanto rico, e o conceito permite que o professor se restrinja ao absolutamente linguístico ou literário, como é - era? - de praxe, ou procure lançar-se em terrenos outros e totalmente afins ao que se entende por cultura, como é o caso do cinema. Para não abrir mão de exemplos, o recém-formado curso de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO tem como documento norteador um projeto pedagógico¹ inovador com relação ao que se conhece e se pratica concretamente em outras universidades cariocas e brasileiras, e muito receptivo ao que um professor da área terá que encarar futuramente em sala de aula: crianças ou adolescentes que transitam como nunca antes entre a vida real e a virtual; que narram a si próprios com palavras e também imagens, pois carregam no bolso uma câmera que faz fotos e filmes; que dão sua opinião publicamente onde quer que seja. Hoje, quem quer se formar em Letras, não pode abrir mão de compreender textos de forma mais dinâmica, de compreender imagens não como ilustrações textuais, mas como enunciados textos, para, assim, saber lidar criticamente com gêneros híbridos, com a publicidade como interlocutor onipresente, para saber discernir discursos superficiais de assuntos complexos, cientes da variada gama de sistemas semióticos que formam a malha discursiva à qual se tem acesso ininterrupto. Ao mesmo tempo, os estudos sobre a estrutura linguística e sobre a arte literária mantêm sua importância, e em sua defesa não é necessário argumentar, pois que ainda são e serão o alicerce da maioria dos Institutos de Letras do país.

¹ Acessível em <http://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/Proj.PedagogicoCursodeLetras.pdf>

De qualquer forma, propostas de cursos mais recentes, como a da universidade citada como exemplo, são a prova cabal de que um estudo introdutório a respeito das imagens é necessário para o profissional de Letras. Apesar de que, mesmo nos cursos mais tradicionais, os pesquisadores da área já não a ignoram há muito tempo, é claro, sejam da Linguística ou da Literatura. O que se nota com muita clareza, no entanto, é a necessidade de que os alunos passem de usuários da imagem a críticos da imagem, assim como se tornam críticos literários e da língua(gem), após terem sido apenas leitores e usuários da língua durante toda sua vida.

Este trabalho gira em torno das relações entre um livro e um filme, mais especificamente, entre um conto/monólogo e sua adaptação filmica, ambos produtos artísticos italianos. Suas discussões iniciaram em sala de aula, numa disciplina de língua italiana em que tratávamos gêneros textuais secundários. O livro havia sido escolhido como a leitura do semestre, e naquela aula acabou por ganhar destaque. A adaptação filmica foi sugerida como estudo suplementar.

Esta primeira página de digressão ensaística nada mais é do que uma defesa dos estudos da imagem, ou, mais utópica e especificamente, dos estudos de adaptação para os alunos de Letras. Os estudos de adaptação, em geral, são desenvolvidos por profissionais das Letras, mas que se dedicam a uma maior compreensão da linguagem cinematográfica no âmbito da pós-graduação. Outras formas de aproximação crítica à imagem poderiam participar dos cursos de Letras, também, mas sabemos que a resistência é forte.

Ao adentrar o terreno das discussões deste campo de trabalho, enfrentamos dois tipos de julgamento: um relacionado ao profissional que pratica a interdisciplinaridade, outro relacionado ao filme, uma vez que o juízo de que o livro adaptado foi “traído” pelo produto audiovisual é quase que naturalizado. Isto demonstra que, apesar de toda a discussão sobre uma provável morte do livro, sobre a baixa dedicação à leitura pelos jovens, e a euforia em torno de plataformas como Netflix, por exemplo, quando se fala em adaptação, o critério que entra em jogo é o da “fidelidade”: se o filme não se demonstra “fiel” ao texto original, ou seja, se não contar a história do jeito que ela é imaginada pelos leitores, é invalidado por este público leitor-espectador. Pois aí vemos uma contradição: então as pessoas leem, sim, e mais: são capazes de julgar o que é um produto cultural bom ou ruim. Não fosse pelo critério adotado, haveria motivos de comemoração apenas. Mas é justamente o critério da fidelidade o ponto de partida para esta defesa da adaptação, que aqui se faz com o amparo de Robert Stam:

A teoria da intertextualidade de Kristeva, com raízes no “dialogismo” de Bakhtin, enfatizou a interminável permutação de traços textuais, e não a “fidelidade” de um texto posterior em relação a um anterior, o que facilitou uma abordagem menos discriminatória. Enquanto isso, o conceito bakhtiniano proto-pós-estruturalista do autor como harmonizador de discursos preexistentes, paralelamente à degradação foucaultiana do autor em favor de “um anonimato difuso do discurso”, abriu o caminho para uma abordagem à arte “discursiva” e não-originária. A atitude bakhtiniana diante do autor literário enquanto situado num “território interindivi-

dual” sugere uma atitude de reavaliação no que se refere à “originalidade” artística. A expressão artística é sempre o que Bakhtin chama de “construção híbrida”, que mistura a palavra de uma pessoa com a de outra. As palavras de Bakhtin a respeito da literatura como uma “construção híbrida” aplicam-se ainda mais obviamente a um meio que envolve a *colaboração*, como o filme. A originalidade total, consequentemente, não é possível nem mesmo desejável. E se na literatura a “originalidade” já não é tão valorizada, a “ofensa” de se “trair” um original, por exemplo, através de uma adaptação “infiel”, é um pecado ainda menor. (STAM, 2008, p. 21)

Teórico do cinema, Robert Stam argumenta justamente contra o critério da fidelidade como juízo de valor, que desmerece as adaptações, sem que se pese a importância das narrativas e de sua circulação social. É prova disso o narrador benjaminiano, que por conta dos avanços tecnológicos se transforma e passa a caminhar ao lado de outros corpos midiáticos para a profusão de histórias, desde a imprensa até, mais tarde, o cinema. Somos constituídos de linguagem, imagens e também narrativas, diária e culturalmente, e as formas de transmissão de sentidos vão tomando novas formas conforme o tempo passa, tecnologias surgem, e o ser humano se adapta.

Também o pensamento toma novos rumos. Em *Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade*, Stam desenha um panorama pós-estruturalista bastante elucidativo para demonstrar que a hierarquia entre literatura e cinema dissolveu-se - apesar de ainda permanecer forte quando nos localizamos no âmbito das adaptações. Ele cita a emergência dos estudos culturais, a desconstrução derridiana, a dissolução barthesiana e foucaltiana do autor, a teoria performativa, mas fundamenta sua defesa principalmente no pensamento dialógico de Bakhtin, que serve de base para a intertextualidade de Kristeva, e, mais especificamente para o caso de adaptações, a hipertextualidade de Genette: “A ‘hipertextualidade’ se refere à relação entre um texto, que Genette chama de ‘hipertexto’, com um texto anterior ou ‘hipotexto’, que o primeiro transforma, modifica, elabora ou estende. (STAM, 2006, p. 33).

Em *Estética da criação verbal*, ao discutir os gêneros do discurso, Bakhtin afirma que “qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo, etc.). O *dado* se transfigura no *criado*” (BAKHTIN, 1997, p. 348), e afirma também que se “tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte).” (idem, p. 329.) Suas reflexões sobre língua, enunciado e texto relacionadas à concepção de gêneros textuais, primários e secundários, são oriundas de seu pensamento mais abrangente, definidor de toda sua filosofia e ponto de partida para tantos outros desdobramentos teóricos, como os já citados de Kristeva e Genette. Segundo Stam, responsável pela aproximação do pensamento bakhtiniano aos estudos sobre cinema, e também pela defesa da adaptação, conforme já acenado,

O “dialogismo” bakhtiniano se refere no sentido mais amplo, às infinitas e aberdas possibilidades geradas por todas as práticas discursivas da cultura, a matriz de expressões comunicativas que “alcançam” o texto não apenas através de citações reconhecíveis mas também através de um processo sutil de retransmissão textual. Qualquer texto que tenha “dormido com” outro texto, como disse um gracejador pós-moderno, também dormiu com todos os outros textos que o outro texto já dormiu. É essa “doença” textualmente transmitida que caracteriza o troca-troca que Derrida chamou de “disseminação”. O dialogismo, em seu sentido amplo, é central não apenas para o texto canônico da tradição literária e filosófica, mas também para os textos não-canônicos. É central, além do mais, até para expressões que não são

convencionalmente pensadas como “texto”. Embora seja, num sentido, um truís-mo conhecido de Montaigne, que escreveu que “mais livros já foram escritos sobre outros livros do que qualquer outro assunto”, o dialogismo bakhtiniano é bem mais radical uma vez que ele se aplica tanto para a fala cotidiana quanto para a tradição literária e artística. Indo muito além do rastreamento filológico de “fontes” e “in-fluência”, Bakhtin persegue uma disseminação mais difusa de ideias enquanto elas penetram e intervitalizam toda a “série”, literária e não literária, enquanto elas são geradas pelas “correntes profundas e poderosas da cultura”. (STAM, 2006, p. 28)

No âmbito das Humanidades, muitas teorias e pensadores, além do próprio Bakhtin, ainda que não tenham se debruçado sobre o cinema, deixam esta abertura², uma vez que muito do cinema se encontra com a linguagem e a arte literária, pois que ambos contêm, em geral, *história* e *discurso*: socialmente, através de suas histórias reforçam discursos, mantendo o status quo ou tentando mudar o mundo. As histórias, ou mesmo a narrativa de fatos quotidianos, faz parte tanto de nossas práticas artísticas (como criadores ou receptores), como do nosso dia-a-dia - nas palavras de Bakhtin, os gêneros primários tanto quanto os gêneros secundários participam de nossas vidas. Assim, como seres fabuladores, adaptamos nossa competência narrativa a determinados gêneros que nos servem em uma ou outra situação comunicativa, conscientes em maior ou menor grau que as fronteiras entre os gêneros se borram: quanto mais conhecemos o que nos gêneros há de permanente, mais somos capazes de trabalhar nas fronteiras entre um e outro, como realizadores ou receptores.

Os estudos de adaptação vinculam-se ao pensamento dialógico de Bakhtin, às diversas formas de realizar e pensar a intertextualidade e, mais recentemente, a estudos que se organizam sob um guarda-chuva chamado intermidialidade. Sem que agora seja apresentado um aprofundamento epistemológico adequado a respeito, tratar como *mídias* os lugares onde os discursos e narrativas acontecem significa reconhecer a natureza diversa de textos que circulam numa cultura ou sociedade, sem juízo de valor ou hierarquização. Levar em consideração aspectos expressivos midiáticos significa ampliar o olhar comumente centrado na interpretação ou crítica textual interna - que já não prescinde dos diálogos anteriores e posteriores contidos no texto - em direção a aspectos da mídia em questão e, mais importante aqui, às relações intermidiáticas. Neste trabalho limitamo-nos ao livro e ao filme, onde a literatura e o cinema acontecem, mas faremos referência aos pares literatura/livro, cinema/filme, teatro/peça/texto dramático pelo termo *mídia*, sem nos aprofundarmos nas especificidades dos conceitos de materialidade, meio, mediação, que nos levariam a outro tipo de estudo.

O que se propõe é considerar os textos em sua relação com as mídias em que eles se apresentam, em vistas de uma compreensão de como se dá o processo de comunicação entre produtos artísticos. Ou seja, propõe-se tratar uma adaptação *como adaptação* (HUTCHEON, 2011). Mais especificamente, tratar uma adaptação *como adaptação* significa estabelecê-la como um *gênero* que se apresenta em uma mídia mas que se relaciona com outro/a. Em outras palavras, o filme é compreendido não (apenas) como produto artístico individual, mas também e sobretudo como elemento fundamental de um processo, *em uma conversa com o texto que lhe deu origem*, numa abordagem comparatista; suas características filmicas serão observadas em maior ou menor grau pela relação que estabelecem com o hipertexto.

2 A título de exemplo, Michel Foucault escreveu textos curtos sobre filmes (distribuídos pelos volumes de seus Ditos e Escritos), mas não deixou um pensamento sobre o cinema. O livro *Foucault va au cinema*, de Maniglier P. e Zabunyan D. (Ed. Bayard, 2011), reúne tais textos e explora esta lacuna.

Seria análogo a tomar os dois produtos culturais como interlocutores - um significa porque tem o outro em mente, como se o filme enunciasse tendo o livro como seu interlocutor calado, estabelecendo uma clara relação entre o *dado* e o *criado*. Consequentemente, significa olhar para o *diálogo* que se estabelece entre dois *textos narrativos* interconectados por alguns pontos, que pode ser bastante variado:

Madame Bovary, para dar outro exemplo, foi adaptado pelo menos 10 vezes, por diretores da França (Renoir, Chabrol), Portugal (Manoel de Oliveira), Estados Unidos (H. B. Warner, Minnelli), e Índia (Mehta). Cada adaptação joga uma nova luz no romance; Renoir transpõe a literariedade de Emma para a teatralidade. Minnelli enfatiza seus sonhos românticos; Chabrol o lugar-comum das províncias. A versão india, intitulada *Maya* (*Ilusão*) retrata Bovary não apenas através da ótica da filosofia Hindu (“o véu de ilusão”) mas também liga o romantismo de Emma, de forma bastante lógica, não ao romantismo literário europeu mas sim às convenções do musical de *Bombaim*. Assim, Madame Bovary entra no processo contínuo de dialogismo artístico, gerando, após seu surgimento, novos textos, tanto literários quanto cinematográficos, incluindo até textos que não citam explicitamente Madame Bovary. A rosa púrpura do Cairo, de Woody Allen, por exemplo, sendo uma história sobre uma mulher provinciana aprisionada em um casamento opressivo mas sonhando com um romance, pode ser visto como uma atualização cinematográfica de Bovary, na qual os filmes de Hollywood cumprem o papel funcional da literatura romântica. (STAM, 2006, p. 34).

Optar por estudar uma adaptação específica pela perspectiva de seu dialogismo artístico, sua hipertextualidade, sua intermidialidade, teorias que se distinguem mas se complementam, parte de perguntas como: o que uma adaptação filmica tem a dizer sobre a prosa que lhe inspirou? O que recuperou? O que há de diferente em um e outro? Por que estudar este par de livro e filme? E leva a questionamentos como: em que medida este outro texto implica em outra leitura?

A LENDA DE NOVECENTOS, O PIANISTA DO MAR

O protagonista de *Novecentos*, *um monólogo* nasceu em um navio, provavelmente filho de imigrantes europeus, e foi abandonado na ala nobre dentro de uma caixa de papelão, em cima de um piano. O marinheiro que o encontrou batizou-o Danny Boodman T. D. Lemon Novecentos, unindo seu próprio nome, o que viu escrito na caixa-berço e uma homenagem ao século que se iniciava. Quando o pai Danny falece, após um acidente de trabalho, Novecentos desaparece por 22 dias; ao reaparecer, havia aprendido a tocar piano. Tinha, então, 8 anos de idade e, a partir dali, órfão pela segunda vez, torna-se um dos habitantes daquela família de tripulantes que fazia 5 vezes por ano travessias entre a Europa e as Américas.

O personagem Novecentos torna-se emblemático por dois motivos: porque é um pianista de sensibilidade e qualidade extraordinárias, e porque vive toda sua vida no oceano, sem nunca pisar em terra firme.

Esta é a *fabula* contida em um pequeno, e bastante conhecido, livro escrito por Alessandro Baricco, que fez de Novecentos um daqueles personagens que ganham força e escapam para fora da história, carregando-a consigo, fazendo-a ser recontada. Trata-se de uma narrativa tão curta quanto potente, tão condensada quanto profunda.

Antes do leitor chegar a ela, passa por uma apresentação escrita pelo autor:

Escrevi este texto para um ator, Eugenio Allegri, e um diretor, Gabriele Vacis. Eles fizeram um espetáculo que estreou no festival de Asti, em julho deste ano. Não sei se isto é suficiente para dizer que escrevi um texto teatral: mas duvido disso. Agora - que o vejo em forma de livro, parece-me mais um texto que oscila entre uma verdadeira entrada em cena e um conto para ser lido em voz alta. Não creio que exista um nome para textos do gênero. Ainda assim, não importa. Parece-me uma bela história, que valia a pena ser contada. E me agrada pensar que alguém a lerá.

A. B.
setembro, 1994

Conforme se lê, *Novecentos, um monólogo* apresenta-se, de antemão, “no meio de”: entre o teatro e a literatura, seu gênero não existe. Mas o fato de ser descrito pelo próprio autor como “um conto para ser lido em voz alta” aponta para seu caráter performático, como o próprio título já adianta, e confere grande força simbólica - uma característica das pequenas narrativas - a certos elementos que por si só já carregam redes de significação complexas: um navio que faz travessias oceânicas carregando tripulantes e viajantes de classes sociais distintas, a época das grandes guerras, o século dos extremos como marca identitária do personagem; e também a vida inteira de um homem e uma amizade forte e verdadeira (o narrador é o melhor amigo de Novecentos). São signos muito robustos para estarem contidos em 51 páginas de texto, o que nos leva a crer que esta narrativa já contém em si uma potência genética multimidiática (RAJEWSKY, 2010), ou seja, o germe da adaptação.

Esta hipótese explica-se não somente pelas características da *fabula* escrita, já apresentadas, mas pela soma delas com a leitura do texto encontrado na internet³, feita pelo ator Eugenio Allegri (uma espécie de espetáculo teatral radiofônico), mas também pelo filme que Giuseppe Tornatore realiza e lança 4 anos após a abertura do espetáculo teatral e a publicação do livro de Baricco, em 1998.

A *lenda do pianista do mar* é uma grande produção que expande, multiplica, chega a esgarçar os signos do livro acima mencionados. Além disso, é realizado em língua inglesa, apresenta uma quantidade vertiginosa de figurantes, seu tempo de duração supera os padrões filmicos, a música é de Ennio Morricone! Novas cenas são criadas, personagens ganham maior presença, outros aparecem pela primeira vez, cenários são acrescentados. No entanto, apesar das tantas torções adaptativas, muitos dos temas contidos no livro são reiterados: o navio como microcosmo da vida e de suas contradições; um indivíduo

3 Acessar em <https://www.youtube.com/watch?v=Bkrh3SMb7Gs>

paradoxal que reúne ingenuidade, sensibilidade ímpar e uma filosofia de vida particular; a beleza improvável que surge das sombras: o dom da música como reação à dor.

A metáfora da vida simbolizada por este personagem (Novecentos) em seu microcosmo (o navio) é vista por muitos críticos literários como uma metáfora da literatura, já que, por nunca ter descido em terra,

Ele não vive a vida, prefere espioná-la através dos olhos dos passageiros do navio; assim, pelos olhos dos viajantes, ele é capaz de captar cheiros, sabores, nuances e sensações de experiências que, na realidade, ele não viveu. Neste sentido, é uma metáfora da literatura, pois é capaz de tomar para si fatos conhecidos pelas histórias de outros ou somente saboreá-los com a imaginação (GASPARINI, 2014)⁴.

O texto de Baricco não está somente entre o teatro e a literatura, mas prevê, por suas características, a sobrevivência de sua história, de suas imagens e, inevitavelmente, a replicação midiática das mesmas (BORTOLOTTI & HUTCHEON, 2020). Neste sentido, observamos o filme de Tornatore *como adaptação*, ou seja, como um gênero textual cinematográfico singular, em busca de compreender o processo de dialogismo entre o hipertexto verbo-teatral e seu hipertexto fílmico, as transformações dos gêneros canônicos que se apresentam (em maior ou menor grau) nos dois produtos midiáticos, o aprofundamento de temas, a metalinguagem “disfarçada”, mais ou menos como vemos no Quixote adaptado por Orson Welles (STAM, 2008): se o personagem e sua história podem ser interpretados como metáfora da literatura, o filme consegue ampliar esta relação, reforçando-a como metáfora ou elogio à imaginação?

A TORÇÃO ADAPTATIVA

A despeito da reverência teórica e/ou metodológica que guia o trabalho de análise, algumas concepções são hoje indiscutíveis e unâmines no campo da pesquisa em cultura, tais como as que aqui discutimos brevemente, quais sejam, as noções de dialogismo e gênero de Bakhtin, a intertextualidade de Kristeva, e também o a constatação de que a intermidialidade é um fenômeno cultural de base. A respeito deste último conceito, menos conhecido, ainda que não o discutamos aqui em toda sua complexidade⁵, é difícil discordar de que compreender uma mídia acarreta a compreensão de sua relação com outras. Se a relação do cinema vista a partir da literatura chega a ser óbvia, visto que desde os primórdios a sétima arte bebeu em fontes literárias, hoje também a literatura ou o livro são compreendidos a partir do cinema: a ficção circula por meio de filmes tanto ou mais que por meio de livros. As interferências são em via dupla e, a título de exemplo,

⁴ Depoimento encontrado em Patria Letteratura - Rivista Internazionale di lingua e letteratura: <http://www.patrialetteratura.com/rileggendo-novecento-alessandro-baricco/>. Tradução minha.

⁵ Para uma discussão sobre a pluralidade de significações e aplicações teórico-metodológicas do termo, ver Rajewsky, 2020.

perceber recursos de montagem em narrativas literárias, ou encontrar livros inspirados em filmes, hoje não é tão difícil. Considerado o cenário teórico de relações intermidiáticas de várias espécies, nos filiaremos às reflexões de Rajewsky: a intermidialidade interessa enquanto “categoria de análise concreta de textos ou de outros tipos de produtos das mídias” (2012, pag. 23), a qual ela subdivide entre casos de a) combinação de mídias, b) referências intermediáticas e c) transposições midiáticas - neste última subcategoria, estão localizadas as adaptações.

Ao pensar criteriosamente os conceitos de *fabula* e *syuzhet* relacionados a diferentes mídias, termos oriundos do formalismo russo que em geral são traduzidos no português por história e discurso⁶, e no italiano por *storia* e *trama*, Gaudreault e Marion (2012) oferecem uma tripartição interessante para que pensemos a adaptação como *adaptação*, numa espécie de “desmontagem” necessária para se perceber com mais clareza o diálogo entre a fonte literária e o filme. Eles dizem:

Uma ficção [...] é o resultado de três tipos de intervenção criativa: (1) uma intervenção em termos de invenção, o famoso *inventio* da retórica clássica, que gera os diversos elementos da história sendo contada; (2) uma intervenção que tem a ver com a organização, tendo ligação com a estruturação da história, que pode ser identificada com a *dispositio* da retórica clássica; e finalmente 3) uma intervenção no nível da expressão, por meio de uma mídia, dos elementos narrativos já “inventados” e “ordenados”. Esta divisão tripartida em termos de níveis de realização [...] nos permite colocarmos de forma muito mais clara a questão da relação entre ideias narrativas e restrições específicas de uma mídia diversa. (GAUDREAU & MARION, 2012, p. 118)

Sem reportar aqui as discussões que os autores empreendem a respeito do par *fabula* e *syuzhet*, faremos uso da tríade discutida através da nomenclatura derivada do mesmo artigo. *Fabula*, *syuzhet-estrutura* e *syuzhet-texto* serão os norteadores das observações acerca do livro-monólogo *Novecento*, em sua relação com o filme *La leggenda del pianista sull'oceano*, ou *The legend of 1900*. A *fabula* diz respeito à história como “virtualidade”, como se existisse a despeito de estar encarnada em uma mídia. A estrutura e o texto comporão o que compreendemos como narrativa, ou como a história é contada. O que mais nos interessa aqui, no entanto, é justamente a separação entre a organização do que se conta (*syuzhet-estrutura*) e o texto em sua expressão (*syuzhet-texto*), que por sua vez tem relação inseparável com a mídia onde, então, a “*fabula estruturada*” encarnará.

Conforme já acenado, a problemática toda se apresenta no título e na apresentação impressa no livro, obrigando-nos a transitar entre duas mídias, teatro e literatura, e entre dois gêneros destas categorias, o monólogo e o conto. A estes textos acrescenta-se a performance radiofônica e, por último, o filme. São quatro mídias diversas (teatro-texto dramático / literatura-livro / radio-transmissão radiofônica? / cinema-filme) que

⁶ No âmbito dos estudos literários. O termo *história*, por sua vez, é usado na maior parte texto de forma a-teórica, referindo-se a narrativas, mas já tentando desprender-se do *como* se narra.

compartilham da mesma *fabula*, cada uma em sua especificidade e com sua complexidade singular. No que se refere à estrutura narrativa, no entanto, as três primeiras diferem muito da última, e é deste ponto que começaremos nossa análise.

Antes, um comentário⁷. A narrativa que servirá de ponto de partida conta com um sistema sínico apenas, o verbal, simbólico, sendo que o cinema é uma mídia complexa, que conta não só com o sistema verbal (diálogos, narração e imagens na cena), mas com outros sistemas sínicos, icônicos e também possivelmente simbólicos, como a imagem (fotografia em movimento), e som (vozes, ruídos e música). Uma das primeiras grandes mudanças na passagem da *fabula* para o filme foi justamente uma questão linguística, pois que Tornatore adota o inglês como língua primordial. O italiano comparece na fala dos imigrantes do navio, todos viajantes da terceira classe. Baricco escreve seu “conto para ser lido em voz alta” em sua língua, o italiano, e ainda que saibamos que o diretor em questão habitualmente usa o inglês em seus filmes, talvez por questões contratuais ou econômicas, ou ainda de vaidade em ser rotulado como cineasta universal e não cineasta italiano, a substituição linguística sugere uma possível leitura imperialista do filme. Não podemos esquecer que o título original é *Novecento*, uma forma que os italianos têm de fazer referência aos séculos, e que a história começa justamente em janeiro de 1900, quando nasce o menino batizado com o nome de sua época, momento histórico de intensa imigração às Américas. Se observadas as primeiras cenas do filme, o que vemos é um imenso navio lotado de imigrantes que celebram a chegada na América. O mesmo ocorre no texto verbal, mas a imagem mental e a imagem fotográfica de um navio, assim como a menção à presença de imigrantes comparada à apresentação a uma quantidade vertiginosa dos mesmos parece sublinhar algo a respeito do que representa “a América”, ou seja, os Estados Unidos, para aquelas pessoas, na abertura do século dos extremos.

O núcleo da *fabula* inclui dois personagens principais, o pianista e Max, grande amigo e narrador da história, dentre outros que compõem a família marinha de Novecentos: Danny, seu pai, o capitão do navio, o maestro. Outros ainda são passageiros, como o senhor que lhe conta da primeira vez que viu o mar e de sua decorrente percepção da imensidão da vida. Este depoimento impressiona Novecentos, e será a faísca para sua decisão de descer em terra firme, que acaba não se realizando. Todos estes personagens aparecem no filme de forma bastante fiel, no que diz respeito à *fabula*, mas suas presenças são sublinhadas - como, em geral, no filme, *tudo* é reforçado, num procedimento metódico de esgarçamento. Mas o que mais interessa com respeito aos personagens são aqueles criados por Tornatore, ampliando a *syuzhet-estrutura*, e o que podemos concluir quando relacionamos estes personagens com o que a história originária apresenta.

⁷ Um aprofundamento a respeito requer uma análise literária mais criteriosa, a qual não entra no escopo deste trabalho por ter ele caráter mais discursivo de que literário.

Um deles é o dono de uma loja de instrumentos musicais, outros dois personagens são os profissionais responsáveis pelo atraso na explosão do navio, no pós-guerra. A importância deles é dupla: por um lado, atuam na resolução de um “problema cinematográfico”, o da impossibilidade de transmutar o narrador literário em narrador fílmico⁸. Max parte-se em três: torna-se a voz off que apresenta o filme, personagem da história narrada, e, dentro da trama, contador da lenda de Novecentos. Por outro lado, os personagens criados têm o papel de interlocutores, ouvintes da história de Novecentos, tornando-se uma espécie de recipientes de um bela história que deve ser passada adiante - assim, reiterando um dos temas lançados pelo livro.

Ele dizia: “Você não está verdadeiramente frito enquanto tiver de reserva uma boa história e alguém para quem contá-la.” Ele tinha uma... boa história. Ele era a sua boa historia. Pensando bem, meio doida, mas bonita... E naquele dia, sentado sobre toda aquela dinamite, presenteou-me com ela. Porque eu era o seu maior amigo, eu... E afinal fiz bobagens, e se me virarem de cabeça para baixo, não sai mais nada dos meus bolsos, até a trompa eu vendi, tudo, mas... aquela história, não... aquela eu não perdi, está aqui ainda, limpida e inexplicável como só a música era, quando, no meio do oceano, era tocada pelo piano mágico de Danny Boodmann T. D. Lemon Novecentos⁹. (BARICCO, 2000, p. 16)

O trecho acima é bastante representativo da proposta literária bem como dos procedimentos de transmutação intermídia, quando o comparamos ao filme. No excerto, temos a narração de Max, na qual se inclui uma fala do pianista sobre a importância de uma boa história. É mencionada a venda do trompete de Max quando, após a 2^a guerra, ele está sem recursos. Também se observa por este excerto a dinâmica de organização temporal: entrelaçam-se o tempo em que a historia é narrada pelo narrador, marcada por tempos verbais do pretérito, e o tempo da própria história, ou seja, de quando os amigos habitavam o barco - marcada pelos diálogos entre ambos.

Estas observações são importantes porque serão alteradas no que se refere à estrutura e no que se refere ao texto fílmico (*syuzhet-estrutura* e *syuzhet-texto*). A organização temporal não equivale no que diz respeito à ordem dos eventos vividos e narrados - no excerto, que está em uma das páginas iniciais do livro, cita-se o momento da despedida definitiva dos amigos, ou seja, o fim da história - mas equivale nas duas mídias no que diz respeito à dinâmica de tempos. Assim, a alternância entre narração e encenação se mantém como estrutura narrativo temporal tanto no livro-monólogo quanto no filme-adaptação. Com a diferença de que no filme, outro tempo-espacó é acrescentado, pois Max é personagem também quando narra.

⁸ Para um maio entendimento da questão, ver Scamparini, Julia. O narrador autoficcional na literatura e no cinema. Scripta Uniandrade, vol. 16, 2018.

⁹ A tradução feita no Brasil carece de revisão.

A menção à venda do trompete também é valida de nota. No livro, nada além deriva desta condição de Max, mas, no filme, é o ponto de partida para a narração da história: na loja de instrumentos, um misterioso disco encontrado pelo proprietário, cuja música é tão bela quanto desconhecida, é reconhecida por Max como de autoria de seu amigo. A partir daí, existe o motivo para que a história de Novecentos seja contada.

Transformar uma menção rápida no livro em longas sequências de importância fundamental para o filme é uma constante observada quando está em análise a adaptação *como adaptação* - e torna-se *syuzhet-estrutura* do filme. Neste caso particular do disco encontrado pelo vendedor de instrumentos, serve também como primeira materialização da música, elemento que, no texto originário, não tem como não ser apenas alusão. A música faz parte da complexidade midiática do cinema, então, é como se, paradoxalmente, se tornasse menos opaca ao passar da página ao audiovisual. Por não se realizar na página literária (não estamos levando em conta nesta análise o espetáculo teatral ou a transmissão radiofônica) e, ao mesmo tempo, por ser um dos traços definidores do protagonista, tem uma presença fanstasmagórica que ganha corpo na imaginação do leitor. A dar-lhe peso, uma presença do mundo real: o jazzista Jelly Roll Morton é personagem do livro e do filme, e perde um duelo contra Novecentos, numa das passagens/cenas mais importantes tanto no texto adaptado, quanto na adaptação. No filme, a música é efetivamente enunciada; no livro, é descrita desta forma, na página 47, entre parênteses e em itálico: (*Em áudio, começa um trecho de um virtuosismo extravagante, talvez tocado a quatro mãos. Não dura mais de meio minuto. Termina com uma descarga de acordes fortíssimos. O ator espera que termine, depois recomeça.*)

Comentários como este lembram o leitor do entre-gêneros do texto, que contempla o teatro. Outras passagens deixam o leitor curioso a respeito da proposta narrativa de Baricco, como este:

NOVECENTOS

O mar despertou / o mar perdeu o rumo / a
água estoura contra o céu / estoura / enxágua /
separa do vento nuvens e estrelas / furibundo /
desencadeia-se, até quando / não se sabe / dura
um dia / acabará / mamãe, isto / você não me
havia dito, mamãe / nana, neném / o mar te em-
balha / um chifre te embala / furibundo / tudo em
volta / espuma e tormento / louco, o mar / até
onde pode ver / solo negro / e paredes negras / e
redemoinhos / e todos mudos / a esperar / que a
pare / e naufragar / isto, mamãe, não quero fazer
/ quero a água que repousa / que te reflete / pa-
rada / essas / paredes / absurdas / d'água / em-
baixo, a desmoronar / e esse barulho /
quero de novo a água que tu sabias,
quero de novo o mar,
silêncio,
luz
e peixe voador,
lá em cima,
voando.

Primeira viagem, primeira tempestade. Diacho.
Nem bem tinha entendido como era o passeio, e
me pega uma das tempestades mais mortíferas
na história do *Virginian*. Em plena noite, os colhões

... 27 ...

Marcações tipográficas que, para o leitor do livro, localizam a escolha visual do excerto entre uma espécie de instrução cênica e um virtuosismo literário. Parece ter sido uma forma encontrada pelo autor de encenar a tempestade verbalmente, em livro, além de dar instruções cênicas para o ator. Na adaptação, esta passagem se tornará uma das cenas mais “ricas” em termos narrativo-estruturais, pois inaugura a amizade de Max e Novecentos, e também em termos de produção: um piano que, solto, “dança” com a tempestade e, consequentemente, causa prejuízos materiais - a não ser que tenha tudo sido criado por designers.

Outra personagem criada por Tornatore é uma mulher por quem o pianista se encanta. Ela também tem dupla função na adaptação, uma estrutural e outra midiática. Seu papel é metonímico, servindo de ligação entre a renúncia, marca principal do protagonista da fabula, e a música. A relação íntima de Novecentos com sua música, que não tem pai nem mãe (autodidata e sem formação qualquer), fica explícita no filme quando ele executa uma

peça musical impactado pela visão desta mulher. Na ocasião, estava gravando um disco (no navio, pois que dele nunca desceu) sem saber que aquela matriz tornaria sua música disponível ao mundo. Minutos depois, ao ouvi-la reproduzida, recusa que sua música seja tocada sem sua presença. Nas cenas subsequentes, ele tentará presentear a moça, mas consegue com ela trocar apenas algumas palavras. Ela era a filha do personagem que havia lhe falado da impressão de imensidão da vida causada pelo mar, aquele senhor que lhe havia dado o primeiro impulso para descer do navio. Ela se despede deixando seu endereço, mas, empurrada pelos tantos imigrantes afoitos por descerem do navio, não consegue levar o disco.

Há uma passagem do livro que não comparece no filme. Talvez o cineasta a tenha substituído pela cena descrita acima, totalmente cinematográfica (a beleza da mulher, a “necessidade” de acrescentar um romance à narrativa). Uma passagem do livro que começa assim:

Eu, que não fui capaz de descer deste navio, para salvar-me desci da minha vida. degrau após degrau. Para cada passo, um desejo ao qual eu dizia adeus. Não sou doido, irmão. Não somos doidos quando encontramos a fórmula para nos salvar. Somos astutos como animais famintos. Nada a ver com loucura. É gênio, na verdade. É geometria. Perfeição. Os desejos estavam rasgando-me a alma. Podia vivê-los, mas não consegui. Então, eu os encantei¹⁰. (BARICCO, 2000, p. 67)

A renúncia total às experiências, o encontro extraordinário com a música, a ingenuidade infantil, a compreensão ímpar sobre a própria vida. Novecentos, em suas contradições extremas, talvez seja a personificação do século dos extremos.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

Ao tratar de dialogismo e monologismo, Bakhtin discorre sobre uma:

Concepção estreita do dialogismo compreendido como uma das formas composticionais do discurso (discurso monológico ou dialógico). Pode-se dizer que toda réplica é, por si só, monológica (monólogo reduzido ao extremo) e que todo monólogo é réplica de um grande diálogo (da comunicação verbal) dentro de uma dada esfera. O monólogo, concebido como discurso que não se dirige a ninguém e não pressupõe resposta. Diversos graus de monologismo são possíveis. (BAKHTIN, 1997, p. 345)

A primeira informação que temos sobre *Novecento* é a de que é um monólogo. Sem confundir o espectro semântico dos termos teatral e bakhtiniano, o trocadilho nos ajuda a pensar o texto artístico em sua “dialogicidade não intencional”. Sem a presença do

¹⁰ Com relação à tradução publicada, duas palavras foram alteradas para dar mais fluidez à leitura.

receptor, uma adaptação poderia ser tomada como réplica de um grande diálogo. Mas não réplica vazia, monológica, porque, como todo enunciado complexo, pressupõe outras vozes e, principalmente, porque em si já carrega pelo menos um interlocutor encarnado. Como diz Stam (2006, p. 25), “a teoria contemporânea assume que os textos não se conhecem a si mesmos, e portanto busca o que não está dito (o *non-dit*) no texto. As adaptações, neste sentido, podem [...] preencher essa lacuna do romance que serve como fonte, chamando a atenção para suas ausências estruturais.”

Reunir o nome do livro e do filme no título deste trabalho foi proposital para chamar atenção às relações entre os dois produtos artísticos que não dialogam apenas entre si, com tantas outras vozes, mas também com os lugares discursivos em que ganham corpo, tornando-se textos. No caso desta *fabula* que pede para ser (re)contada, seria preciso investigar ainda mais, em busca de compreendê-la ainda melhor, encontrar novas ausências que se tornam presença, e vice-versa, já que o livro aponta para sua realização cênica (ou vice-versa) e, também, indiretamente, para sua transmutação em filme. Dando continuidade ao ciclo, a adaptação reforça a reitera o valor das boas histórias em seu início, meio e fim: o último diálogo acontece entre Max e o senhor da loja de instrumentos, que lhe devolve o trompete sem pedir dinheiro em troca, afirmando que o valor de ter conhecido a lenda de Novecentos, o pianista do mar, é superior.

Para não deixar de voltar à digressão ensaística que introduziu este trabalho, recorto um excerto do projeto pedagógico da Unirio:

Observando-se os currículos das graduações de Letras hoje, ainda voltados predominantemente para a formação de professores de ensino fundamental e médio, preocupando-se apenas em garantir a atuação de seus egressos no magistério, verifica-se a necessidade de uma redefinição dessa área de estudos por meio de uma intensificação do diálogo com novas práticas historiográficas e inter-artísticas, com novos processos de arquivamento, com as mídias e tecnologias (de impressão, acústicas, digitais) ligadas à comunicação oral e escrita, e em contato crítico com a criação literária e artística contemporâneas. (UNIRIO, 2009, p. 6)

Compreender as relações entre palavra e imagem, entre mídias, ou seja, compreender as formas como os discursos acontecem na sociedade em relação uns aos outros é uma das maneiras possíveis de conjugar o que não se reconhece ou se limita às divisões já tradicionais entre literatura e linguística. As histórias parecem dar continuidade a este ciclo de pensamento, ausências, e troca absolutamente humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A LENDA do pianista do mar. Direção de Giusepee Tornatore. Itália: Medusa Produzione, 1998. DVD (170 min.)

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARICCO, Alessandro. *Novecento, un monologo*. Milano: Feltrinelli, 2010.

BARICCO, Alessandro. *Novecentos, um monólogo*. Trad. Y. A. Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

BORTOLOTTI, Gary e HUTCHEON, Linda. *Sobre a origem das adaptações: repensando o discurso e o sucesso da “fidelidade” - biologicamente*. Trad. Camila Figueiredo. In FIGUEIREDO, Camila; OLIVEIRA, Solange; DINIZ, Thais Flores (Org.) *A intermidialidade e os estudos interartes na arte contemporânea*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

CLÜVER, Claus. *Da transposição intersemiótica*. Trad. Thaís Flores Diniz et al. In ARBEX, Márcia (org.) *Poéticas do visível: ensaios sobre a escrita e a imagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

GAUDREAU, André e MARION, Philippe. *Transescritura e midiática narrativa*. Trad. Brunilda Reichmann e Ana Camati. In DINIZ, Thaís Flores (org.) *Intermidialidade e Estudos interartes - Desafios da arte contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Trad. André Cechinel. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

MÜLLER, Adalberto. *Linhas imaginárias: poesia, mídia, cinema*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RAJEWSKY, Irina. *Intermidialidade, intertextualidade e “remediação”*. Trad. Thaís Diniz e Eliana Reis. In DINIZ, Thaís Flores (org.) *Intermidialidade e Estudos interartes - Desafios da arte contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STAM, Robert. *A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação*. Trad. Marie-Anne Kremer e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

STAM, Robert. *Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade*. In *Ilha do desterro*, n. 51, pag. 19-53. Florianópolis, jul/dez 2006.

STAM, Robert. *Bakhtin, da teoria literária à cultura de massa*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Editora Ática, 1992.

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto Político-Pedagógico do curso de Letras*. Rio de Janeiro, 2009.

“Pacote anticrime”: possíveis deslocamentos na cena enunciativa de notícias do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Juliana Ribeiro Azevedo

EM SEUS ESTUDOS SOBRE AS CENAS DA ENUNCIAÇÃO, Dominique Maingueneau atribui à cenografia a propriedade de instituir uma “cilada” para o coenunciador (2004). Por se tratar do primeiro plano do discurso com que tem contato o destinatário do texto, a cenografia tem a capacidade de construir uma situação de enunciação própria ao enunciado, que nem sempre corresponde imediatamente ao sistema de coerções genéricas a que o discurso está submetido.

O acesso ao quadro cênico do discurso, a compreensão do tipo e do gênero a que responde, estaria vinculado à capacidade do leitor de extrapolar o plano cenográfico, compreendendo-o em sua função de validação de uma cena adequada àquela enunciação específica e de seus objetivos. A cenografia promove, assim, um deslocamento da cena de enunciação, à medida que leva o coenunciador a acreditar que está diante de discurso de um tipo e um gênero que, depois, revelam-se diferentes.

O contato com os discursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre o chamado “Pacote Anticrime” provocou-nos uma inquietação a este respeito: é possível que a cenografia construa uma cilada para o coenunciador, sem que a própria enunciação seja suficiente para resolvê-la? Em outras palavras, instiga-nos descobrir se a cenografia pode se instituir de modo a deslocar *planos do discurso* (MAINGUENEAU, 2008b) sem que sua materialidade conduza os coenunciadores à identificação desse deslocamento e, consequentemente, impossibilite-os de comprehendê-la como tal.

Por meio de estudo das cenas de enunciação, com especial atenção ao sistema de coerções genéricas e a sua maior ou menor vocação para a instituição de cenografias variadas, buscamos analisar enunciados produzidos a propósito do “Pacote Anticrime”, no sítio oficial do projeto, a fim de identificar se, como supusemos inicialmente, é possível que se produzam deslocamentos, “ciladas” para as quais a própria enunciação não seja capaz de oferecer solução.

A escolha deste material para a composição do córpus está relacionada à preocupação com o contexto de “atualização” das políticas criminais do atual governo do país. Não é novidade, para aqueles que se interessam pelo campo da criminologia e das políticas criminais, que o fortalecimento do poder punitivo, longe de ter eficácia para a redução da

violência e da prática de ilícitos penais, destina-se muito mais ao controle das populações consideradas “indesejáveis” por um modelo de sociedade incapaz de (e explicitamente não destinado a) promover igualdade de direitos e acesso a recursos materiais e políticos a todos e todas.

Considerando-se os acontecimentos políticos dos últimos anos no Brasil, notadamente os desdobramentos do golpe político-institucional que destituiu a Presidenta da República Dilma Rousseff no ano de 2016, é possível observar um recrudescimento do conservadorismo (economicamente liberal) que historicamente marca a política brasileira¹. Os discursos de ódio às diferenças e aos diferentes, a defesa da violência como ferramenta de defesa social e extermínio de tudo aquilo que ameaça a hegemonia da “família tradicional” branca, proprietária e privilegiada, têm sido cada vez mais despudoradamente defendidos. À luz do dia. Nos mais variados fóruns de interação pública, política e social. O extremo dessa situação é o que parece ter-nos conduzido à eleição de um presidente de ideias abertamente racistas, misóginas, homofóbicas.

E é no contexto da gestão deste presidente que se propõem as reformas legislativas que foram denominadas “Pacote Anticrime”, tendo como autor o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que, não por acaso, foi o juiz federal que conduziu os mais relevantes (e controversos) julgamentos contra o grupo político que representava o governo deposto pelo golpe, na chamada “Operação Lava-Jato”. Daí a preocupação em conhecer os discursos que circulam no âmbito institucional do Poder Executivo acerca de tal proposta, a fim de oferecer mais elementos para a compreensão do projeto político de destruição de direitos fundamentais e democráticos em marcha na atualidade.

Para isso, apresentamos inicialmente a abordagem teórico-metodológica que deve nortear a pesquisa e a noção de cenas da enunciação na perspectiva de Dominique Mangueneau. Em seguida, tratamos do percurso que levou à construção do córpus, guiado pela cartografia. Por fim, buscamos identificar e problematizar os dispositivos linguísticos que indiciam possíveis deslocamentos nas cenas instituídas pelos enunciados.

O DISCURSO COMO PRÁTICA

No quadro de uma análise discursiva de base enunciativa, não é possível considerar os discursos como unidades semânticas independentes ou autônomas, analisáveis sem implicação de seu contexto de produção. Trabalhamos, por isso, com a perspectiva de Dominique Mangueneau, no sentido de que o discurso somente pode ser considerado a partir da integração entre social e textual (MAINGUENEAU, 1997).

¹ Para mais sobre o tema, sugerimos consultar Casara (2017; 2018; 2020)

É por entender que o discurso somente se dá na imbricação destes dois campos que o autor recorre à noção de *prática discursiva* para caracterizar justamente a interação entre as *formações discursivas* (elemento textual do discurso) e as *comunidades discursivas* (elemento social). Isso porque, segundo tal entendimento, o texto (seja ele oral ou escrito) não prescinde de subjetividades, investidas em lugares institucionais, que autorizem e legitimem a produção dos enunciados, assim como essas subjetividades e os lugares institucionais que ocupam têm sua existência justificada e validada pelos enunciados que delas emanam (MAINGUENEAU, 1997, p. 55-56).

Tal abordagem requer ao analista, portanto, um exercício de integração dos planos implicados nos enunciados, tanto em relação às condições em que são produzidos, quanto em relação à materialidade textual que os constitui. Em *Gênese dos Discursos*, o autor apresenta, no quadro de uma semântica global, possíveis planos a serem articulados pelo analista em seu trabalho, como é o caso dos temas, do estatuto dos coenunciadores, da intertextualidade etc. (MAINGUENEAU, 2008b).

Não há, no entanto, uma categorização que esgote todas as possibilidades e determine *a priori* todos os planos possíveis, ou que possibilite um recorte que privilegie este ou aquele plano em detrimento dos demais. Os planos que serão postos em relação na análise dependem de uma escolha de certo modo arbitrária do pesquisador, que a faz na medida em que entra em contato com o córpus que pretende investigar (MAINGUENEAU, 2008b).

O córpus, assim como os planos que serão considerados e a metodologia de análise, também não está dado *a priori*, mas depende da produtividade identificada nos movimentos de seleção e fricção entre os enunciados e destes com a teoria, no próprio percurso da análise. Não tratamos, desse modo, de buscar desvendar o sentido de um discurso, mas, antes, de entender que elementos articula, quais instâncias legitima e por quais é legitimado em um dado contexto sócio-histórico: enfim, o processo dialógico de sua circulação. Isso porque

(...) o contexto não se encontra simplesmente *ao redor* de um enunciado que *conteria* um sentido parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria apenas especificar. (...) Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável (MAINGUENEAU, 2004, p. 20, grifos do autor).

É imprescindível abraçar uma “vontade de instabilidade” na realização de qualquer exercício de categorização, a fim de não correr o risco de tomar como estáveis ou exaustivas as categorias a que recorremos. Assim, tendo a noção de discurso até aqui exposta como pano de fundo, passaremos à exposição dos aspectos que consideramos mais relevantes e produtivos para o presente estudo acerca das cenas de enunciação.

AS CENAS DE ENUNCIAÇÃO

Segundo Maingueneau (2004), a enunciação pode ser analisada em função de três cenas: cena englobante, cena genérica e cenografia. Grosso modo, diremos que elas se organizam, respectivamente, nos níveis do *tipo* de discurso, do sistema de coerções imposto pelo *gênero* e, por último, dos investimentos mais diretos do enunciador na construção de uma cena específica para sua própria enunciação.

Este exercício de categorização, no entanto, está longe de ser absoluto ou estável. Com efeito, o autor assinala que aos analistas do discurso é necessário

em primeiro lugar, refletir sobre o sentido e os efeitos das categorizações efetuadas pelos diversos tipos de usuários. Eles também devem, para determinado domínio da vida social (as mídias, a educação, a política...), repertoriar e classificar as atividades discursivas, apoiando-se em critérios que pretendem rigorosos. Por fim, devem categorizar os tipos de unidades com as quais eles próprios trabalham, unidades construídas em função das restrições e dos objetivos da pesquisa sobre o discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

Partindo dessas observações e considerando especialmente o último dos esforços apontado como necessário ao analista do discurso, discutiremos então as noções de tipo, gênero e cenografia.

CENA ENGLOBANTE: O TIPO DO DISCURSO

Por *tipo* de discurso, entendemos sua filiação mais ampla, seja em função do campo social em que ocorre, de sua finalidade, mas também de outros critérios que possam ser produtivos, segundo os objetivos da análise. Discurso religioso, discurso político, discurso jurídico, são exemplos de *tipos* de discurso, sob os quais se inscrevem diferentes *gêneros*.

No contexto de uma análise discursiva de base enunciativa, é possível realizar o exercício de agrupamento dos gêneros discursivos a partir de três registros distintos, segundo o interesse da pesquisa: esfera de atividade, campo discursivo e lugar de atividade (MAINGUENEAU, 2015, p. 67).

Por esfera de atividade, podemos entender os agrupamentos que fazemos observando o âmbito social em que os enunciados são produzidos: no caso de nosso estudo, por exemplo, diremos que se trata de um discurso jornalístico, já que optamos por analisar especificamente os enunciados veiculados na seção de notícias do sítio oficial do MJSP para o “Pacote Anticrime”.

Tal categorização, no entanto, não é suficiente, se pensarmos que o jornalismo pode corresponder à mídia televisionada, à imprensa escrita de grande circulação, aos jornais impressos, aos periódicos regionais, às publicações *online*, publicações oficiais etc., e que

essa especificação está, ainda, em nível mais amplo do que o do gênero. Nesse sentido, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, parece produtivo tratar o material a partir do qual o córpus é construído como inserido na categoria do discurso jornalístico oficial, uma vez que trabalhamos com enunciados veiculados em publicações da imprensa oficial do Poder Executivo da União, a título de informativo à população.

Os campos de atividade são definidos como espaços no interior dos quais se confrontam diferentes posicionamentos, que se enunciam em um esforço de produção e ou preservação de identidades enunciativas que competem, não necessariamente de modo explícito, sempre de forma dinâmica (MAINGUENEAU, 2015, p. 68). Nosso córpus, *a priori*, parece não ser suscetível de uma categorização a partir dos campos de atividade, porque se anuncia como mero informativo sobre o conteúdo e a tramitação de um conjunto de projetos de lei. Essa situação, evidentemente, pode alterar-se conforme a análise permita identificar os dispositivos postos em ação e uma eventual delimitação de identidades enunciativas dentro do campo. No caso do discurso jornalístico *lato sensu*, porém, poderíamos distinguir a partir da noção de campo de atividade, o jornalismo político de tendência à direita, ao centro ou à esquerda, por exemplo.

Por fim, os lugares de atividade compreendem o agrupamento dos gêneros em função dos espaços institucionais em que são produzidos e/ou consumidos. Ou seja, sua inscrição como discurso proveniente de ou destinado a uma determinada instância institucional, de modo que possamos afirmar, por exemplo, sobre nosso córpus, que se trata de discurso destinado à população, proveniente do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A dificuldade para inscrição do córpus dentro de um campo discursivo é uma pista que não pretendemos abandonar. Inicialmente, contudo, abordaremos o discurso veiculado na seção de notícias do sítio do Ministério da Justiça e Segurança Pública a partir de sua integração ao tipo de discurso jornalístico em função da esfera de atividade.

CENA GENÉRICA E O SISTEMA DE COERÇÕES

Reconhecemos como *gênero* uma “instituição de fala, dispositivo de comunicação sócio-historicamente determinado” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Em outras palavras, o gênero corresponde ao sistema de restrições estabelecido em função do espaço institucional em que o enunciado deve ocorrer e aquele em que efetivamente ocorre, das subjetividades que agencia e que o viabilizam, da cristalização no tempo da identidade que sobre ele se construiu.

Podemos dizer, por exemplo, que, no âmbito do discurso jurídico, a sentença é um gênero. Isso porque se trata de enunciado que necessita enquadrar-se em determinadas restrições, não só em relação à forma, mas também à inscrição do enunciador em um



determinado espaço institucional, à posição que ocupa em uma sequência de outros atos de enunciação (o processo), ao tratamento da intertextualidade.

Muitas das coerções aplicáveis a esse gênero estão cristalizadas em lei, mas há ainda outras, como o código languageiro ou o modo de se referir aos coenunciadores, de citar seu discurso, que decorrem de fatores sociais e históricos, das tradições do campo, e terminam por se tornarem também condicionantes da existência e legitimidade do discurso.

Juntas, cena englobante e cena genérica constituem o quadro cênico, “espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 116). E, com a enunciação, institui-se ainda uma terceira cena, que não responde diretamente ao tipo e ao gênero do discurso: a *cenografia*.

CENOGRÁFIA: CILADA E INTEGRAÇÃO DOS PLANOS DE ENUNCIAÇÃO

A cenografia é o primeiro plano do discurso com o qual o leitor entra em contato. Vejamos, como exemplo, o texto a seguir:

“DECIDAM” SANFONA DO Povo
(Luiz Gonzaga)

*'Quem roubou minha sanfona foi Mané, foi Rufino, foi Romão?
Quem roubou minha sanfona foi o Zé, foi Batista ou Bastião?
Quem roubou minha sanfona aí! traz de volta seu ladrão
Olha aqui essa sanfona sempre foi a minha dona e tem valor de estimação!!
Quem roubou minha sanfona eu bem sei foi alguém sem coração.
Nesse dia eu não cantei quase chorei foi tão grande a emoção!
Quem roubou minha sanfona ai! peço não faça de novo!
Pois esta sanfona bela que eu estou tocando nela é a sanfona do povo.
(...)'*

No embalo da emoção
Sanfoneiros pedem aquela sanfona velha
Que um dia já foi bela
Hoje ela é castigada, afastada da canção
Condenada a viver gelada
No banheiro da prisão

E o sanfoneiro engaiolado
Sem a voz, os dedos e o pulmão
Distante da sanfona velha
Seu maior bem de estimação
Espera que o Juiz diga qual o querelado
Que levará a sanfona do povo junto ao seu coração
Não há mais tempo de espera
Para uma decisão que preste
O povo está desolado
Por ver o maior símbolo do Nordeste
Que despontou numa tapera
Como um pássaro engaiolado

De tão simples instrumento



Das cantigas do sertão, xote, xaxado e baião
Passou à relíquia sem documento
De disputa encarecida, cobiçada no momento
Que chega a envergonhar o nosso Rei Gonzagão
Quando disse outro dia que o jumento é nosso irmão

Pobre sanfona do povo
Pagando o que não deve
Como qualquer prisioneiro
Presa por ser a rainha do Nordeste e do Sertão
Não pode mais permanecer
Como adorno de banheiro de masmorra da prisão

Não sei quem é o proprietário
Mas, o possuidor do melhor documento (fls. 62)
É presumido o signatário
Dono daquele instrumento
Ficando com o direito
De recebê-la no peito como fiel depositário

Não decido por decidir
Mas, por a lei me permitir (art. 120, § 4º, CPP)
Colocar em suas mãos
Que outrora foi tirada, do povo e dos cidadãos
Sem piedade e compaixão
Aquela sanfona velha que imortalizou Gonzagão

Nilvado o direito é seu, como fiel depositário
Visto o seu opositor não ter provado o contrário
Até que se finde a contenda
Delegado me atenda
Como da outra vez foi buscar
A bela sanfona do povo, vá agora entregar

E para finalizar
Hei por bem declarar
Que fui competente para buscar
Sou também para entregar

Cumpra-se, sem titubear! (BRASIL, 2017)

Ao primeiro contato, o leitor pode ser levado a crer que está diante de um texto literário, um poema, e não uma decisão judicial. Conforme se vai adentrando o texto, no entanto, descobre-se que se trata de discurso judicial (cena englobante), mais precisamente, de uma decisão de restituição de coisa apreendida (cena genérica), construída em forma de poema. Esta é a cenografia do discurso.

A cenografia é o primeiro plano com que se depara o coenunciador. É por isso que ela pode constituir uma espécie de “cilada” para o leitor: seu primeiro contato com o texto faz crer que está diante de um quadro cênico que não corresponde àquele em que, de fato, o discurso se inscreve. Desse modo, o quadro cênico é deslocado para segundo plano, tornando-se acessível somente após o reconhecimento da função cenográfica do primeiro (ROCHA, 2013, p.139).

Com efeito, o tipo de discurso judicial, em especial no gênero decisão, responde a um sistema de coerções bastante rígido. Não obstante, após a leitura da decisão acima, é possível afirmar que houve, a despeito do engessamento imposto pelas coerções genéricas, um deslocamento cenográfico. Um policial ou oficial de justiça (principais destinatários da decisão) menos atento, que não se ativesse à articulação entre os planos discursivos, poderia facilmente desconsiderar a ordem do juiz, simplesmente por supor que não se tratasse de documento oficial.

A saída desta cilada, portanto, depende de um movimento de reconhecimento dos elementos que caracterizam o gênero, da identificação da cenografia e da aceitação da situação de enunciação que ela institui como situação apropriada para tanto. Em outras palavras, é necessária uma adesão do coenunciador à cenografia construída pelo texto, em um movimento de interlegitimização entre enunciação e enunciado.

Segundo Rocha,

Trata-se, em cada caso, de uma cenografia construída para um fim específico: a publicidade de um produto supõe, inicialmente, a existência de uma situação de enunciação que lhe daria sustentação (por exemplo, a situação de um evento narrado na vida de uma família que consome o produto anunciado), e essa mesma situação de enunciação vai, a seu turno, sendo aos poucos validada por intermédio da própria enunciação (ROCHA, 2013, p. 138).

Assim, cada enunciado constrói sua própria cenografia a fim de “persuadir” seu leitor (ou ouvinte) de que ela é justamente a forma válida de dizer o que se está dizendo. No nosso exemplo, a cenografia é validada, por exemplo, por meio do tema: o juiz decide sobre a restituição de uma sanfona. O texto inicia com a citação de versos de Luiz Gonzaga, “rei do baião”, ilustre músico pernambucano, reconhecido por suas composições que falam da cultura nordestina e das mazelas de sua terra. Os versos citados falam justamente de uma sanfona roubada, assim como ocorreu com o objeto da contenda judicial. E como sabemos, a sanfona é um dos instrumentos mais importantes para os ritmos nordestinos. Também importa para a cenografia o fato de a decisão em questão ter sido proferida na comarca de Senhor do Bonfim, município conhecido como a “capital baiana do forró”.

Não se trata, portanto, de uma realidade pré-existente, que o enunciador escolhe preencher com seu discurso, mas sim de um universo que é produzido à medida que se produz o enunciado. Por outro lado, ao se apresentar como a situação ideal para a enunciação, a cenografia viabiliza o enunciado, sendo também sua fonte.

A esta dinâmica de dupla validação entre enunciado e cena, instaurada pela cenografia, Maingueneau (2004) chama *enlaçamento paradoxal*:

(...) a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar (...) (MAINGUENEAU, 2004, p. 87, grifos do autor).

O deslocamento operado pela cenografia, no exemplo da decisão judicial que trouxemos, não altera efetivamente o quadro cênico, mas isso somente é compreendido em segundo momento. Os elementos fundamentais à caracterização do gênero (identificação das partes e do processo, relato dos fatos, fundamento legal da decisão, dispositivo etc.) estão presentes, porém em uma organização distinta da tradicionalmente identificada com a cena genérica.

A compreensão do enunciado depende também do reconhecimento e da aceitação do lugar que a cenografia institui para seus coenunciadores. E este não é somente aquele do destinatário de uma decisão judicial, mas nesse caso também o de apreciador da cultura nordestina, leitor da poesia regional que reconhece o instrumento musical em disputa como símbolo válido de tradições importantes e que necessitam ser preservadas.

A cena instituída pelo enunciado produz, desse modo, um deslocamento do lugar institucional de enunciador e destinatário, ou seja, constitui-se também em dispositivo de agenciamento das subjetividades enunciativas. A prática discursiva supõe que se reconheça a legitimidade do lugar em que se coloca o enunciador do mesmo modo que, em movimento de sentido contrário, tal situação de enunciação é condição para a existência do enunciado.

A cenografia da decisão-poema se apoia, ainda, em uma *cena validada*, qual seja a da poesia regional do nordeste brasileiro. De acordo com Maingueneau,

Se falamos de “cena validada” e não de “cenografia validada” é porque a “cena validada” não se caracteriza propriamente como discurso, mas como um estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimentos em outros textos (MAINGUENEAU, 2004, p. 92).

Ou seja, ela aciona modelos conhecidos, valorados positiva ou negativamente no contexto da enunciação, constituindo mais um elemento para a adesão do coenunciador ao discurso.

A noção de etos é um dos planos do discurso que podem ser integrados pela cenografia. Presente em diferentes campos de saber, no contexto da análise discursiva ela está, hoje ainda, muito distante de qualquer estabilidade – e esta instabilidade não deve ser considerada como interdição à sua experimentação.

Carreon, Ruiz e Araújo (2019) retomam o desenvolvimento das ideias de Maingueneau acerca do tema, demonstrando como sua aplicação aos estudos discursivos foi se aprofundando e modificando desde sua tomada à retórica clássica, oscilando por maiores ou menores níveis de abstração, até a noção hoje preponderante, segundo a qual o etos seria operacionalizável por meio de uma estrutura complexa que segue buscando, como prioridade, afastá-lo de fundações psicologizantes e de categorias demasiado subjetivas.

Com o desenvolvimento de sua teoria sobre as cenas da enunciação, Maingueneau passa a entender o etos enquanto noção delas indissociável e concebido mais em função de sua implicação com a questão cênica do que nas teorizações anteriores, que o relacionavam

à formação discursiva. A operacionalização do etos na abordagem do discurso por meio das cenas de enunciação evidencia a necessária imbricação entre etos e cenografia, já que é em movimento de enlaçamento que ambos se interlegitiram para produzir, no coenunciador, a adesão a que visa o enunciador (CARREON, RUIZ & ARAÚJO, 2019).

O código languageiro, por sua vez, integra-se à análise da cenografia, assim como o etos, na condição de plano instituidor de efeitos de sentido do discurso. Muito mais do que o veículo por meio do qual um conteúdo se materializa, a forma pela qual se faz a gestão da língua é também parte da obra (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2012).

Voltando à decisão-poema, observamos que o uso que o enunciador-juiz faz da língua é instituidor de seus efeitos de sentido no que se refere à sua cenografia. Esse uso afasta-se daquele que é tradicionalmente demandado pelas coerções genéricas, de uma linguagem rebuscada e pouco clara, muito distante daquela utilizada no cotidiano. O plano do código languageiro, assim, também se articula na construção da cenografia e não pode, consequentemente, ser considerado aspecto meramente formal ou sem implicação em uma análise de base enunciativa.

BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DAS CENAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO E DO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Parece ser do senso comum o entendimento de que uma notícia tem por objetivo fornecer ao leitor o máximo possível de informações acerca de um dado tema ou acontecimento, abstendo-se, tanto quanto possível, de qualquer juízo de valor, a fim de permitir ao seu destinatário construir o próprio convencimento.

O etos implicado pelo lugar institucional da enunciação do discurso jornalístico, neste sentido, associa-se tradicionalmente à seriedade, à objetividade, à sobriedade. O gênero notícia institui uma subjetividade que incorpora tais valores por meio de um caráter sério e impessoal, corporificado em regra por uma postura formal e tão neutra quanto possível. Com efeito, é esta a imagem que costumamos encontrar com maior frequência quando assistimos ao jornalismo televisionado, por exemplo.

O mesmo parece aplicar-se ao código languageiro implicado pelo gênero: o uso correto da língua, a forma objetiva, sem muitos adjetivos, também funciona na caracterização do enunciado neste quadro cênico. O atendimento a estas coerções parece estar diretamente relacionado à confiabilidade que se atribui ao caráter informativo do discurso e sua adequação aos preceitos éticos do campo.

A compreensão da prática discursiva no quadro das referências que adotamos, por óbvio, impede que se advogue a possibilidade de articulação de qualquer discurso efetivamente neutro. Não obstante, como vimos, o sistema de coerções do gênero notícia supõe, para a validação de enunciados que a ele respondem, um aparente afastamento dos

enunciadores em relação a qualquer posicionamento. O discurso jornalístico, por meio da notícia, deve apresentar o fato, os personagens envolvidos e suas circunstâncias, do modo mais objetivo possível.

No discurso publicitário, por outro lado, vemos um enunciador que busca ostensivamente apresentar um produto, marca ou ideia, salientando suas características positivas, a fim de convencer seus destinatários das vantagens que a adesão a ela ou sua aquisição representará. Isso pode ocorrer por meio de variadas cenografias, estando o enunciador aparente ou não, mas sempre por meio de uma cena de enunciação que promova a adesão do potencial consumidor, sua identificação com as subjetividades beneficiadas pelo produto, serviço, ideia anunciados.

A cenografia de uma propaganda de refrigerantes, por exemplo, buscará sempre associar a imagem de seu consumidor a modos de vida considerados desejáveis no contexto sócio-histórico-cultural em que se insere, ainda que seja de conhecimento comum que tais bebidas não têm nenhum valor nutricional e podem acarretar malefícios à saúde. A caracterização do gênero propaganda, nesse sentido, está diretamente vinculada a uma cena de sustentação de valores positivos.

Aqui temos uma maior maleabilidade na construção do etos e no uso do código linguageiro. Na esteira da flexibilidade que se atribui à construção da cenografia, o enunciador de um anúncio publicitário pode tanto aderir a um etos sério, objetivo, neutro como o associado, por exemplo, aos discursos jornalístico ou científico, como agenciar um modo de vida mais despojado, mimetizando situações da vida cotidiana e mostrando as marcas de sua subjetividade, no intuito de produzir identificação com seus coenunciadores.

Assim também o lugar do coenunciador é construído pelo sistema de coerções genéricas. No caso de uma notícia, em que estas coerções são mais estáveis, esse lugar corresponde, em regra, ao da pessoa que busca se informar a fim de construir uma opinião própria a respeito de algum fato ou acontecimento. O coenunciador é interpelado em papel distinto daquele que se atribui o enunciador: trata-se de alguém que busca algo que confia poder obter do outro, sem suscetibilizar-se *a priori* ao convencimento pelos valores que este agencia.

No anúncio publicitário, de outro lado, seu lugar será o de potencial consumidor, passível de convencimento pelo discurso. A cena do discurso publicitário, em geral, engendrará a existência do coenunciador dentro de um quadro de valores que se pretendem socialmente desejáveis, criando uma identificação entre o consumo daquilo que anuncia e as subjetividades que se legitimam por meio desse consumo. O coenunciador, nesse caso, será interpelado como alguém a quem se busca ostensivamente convencer acerca de um determinado posicionamento.

Como já vimos, em um discurso publicitário, o enunciador atribui ao produto ou marca que anuncia um *valor* positivo, a fim de persuadir seu coenunciador a adquiri-lo ou aderir a

ele. No entanto, é possível afirmar que este tipo de operação enunciativa não se restringe à venda de produtos e serviços: qualquer embate de posicionamentos em um campo discursivo atualmente se vale de estratégias publicitárias de convencimento do leitor.

Assim um partido político apresentará seu programa como superior ao de seus adversários, ou os adeptos da alimentação vegetariana posicionar-se-ão contrariamente à alimentação onívora, no intuito de atrair mais simpatizantes à causa animal. É o que nos diz, também, Maingueneau:

Com efeito, cada vez mais a marca se desliga do estatuto de fabricante de produtos para se tornar um princípio muito abstrato, produtor de discursos que lhe permitem investir em seus produtos um certo número de valores específicos: a seriedade, a juventude, etc. (2004, p. 208).

DO JORNALISMO IMPARCIAL À PROPAGANDA: ONDE SE SITUAM AS NOTÍCIAS DO MJSP SOBRE O “PACOTE ANTICRIME”?

CARTOGRAFANDO O CÓRPUS

Para a construção do córpus deste estudo, recorremos ao discurso do sítio oficial dedicado à proposta de alterações legislativas intitulada “Pacote Anticrime”, do MJSP, mais especificamente da seção “Notícias”.

Partimos da ideia de que o córpus de um estudo não é algo que está dado no mundo, necessitando ser apenas “coletado”. O córpus de uma análise se produz em função de escolhas fundamentadas, mas ainda assim arbitrárias do pesquisador. Esse processo não é alheio às implicações entre este e o campo. Buscamos, assim, uma linha de fuga à dicotomia sujeito-objeto que tradicionalmente pauta as ciências e confere uma falsa ideia de abstração, tanto da subjetividade pesquisadora — que parece atuar desde um corpo desencarnado, apartado de sua existência física, social e cultural —, quanto do objeto — que frequentemente é observado como entidade cuja existência independe de seu contexto.

Nosso percurso é, por isso, cartográfico: não acontece independentemente das implicações entre as subjetividades envolvidas no trabalho de investigação. Ao contrário da tradição científica cartesiana, entendemos que é preciso intervir no mundo para conhecê-lo, e não o oposto (PASSOS; EIRADO, 2009). E é neste sentido que afirmamos que o córpus deste estudo foi *construído* por meio de um percurso cartográfico, selecionando-se, entre as notícias veiculadas no referido sítio, enunciados que, postos em perspectiva com outros aspectos deste estudo, ofereceram alguma produtividade.

A escolha do material decorre da potencial produtividade identificada a partir da leitura reiterada das publicações e da observação de algumas peculiaridades. Explico. Não é raro que o poder público invista recursos na divulgação de políticas públicas e projetos, a fim de informar a população acerca dos serviços que são oferecidos ou propostos.

Menos comum, entretanto, é a destinação destas verbas públicas para a realização de divulgação publicitária de projetos de lei. E é justamente o que acontece em relação ao chamado “Pacote Anticrime”: conforme notícia veiculada pelo próprio sítio, no dia 03.10.2019, a “campanha publicitária do Pacote Anticrime”, com o *slogan* “Pacote Anticrime. A lei tem que estar acima da impunidade”, foi lançada em cerimônia oficial com a presença do Presidente da República e de Ministros de Estado.

A campanha, de acordo com notícia do próprio sítio,

possui, entre outras peças, spots de rádio e cinco vídeos, com depoimentos reais, sendo três deles com duração de 30 segundos e, outros dois, com dois minutos. As peças serão veiculadas nos meios de rádio, televisão, internet, cinema, além de mobiliários urbanos (Notícia de 03.10.2019 – *Governo Federal lança campanha publicitária do Pacote Anticrime*).

O estranhamento provocado pela elaboração de uma campanha publicitária voltada à divulgação e à defesa de um projeto de lei constituiu pista fundamental para a interrogação quanto à construção do referido projeto como *nome de marca* e, por consequência, ao potencial deslocamento, pela cenografia, da notícia para um discurso publicitário.

O sítio se apresenta como ferramenta para divulgação de informações e esclarecimentos sobre a proposta. Nele, há espaço especificamente destinado à campanha publicitária, que se destaca da seção de perguntas e respostas, dos *links* para acesso a todos os projetos de lei relacionados ao “Pacote Anticrime”, bem como da seção de notícias, sobre a qual pretendemos aprofundar a análise a seguir.

Desta primeira leitura, é possível intuir que o saber enciclopédico de um leitor que tenha sido já confrontado com discursos publicitários em outros veículos informativos, como jornais impressos ou televisivos, permitirá que conclua, por exclusão, que aqueles discursos que se veiculam *fora* da seção especificamente destinada à publicidade, pertencem a outros tipos e gêneros discursivos.

A seção de notícias, por sua vez, é acessada por meio de duas colunas: uma intitulada “Recentes” e outra intitulada “Antigas”, nas quais são compiladas, dentre todas as publicações da página de notícias do Ministério, aquelas que se referem ao “Pacote Anticrime”.

Somando-se as publicações veiculadas nas duas colunas, são encontradas 43 notícias. Para além da classificação do próprio sítio, que as categoriza expressamente como “notícia”, este conjunto apresenta características formais comuns, tradicionalmente associadas ao gênero: têm data de publicação, título, lide, alguma imagem (frequentemente fotografias de eventos), eventualmente algum documento audiovisual e texto.

Além da proposta elaborada pelo ex-ministro da justiça, o Congresso Nacional analisou também outras, provenientes dos poderes Legislativo e Judiciário. O texto aprovado pelo Congresso Nacional resultou de uma “mistura” entre as propostas dos três poderes, com sensíveis alterações (algumas, inclusive, consideradas “derrotas” pelo então ministro

Moro), e foi sancionado pelo Presidente da República em edição extra do Diário Oficial, no dia 24 de dezembro de 2019.²

A seção de notícias do sítio do Pacote Anticrime parou de ser atualizada em outubro de 2019 e não apresenta informações a respeito das propostas dos demais poderes. Considerando a data da última atualização, tampouco é possível descobrir, por meio desta fonte de notícias oficiais, qual foi o desfecho dos projetos.

CONTEXTUALIZANDO O “PACOTE ANTICRIME” DO MJSP: CONSERVADORISMO AUTORITÁRIO E INFLAÇÃO DO PODER PUNITIVO COMO PANACEIA

O “Pacote Anticrime” foi um conjunto de projetos de lei, elaborado pelo ex-ministro Sérgio Moro³, anunciado como medida de combate ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos crimes violentos. O projeto previa modificações no Código Penal, na Lei de Execuções Penais, no Código de Processo Penal, bem como na legislação extravagante.

A proposta foi lançada logo no início do governo Jair Bolsonaro, como carro-chefe nas políticas para a segurança pública. Ela emerge em um contexto de acirramento das polarizações políticas e de aumento do conservadorismo autoritário e excluente. Nesse sentido, não deve passar despercebido o fato de que foi justamente Sérgio Moro, enquanto ainda atuava como juiz federal, quem conduziu (de forma bastante controversa) inúmeros julgamentos no âmbito da “Operação Lava-Jato” contra importantes representantes do Partido dos Trabalhadores, que ocupava o poder até o golpe de 2016, e seus aliados.

Tal movimento, inclusive, contribuiu abertamente para a capitalização política de Jair Bolsonaro, na esteira do “antipetismo” que se fortaleceu ainda mais com as condenações por crimes de corrupção de personagens considerados seus adversários. Ainda antes do início do mandato do atual presidente, Sérgio Moro foi convidado a assumir a pasta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aliando-se abertamente ao campo político opositor àquele sobre o qual, com mais rigor, incidiram seus julgamentos.

Importante observar, também, que o conservadorismo autoritário que o grupo político responsável pelo “Pacote Anticrime” representa tem ideais liberais sobre a economia. Conhecendo-se os efeitos da participação cada vez menor do Estado na economia e, por outro lado, cada vez mais opulenta no campo jurídico-penal, é possível compreender o rumo que tais políticas pretendem seguir: o do aumento da acumulação de capital por aqueles que já o detêm e da ampliação das desigualdades sociais.

De um lado, aumenta-se o número de pessoas pobres, enquanto de outro, estas mesmas pessoas são cada vez mais criminalizadas e enviadas por mais tempo para o

2 Para mais sobre o resultado das reformas, sugerimos consultar a obra de Soraia da Rosa Mendes e Ana Maria Martínez (2020).

3 Ex-juiz federal conhecido pela atuação na Operação Lava-Jato, que investiga crimes de corrupção, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro, de 1º.01.2019 a 24.04.2020, quando rompeu publicamente com o presidente da república, sob o argumento de tentativas de intervenção ilícita deste na Polícia Federal.

sistema penitenciário, sob o argumento do perigosismo e da política do medo (CASARA, 2017; BATISTA 2020). Nesse contexto, a história do Brasil e as estatísticas populacionais e carcerárias atuais não deixam dúvida de que, entre esses pobres cada vez mais numerosos e criminalizados, o maior contingente é e continuará sendo de pessoas negras.

No âmbito da criminologia, não são raros os estudos que demonstram a ineficácia da função preventiva da pena e que questionam o próprio conceito de crime como parece entendê-lo o direito penal até a atualidade. Este pensamento se desenvolve a partir de leituras da questão criminal que questionam os pressupostos do positivismo que tem dominado a matéria desde o final do século XIX, e remontam à consolidação do capitalismo industrial e à necessidade de controle sobre uma população urbana cada vez mais numerosa e empobrecida.

Estudos como os de Rusche e Kirchheimer (2004) e Michel Foucault (2014) desenharam uma genealogia do sistema penal e da prisão como pena por excelência no capitalismo e contribuíram grandemente para a virada epistemológica que redefiniu a pesquisa sobre o poder punitivo. Da abordagem causal-explicativa do crime e do criminoso adotada pelo positivismo, passamos para a problematização das dinâmicas sociais que engendram os processos de criminalização de condutas e sujeitos. Não se trata, portanto, de questão nova ou pouco explorada, ainda que tenha permanecido historicamente à margem do discurso oficial.⁴

No campo da produção de conhecimento acerca da questão criminal, desse modo, ao contrário do que leva a concluir o discurso sobre o “Pacote Anticrime”, estamos talvez mais próximos de demonstrar a total ineficiência do endurecimento de medidas punitivas do que de considerá-lo como único remédio possível para a redução da violência e da “criminalidade”.

Podemos, muito sumariamente, dividir o campo destes discursos em dois polos: de um lado, o conservador, baseado na abordagem causal-explicativa positivista do crime, que demanda cada vez mais controle do Estado sobre as pessoas que cometem infrações, apostando na ideia de que a aplicação do castigo terá efeito dissuasivo na repetição de tais condutas pelo indivíduo castigado e pelos demais, em função do exemplo. De outro, o posicionamento que chamaremos progressista ou crítico, que questiona a implicação entre os conceitos de “crime” e “criminoso” e as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, apontando os processos de criminalização como suas origens e demonstrando empiricamente a total ineficácia da pena como mecanismo de pacificação social.

⁴ Para mais sobre este “curso dos discursos” acerca da questão criminal e do poder punitivo e seus desdobramentos em nosso país, sugerimos consultar a obra de Vera Malaguti Batista (2011).

COERÇÕES GENÉRICAS, DISPOSITIVOS ENUNCIATIVOS E INVESTIMENTOS CENOGRÁFICOS: ANÁLISE DE NOTÍCIAS SOBRE O “PACOTE ANTICRIME” DO MJSP

A forma como o tema da segurança pública é inserido no discurso parece inviabilizar o debate sobre a eficácia da função preventiva das penas e a seletividade do sistema penal, além de não abrir espaço a questionamentos acerca do impacto de tais mudanças, por exemplo, na superlotação do sistema penitenciário ou nas condições reais de execução das penas.

Isso ocorre porque os enunciados pressupõem como consensual a ideia de que há um problema grave de violência e impunidade, cuja solução residiria necessariamente na ampliação do poder punitivo, por meio do aumento das penas e do agravamento das condições de seu cumprimento. É o que se observa nos enunciados a seguir:

“Para combater o crime organizado, o Governo Federal indica ações mais duras para integrantes e líderes de organizações criminosas no Projeto de Lei Anticrime, apresentado nesta semana.” (Notícia de 20.02.2019 – *Projeto de Lei Anticrime impede progressão de regime para condenados que se mantiverem associados a organizações criminosas*)

“Para isso [combater o crime organizado], o texto sugere atualizações e adaptações na legislação atual para garantir o enquadramento de ações ilícitas e maior rigor na punição a integrantes de grupos criminosos.” (Notícia de 18.02.2019 – *Projeto de Lei Anticrime endurece regras para combater o crime organizado*)

“O objetivo é combater de forma mais efetiva a corrupção, crimes violentos e o crime organizado, problemas enfrentados pelo país e que são interdependentes. (...) O projeto, segundo o ministro, adequa a legislação à realidade atual, dando mais agilidade no cumprimento das penas, tornando o Estado mais eficiente e diminuindo a sensação de impunidade” (Notícia de 04.02.2019 – *Projeto de Lei Anticrime adequa legislação à realidade atual e torna o cumprimento de penas mais eficiente*)

Esta observação nos leva a retomar a pista que deixamos em aberto anteriormente, quando tratávamos dos campos discursivo em que se podem organizar os gêneros. Naquele momento, sinalizamos para o fato de que, *a priori*, esta categorização não parecia produtiva em nosso córpus. Entretanto, a ausência de consenso científico acerca do que seria uma solução adequada para a redução da conflitividade social e da violência aponta para um embate de posicionamentos neste campo discursivo.

De acordo com Maingueneau,

A noção de posicionamento (doutrina, escola, teoria, partido, tendência...) implica que, em um mesmo espaço, os enunciados se relacionam com a construção e a preservação de diversas identidades enunciativas que estão em relação de concorrência, em sentido amplo: sua delimitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto (MAINGUENEAU, 2015, p. 68).

Se, como vimos, é possível observar um campo em que disputam os posicionamentos positivista (legitimador da pena) e crítico (deslegitimador), o uso da pressuposição nos enunciados acima aponta para sua inscrição em um desses polos: o positivista, punitivo.

Afasta-se, desse modo, a ideia de que o discurso jornalístico dito informativo, por sua pretensão à neutralidade, não estaria apto ao agrupamento em função do campo discursivo. Como demonstramos, é possível vislumbrar nos enunciados analisados uma inscrição em um posicionamento conservador no que tange à questão criminal, em franca oposição aos discursos progressistas e críticos que advogam a deslegitimação da pena como mecanismo de redução da violência. Tal constatação torna-se ainda mais problemática quando consideramos que o veículo produtor de tais discursos é uma instância de um dos poderes republicanos que, por definição, estaria incumbida justamente de informar a população para a promoção da cidadania, e não de buscar seu convencimento a propósito de um ou outro posicionamento, ocultando e enfraquecendo o debate de ideias que é próprio da democracia.

Assim, a enunciação, no córpus, esforça-se por produzir nexos entre o agravamento das penas e a redução da criminalidade. O resultado “redução da criminalidade” é constantemente subordinado à causa “endurecimento da legislação penal” por meio da preposição *para*.

É o que sevê nos enunciados já citados anteriormente e também no título da notícia veiculada em 05.08.2019: “Pacote Anticrime prevê medidas mais duras *para* combater o crime organizado e isolar lideranças criminosas” e no trecho “*Para* tentar coibir o comércio ilegal e o uso indiscriminado de armas de fogo por pessoas sem autorização, o Governo Federal incluiu no Projeto de Lei Anticrime, que será analisado pelo Congresso Nacional, medidas mais duras para os casos, como o agravamento das penas” (Notícia de 25.02.2019 – *Projeto de Lei Anticrime prevê penas mais duras para posse, porte e comercialização de armas ilegais*).

Do ponto de vista da cenografia, observemos com mais detalhe alguns dos planos que ela engendra.

A presença de um enunciador que apaga as marcas de sua subjetividade, bem como o uso da “língua padrão”, da “norma culta”, apontam para a construção de uma cenografia que corresponde às coerções do gênero. Observando esse aspecto, o coenunciador de nosso córpus não terá grandes surpresas.

Não obstante, ainda que formalmente o estatuto dos coenunciadores pareça inalterado, a configuração do discurso como posicionamento dentro de um campo demonstra a potencial correção de nossa aposta em seu deslocamento do lugar de “leitor de notícia” para “potencial consumidor”.

O fato de o “Pacote Anticrime” figurar como sujeito oracional logo no título de dez das 43 notícias corrobora nossa inquietação. Esta pista constituiu um dos filtros de construção

do córpus. A referência ao conjunto de reformas legislativas por meio das mesmas fórmulas repetidas (“Pacote Anticrime”, “Projeto de Lei Anticrime”), com uso de maiúsculas, associada à posição de sujeito que realiza ações, produz um efeito de antropomorfização, que indica sua instituição como *nome de marca*.

Entre as notícias selecionadas, é possível encontrar construções como “Projeto de Lei Anticrime *permite* interceptação de comunicações por qualquer meio tecnológico” (Notícia de 20.02.2019. Grifamos.), “Projeto de Lei Anticrime *eleva* tempo de permanência em presídios federais” (Notícia de 18.02.2019. Grifamos.), “Projeto de Lei Anticrime *endurece* regras para combater o crime organizado” (Notícia de 18.02.2019. Grifamos.), “Projeto de Lei Anticrime *adequa* legislação à realidade atual e *torna* o cumprimento de penas mais eficiente” (Notícia de 04.02.2019. Grifamos.).

A presença deste tipo de dispositivo rompe com as coerções genéricas da notícia, que devem se afastar tanto quanto possível de um movimento de convencimento, e aproxima-se da propaganda, porquanto a desejada neutralidade do discurso jornalístico não comporta a necessária carga valorativa inerente a esse tipo de formulação verbal. Isso porque a marca funciona justamente no campo de uma disputa de posicionamentos, distinguindo produtos de mesma categoria, a fim de demonstrar a superioridade de uns em relação aos outros.

Perquirimos, enfim, se a presença de dispositivos do discurso publicitário nos enunciados analisados produz, de fato, uma cilada para o coenunciador, no sentido de persuadi-lo inicialmente de que está diante de enunciado pertencente a um gênero que, depois, descobrirá não ser aquele a que responde o discurso.

Como vimos, ao menos em seu aspecto formal, a cenografia dos enunciados parece adequar-se à expectativa que se tem em relação ao gênero notícia. Desse modo, ao acessar o texto pela primeira vez, o leitor não terá surpresas, pois o tomará como notícia e isso se confirmará na compreensão do quadro cênico.

Um leitor que assuma o discurso do jornalismo do MJSP como fonte suficiente para informar-se sobre o tema, entretanto, não terá acesso ao fato de que a proposta de reformas legislativas intitulada “Pacote Anticrime” foi objeto de inúmeros debates e controvérsias, porquanto nenhuma das notícias dê conta disso.

Seria somente por meio de um saber constituído pelo contato com outros discursos sobre a questão – periódicos da imprensa privada, noticiários oficiais veiculados pelos outros poderes, publicações acadêmicas etc. – que ele se habilitaria a compreender os aspectos que aqui tentamos mostrar e, quiçá, identificaria a “cilada” em que o discurso o coloca, ao articular o plano do tema da forma como faz.

A ausência de qualquer menção, nas notícias, aos projetos elaborados por outras instâncias (Poderes Judiciário e Legislativo) caracteriza justamente um dispositivo enunciativo da publicidade que, ao promover as qualidades da marca anunciada, oculta a existência da concorrência em seu discurso.

Se bem esta cilada a que nos referimos não pode ser considerada como tal na esteira do que teoriza Maingueneau (2004), por certo há um deslocamento, talvez de outra ordem, nos planos discursivos. A ocultação da existência de um campo onde se confrontam discursos opostos sobre a segurança pública atribui ao coenunciador um espaço que só pode ser o da adesão ao posicionamento defendido pelo enunciador. Não lhe é facultado, pelos enunciados, um convencimento consciente das disputas subjacentes à eficácia ou não do endurecimento do poder punitivo no combate à violência, por exemplo, uma vez que esta lhe é apresentada já como pressuposta.

É interessante notar que, se os enunciados que analisamos negam o posicionamento contrário ao que defendem como correto, eles o fazem pelo apagamento de sua existência, muito mais do que por qualquer dispositivo explícito de negação.

O desconhecimento das controvérsias, por sua vez, possibilita que se institua uma cenografia de apologia a um dos polos, sem que o coenunciador se veja interpelado objetivamente como potencial consumidor de uma ideia. Ele não adere ao modo de vida instituído como desejável pela enunciação por confrontá-lo com outros concorrentes, mas sim pela pressuposição de que é o único possível.

Tal apologia não é senão a atribuição de um valor – positivo, evidentemente – à “marca” que o discurso apresenta. Poder-se-ia argumentar que não se trata de uma publicidade ostensiva, uma vez que inexistem enunciados que conclamem os destinatários a aderirem ao projeto. No entanto, é de se observar que, mesmo fora da seção destinada à publicidade, os enunciados a propósito do “Pacote Anticrime” do MJSP (e não dos demais) promovem inequivocamente as ideias a ele associadas, ao repetirem reiterada e exclusivamente os benefícios que decorrerão de sua aprovação.

Além disso, a inexistência de novas atualizações após o mês de outubro de 2019, bem como de notícias acerca da aprovação e entrada em vigor das reformas ou do texto resultante do debate e do confronto com as demais propostas no Congresso Nacional e aquele finalmente sancionado pelo Presidente da República, reforçam a percepção de que o discurso veiculado como notícia seria mais adequadamente caracterizado como propaganda. Da interrupção das atualizações antes da promulgação da reforma legislativa, resulta que todo o esforço enunciativo empreendido na produção dos discursos veiculados pelo sítio parece muito mais voltado à busca de uma adesão popular à proposta, a fim de gerar pressão sobre os demais poderes para sua aprovação tal como elaborado pelo MJSP.

A repetição da expressão “Pacote Anticrime” como uma unidade semântica de valor próprio, que implica efeitos de sentido muito peculiares ao contexto da enunciação, corrobora nossa percepção de que a enunciação o institui como *nome de marca*, um nome próprio que permite a identificação imediata de seus referentes. Consequentemente, podemos considerar que uma tal cena de enunciação agencia a capitalização política do

posicionamento que representa, mais do que a obtenção dos fins que anuncia explicitamente perseguir, ou seja, a informação da população.

A marca *encarna*, assim, sua identidade por intermédio dos discursos que ela produz, e a esse respeito, o processo de *incorporação* desempenha um papel importante, pois ele é mediador entre o princípio abstrato representado pela marca e os conteúdos que ela pretende veicular (MAINGUENEAU, 2004, p. 212-213).

Nesse sentido, parece adequada a relação que estabelecemos entre o córpus e o gênero anúncio publicitário, a despeito de não encontrarmos elementos suficientes do deslocamento cenográfico que supusemos inicialmente poder haver.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos compreender se a forma como se instituem as cenas de enunciação podem provocar deslocamentos nos planos do discurso, como ocorre com a “cilada” que a cenografia coloca para o coenunciador, sem que, no entanto, a materialidade do texto ofereça elementos para sua solução.

Como vimos, na perspectiva teórico-metodológica da qual partimos, por definição, todos os planos do discurso são instituídos e instituintes da enunciação. Com isso compreendemos que nenhum aspecto do discurso pode ser considerado como exterior a ele, porquanto todos seus elementos encontram-se implicados na prática discursiva.

Ainda que a cena de enunciação do córpus pareça responder adequadamente ao quadro cênico do discurso jornalístico, pudemos identificar o recurso a dispositivos que não respondem às coerções genéricas da notícia. É o caso da instituição do “Pacote Anticrime” como nome de marca e dos desdobramentos que esse dispositivo acarreta a produção de sentido dos enunciados.

Observamos também que, a despeito de o sistema de coerções do gênero demandar um tratamento exaustivo dos posicionamentos em embate, a fim de evitar privilegiar um determinado posicionamento ou omitir informações fundamentais acerca da disputa entre este e os demais, os enunciados parecem se inserir no campo com outro estatuto, uma vez que justamente ocultam as controvérsias sobre o tema e anunciam como pressuposto aquilo que constitui o cerne mesmo do debate. Assim, o discurso refuta os posicionamentos distintos daquele em que se inscreve, assumindo a perspectiva de agenciamento de uma identidade enunciativa que ele, no entanto, não assume explicitamente.

Desse modo, posto não ser possível afirmar que existe aqui uma “cilada”, verificamos que há deslocamento, por exemplo, no estatuto dos coenunciadores que, em lugar de se instituírem como informante e informado, parecem mais adequadamente caracterizados como anunciante e consumidor.

Longe de uma pretensão ao esgotamento do debate, o que buscamos com este trabalho foi a abertura de novas possibilidades de entrada nos discursos, seguindo a pista das cenas de enunciação que nos apresenta Maingueneau. Apostamos na produtividade da articulação das noções de gênero e cenografia para investigar o recurso a dispositivos enunciativos estranhos ao sistema de coerções de um determinado gênero e sua repercussão na produção de efeitos de sentido.

Desse modo, mesmo que não nos habilitemos a afirmar que se constitua uma “cilada sem solução” por meio da cenografia, pudemos observar que os dispositivos que identificamos como estranhos ao gênero notícia, conforme friccionados com a situação de enunciação que institui o discurso e que é por ele instituída, promovem deslocamentos que, a despeito de não modificarem a cena da enunciação, podem reconfigurar alguns de seus planos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 128 p.

BATISTA, Vera Malaguti. **A prosa penal e criminológica hoje**. [Rio de Janeiro]: TV IAB, 2020. 1 vídeo (121 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kijXO01ohmc&ab_channel=TVIAB.InstitutodosAdvogadosBrasileiros. Acesso em: 10.ago.2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Restituição de Coisa Apreendida (0301112-67.2017.805.0244)** Juiz de Direito: Teomar Almeida de Oliveira. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/3/art20180326-09.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CARREON, R. DE O.; RUIZ, M. A. A.; ARAUJO, L. M. B. M. DE. Ensaio teórico sobre a noção de ethos discursivo em Maingueneau. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 61, p. 1-16, Ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655004>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, 240 p.

CASARA, Rubens R. R. **Sociedade Sem Lei: Pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, 176 p.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro: omito e os sintoma**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, 149 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Solange Maria Ledda Gallo; Maria Gloria de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 1997. 198 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004. 208 p.

MAINIGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução: Sírio Possenti; Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva (org.). São Paulo: Prábola Editorial, 2008a. 183 p.

MAINIGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. 184 p.

MAINIGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 192 p.

MENDES, Soraia da Rosa; MARTINEZ, Ana Maria. **Pacote Anticrime: Comentários críticos à Lei 13.964/2019**. São Paulo: Atlas, 2020. 286 p.

Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Pacote Anticrime**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracao-legislativa/projetos/anticrime-1>. Acesso em: 27 mai. 2020.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. **Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, cap. 6, p. 109-130.

ROCHA, Décio. **Cartografias em análise do discurso: rearticulando noções de gênero e cenografia**. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 29, n.1, p. 135-159, 2013. DOI 10.1590/S0102-44502013000100007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502013000100007&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOUZA-E-SILVA, Cecília; ROCHA, Décio. **Enunciação em processo: dispositivos para a produção de uma memória discursiva**. DESENREDO, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, p. 30-48, Jul. 2012. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2637>. Acesso em: 05 jun. 2020.l

“Putaria, putaria!”

Cenas, atos e etos na reunião ministerial de 22 de abril de 2020

Morgana Maria Pessôa Soares

Anna Carolina Land

NESTE CAPÍTULO, AVANÇAMOS UM POUCO MAIS na reflexão sobre os conceitos de gêneros do discurso, conforme Bakhtin (1977) e seguidores, e de cenografia, de acordo com Maingueneau (2013). Para que esta fique clara, ambientaremos o leitor sobre o conceito de etos (MAINGUENEAU, 2013), por entendermos que é o etos que possibilita ao coenunciador criar uma representação enunciativa do enunciador com base no discurso projetado. Aprofundamos a investigação sobre o tema incluindo os três modos de agrupamento genérico propostos por Maingueneau (2015).

Para essa reflexão, tomaremos por base alguns trechos da fala do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, que foi apontada como motivo para a saída do Ministro da Justiça e Segurança Institucional, o juiz Sérgio Moro. No momento em que o mundo enfrenta um inimigo comum, a pandemia causada pelo coronavírus – que até a escritura deste artigo já fez desaparecer milhões de pessoas em todo o planeta, o lugar de fala do Presidente do Brasil se choca com o discurso bolsonarista e é usurpado por um presidente que não entende seu significado e não comprehende sua importância. Mas que discurso é este e quais as razões desse choque? Por que temer e o que temer nessas falas? São questões que pretendemos trazer à discussão neste capítulo.

Para contextualizar o leitor, a reunião ministerial de 22 de abril foi convocada pelo General Walter Souza Braga Netto, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de apresentar o que ele chamou de “Plano Marshall brasileiro”: o plano Pró-Brasil. Ao abrir a reunião, Braga Netto fez questão de deixar claro aos demais ministros presentes: “a finalidade não é reunião de ministros para nós discutirmos nada. É simplesmente para apresentarmos o plano” (MJSP, 2020, p.7). Nessa reunião ainda estavam presentes ministros que hoje, ao finalizar este artigo, já não estão mais no estafe do governo, tais como o da Saúde, Nelson Teich, e o da Educação, Abraham Weintraub, além do mencionado juiz. Na época, havia pouco tempo, outro Ministro caíra, o da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que, a partir de um determinado momento, mostrou-se em dissonância com o discurso do governo. Mandetta fora substituído por Teich, que ficou menos de um mês no cargo, que

está sem titular até “hoje”¹. Aliás, atravessada pelas intrigas constantemente vazadas, de um castelo de cartas, sustentada principalmente pela bala e pela bíblia e com falas que distorcem os pilares democráticos, consequentemente tensionando o espectro político até um confronto que é desejado pelo governo, a rede ministerial bolsonarista, na opinião destas autoras, é uma roda-viva mais nociva do que o vírus que coloca o Brasil em segundo lugar em número de mortos por Covid-19².

DISCURSO, FORMAÇÃO E PRÁTICA

Para seguirmos, será necessário resgatar alguns conceitos que mencionamos na introdução deste capítulo. O principal é o conceito de discurso, o qual tomamos como o dito (ou conjunto de ditos) que provém(êm) de uma formação discursiva e que se insere numa prática discursiva. Explicamos. Formação discursiva é um conceito instável, mas que compreendemos, assim como Foucault, como um sistema:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1986, p.43)

Já nas palavras de Pêcheux, a formação discursiva “aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (*apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 241). É instável não apenas por seu aspecto evasivo, que infere pertencimentos ideológicos, mas por suas fronteiras permanentemente abertas a “elementos provenientes de outros lugares (i.e., de novas formações discursivas)” (PÊCHEUX, 1983, p. 297, *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 241). Esses elementos, que se repetem e se replicam transversalmente, tratamos hoje como interdiscursos (MAINGUENEAU, 2008). Dessa forma, podemos tomar como discurso a própria formação discursiva que dá suporte ao dito.

Por discurso se toma ainda a noção de prática discursiva, por ter “aproximadamente as mesmas zonas de emprego que ‘discurso’³” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 396). Maingueneau, entretanto, inclui no conceito de prática discursiva a ideia de formação discursiva foucaultiana. Ele diz:

A noção de “prática discursiva” integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de comunidade discursiva, isto

1 Dêitico que precisa ser identificado como o momento de escritura deste artigo: junho/julho de 2020. N.E.: em janeiro, 2021, quando foi publicado este volume, na cadeira do Ministério da Saúde estava sentado o general Eduardo Pazuello.

2 Essa informação pode estar desatualizada na leitura desse artigo, e esperamos que sim, no bom sentido.

3 Grifo do autor.

é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1997, p. 56)

Ainda que para nós esteja claro que uma formação discursiva possa ser identificada na prática de uma comunidade discursiva, há no termo prática discursiva um contexto de ação sobre o mundo e um posicionamento diante desse contexto. Então, o dito, formulado a partir de uma formação discursiva, consolida-se em prática discursiva no interior de uma comunidade. Podemos afirmar, entretanto, que tanto as formações quanto as práticas discursivas são produtos da interação social e, portanto, suscetíveis a mudanças contínuas.

SOBRE GÊNEROS

Se o que enunciamos é, em alguma medida, balizado por sistemas de coerções mais ou menos estáveis, diferentes situações de enunciação requerem sistemas de coerção diferentes, adequados para aquelas situações, a fim de que o dito reverbere sentidos no local em que circula. A esse emaranhado chamaremos *gêneros de discursos*.

Um gênero é uma categorização baseada em modos comuns a isto ou a aquilo, identificados como um sistema de restrições/coerções (MAINGUENEAU 2008) que, por sua vez, podemos significar como o conjunto de elementos que delimita uma categoria. Categorizações acontecem em todas as esferas da atividade humana (BAKHTIN, 1997), e, se por um lado sugere estabilidade, por outro é maleável e suscetível a hibridizações, mudanças, progressões etc. Assim, temos os gêneros literários, gêneros textuais, gêneros biológicos e biomédicos, gêneros alimentícios, gêneros de discurso, gêneros de atividades entre tantos outros.

Os estudos dos gêneros, no último século, têm se amparado nas teorias de Mikhail Bakhtin. Mais do que as características formais que definem este ou aquele conjunto de textos, Bakhtin considera os processos envolvidos em sua produção e a relação entre a linguagem e as atividades humanas. Isso significa que nossa comunicação acontece sempre dentro de esferas de atividade, seja em casa, na escola, no trabalho, com amigos em um bar e assim por diante. Em cada situação, aportamos em um gênero discursivo, e cada situação infere especificidades em prol de um objetivo que se deseja alcançar na comunicação. Trata-se do modo como conectamos a linguagem com o cotidiano social e esta ação acontece por meio dos enunciados que, por sua vez, são constituídos a partir de um tema, de um estilo e de uma organização composicional.

Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) se fundem indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros de discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

O tema, ou conteúdo temático vai além do assunto específico abordado no texto e é bem mais amplo, por exemplo, no caso do tema educação, a partir dele o texto pode conter uma aula de matemática ou de geografia; ser um texto sobre a educação inclusiva ou sobre o letramento, e assim por diante.

O estilo de que fala Bakhtin é o conjunto dos elementos linguísticos escolhidos e utilizados a partir do sistema de restrições do gênero, tais como o léxico e os modos frasais e gramaticais utilizados. Estes elementos vão definir, por exemplo, o grau de formalidade do texto. Vejamos o caso de um artigo acadêmico sobre educação inclusiva e de uma aula de artes. Ambos têm por conteúdo temático a Educação, mas se afunilam no estilo de acordo com o objetivo desejado e a responsividade que se espera.

O fator mais interessante da filosofia de Bakhtin sobre gênero de discursos é a proposição de que ele associa duas forças que se opõem: ele é ao mesmo tempo estável e instável. É isso o que ele indica ao enunciar “tipos relativamente estáveis”. Essa relatividade é que determina o movimento dos gêneros tanto dentro quanto fora de seus sistemas de coerções. Então, é estável exatamente porque segue suas regras e é instável porque tem a prerrogativa de buscar em outros sistemas o que necessita para a interação desejada.

Se, por um lado, nos regemos lingüisticamente através dos gêneros de discurso, por outro, são estes que, ao serem renovados, renovam também nossa forma de ver e de nos relacionarmos com o mundo. Bakhtin deixa claro que os gêneros não se referem apenas à forma escrita da língua, mas também à oralidade, e divide os gêneros em dois tipos: o primário (predominantemente oral, como um sermão) e o secundário (predominantemente escrito, caso de textos jornalísticos) – este pode absorver gêneros do primeiro tipo levando-se em conta a relativa estabilidade genérica e o cruzamento dos sistemas de restrições que os formalizam. Além disso, há gêneros mais flexíveis que outros, passíveis de hibridização. Todo esse movimento leva ao surgimento de novos gêneros e reenquadramento de outros. Essa integração entre os gêneros é reconhecida por Maingueneau como modos de agrupamento, que veremos a seguir.

FALA E PRONUNCIAMENTO: MESMO GÊNERO?

Para responder a esta pergunta, seguiremos o pensamento de Maingueneau (2015), discutindo o gênero PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL nos três modos de agrupamento que sugere o autor: como um **gênero da esfera de atividade política**; como **manifestação de um posicionamento político**; e de acordo com o **local de atividade política**, nesta situação, a esfera governamental, mais especificamente, no caso dos fragmentos que destacamos da reunião ministerial de 22 de abril de 2020.

De antemão, o PRONUNCIAMENTO é um gênero já categorizado, reflete o ato ou efeito de se pronunciar e, portanto, manifesta uma opinião, um ato pessoal, reflexivo; ninguém

pronuncia o pronunciamento do outro, mas o de si próprio enquanto enunciador inscrito em um dado contexto e autorizado a enunciar pelo sistema de coerções desse contexto. O pronunciamento das autoridades de um governo é um momento formal, normalmente com a interrupção da programação midiática em horário nobre, em que o enunciador se coloca em ambiente decorado com a bandeira nacional e segue um *prompt* à sua frente, que lhe permite ler, enquanto fala, texto previamente redigido por seus assessores, texto esse que reflete a esfera, o posicionamento e local do discurso. Em um pronunciamento de Chefe de Estado, o presidente, eleito democraticamente como representante das vozes populares, ecoa os pronunciamentos das vozes que o elegeram, assim como os pronunciamentos de todos os eleitos representantes do povo devem (ou deveriam) fazer soar essas vozes.

Por outro lado, enquanto gênero, uma FALA pode expor um relato, um argumento de outrem, uma informação ou qualquer enunciado em qualquer grau de relevância. Assim é no gênero CONVERSA ENTRE AMIGOS, por exemplo, ou em uma “DR” (DISCUSSÃO DE RELACIONAMENTO) entre os sujeitos de um casal. Mas, em se tratando de uma FALA PRESIDENCIAL, que requer o mais alto rigor formal, uma inadvertida descontração ou espontaneidade involuntária constroem um ethos de pouca necessidade de preocupação, que pode pôr em risco a Nação, como temos visto nas FALAS do presidente Jair Bolsonaro contrárias ao isolamento social, indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ação primordial para o combate ao coronavírus e à Covid-19, causada por ele. Isso porque uma FALA PRESIDENCIAL, assim como qualquer outro gênero nuclear da esfera governamental está limitada a um mesmo sistema de coerções. O que diferencia o tipo de fala certamente é o lugar de fala do sujeito enunciador. Se Bolsonaro fala num churrasco em sua casa com seus amigos é apenas umas CONVERSA ENTRE AMIGOS, mas se é o chefe da Nação que enuncia, então, é uma FALA PRESIDENCIAL. Por isso, colocamos aqui em um mesmo patamar de condições de formalidade os gêneros PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL e FALA PRESIDENCIAL, ambos objetos de uma mesma formação discursiva, consequentemente, como dito acima, sujeita a um mesmo sistema de coerções, derivada do discurso político-governamental que vigora no Brasil atual.

CENAS, ATOS E ETOS

A associação de cena enunciativa, atos de fala e etos costuma nos dar uma rasteira sempre que fixamos um gênero de discurso a uma determinada esfera de atividade. É certo encontrarmos determinadas formações discursivas em ambientes que só neles seriam compreendidas e aceitas, como um simpósio médico para profissionais da saúde, por exemplo. Se ambientado em um outro núcleo social talvez não produzisse sentido. Por outro lado, um mesmo produto textual pode estar relacionado a várias esferas de atividades, como uma crônica, que tanto pode estar ligada ao esporte quanto à literatura ficcional ou ainda à imprensa.

Devido ao papel dos gêneros de discursos no estabelecimento de atividades mais apropriadas ou menos consoantes ao lugar em que elas acontecem, bem como o que se espera delas, tomamos os variados gêneros de discursos também como exemplos de gêneros de atividades profissionais⁴ por otimizarem a execução de tarefas. Imagine se a cada vez pacientes com sintomas semelhantes fossem tratados de forma aleatória. Providencialmente, podemos citar a urgência com que a OMS elaborou um **PROTOCOLO DE ATENDIMENTO** para os casos da Covid-19.

No caso da **REUNIÃO** que trazemos para esta discussão, ela, enquanto gênero, já começa corrompida no anúncio do Ministro Braga Netto, que informa ser apenas uma **APRESENTAÇÃO**, e não uma “reunião ministerial convencional”. No seu decorrer, entretanto, mais precisamente aos 27 minutos, o presidente Bolsonaro toma a palavra por quase 20 minutos e muda a cena através do discurso que pronuncia, como veremos. O encontro vai perdendo as características de uma **REUNIÃO MINISTERIAL** e mesmo da pretendida sessão de apresentação do plano Pró-Brasil e tomando ares de um **CONSELHO DE GUERRA** ou algo que em muito se assemelha a este, no qual um comandante identifica e caracteriza os inimigos, determina as ações de ataque e de defesa que serão tomadas, e as estratégias possíveis para estas ações. O discurso bolsonarista presente na **FALA PRESIDENCIAL** consolida esse desvio genérico. A este desvio genérico, Maingeneau dá o nome de **cenografia**, que é

ao mesmo tempo *fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém. (MAINGUENEAU, 2004, p.87-88)

A cenografia é a metáfora mais produtiva e representa o avanço de Maingueneau na teoria dos gêneros de discursos, até então endurecida pelos modelos retóricos. Não se trata verdadeiramente de uma cena, mas de uma relação entre sistemas de coerções. No teatro, a cenografia é o conjunto de elementos cênicos que determinam o espaço de uma ação, é neste espaço que o cenário é montado em função da circulação dos atores que atuarão na cena. Como se pode ver, cenografia não é sinônimo de cenário, mas um espaço onde este se acomoda em função de um objetivo; ela é, portanto, determinada não pelo gênero do discurso ou por suas condições de realização, mas pelo discurso em si, que, por sua vez, é determinado por seu próprio sistema de coerções. Este sistema fará com que ele seja compreendido como tal.

Em alguns momentos, Maingueneau chama, comprehensivelmente, de cilada (2013, p.97), baseado, principalmente, na utilização de cenografias nas cenas genéricas menos estáveis, mas concorda que não existe gênero sem possibilidade de cenografia. No caso da relação entre a reunião presidencial e o conselho de guerra temos em vista uma cilada

⁴ Para aprofundar esta discussão, recomendamos o trabalho de Clot & Faïta (2000). Aprofundaremos a relação de gênero de discursos e gêneros de atividade em trabalho posterior.

— alguns participantes da reunião devem ter se sentido caindo em uma cilada — ou, em outras palavras, uma cenografia.

Para compor a(s) cenografia(s), pode-se lançar (e normalmente lançamos) mão de alguns recursos que conhecemos como atos de fala (AUSTIN, 1990). Jonh Austin (1990) nos alertou para o fato de que a linguagem não comporta apenas os enunciados descriptivos (ou constatativos), aqueles que declaramos serem verdadeiros ou falsos, e os que expõem uma relação intrínseca entre a fala e ações por ela desencadeadas, como o performativo: “eu vos declaro marido e mulher”; “eu juro”, e assim por diante. Ele introduziu a ideia de que quando falamos algo, mesmo uma assertiva, realizamos um ato, o de afirmar algo, por exemplo, e, assim, realizamos uma tríade simultânea: um ato locutório, que está no âmbito da fonética, da sintaxe e das referências; um ato ilocutório, que tem relação com o modo como dizemos algo e a forma como queremos que o dito seja recepcionado; e uma ação perlocutória, que trata dos efeitos que causamos (como foi recepcionado) no outro ao dizer, como, por exemplo, uma persuasão, uma influência, um constrangimento, vergonha etc. Assim, o enunciado: — Estou com frio! (1) utiliza o código linguístico organizado conforme a norma e este é o ato locucionário; (2) tem força ilocucionária, pois, dito a alguém, além do ato de afirmar, estamos indiretamente pedindo por um aquecimento; (3) é perlocucionário, pois gerará no outro uma reação, como fechar a porta, trazer um casaco ou, no mínimo, algum sentimento em relação ao dito. Como veremos, Bolsonaro abusa de atos ilocutórios e perlocutórios para construir as cenografias que hospedarão os etos que ele cria durante a reunião.

O conceito de etos a que nos referimos, buscamos em Maingueneau (2013), que aponta para a imagem de si que o enunciador passa a seus coenunciadores através da formação discursiva na qual se hospeda. A construção desse etos leva em conta outros elementos, tais como o lugar de fala, o tom da fala, o público ao qual se dirige a fala etc. Porém, o etos não é simplesmente uma voz, como explica Maingueneau, mas um efeito de deslocamento em que

o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-46)

A visibilidade do etos tanto é possível em textos escritos quanto em manifestações orais. Maingueneau se refere, ainda, à corporalidade da formação do etos na oralidade, que ele considerou na época como “uma das dimensões da formação discursiva” (p. 46). Essa corporalidade estaria associada não apenas ao tom da enunciação, mas à postura do enunciador e a um conjunto de traços psicológicos “que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador em função do seu modo de dizer”. (p.47)

ESFERAS DE ATIVIDADES, NÚCLEOS E PERIFERIAS

No âmbito das esferas de atividades, seguimos pensando na sua heterogeneidade, quanto às falas presidenciais não categorizadas, como a que analisaremos aqui. Mesmo sendo a REUNIÃO MINISTERIAL um gênero de atividade — ou, como veremos adiante, um local de atividade, segundo Maingueneau (2015) — não conseguimos ir além de categorizar o gênero de discurso utilizado por Jair Bolsonaro como FALA DO PRESIDENTE. Categoricamente, não poderia ser generalizada como um PRONUNCIAMENTO, pois não se trata de um evento público, ainda que seja um instituto oficial passível de divulgação, nem como um DISCURSO⁵, já que na ocasião até poderia ser interrompido pelas falas dos ministros presentes. Usamos “poderia ser” e não a forma perfeita do pretérito propositalmente, pois em raríssimas vezes o presidente permitiu interrupções durante suas falas de 22 de abril, interrupções que não ocorrem mediante o gênero DISCURSO. Este fato poderia nos levar a pensar que, inadvertidamente (será?), o presidente usou o gênero PRONUNCIAMENTO no lugar de FALA PRESIDENCIAL, que seria o gênero apropriado para a ocasião. Um discurso, enquanto gênero, é caracterizado por ser normalmente um texto escrito, de caráter histórico, usualmente dito em ocasiões de eventos tais como inaugurações, posses etc., já um pronunciamento é enunciado em torno de um tema específico, normalmente de caráter emergencial. Talvez haja entre eles alguma proximidade. Maingueneau fala em núcleo e periferia:

O núcleo é constituído pelos gêneros de discurso que pareçam mais próximos da finalidade normalmente associada a essa esfera. O discurso escolar, por exemplo, tem por núcleo os gêneros segundo os quais professores e alunos se relacionam; mas o discurso escolar integra muitos outros gêneros: as reuniões de professores, as circulares do Ministério da Educação, os livros didáticos etc. (MAINGUENEAU, 2015, pp.67-68)

Entre os núcleos, deve-se distinguir os orais (espontâneos) e os escritos (formais). Dessa forma, o gênero que nomeamos como FALA PRESIDENCIAL é um dos núcleos orais do discurso governamental que, entre outros, tem como núcleos também os ATOS OFICIAIS (escritos formais), os PRONUNCIAMENTOS públicos (estes tanto podem ser previamente escritos por assessores, como espontâneos, portanto são bimodais), os DISCURSOS nas tribunas internacionais etc. Ainda que um DECRETO tenha menor poder que uma LEI, todos os gêneros da esfera de atividade da ordem pública têm igual importância por estarem representando as vozes da Nação.

POSICIONAMENTO E LUGAR

O segundo aspecto de que trata Maingueneau (2015) é o posicionamento que se toma ou os posicionamentos que se confrontam em algumas esferas de atividades, entre

⁵ A palavra discurso usada em versalete, assim como outras no mesmo estilo, é um gênero de discursos.

as quais, o discurso político, no qual o embate é permanente e garante a diversidade democrática: “implica que em um mesmo espaço, os enunciados se relacionam com a construção e a preservação de diversas identidades enunciativas que estão em relação de concorrência...” (MAINGUENEAU, 2015, p. 68). Por posicionamento, entendemos aqui o que seja uma doutrina, uma escola partidária, uma tendência política, uma teoria etc., e por confronto, não consideramos que este seja sempre franco, os embates podem estar (e na política quase sempre estão) camuflados nas relações de poder. Os gêneros de discurso, determinados por estes posicionamentos, são inscritos no que Maingueneau (2015) chama de campos discursivos, onde se desenrolam os embates.

Os gêneros de discurso, enquanto práticas de um determinado discurso, normalmente circulam em espaços a cujos posicionamentos fazem eco. Assim, os gêneros ligados ao discurso político circularão nos lugares onde eles produzirão sentido. Localizar e categorizar um gênero de discurso documentado em um suporte físico é normalmente mais simples do que lidar com gêneros que circulam na oralidade, ainda mais quando se trata daqueles usados por figuras públicas como o presidente da república, mas não só. Imagine a cena de um médico no saguão do hospital em que trabalha, dando a uma família a notícia do falecimento de seu paciente. O discurso médico está nucleado no gênero COMUNICADO DE FALECIMENTO à família, não categorizado. Ao anunciar, ele escolhe espontaneamente suas palavras, a família se emociona e chora, mas e o médico? Ele não é apenas aquele enunciador do comunicado, ele é cidadão, talvez pai de alguém, talvez marido de alguém, e talvez (é uma possibilidade) se emocione e rompa com o padrão genérico e com o distanciamento que o gênero de atividade profissional médica impõe. Ora, ainda que os gêneros sejam um agrupamento de textos/enunciados que visam a facilitar a comunicação, o uso é sempre atravessado pela pessoalidade. Portanto, uma NOTA DE FALECIMENTO dessas que ouvimos em carro de som nas cidades do interior e que anunciam solememente a morte de algum cidadão local é escrita dentro de um padrão genérico instituído e gravada em conformidade com as convenções, portanto é um gênero de discurso categorizado, mas o COMUNICADO DE FALECIMENTO, ainda que também seja um gênero do discurso, é muito instável para uma categorização formal.

AS FALAS PRESIDENCIAIS, pelo valor de ofício que trazem em si, deveriam ser categorizadas da mesma forma e com a mesma importância dada aos gêneros PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL e DISCURSO PRESIDENCIAL, porque do lugar de fala do Presidente da República nenhum enunciado está livre de um sistema de coerções, já que o enunciador não fala por si, mas pela Nação. O Manual de Redação da Presidência da República – MRPR, (BRASIL, 2018) não menciona tais gêneros de discurso, mas neste artigo assumiremos FALA PRESIDENCIAL como um dos núcleos do discurso governamental que tem notável relação interdiscursiva com o discurso político.

“PUTARIA, PUTARIA!”, AS FALAS DO PRESIDENTE

A reunião foi transcrita em parágrafos numerados, em que se distingue o enunciador e o tempo de fala de cada enunciado. Tanto o vídeo da reunião quanto a transcrição estão disponíveis no sítio <https://bit.ly/2Ntd6F2>. Os trechos que trazemos para essa análise são aqueles que julgamos pertinentes à discussão que propomos neste artigo. O presidente usou dois turnos de fala longos, o primeiro com cerca de 20 minutos sem interrupções e o segundo com quase 10 minutos. Os parágrafos que separamos pertencem ao primeiro turno e esperamos que sua análise possa nos esclarecer até que ponto o atual chefe da Nação usa os gêneros discursivos FALA PRESIDENCIAL e PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL, e transforma uma REUNIÃO MINISTERIAL em CONSELHO DE GUERRA, através de uma cenografia.

Seguimos a distribuição dos parágrafos efetuadas pela transcrição oficial realizada pelo Laudo nº 1242/2020 do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, realizada em 21 de maio de 2020. Tomamos o cuidado de não alterar o texto (mantendo, inclusive os desvios ortográficos) e todos os grifos foram identificados se nossos ou se originais, bem como os cortes feitos pelo órgão por ordem do Supremo Tribunal Federal por temor de estremecimento das políticas externas, principalmente em relação à China, com a qual o Brasil mantém, ainda⁶, estreitas relações comerciais.

A fala de Bolsonaro possui constantes marcas de oralidade, dentre as quais muitos insultos e exemplares lexicais típicos das variantes linguísticas utilizadas por grupos marginais, entendidos aqui não como iletrados, mas como aqueles que emergem do submundo da criminalidade, como a milícia carioca. Ao longo de nossa análise, destacamos alguns termos que nos remetem a essa reflexão, elaborando seus sentidos e atravessamentos ao longo desta transcrição, em que surgem ameaças, denúncias de perseguição, medo de envenenamento, entre outros, que dialogam com as expressões anteriormente citadas em sentido e efeito. Os títulos que seguem a numeração, 1 a 8, sugerem o tom genérico abordado nas falas em análise.

(1) OFENSA

Jair Bolsonaro: Ele⁷ quer fazer uma videoconferência onde mais de trezentos empresários do Rio, que é um pouquinho abaixo do potencial de São Paulo, pra hipotecar solidariedade a uma ... a ... a ideia que nós temos de reabrir o comércio. A desgraça que vem pela frente, eu acho que o Paulo Guedes tá sendo até legal, hein Paulo Guedes? Eu não sou economista não. Vai ser uma porrada muito maior do que você possa imaginar. Não são apenas os informais. Eu acho que bater a dez milhões de carteira assinada, já foi pro saco. E os governos estaduais não tem como pagar salário pros ca ... não tem. Maio, metade dos estados não te ... não vai ter como pagar salário mais. A desgraça tá aí. Eles vão querer empurrar essa ... essa ... essa

⁶ Hoje, 15 de julho de 2020

⁷ Eduardo Gouvêa Vieira, presidente da FIRJAN desde 1995. Segundo fala de Bolsonaro na reunião, ele teria telefonado ao presidente naquele mesmo dia, de manhã.

trozoba pra cima da gente, esse pessoal aqui do lado vai querer empurrar, e a gente vai reagir porque aqui não é saco sem fundo. Tá? Então essa preocupação vamos ter. Paralelamente a isso tem aí OAB da vida, enchendo o saco do Supremo, pra abrir o processo de impeachment porque eu não apresentei meu ... meu exame de ... de ... de ... de vírus, essas frescurada toda, que todo mundo tem que tá ligado.

“Porrada”, “trozoba”, “enchendo o saco”, “foi pro saco”, e “saco sem fundo” remetem ao universo tipicamente masculinizado e aparecem em contexto negativo, embora seus sentidos evoquem algumas nuances. Um dos sentidos de “porrada” refere-se a golpe proferido contra alguém, cuja própria ação ou seu impacto tenha uma intensidade desconhecida, mas resultado atroz; e dizemos aqui que pertence ao universo masculinizado pela associação com outro sentido possível, etimológico, que diz respeito à sua origem latina *porrum* = alho poró, que por suas hastes longas, duras e dilatadas na extremidade, além de usadas para bater no adversário por este ou aquele motivo, era associado ao órgão sexual masculino. Ao bater, o legume se desfazia e dispensava um líquido esbranquiçado, que originou o termo chulo porra para esperma (NASCENTES, 1955). Já a palavra “trozoba” é uma das inúmeras denominações que se dá a pênis, usada normalmente para designar um exemplar de tamanho maior do que o normal.

A “desgraça” dessa situação, causada, segundo o presidente, pela falta de recursos (trozoba) dos estados, acabará onerando os cofres públicos, ao que ele, o presidente pretende reagir, pois “aqui não é um saco sem fundo”. Analisando o dêitico com base no lugar de fala do presidente, concluímos que “aqui” é o Brasil que, aparentemente, coloca-se adverso aos demais representantes da Nação, tais como os citados “os estados”, “esse pessoal aqui do lado” e “OAB da vida”. O impacto dessa “porrada” se configura, na fala de Bolsonaro, em uma drástica redução no ritmo da economia, cujo custo, “essa trozoba”, seria empurrada “para cima da gente.” Um baque tão desestabilizador que fere a base bolsonarista por parte de uma autoridade próxima da Presidência da República (“esse pessoal aqui do lado”), constrói uma cena na qual Bolsonaro se vê violentado pelas próprias engrenagens do Estado. Ora, a reunião ministerial aconteceu no Palácio do Alvorada e seus únicos vizinhos “de lado” são o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Senado Federal. Ao não mencionar exatamente qual deles seria o autor de tal “abuso”, Bolsonaro também deixa suspensa no ar a ofensa: não é possível achar culpados para um crime cuja vítima não formaliza a denúncia. Ao mesmo tempo parece haver uma guerra velada contra ambas as instituições vizinhas.

Uma vez que a ação perpetrada por uma “trozoba” aconteça, o processo biológico natural de todo corpo masculino é, literalmente, “encher o saco”, expressão que foi tendo seu sentido esvaziado com o uso e passou a designar *ato ou efeito de perturbar, incomodar*. Com este sentido socialmente aceito, Bolsonaro ataca diretamente a Ordem dos Advogados do Brasil, sugerindo que as ações conduzidas pela dita organização na tentativa de resguardar os pilares democráticos do Estado atrapalham o trabalho do STF,

e lhe dando a alcunha de “uma OAB da vida”, em uma clara alusão à “mulher da vida” – aquela cujo sustento se baseia em ofertar o próprio corpo às investidas (eventualmente por ela indesejadas) de outras pessoas. O tom pejorativo em “OAB da vida” afeta duas representações de classe: a das(os) prostitutas(os) e a das(os) advogadas(os). As vozes que ofendem, aqui, encontram dois sentidos diferentes: quanto à primeira classe, o presidente desmerece tanto os motivos pelos quais algumas pessoas podem ter que encontrar na prostituição seu sustento – o que certamente passa pelo Estado e a falta de distribuição justa de renda, falta de trabalho, e de saúde e educação públicas e gratuitas para todos os cidadãos – e também ignora todos os riscos associados a este ramo; já no tocante à OAB, desprestigia todo o campo jurídico (enquanto ciência e prática), associando o pagamento de honorários para um processo judicial a um discurso sexista, segundo o qual mulheres (e homens e outros não binários) que ganham dinheiro através de sexo não têm caráter ou moralidade e, portanto, não merecem honras. Em contrapartida, logo no início de sua fala, Bolsonaro menciona “hipotecar solidariedade” aos empresários. Ora, uma hipoteca é um empréstimo em que se dá o bem hipotecado como garantia. Hipotecar solidariedade significa que será necessário retribuir essa solidariedade sob o risco de perder a que lhe foi prestada. Em se tratando de política e prostituição, não seria o mesmo modelo de toma-lá-dá-cá? Afinal há quem venda próprio corpo, mas o que diremos daqueles que vendem o país inteiro e com ele os corpos dos nacionais?

A ofensa diretamente feita à OAB ainda levanta mais poeira. Todas as instâncias de governo em uma democracia têm limites de atuação, justamente para evitar que uma instância se sobreponha às demais. O papel da OAB é regular a atividade de advocacia no Brasil, embora também impetre pedidos junto à Justiça para averiguação de eventuais desvios éticos por partes de qualquer representante a níveis estadual ou federal. Já o STF é o mais alto órgão do Poder Judiciário, responsável pela análise de processos contra o Presidente da República, o Vice-presidente, o Procurador-geral da República, Ministros, a Câmara dos Deputados, entre outros. O STF detém informações além daquelas que a OAB porventura tenha – e aqui está uma possível explicação do porque Bolsonaro ofende a Ordem, mas não o STF: este tem as informações de que ele precisa, aquelas que ele não obtém pela “PF” (certamente a Polícia Federal)⁸ nem pela Inteligência das Forças Armadas. O ataque à OAB é pessoalmente motivado, enquanto o resguardo em relação ao STF parece ser feito a partir do lugar de fala de presidente. E esse resguardo vem com um alerta aos presentes, quanto à possibilidade de um processo de *impeachment* pelo que ele considerou uma “frescurada”: a entrega de seu exame de testagem para o coronavírus. Sua recomendação final na verdade é o início de suas considerações acerca das estratégias de defesa que deverão tomar e que serão efetivamente discutidas nesta REUNIÃO MINISTERIAL/ CONSELHO DE GUERRA.

⁸ Bolsonaro negou ter mencionado a Polícia Federal em suas falas nessa reunião.

(2) CONSELHO DE GUERRA

Jair Bolsonaro: Não é apenas é ... cuidar do seu ministério nessas questões que estamos tratando aqui, é tratar da questão política também. Tá certo? Então é ... essa é a preocupação que temos que ter, porque a luta pelo poder continua. A todo ... a todo vapor. E, sem neurose da minha parte, tá? O campo fértil pra aparecer um ... uns porcaria aí, né? Levantando a ... aquela bandeira de ... do povo ao meu lado, não custa nada. E o terreno fértil é esse, o desemprego, caos, miséria, desordem social e outras coisas mais. Então essa é a preocupação, todos devem ter, né? Não é “tá bom?”, o ministério fatura, “deu merda?” no colo do presidente. Não pode ser assim. Hoje eu vi o Magno Malta me defendendo. O Magno Malta, desculpa aí, foi tratado lá atrás para ser vice. Depois ele resolveu não ser, tudo bem. Depois foi ser tratado para ser ministro, tudo bem.

O presidente se refere ao ex-senador capixaba Magno Pereira Malta: “...foi tratado lá atrás pra ser vice. Depois ele resolveu não ser, tudo bem.” Bolsonaro se coloca em condescendência com o ex-parlamentar, mas ao lembrar as negativas de Malta tanto para integrar sua chapa como vice quanto para compor seu ministério, o presidente se desculpa, como se recusasse a tentativa de aproximação; apesar de afirmar que não tem neurose de sua parte, ele afirma a preocupação com os “porcaria” e com a “luta pelo poder”, justificando com a crise econômica o “terreno fértil” para o surgimento dos que levantam “aquela bandeira”. A história conta, entretanto, que Magno foi substituído por Mourão em virtude de escândalos envolvendo o então senador, e que sequer foi cogitado para ser ministro, chamado, inclusive, pelo vice-presidente de “elefante na sala”, porque ninguém sabia o que fazer com ele. Magno Malta acabou se isolando politicamente. O discurso bolsonarista remonta à estrutura militar: defender, lutar, poder, campo, bandeira, além dos elementos desemprego, miséria, caos e desordem social, vistos em cenários de sociedades pós-guerra. Bolsonaro precisa confirmar seus aliados para que seu poder não seja desestabilizado — o que já estaria acontecendo e o que veio a acontecer mais veementemente após este 22 de abril.

Jair Bolsonaro: Até em cima do que eu falei, em frente ao forte apache. Eu sou o chefe supremo das forças armadas. Ponto final. O pessoal tava lá, eu fui lá. Dia do exército. E falei algo que eu acho que num tem nada demais. Mas a repercussão é enorme. “Ó, o Al-5”. Cadê o Al-5? Ca ... cabou com a ... o Al-5 não existe ... não existe ato institucional no Brasil mais. É uma besteira. Artigo um, quatro, dois. É um pessoal que não sabe interpretar a Constituição. Agora em cima disso fazer uma onda? Ah, “vamos ouvir deputados, empresários”, seja lá o que for. Agora, quando a Câmara faz lá dentro uma homenagem a Che Guevara, a Mao Tse-Tung e tudo mais, não tem problema nenhum. Quando o Partido Comunista do Brasil faz suas convenções e idolatram lá Fidel Castro, entre outros, não tem problema nenhum. Quando um coitado levanta uma placa de Al-5, que eu tô me lixando para aquilo, porque num ... porque num existe Al-5. Não existe. Artigo um, quatro, dois: nós queremos cumprir o artigo um, quatro, dois, todo mundo quer cumprir o artigo um, quatro, dois.

Para contextualizar de forma mais sólida o trecho acima, precisamos voltar alguns dias antes da reunião ministerial acontecer. Em vídeo postado em seu canal pessoal no

Youtube, no dia 19 de abril de 2020⁹, Bolsonaro discursa para uma multidão de apoiadores que pediam intervenção militar e gritavam “AI-5”. O vídeo tem 11 minutos e 05 segundos e é intitulado “QG do Exército” (Quartel General do Exército). Após 7 minutos e 59 segundos em que os presentes gritam palavras de ordem, como “Mito!”, “Intervenção militar já” e, repetidas vezes, “AI-5”, o presidente, em cima de um “palanque automotivo”, começa a falar para seus súditos: “Eu estou aqui porque acredito em vocês”, e é, então, ovacionado. Neste momento, Bolsonaro valida todos os pedidos feitos pelo público em uma esfera que se distancia da governamental e se aproxima de um comício. Seu posicionamento político no vídeo mencionado é claro: defender a atuação das Forças Armadas durante um dos momentos mais obscuros da história brasileira, nomeadamente aquele em que houve críticas contra a falta de liberdade imposta pelo governo militar – o título do vídeo deixa claro que seu exército não é apenas composto por militares, mas também de civis. Bolsonaro incita no povo o desejo de lutar na guerra que ele próprio impõe.

Três dias mais tarde, remete a essa passagem a partir de um outro lugar de fala (e de um outro “QG”, talvez um que lhe invoque os mais profundos sentimentos de glória, mais até do que o do próprio Exército Brasileiro). Bolsonaro remete à sua participação do dia 19 de abril, associando a sede do Exército Brasileiro a um Forte Apache – cujo significado extrapola em muito o de um brinquedo popular nos tempos do chumbo. As chamadas Guerras Apache foram um episódio sanguinário da história norte americana, marcado pelas investidas de soldados estadunidenses contra os indígenas da tribo Apache, no sudoeste dos EUA, área com expressiva concentração de ouro.

Há nestes segmentos de enunciados um embate de etos que parece ser constante na (des)governança bolsonarista, mas o interessante neste caso é que o embate de que falamos é entre etos de um mesmo locutor enunciando a partir de diferentes e adversas formações discursivas quase que sequencialmente, como alguém com transtorno dissociativo de identidade, perdido entre inúmeras delas. Um desses momentos é quando ele faz referência ao Ato Inconstitucional Número 5 (AI5)¹⁰. Sob o pretexto de retomar a “ordem e o progresso” do Brasil, mascarado de combate à corrupção, o mencionado decreto, publicado em 13 de dezembro de 1968, recorreu ao combate contra todos aqueles que não se alinhavam com as ideologias vigentes (conforme o próprio texto deixa claro). Apesar do Ato garantir que “o princípio democrático norteia-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana”, o AI5 não representou isso, muito pelo contrário. Sua publicação deu plenos poderes ao presidente, cuja relevância de decisões prevaleceu sobre todas as demais instâncias nacionais. Com isso, fecharam-se o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados, permitindo que o Poder Executivo legislasse por meio de decretos-leis e emendas constitucionais; as decisões presidenciais eram consideradas legítimas a partir do momento de sua publicação

9 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5rpTeFHEwo>. Acesso em: 27 jun. 2020.

10 Texto original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 06 jun. 2020.

e não eram submetidas à revisão. O golpe de 1964, o AI5 e a ditadura militar que se seguiu até a década de 80 do século passado deixaram marcas indeléveis na nossa história e nas nossas vidas. Muitos de nós ainda somos sobreviventes ou filhos ou netos das vítimas da ditadura e do AI5. É nesse contexto que o presidente passeia entre uma e outra formação discursiva hospedando um etos bandoleiro onde lhe seja mais conveniente.

Ele vem de um momento de apoio ao movimento pró retorno do AI5, em que o enunciado “Eu estou aqui porque acredito em vocês” cria para si a imagem de líder popular em palanque apoiado pelo povo que o elegeu, mas que também é um enunciado hipotecado, uma vez que ele está ali porque seus eleitores acreditaram nele e não o contrário. Assim, ele paga a hipoteca, com o etos inserido na formação discursiva fascista e antidemocrática que deseja o retorno do AI5 para garantir a arbitrariedade dos atos governamentais, típico dos regimes autoritários. Já durante a reunião, ele assume outro lugar de fala ao enunciar: “Quando um coitado levanta uma placa de AI-5, que eu tô me lixando para aquilo, porque num ... porque num existe AI-5”. Quem é esse enunciador?

Jair Bolsonaro: E havendo necessidade, qualquer dos Poderes, pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham pra reestabelecer a ordem no Brasil, naquele local sem problema nenhum. Agora todos, né? Têm que se preocupar com a questão política, e a quem de direito, tira a cabeça da toca, porra! Não é só ficar dentro da toca o tempo todo não! “Tô bem, eu tô cuidando da minha imagem, a imagem tá aqui, eu sou bonitinho, e o resto que se exploda.” Não! Tem que fazer a sua parte. Então é isso que eu tento, ten ... te ... tenho falar com vocês, porque depois de um certo momento, onde chegar a ... na ... na ... a cabeça dessas pessoas, fica difícil voltar atrás. Daí querem uma crise, é uma crise. Não tenho amor por essa ... por essa ... por esse mandato a ... pe ... pe ... pela cadeira de Presidente. Ne ... ne ... zero, zero! Não vou provocar ninguém. E assim como a defesa faz uma nota muito boa dizendo que vai cumprir a constituição, liberdade, e co ... dez! E não aceita golpe, dez! Também não aceita um contragolpe dos caras, porra!

Bolsonaro vê a possibilidade de o Brasil não estar em ordem ou sob ordem, mas distingue um local (“naquele local”) sem indicá-lo, para em seguida, retificar-se ao se referir a todos (“Agora todos”), em um indicativo de que o país possa estar sem ordenamento político (“Têm que se preocupar com a questão política”). Novamente há um embate entre aquele que não vê possibilidade de AI5 e o outro que aponta a questão política como um problema de ordenamento nacional que pode ser resolvido pelas Forças Armadas sob seu comando. É possível inferir que o presidente crê na possibilidade de usar o Artigo 142, nos moldes do AI5, contra o que ele considera desordem política. Como comandante, convoca seus soldados a saírem da toca e faz uma declaração inusitada: “não tenho amor por esse mandato, pela cadeira de presidente”, o que nos faz pensar em qual a razão de ele ter se candidatado ao cargo. Ainda que não tenha declarado os motivos, já sabemos, pois, que não foi por amor à Nação, o que explica muitas de suas ações, principalmente diante da pandemia que enfrentamos. Mais uma vez ressaltamos o uso do léxico típico de movimentos de guerra: defesa, golpe, contragolpe, crise, exploda.

(3) APELO

Jair Bolsonaro: Vai deixar alguns maluco aí, que eles sabem quem são, ficar aí naquela fervura de “Ó, o Presidente é irresponsável, ele é maluco, ele é genocida”. Não é assim. Não va ... o que vale num lado, vale pro outro, o que não vale num lado, não vale pro outro. Essa é a nossa preocupação que devemos ter. Com isso que tá aqui, o Pró-Brasil, mas também com a questão política. Se nós começarmos a falar com propriedade, e tem gente ... muita gente que fala muito melhor do que eu, e tem um conhecimento muito melhor do que eu, tem que falar, pô! Discretamente mas tem que falar, pra não deixar subir a temperatura, porque é só porrada o tempo todo em cima de mim. E vou continuar indo em qualquer lugar do Brasil e ponto final, é problema meu. Tá certo? Se eu não tiver esse direito de ir e vir. Prefeitinho lá do fim do mundo, um jaguapoca dum prefeito manda prender. Tem que a Justiça se posicionar. ... se posicionar sobre isso, porra! Tem que se posicionar sobre isso, abertamente! “Não admitimos prisão por parte de prefeitos”, e o decreto!

De todos os fragmentos de fala do presidente, este é o único momento em que ele menciona o plano Pró-Brasil, motivo original de convocação do que deveria ter sido uma REUNIÃO MINISTERIAL, modificada logo no início por Braga Neto para uma APRESENTAÇÃO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA ECONÔMICA para lidar com a pandemia e, finalmente, transformada por Bolsonaro em outro gênero de atividade que detectamos como algo bélico a partir das formações discursivas que circularam naquela sala em 22 de abril. Apesar da menção ao plano, Bolsonaro o deixa de lado, minimizando sua importância em função da “questão política”, enquanto convoca seus ministros, que, segundo ele, têm melhor dom da palavra do que si, a se manifestarem no mesmo jogo de toma-lá-dá-cá, contra aqueles (“que eles sabem quem são”) que o alcunham de irresponsável e genocida. Bolsonaro se ressente das críticas que tem sofrido e convoca seus pares a falarem com propriedade, mas com discrição, para eximir-lo de novas críticas. Ele, finalmente, assume que não tem (ou tem pouca) propriedade para falar sobre os assuntos que contra ele geraram acusações de ser um genocida e um irresponsável, ou seja, sobre os assuntos ligados ao coronavírus¹¹. Lembremos que havia pouco mais de uma semana, caíra o Ministro Mandetta, que tentava manter a pandemia sob controle no Brasil. Hoje, chegamos a 1,5 milhão de contaminados e 66 mil mortos¹².

Bolsonaro se refere a chefes de governo que se posicionam em respeito às leis como jaguapocas – cão doméstico sem raça –, sugerindo que estar em conformidade com seu governo é pertencer a um grupo “de raça pura”, claramente uma inversão de valores, além de mais uma manifestação de desafeto não só à “cadeira de Presidente”, mas ao cumprimento das leis. Uma possível diferença entre cães de raça e sem-raça-definida (SRD) é o prestígio, mas não apenas isso: segundo a medicina veterinária, os cães de raça pura têm saúde mais

11 Hoje, 7 de julho de 2020, o noticiário confirma que o presidente Jair Bolsonaro está com a Covid-19.

12 Optamos por deixar os números irem se atualizando na medida da escritura deste trabalho, que durou pouco mais de um mês, mas hoje, continua sendo 7 de julho de 2020. N.E. Em janeiro de 2021, ao publicarmos este volume, havia mais de 200 mil mortos no país.

frágil, enquanto que os jaguapocas são mais resistentes e adaptáveis a diversidades. No fragmento (2) Bolsonaro afirma a existência de uma “luta pelo poder”, e, para que isso se concretize, é imperioso que tenha controle dos seus. Entretanto, não podemos nos esquivar em apontar que, no passado, falas semelhantes, as quais diferenciavam raças entre as que merecem ofensas e as que aspiram elogios, materializaram-se em munição para ideologias de governo genocidas, embaladas por aspectos típicos de uma esfera autoritária.

No âmbito do posicionamento autoritário, Alves (2016) aponta algumas dessas materializações no discurso de Getúlio Vargas, em 1937, e os elementos discutidos em seu trabalho em muito fazem eco aos que vemos aqui, mas também encontramos algumas especificidades próprias do contexto bolsonarista. O primeiro deles, “**abnegação em nome da nação**” (ALVES, 2016, p. 64), é descrita como a centralização de poderes com vistas à salvação da Nação. Nos trechos acima, encontramos um “Cavalo de Tróia”: ao mesmo tempo em que renuncia a parte do decoro que lhe é requisitado para ocupar o cargo (“Não tenho amor por essa ... por essa ... por esse mandato a ... pe ... pe ... pela cadeira de Presidente”), o tempo inteiro é do lugar de fala de presidente da República que Bolsonaro se apodera para dar as ordens, muitas delas pessoalmente motivadas.

O fato de pedir intervenção militar, se necessário, e afirmar que, frente às suas investidas, algumas pessoas ficarão “malucas” são argumentos validados em nome de um bem maior: a defesa do Estado e da Nação. Não importa quais atitudes sejam tomadas, contanto que atinjam o objetivo que almejam. Alves (2016) chama o mesmo recurso discursivo, usado por Vargas, de um “**apelo ao espírito de salvação nacional**” (p.64). O apelo, usado de forma geral em situações de desespero ou limítrofes, é um ato ilocucionário, que contribuirá para a formação de um etos de humildade tomado pelo presidente para instruir um ordenamento: “muita gente que fala muito melhor do que eu, e tem um conhecimento muito melhor do que eu, tem que falar, pô! Discretamente mas tem que falar, pra não deixar subir a temperatura, porque é só porrada o tempo todo em cima de mim.” O uso da interjeição “pô” na enunciação de um etos humilde perante os “mais sábios”, no caso, os seus ministros presentes, soa como um apelo, mas, como em uma cilada, ele muda o tom e a cenografia para ordenar que os ministros tomem a linha de frente a fim de protegê-lo de “porrada o tempo todo em cima de mim”. A escolha do verbo *ter* em vez de *precistar* ratifica o sentido do ordenamento. Enquanto “você precisa fazer isso” é um conselho, “você tem que fazer” é uma ordem.

Jair Bolsonaro: Tem que falar, não é ficar quieto. E quem de direito aqui, e todos os ministros tem que falar isso aí, não é só a Justiça. Todos tem que falar. Não é ficar, deixa o bo ... toca o barco não e ... e vamos em frente. Tá? Então é isso que eu apelo a vocês, pô. Essa preocupação. Acordem para a política e se exponham, afinal de contas o governo é um só. E se eu cair, cai todo mundo. Agora vamo ca ... se tiver que cair um dia, vamos cair lutando, uma bandeira justa. Não por uma babaquice de ... de ... de exame a ... antivírus, pô. Pelo amor de Deus, pô. Tá? Eu até ... deixar bem claro, de uns oito ano pra cá, quando pedia farmácia de manipulação um remédio qualquer, eu falava com o médico: “bota um nome de fantasia,” porque

se for o meu nome pra lá, como era, sempre fui um cara manjado, não é, tem três, quatro que vão manipular lá o medicamento, podem me envenenar, pô! E assim é a mesma coisa a questão do vírus, entre outros. De acordo com interesse, o cara dá negativo ou dá positivo. Depois que deu, vai pra contraprova mas dá problema.

Ele continua hospedando nesta cenografia um etos de homem humilde capaz de apelar aos pares para ordenar: “tem que falar”; “acordem para a política”; “se exponham”, culminando com outro ato de fala: a ameaça comum dos enlaçados: “se eu cair, cai todo mundo”. Reassumindo seu papel de generalíssimo, anuncia que cairá lutando por uma bandeira que considera justa. Havemos de considerar que se há uma bandeira que o presidente considera justa, há outra que ele considera injusta, esta, infelizmente, não fica clara pela insensatez das formações discursivas nas quais ele se hospeda. Percebemos, porém, que a luta para combater o coronavírus (“uma babaquice”) não é considerada por ele uma bandeira justa pela qual se deva lutar e muito menos “cair”.

Por outro lado, o presidente assume o etos de um monarca ao fazer ecoar, em primeira pessoa, as comuns tentativas de assassinato de membros das cortes por envenenamento. A exposição constante tornou Bolsonaro um “cara manjado”. Talvez ele não saiba, mas em outra corte, menos nobre, é essa a expressão usada para identificar aquele membro de uma organização criminosa que, por sua exposição, põe em risco a “firma”. Talvez o receio do presidente em ser envenenado tenha algum fundamento, afinal de contas.

A redução da doença mais letal do início do século XXI a uma “babaquice” que não merece a luta do Estado encoraja toda a tropa bolsonarista presente: parece não estar acima de qualquer ofensiva contra o Estado. É preciso lutar até o fim para proteger a Pátria, mas o que se está entendendo por Pátria neste contexto? Certamente não seriam os seres humanos, os pátrios. O que Bolsonaro defende como Pátria é a economia impactada pela pandemia. Logo, ele concorda que o coronavírus é um inimigo, mas elege outros a quem prefere combater: “vença o inimigo que é possível vencer”, diz o dito popular. Então, ele usa o poder do Estado para tentar exaurir a Justiça, a Imprensa e a Ciência, na tentativa de mascarar o poder letal do coronavírus para não comprometer a economia. Entretanto, a consciência de uma possível ruína pode estar por trás da ameaça endereçada aos subordinados: “se eu cair, cai todo mundo.” A enunciação em primeira pessoa mostra a subordinação dos participantes da reunião à figura presidencial, mas se transforma em estímulo, enunciado com apagamento da pessoa singular, para que a coletividade se junte a ele: “se tiver que cair um dia, vamos cair lutando, uma bandeira justa” e, conforme já vimos, tal recurso enunciativo também reduz a força do *eu*. Ninguém vence uma batalha sozinho, nem uma guerra, dessa forma. Ele precisa dos “soldados”. Depois desse encontro, no entanto, alguns “soldados” desertaram, como vimos no início deste artigo.

(4) MENTIRA

Jair Bolsonaro: E nós sabemos, tá certo? Que nós temos um compromisso com a verdade. Eu jamais mentiria se não tivesse realmente um exame negativo. Jamais eu ia mentir a negativa deu positivo, ou vice-versa. Jamais. A verdade acima de tudo. Então é um apelo que eu faço a todos, que se preocupem com política, pra não ser surpreendido. Eu não vou esperar o barco começar a afundar pra tirar água. Estou tirando água, e vou continuar tirando água de todos os ministérios no tocante a isso. A pessoa tem que entender. Se não quer entender, paciência, pô! E eu tenho o poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção. Nos bancos eu falo com o Paulo Guedes, se tiver que interferir. Nunca tive problema com ele, zero problema com Paulo Guedes. Agora os demais, vou! Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações.

Muito nos intrigou o sentido argumentativo do enunciado “eu jamais mentiria se não tivesse realmente um exame negativo”, pois pelo processo de inferência lógica argumentativa da dupla negação (FIORIN, 2016), elas se anulam num enunciado, portanto o enunciado teria o sentido inferido de “eu mentiria se tivesse realmente um exame negativo”, o que contradiz o ethos assumido de homem comprometido com a verdade. Nova inferência se evidencia no enunciado “eu não vou esperar o barco afundar... estou tirando a água e vou continuar tirando a água...”, ou seja, Bolsonaro está ciente e anuncia que o “barco está afundando”, ao que podemos deduzir que “barco” seja seu mandato. Mais uma vez a tensão se forma em torno das estratégias de defesa para que o mandato se mantenha (ou, nas palavras dele, o barco não afunde), afirma que vai interferir nos mistérios e manda um recado para alguém (que supomos tenha sido o ex-ministro Sérgio Moro): “A ‘pessoa’ tem que entender. Se não quer entender, paciência, pô!”. A partir daí, Bolsonaro expõe seus problemas da falta de informações que, no seu entender, lhe são devidas e sem as quais não é possível trabalhar. Outra informação que poderia trazer insegurança a todos os ministros presentes é a manifesta predileção pelo titular da pasta da Economia, Paulo Guedes, em cujo ministério não pretende interferir: “Agora nos demais, vou!” Afirma, justificando a seguir com o lamento dos exilados, que, apesar de possuir a “PF” (que supomos ser a Polícia Federal, mas que ele nega ter mencionado), não consegue informações do órgão. Que informações? Que notícias?

(5) INFORMAÇÃO

Jair Bolsonaro: Eu tenho as ... as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô! Aparelhamento etc. Mas a gente num pode viver sem informação. Sem info ... co ... quem é que nunca ficou atrás do ... da ... da ... da ... da ... da ... da porta ouvindo o que seu filho ou sua filha tá ... tá comentando. Tem que ver pra depois que e ... depois que ela engravidou, não adianta falar com ela mais. Tem que ver antes ... depois que o moleque encheu os cornos de ... de droga, já não adianta mais falar com ele, já era. E informação é assim. Eu tava vendo, estudando em fim de semana aqui como é que o serviço chinês, secreto, trabalha nos Estados Unidos. Qual a

preocupação nossa aqui? (...) É simples o negócio. “Ah, não deve publicamente”. Devo falar como? Tá todo mundo vendo o que tá acontecendo. (...) Tudo bem. Tá? Você tira do (...) porra, da (...) tu não tira.

Retomando rapidamente o tópico (4), o presidente diz que não pode ser surpreendido por notícias. Levando em conta o princípio da negação polêmica (Ducrot, 1987), se ele diz que não pode ser surpreendido é porque essa possibilidade existe e lhe é temerária, ou seja, há uma voz que diz “não posso ser” e outra voz que diz “estou sendo”, além de uma terceira voz que manifesta a insatisfação de estar sendo surpreendido. Faz-se necessário delimitar os conceitos de NOTÍCIA e INFORMAÇÃO para buscar compreender por que Bolsonaro tem tanto medo de uma e necessidade da outra. Para tal, recorreremos brevemente a uma referência dos estudos do campo jornalístico: Nilson Lage. Em seu texto, *Teoria e Técnica de Reportagem – Entrevista e Pesquisa Jornalística*, o pesquisador cita NOTÍCIA como “a cobertura dos fatos” (S/D, p. 17), cujos esboços devem ser rigorosamente colocados à apreciação da redação e, em seguida, averiguados pelo jornalista e a equipe com a qual trabalha. Tais notícias, no entanto, são elaboradas a partir de informações, as quais podem ser descritas como “matéria prima abundante e a dificuldade consiste em (...) definir quais reúnem as condições de interesse público necessárias para sua transformação em notícia.” (LAGE, S/D, p. 20)

Na concepção que adotamos aqui, NOTÍCIA é núcleo genérico da esfera de atividade jornalística, e é o resultado da averiguação dos fatos e das informações que serão apresentados pelos(as) jornalistas. São as informações que geram as notícias, se ele domina as informações, então ele domina as notícias. Devemos lembrar que o jornalismo é a área contra a qual Bolsonaro constantemente faz ataques verbais, que, por sua vez, são revidados pela imprensa com boicotes a coberturas das atividades presidenciais, como inaugurações e outros eventos de agenda, e através de notícias “bombásticas” que “surpreendem” o presidente. Naturalmente, tais notícias, ao contrário das que divulgam a trupe que ronda o presidente, não são *fake news*. A questão é que segundo a imprensa brasileira – e quando falamos imprensa, estamos mesmo generalizando – há fortes indícios de envolvimento de Jair Bolsonaro, sua família e seus amigos em atividades ilícitas, entre outras, as ligadas à milícia carioca e ao assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes.

Do suposto lugar de fala do Presidente da República, Bolsonaro lista o que supõe serem suas posses: “a PF”, “as inteligências das forças armadas” e a Abin, esta justificada pelo presidente por não estar devidamente aparelhada, ainda que não tenha sido esclarecido sobre esse aparelhamento que impede que a Agência Brasileira de Inteligência lhe forneça as informações que ele julga necessárias para antecipar situações indesejadas, ilustradas por ele como a gravidez de uma filha ou o “moleque” que “encheu os cornos de... de droga” porque os pais não ouviram atrás da porta. Ouvir atrás da porta de alguém é no

mínimo antiético, mas quando se trata de “ouvir atrás da porta” dos institutos de segurança pública como a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Agência Brasileira de Inteligência é espionagem. Uma situação bastante delicada em que Bolsonaro envolve o governo Chinês comparando as ações do serviço secreto daquele país nos Estados Unidos¹³. Boa parte deste segmento de fala foi excluído do vídeo para não ferir as relações entre os países envolvidos. Então vamos deixar assim.

(6) AMEAÇA

Jair Bolsonaro: E não dá pra trabalhar assim. Fica difícil. Por isso, vou interferir! E ponto final, pô! Não é ameaça, não é uma... uma extração da minha parte. É uma verdade. Como eu falei, né? Dei os ministérios pros senhores. O poder de voto. Mudou agora. Tem que mudar, pô. E eu quero, é realmente, é governar o Brasil. Não, é o problema de todos aqui, como disse o Marinho, né? É o mesmo barquinho, é o mesmo barco. Se alguém cavar o fu ... cavar no porão aqui, vai, vai todo mundo pro saco aqui, vai todo mundo morrer afogado. Então ess ... isso que a gente precisa, é pensar além do que tem que fazer internamente aqui. Quando explodiu o INMETRO, conversei com o Paulo Guedes. Uma, desculpe o linguajar, uma putaria! Putaria o INMETRO! Trocar tacógrafo, trocar taxímetro, botar chip na bomba de combustível, putaria! Igualzinho a tomada de três pinos. Tá muito bem agora lá. A imprensa enfiou a porrada. “Ah, botou um coronel”. Coronel é formado pelo IME¹⁴. Num ia botar um coronel sem u ... sem uma formação, tá?

Acreditamos que a partir desse momento de fala, Bolsonaro finalmente deixa claro o motivo do encontro e se vale de outro gênero de discurso, o COMUNICADO, para, na mesma cenografia beligerante, afirmar que vai interferir nos órgãos de informações federais, uma vez que sem informações “não dá pra trabalhar”. Usando a mesma interjeição apelativa “pô” para trazer seus pares para seu discurso, tenta amenizar dizendo que não é uma ameaça, mas como ato perlocucionário sabemos que alguns se sentiram ameaçados, e que ele não estava extrapolando. Não se sabe, com clareza, a que remetem tais enunciados, mas o presidente sinaliza que “é uma verdade”, ou seja, haverá a intervenção nos ministérios, na Polícia Federal, na Abin e em tudo o mais que ele puder para que “ninguém morra afogado” – ou seja, está mesmo extrapolando as atribuições que lhe competem enquanto Presidente do Brasil e usando o lugar de fala do presidente para isso. Como vimos até aqui, não é a primeira vez que o presidente sugere que há a possibilidade de ele e seu grupo de ministros e assessores serem postos para fora do navio, para usar a mesma metáfora. Pode ser, e veremos mais adiante, que seja somente uma tentativa de sensibilizar seus pares para que estejam em consonância com o temerário plano de intervenção, que almeja, como ele mesmo declara, salvaguardar os seus. Quem afirma que quer realmente governar o Brasil é o mesmo que anteriormente disse que não tem apego à cadeira de presidente.

¹³ Hoje, dia 22 de julho, os EUA mandaram fechar o Consulado da China em Houston, sob acusação de espionagem, dando início ao que a Imprensa está chamando de Nova Guerra Fria entre os dois países.

¹⁴ Instituto Militar de Engenharia.

(7) ORDEM

Jair Bolsonaro: Tem que falar, pô! Vai ficar quieto até quando? Ou eu tenho que continuar me expondo? Tem que falar, botar pra fora, esculachar! Não pode botar algema! Decisão do próprio Supremo. E vamos ficar quieto até quando? Fica humilhando nosso povo, por quê? Isso tá crescendo. Pessoal fica apontando pra mim, “votei em você pra você fazer alguma coisa!”, “votei em você pra você tomar decisões, pra você brigar!”. E é verdade. Eu tô melixando com a reeleição. Eu quero mais que alguém seja re... seja eleito, se eu vier candidato, tá? Pra eu ter... eu quero ter paz no Brasil, mais nada. Porque se for a esquerda, eu e uma porrada de vocês aqui tem que sair do Brasil, porque vão ser presos. E eu tenho certeza que vão me condenar por homofobia, oito anos por homofobia. Daí inventam um racismo, como inventaram agora pro Weintraub. Desculpa, desculpa o... o desabafo: puta que o pariu! O Weintraub pode ter falado a maior merda do mundo, mas racista? Vamos ter que reagir pessoal, é outra briga.

Comecemos a destrinchar esse trecho, com tamanha manifestação dos sentimentos mais profundos do presidente, analisando um elemento bastante controverso para o que se espera de uma COMUNICAÇÃO OFICIAL em nível de representação do Estado: *puta que o pariu*. Bolsonaro tem completa razão ao pedir desculpas pela falta de decoro que ele denomina DESABAFO, o que é um gênero de discursos, ainda que mundano, uma externalização de sentimentos subjetivos, mas que também é um ato de fala, já que causa (intencionalmente ou não) algum desconforto naquele que ouve o desabafo. Conforme nos mostra LIMA (1996), a palavra “puta” é originária da forma latina *putus*, menino ou adolescente. Com as transformações linguísticas ao longo do tempo, deslocou seu sentido: de uma descrição de gênero/faixa etária para uma ofensa; também originou termos eufêmicos, como *puxa e poxa*. Ao pedir licença para expor um desabafo, cujo sentido ofensivo é socialmente compartilhado, Bolsonaro se desliga do etos de comandante linha-dura, impenetrável dentro de seu QG, e assume um posicionamento menos estereotipado e próximo a uma das características que nos tornam humanos: a consciência do erro, que o motiva a pedir desculpas antecipadamente. Como em vários outros momentos, entretanto, o lapso de humildade se reverte em ordenamento de exposição dos pares para que ele seja poupadão: “votei em você pra você fazer alguma coisa!”, “votei em você pra você tomar decisões, pra você brigar!”. Eleito “para brigar”, ele delega funções a quem nomeia, repetindo com seus aliados aquilo que seus eleitores fazem com ele. E ameaça: se não for isso (a briga), se houver espaço para um governo de esquerda, “eu e uma porrada de vocês aqui tem que sair do Brasil, porque vão ser preso”. Essa afirmação infere duas possibilidades: a primeira é a de que há atividades ilícitas que desencadeariam uma fuga em massa de presidente e ministros para o exterior; a segunda possibilidade, em nossa opinião a mais temerária, é a compreensão de Bolsonaro sobre a forma como devem ser tratados os adversários políticos.

Jair Bolsonaro: Tá? Não sei, tá? Ou eu pago uma missão. Se a missão for absurda, o ministro fala “ó, tchau, tô fora”, tá certo? Ou vai e fica puto, mas vai, pô! E jamais



eu vou pagar uma missão escrota pra quem quer que seja, nem no quartel eu fazia isso com recruta, nem no quartel, tá certo? Quem dirá o nosso convívio aqui que é muito bom, é ... partir pra essa linha.

Neste fragmento, observamos um novo uso da interjeição “pô”, usado na cenografia criada pelo apelo, como “poxa”, de “poxa vida”, no enunciado “ou vai e fica puto, mas vai, pô!”, a expressão associada a todo o contexto que envolve o ato de fala AMEAÇA é uma redução do turpilóquio “porra”, muito usado em manifestações de agressividade ou excessivo entusiasmo. Bolsonaro dá voltas para ordenar que se “pague a missão”, ainda que seja escrota, o que ele mesmo não fará. Pois vejamos pelo viés argumentativo:

- 1) “Se a missão for absurda, o ministro fala tô fora”;
- 2) “Ou fica puto, mas vai” (para a missão).

Então, se o ministro achar que a missão dada a si pelo Presidente da República é “escrota” ele tem a seguinte alternativa, colocada em pauta pelo próprio presidente: ou fica puto, mas faz (e permanece no governo) ou “o ministro fala tô fora”, e isso permitiria a expressão “a pedido” em sua exoneração. Por fim, ainda se acercando do léxico militar, Bolsonaro manifesta pela primeira vez que sua estada no quartel pode não ter sido tão satisfatória como tem alardeado orgulhosamente ao longo de sua vida pública.

(8) CRÍTICA

Jair Bolsonaro: Não estamos em desespero, nós estamos bem. Não somos acusados de desvio, de corrupção, nada. Na se ... nada, tá zero! Temos problema pela frente. Vamos tentar solucionar, como eu tenho conversado com vários ministros. E vamos solucionar, porque o destino do Brasil tá na mão desse grupo privilegiado que tá aqui. E eu não seria nada sem vocês. Vocês não seriam ministro sem ... sem eu ... duvido! Dificilmente alguém ia ser ministro se tivesse um Haddad aqui. Eu duvido! Poderia aceitar por alguns dias, né? Depois ver a sacanagem que ia ser, não ia ser diferente do que foi os dois anos anteriores do PT, não é? Ia pedir pra sair. Então um apelo pra vocês, todo mundo se preocupe com o futuro do Brasil, com a questão política, criticar um ato de uma pessoa ou outra não é ... não é criticar o Congresso ou de ... criticar o Supremo Tribunal Federal. É ... é uma ... quem não fica ... quem não ficou revo ... vi o Moro ficou revoltado com a ... com a liberdade desse pessoal. Por causa de ... de ... de ... de vírus, botou os estuprador pra fora.

Há uma necessidade quase desesperada em negar o desespero, em afirmar que tudo vai bem, justificando esse “estar bem” ao fato de não ser descoberto e de não ser acusado, como se o erro não fosse o crime, o erro é o crime imperfeito. Entre os enunciados “estamos bem” e “Temos problemas pela frente”, intriga-nos saber quem é o sujeito dessas orações, dúvida que Bolsonaro nos esclarece quando enuncia que “...vamos solucionar porque o destino do Brasil tá na mão desse grupo (...). Eu não seria nada sem vocês”. Brasil =

Eu. Jair Bolsonaro se faz confundir com o país que jurou defender, colocando-o como o problema que precisa ser solucionado.

Em nova ameaça, o chefe da nação se distancia do lugar de fala de presidente para lembrar seus ministros de suas posições de dependência e de subordinação a ele, Jair Bolsonaro: “Dificilmente alguém ia ser ministro se tivesse um Haddad aqui.” E, então, como uma dessas ironias que recheiam a história política contemporânea, ele enuncia: “Depois de ver a sacanagem que ia ser (...). ia pedir pra sair.” Alguns dias depois, como já mencionamos, dois ministros “pediram pra sair”, um deles, o ex-ministro da Saúde Nelson Teich “aceitou por alguns dias”. Ressaltamos o uso o artigo indefinido para salientar o reconhecimento da representatividade de Fernando Haddad, como um entre tantos políticos de esquerda que poderiam (podem) assumir a presidência.

Quando retorna ao apelo pelo futuro “do Brasil”, o presidente está cobrando de seu estafe ações de defesa à sua própria permanência na cadeira que ele nega amar, mas que lhe garante proteção maior até do que quando entrincheirado no Forte Apache.

CONCLUA, LEITOR.

Nesse artigo analisamos alguns fragmentos da fala do presidente Jair Bolsonaro durante a reunião presidencial de 22 de abril de 2020, que culminou com a saída do então ministro Sérgio Moro. Para as análises, relacionamos gêneros, cenografias, etos e atos de fala usados pelo presidente para conduzir seus pares à complacência em seus objetivos belicosos.

Bolsonaro, em seu turno de fala, desliza entre cenografias, hospedando etos diversos, conforme seus intentos que vão desde a necessidade de angariar apoio de seus ministros até ordená-los à exposição e a ações de ataque a instituições em defesa de sua própria pessoa. Para isso, fez uso de atos ilocutórios e perlocutórios, usando e abusando do lugar de fala do presidente para legitimar seus etos, criando ciladas para seus colaboradores: apelou para ordenar; lamentou para ameaçar; vitimou-se para ofender.

Conduzida pelas formações discursivas que vão se emaranhando para hospedar os etos que conduzem tais “ciladas”, a reunião ministerial, núcleo genérico de atividade pertinente à esfera governamental republicana, acabou moldada como cenografia em Conselho de Guerra, onde defesa e ataque são estrategiados pelo presidente para proteger o seu etos “Brasil” e a sua “pátria”, a economia.

Compreendemos que o lugar de fala do Presidente da República do Brasil foi tomado de assalto pelo ocupante do cargo que, ainda que eleito democraticamente, não manifesta respeito por este lugar, de onde deveria pronunciar as vozes do aparato democrático brasileiro. O que vimos nesses fragmentos é o aproveitamento abusivo do poder que lhe foi outorgado para coagir ministros a participarem de uma suposta estratégia de defesa do

Brasil, que ele julga estar sendo atacado na sua pessoa e de sua família. Estarrecemos-nos com os investimentos discursivos aviltosos quanto aos seus opositores, à imprensa e demais órgãos que compõem a República Federativa do Brasil. Por fim, ao cabo desse artigo, em 8 de agosto de 2020, o país atingiu a infeliz marca de cem mil mortos pela Covid-19¹⁵, e nos lembramos que isso não afeta Bolsonaro mais do que a possibilidade de lançar mão do Art. 142 que, segundo ele, é tão ou mais eficiente quanto o AI-5.

Esperamos que este trabalho, uma pequena análise de falas do presidente Jair Bolsonaro na reunião de 22 de abril, contribua de alguma forma para compreendermos as razões que estão por trás da conduta antidemocrática que tem colocado em risco as nossas vidas, cidadãos do Brasil e defendemos que os núcleos da esfera presidencial sejam categorizados a fim de seguirem sistemas de coerções que garantam a integridade do lugar de fala do presidente da república.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. **O discurso autoritário no Brasil: uma breve análise do manifesto de instauração do Estado Novo.** In: Historiae, Rio Grande, 7 (2): p.57-77, 2016.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, Dominique **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2012.
- CLOT, Y. & FAÏTA, D. **Genre et style en analyse du travail**, concepts et méthodes. Travailleur - Revue Internationale de Psychopathologie du Travail, Paris, n. 4, p. 7-42, 2000.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Contexto, 2016.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica de Reportagem - Entrevista e Pesquisa Jornalística.** Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- Laudo nº 1242/2020 do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal
- LIMA, Luiz Soares de. **Frases, expressões e palavras populares ou regionais na obra de Gregório de Matos.** In: Idioma – 18, p.10-37, 1996. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/18/idioma18_a02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

15 Em janeiro de 2021, quando este volume foi publicado, o Brasil anunciava 200 mil mortos.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Trad. de F. Indursky. Campinas: Pontes. Nouvelles tendances en analyse du discours. Paris: Hachette, 1987/1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **Prática discursiva.** In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, Dominique Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MJSP, LAUDO NII 1242/2020 – INC/DITEC/PF, disponível em <https://bit.ly/2Ntd6F2>, acesso em: 20 de junho de 2020

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etmológico da Língua Portuguesa.** Documento em Segunda tiragem Tomo 1. Depositários: Livrarias Acadêmica, São José, Francisco Alves e de Portugal. Rio de Janeiro: 1955

Educação, pesquisa e gestão universitária em contexto remoto: *relato de experiência e caminhos de investigação*

Janaina Cardoso

Naira Velozo

NO INÍCIO DO ANO DE 2020, ALASTROU-SE, PELO BRASIL, A PANDEMIA ocasionada pela propagação do novo coronavírus, que provocou grandes alterações na vida cotidiana de muitos brasileiros, em grande parte, em razão da experiência do distanciamento social. Nesse contexto, o trabalho presencial, em diversas áreas, foi substituído pelo *home office*, ou trabalho remoto, e o entretenimento fora da esfera doméstica, pela ampliação do tempo em frente às telas de equipamentos tecnológicos. Acompanhamos, por exemplo, a proliferação das *lives*¹, inicialmente em substituição aos *shows* presenciais, que se estendeu inclusive para as *lives* acadêmicas; e de um segmento em grande expansão no mercado do entretenimento: o *streaming*, tecnologia de transmissão de dados pela internet, sobretudo de áudio e vídeo, os quais podem ser acessados *online*, garantindo, à preços acessíveis, o consumo de filmes, séries, músicas e outros conteúdos sem sobrecarga à memória de computadores ou de celulares. Em matéria publicada na seção Bússola, do portal Exame, em 1º de setembro de 2020, aponta-se o ano de 2020 como o início da década do *streaming*, em função do recolhimento imposto à população pela pandemia.

Essas transformações forçosamente vivenciadas têm reanimado as reflexões sobre trabalho e lazer na pós-modernidade, experienciados simultaneamente, em virtude do distanciamento social, no espaço doméstico e no ciberespaço ou “rede”, definido por Levy (2010[1999]) como

o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam seu universo (LEVY, 2010[1999], p. 17).

Levy (1999) defende que, juntamente com o crescimento do ciberespaço, desenvolveu-se um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores” (LEVY, 1999, p. 17), denominado cibercultura.

¹ A tradução de *live* para o português é “ao vivo”. Na mídia (televisão e agora Internet), a palavra é usada para indicar “transmissões ao vivo”. Atualmente, nas redes sociais, as *lives* são transmissões ao vivo ou gravadas ao vivo, perante um determinado público. Normalmente são organizadas de forma simples e ágil, geralmente sem limite de espectadores nem de tempo de exibição.

Devido à maior disponibilidade das tecnologias de informação e de comunicação e ao caráter ubíquo dos recentes aparatos tecnológicos, a cibercultura ganha uma definição mais ampla, indo além do ciberespaço. Santos (2011, apud SANTOS; WEBER, 2018, p. 23) define cibercultura como “a cultura contemporânea mediada por tecnologias digitais em rede no ciberespaço e nas cidades”. A cibercultura está presente em várias atividades de nosso dia a dia, rompendo com a barreira do tempo e do espaço. O código QR², mesmo sendo impresso, transporta-nos imediatamente para outros espaços na Internet, permitindo o acesso a notícias, informações culturais e até servindo como cartões pessoais. Por sua vez, o crescente uso de celulares, que se tornaram quase uma extensão de nossos corpos, põe fim à dualidade entre sujeito e objeto/aparato tecnológico (SANTAELLA, 2013).

O atual contexto é marcado pelo uso de tecnologias digitais em várias atividades cotidianas dos sujeitos sociais, onde, de vários pontos das cidades as pessoas se comunicam e estabelecem relações de interatividade, quase sempre mediadas por objetos técnicos. Como resultado de um processo de relação simbiótica entre o homem, a natureza e a sociedade, vivemos a era do desenvolvimento das linguagens digitais em rede, e por consequência, estamos favorecendo, cada vez mais, a produção de uma sociedade conectada que transforma o comportamento humano, a sua forma de ver, sentir e estar no mundo. A cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais, criam uma nova relação entre a técnica e a vida social – relação híbrida entre cidade, ciberespaço e as diversas redes educativas, denominada de Cibercultura. (SANTOS; RIBEIRO, 2017, p. 18-19)

Essas mudanças de comportamento (e hábito) não estão restritas ao público mais jovem, também chamado de “geração conectada” (CARDOSO, 2013a, 2013b, 2015), mas atingem a todos os usuários dessas novas tecnologias, independentemente de idade (CARDOSO, 2020a). Para receber nossos salários, precisamos dos aplicativos de acesso a contracheques e dos recursos digitais dos bancos; para votar, utilizamos e-título e, muitas vezes, leitura digital nas zonas eleitorais; para compras, torna-se frequente o uso de aplicativos para pedidos de entregas rápidas. Isso sem contar as redes sociais cada dia mais populares para diferentes seguimentos da sociedade (*WhatsApp, Facebook, Instagram, Telegram* etc).

No jornal *El País*, em matéria publicada no dia 12 de outubro de 2020, no caderno Estilo, afirma-se, por meio da voz de psicólogos, que a pandemia da COVID-19 ampliou ainda mais a virtualização das relações sociais com a adaptação ao teletrabalho, às aulas e consultas médicas *online* dentre tantas outras atividades. Apesar de o jornal reforçar o lado positivo da conexão, a matéria aponta que o período de isolamento social contribuiu com o aumento do vício em redes sociais. Ao citar o *Instagram*, rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos entre usuários, que completou 10 anos em 2020, ressalta-se que a rede se baseia em “ensinar o lado perfeitamente editado da vida”. Essa

2 O código QR (termo em inglês: *Quick Response Code*) é um tipo de código de barras de resposta rápida. Se o usuário tiver um aplicativo de leitura, ao posicionar seu celular sobre o código QR, o navegador vai diretamente para o link codificado. Pode ser usado para ações de marketing, divulgação de notícias em jornais e revistas, como cartão de visitas, e armazenamento de outras informações.

observação sugere que, na atualidade, as classes sociais que têm acesso a tecnologias vivem ainda no tempo espetacular.

Na obra *A sociedade do espetáculo*, Debord (2003[1963]) conceitua tempo espetacular como o tempo pseudocíclico consumível, tempo de consumo de imagens e imagem do consumo do tempo conjuntamente. O autor argumenta que o surgimento do conceito de tempo pseudocíclico se fundamenta no desenvolvimento da indústria na sociedade burguesa, que se expressa na alternância entre dias de trabalho e dias de descanso e entre período de trabalho e período de férias, o que se distancia do tempo cíclico, baseado no modo de produção agrário ditado pela sucessão das estações do ano. Para Debord (2003[1963]), o tempo pseudocíclico se baseia na produção de mercadorias, sendo ele próprio uma mercadoria consumível que reúne vida privada, vida econômica e vida política. Esse tempo da produção econômica, o tempo mercadoria, divide-se em “fragmentos abstratos iguais, que se manifesta em todo o planeta como o *mesmo dia*” e representa “a inversão completa do tempo como campo de desenvolvimento humano” (DEBORD, 2003[1963], p. 119-121).

Espetáculo, na definição de Debord (2003[1963]), é uma relação social interpessoal midiatisada por imagens, uma visão cristalizada de mundo que é, concomitantemente, resultado e projeto do modo de produção existente. Para o autor, espetáculo é o modelo de vida socialmente dominante, que a todo tempo e em todo lugar afirma o consumo e restringe a vida social à aparência, promovendo a alienação. Esse conceito se relaciona ao emprego do tempo em uma formação econômico-social em que a economia se desenvolve para si própria e a realidade do tempo, como afirma Debord (2003[1963], p. 125), é substituída pela publicidade do tempo.

No contexto da pandemia da COVID- 19, um dos muitos exemplos de publicidade do tempo é o movimento de (re)postagem de fotos de viagens vividas em outras épocas e o consumo dessas imagens pelos usuários de redes sociais, na impossibilidade de experimentação do tempo do não trabalho dessa forma. Debord (2003[1963]) ressalta que, quanto mais o trabalhador-espectador aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos comprehende a sua própria existência e o seu próprio desejo.

Em *A sociedade do espetáculo*, tanto o automóvel quanto a televisão são citados como exemplos de aparatos tecnológicos promotores da alienação nas sociedades modernas, o automóvel por possibilitar o isolamento físico, e a televisão por também promover o distanciamento social e por propagar o conjunto de tudo o que é permitido consumir, não evidenciando que esse consumo é impossível a maioria das classes sociais. Ambos operam para a manutenção do isolamento iniciado pela concentração do processo produtivo, que encerrou a comunicação direta entre produtores.

Llosa (2013, p. 12) nos apresenta outro conceito de espetacularização a partir da crítica ao modelo de cultura como “estruturada em três instância – indivíduo, grupo ou elite e sociedade em seu conjunto, em que embora haja intercâmbio entre as três, cada

uma conserva a sua autonomia e está em constante confronto com as outras.”. Em seguida, menciona que Steiner (2006, apud LLOSA, 2013, p.18) critica o elitismo da cultura e a tradicional vinculação das artes, das letras e das ciências ao absolutismo político e defende o que muitos consideram “pós-cultura”. Llosa menciona também Debord (que publicou seu texto *La Société du Spectacle* um ano antes do ensaio de Steiner), para quem o termo “espetáculo”, como vimos, está ligado à alienação ou à aquisição obsessiva de produtos manufaturados, escondendo preocupações sociais e humanas. Expandindo o pensamento de Debord, Llosa argumenta que, no momento atual, em especial pela influência das mídias e tecnologias digitais, a cultura passa a ser sinônimo de entretenimento. Segundo Llosa (2013, p. 27), “cultura é diversão, e o que não é diversão não é cultura.”.

Em oposição à diversão, muitas vezes, está a dose de esforço necessária à aquisição de conhecimento. Com as novas tecnologias digitais, a informação está disponível com maior facilidade, demandando pouco esforço para acessá-la, no entanto, mais informação disponível não representa mais conhecimento adquirido.

A diferença entre a cultura do passado e o entretenimento de hoje é que os produtos daquela pretendiam transcender o tempo presente, durar, continuar vivos para gerações futuras, ao passo que os produtos deste são fabricados para serem consumidos no momento e desaparecer, tal como biscoitos e pipoca. ... É bom o que tem sucesso e é vendido; mau o que fracassa e não conquista o público. O único valor é o comercial (LLOSA, 2013, p. 27).

A quantidade ganha maior peso do que a qualidade, para poder chegar à maioria e vender mais. O autor menciona o crescimento dos programas de culinária e moda, ligados ao efêmero, que tomam lugar de destaque nas seções dedicadas à cultura, conferindo a “chefs” e “estilistas” o protagonismo que antes tinham cientistas, compositores e filósofos (LLOSA, 2013, p.33). Llosa (2013) afirma ainda que o conceito de *light (best-seller)* se espalha por todas as áreas da cultura: literatura *light*, livros fáceis de serem lidos, drogas que não são mais manifestação de rebeldia, mas de prazeres fáceis e rápidos e, na política, valorização da presença midiática em detrimento da lucidez ou da inteligência. Tudo isso é incentivado por uma imprensa também “*light*, leve, amena, superficial e divertida que nos casos extremos, se não tiver à mão informações dessa índole para passar, as fabricará por conta própria” (LLOSA, 2013, p. 48). Dessa forma, o avanço da tecnologia não garante maior conhecimento, mas exige novas formas de letramentos. Portanto, não basta ter acesso à tecnologia e saber usá-la, é necessário saber utilizá-la a fim de construir conhecimento colaborativo de forma criativa e crítica, o que Cardoso (2013, 2015, 2020b) denomina de “processo de conscientização tecnológica”, esquematizado na figura 1.

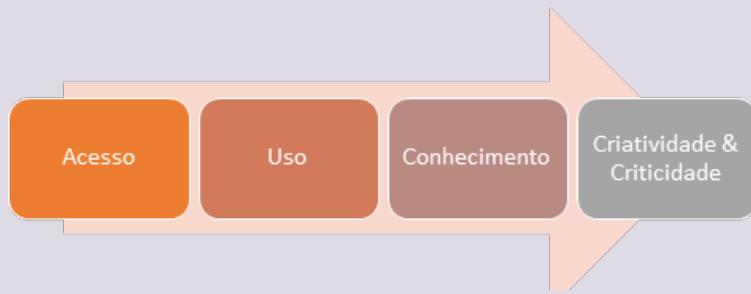


Figura 1 – Processo de conscientização tecnológica (CARDOSO, 2013, 2015, 2020b)

Ao revisitarmos os conceitos de espetáculo e cibercultura a fim de refletir sobre a experiência educacional e administrativa vivenciada no Instituto de Letras da UERJ (ILE-UERJ) em razão das medidas de distanciamento social, observamos um duelo de forças entre a alienação do espetáculo e a promoção da participação social possibilitada na cibercultura, sobretudo, pelo processo de conscientização tecnológica.

Visando a assegurar esse processo de conscientização e a pôr em prática um modelo de gestão participativa e de comunicação integrada e eficaz, dois dos principais compromissos que assumimos em campanha eleitoral, vivenciamos grandes adaptações e promovemos diversas iniciativas à frente da Direção do ILE desde março de 2020.

Inicialmente, no primeiro semestre de 2020, oferecemos atividades de acolhimento aos alunos. Como muitos (cerca de 30%) não tinham acesso à Internet, as atividades eram totalmente opcionais. Os professores do Instituto apoiaram a ideia —incentivada pela Pró-Reitoria de Graduação, pelos Centros Acadêmicos e pela Reitoria —

e promoveram e/ou participaram de palestras, debates, mesas redondas, conferências, lançamentos de livro de forma síncrona e assíncrona, por *chats*, fóruns, *lives* e webconferências. Entre maio e setembro, realizamos cerca de 20 eventos por mês; em alguns meses, chegamos perto de 30 eventos regionais, nacionais e internacionais. Os professores, ao organizarem essas atividades, foram se familiarizando com tecnologias até então desconhecidas por muitos deles. A aprendizagem se desenvolveu na prática e com a ajuda de colegas de profissão e de muitos alunos que trabalharam ativamente no processo.

Com o estabelecimento do Período Acadêmico Emergencial — PAE, foram oferecidas aos docentes oficinas mais focadas no uso dos recursos digitais que teriam que ser utilizados imediatamente, como a plataforma Moodle (AVA da UERJ) e o serviço Conferência Web-RNP, indicado pela universidade para a realização de conferências virtuais por ser público e gratuito. Dessa forma, tivemos a oportunidade de acompanhar mais uma etapa do processo, em andamento, de conscientização tecnológica de docentes e discentes, que se iniciou no período da realização das atividades opcionais. Acompanhamos inclusive a aprendizagem por inversão de papéis, já que, no ILE, os treinamentos para uso de salas virtuais e *streaming* foram também ministrados por alunos aos professores.

Com o avanço das tecnologias digitais, em especial a popularização do celular, parecia que o acesso ao conhecimento e aos novos meios de comunicação estava garantido a todas as camadas da sociedade ou, pelo menos, tinha se tornado mais igualitário. Contudo, o distanciamento físico escancarou as desigualdades. No âmbito do Instituto de Letras da UERJ, ficou claro que muitos estudantes universitários não têm acesso a, pelo menos, um computador em casa, somente no trabalho ou na universidade. Além disso, o acesso às redes sociais depende não só do celular, mas também das redes de *wifi*, amplamente disponíveis em espaços públicos antes da pandemia, mas indisponíveis no período de distanciamento. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se desenvolviam as atividades opcionais e as oficinas destinadas aos professores, buscavam-se formas institucionais de inclusão dos alunos, que resultaram na entrega de cartões de memória com planos de Internet no início do segundo semestre e, no fim do semestre, na iniciação das entregas de *tablets*.

No contexto de pandemia, ficou ainda mais evidente que as diferenças entre as classes sociais brasileiras não se restringem ao acesso a bens materiais e serviços. Essas diferenças se estendem inclusive à cibercultura. Souza (2017) menciona três tipos de capitais que estão distribuídos de maneira não igualitária entre as classes: capital econômico, capital cultural e capital social. Geralmente, estabelecem-se diferenças entre classes levando-se em consideração apenas o capital econômico, mas o autor defende que devemos levar em consideração também os demais tipos de capitais, que podem variar até mesmo dentro de uma dada classe econômica.

As classes mais privilegiadas economicamente tendem a ter mais facilidade de acesso aos bens culturais canônicos, mas não é garantia que irão usufruir desses bens culturais. Pessoas da mesma classe econômica não necessariamente têm o mesmo tipo de acesso ao capital cultural. Souza (2017) defende que muito do capital cultural depende de como as famílias criam seus filhos e dos tipos de acesso aos recursos culturais. Se uma família incentiva os filhos, desde cedo, a ler, imaginar, frequentar museus e pensar no futuro, provavelmente as relações desses filhos com o conhecimento serão bem distintas das dos filhos de outra família que passam pouco tempo com os pais, não têm o hábito de leitura e focam, principalmente, na sobrevivência presente e nas necessidades básicas. Segundo Souza (2017), nas elites e nas classes médias, podemos encontrar pessoas pertencentes aos dois grupos, mas, nas classes menos privilegiadas, a sobrevivência, em geral, fala mais forte, restando pouco tempo para incentivar os mais jovens a ler e menos horas livres para lazer e estudos. O PAE deflagrou essa realidade, uma vez que, ao privilegiarmos atividades assíncronas, os alunos precisaram ser mais autônomos e dedicar mais tempo aos estudos, o que não se enquadra na realidade do aluno-trabalhador proveniente das classes menos privilegiadas, o que motivou reflexões quanto a avaliações e à organização dos cursos de maneira remota.

Em meio às questões mais estritamente relacionadas ao corpo docente e discente, existia ainda o desafio da construção de uma gestão participativa e plural, por meio da prática de reuniões gerais e do fortalecimento do Conselho Departamental (CD) — órgão deliberativo máximo das Unidades Acadêmicas —, para possibilitar sua abertura à participação da comunidade do Instituto. Conforme a Resolução Nº 546/88, os membros do CD com direito a voto restringem-se a um representante de cada Departamento Acadêmico — no ILE, são 6 Departamentos —, um representante técnico-administrativo e representantes discentes que correspondem a 1/3 dos membros, no entanto, o CD pode dar voz a outros participantes, desde que se garanta o acesso às reuniões.

No período de trabalho remoto, o serviço Conferência Web-RNP (que, à princípio, comportava 75 participantes em suas salas virtuais) aliado ao *streaming* via *Facebook* asseguram a participação da comunidade. É via redes sociais, principalmente *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, que ocorre a divulgação dos convites para participar do CD a toda a comunidade do ILE; e é o *streaming* que expande as possibilidades de participação nos debates e divulgação das decisões, uma vez que promove, sobretudo, o engajamento dos alunos, por meio dos comentários no *Facebook* durante e após as reuniões e acesso às gravações dos CDs a qualquer momento, por aqueles que não os podem acompanhar de forma síncrona. Assim, em contraposição ao maior tempo de consumo de imagens destinado a maratonar³ séries e a assistir a filmes, por exemplo, pudemos observar de perto as vantagens do uso do *streaming* como ferramenta inclusiva e promotora de maior participação social.

Além de fortalecer o CD, essa tecnologia também tem sido usada, no Instituto de Letras, para transmissões, via *Facebook*, de reuniões entre a Direção e o corpo discente e de cerimônias de Colação de Grau; e para disponibilização de aulas expositivas gravadas, como alternativa aos problemas de parte do corpo discente de acesso à Internet durante atividades síncronas.

O papel das redes sociais também se destaca neste período de atividades remotas, para além de transmissões de dados audiovisuais e trocas de comentários. O *WhatsApp*, por exemplo, tem sido utilizado em aulas; para trocas de informação entre Comissões e grupos de representação; e como canal de divulgação de Resoluções e avisos no âmbito institucional. Por meio das páginas do ILE no *Instagram* e no *Facebook*, ocorrem sorteios de livros em datas comemorativas — como o Dia da Consciência Negra e as festas de final de ano —, divulgação da agenda semanal de eventos acadêmicos do Instituto, informes institucionais, avisos, convites para reuniões, cartas abertas do Diretório Acadêmico e da Direção. Ainda que existam e-mails de Coordenações e Secretarias e sites oficiais da universidade, é, sobretudo, por meio dessas duas redes sociais, talvez devido ao fluxo mais dinâmico de informações, que muitos alunos fazem reclamações acerca de procedimentos

³ Termo geralmente usado para se referir a assistir a uma série de forma ininterrupta.

e prazos relacionados ao PAE, tiram dúvidas quanto a rotinas da Graduação e buscam orientações para resolução de problemas e acesso a documentos. Assim, embora as redes sociais possam ser consideradas, por um lado, a tradução da sociedade espetacular, pois a atenção e o tempo de observação de imagens pelos usuários é a mercadoria vendida às empresas que as financiam, o que consagra a transformação do homem em mercadoria; por outro, são as redes que têm possibilitado a disseminação de informações, a divulgação de instruções e o debate durante o período remoto, afastando-se, em grande medida, da função alienante.

Como menciona Liberali (2020), em contextos de morte, “o papel da educação é buscar a vida” e acaba-se por buscar soluções inéditas e imediatas. Foi o que buscamos no Instituto de Letras da UERJ: desenvolver o inédito viável (LIBERALI, 2020, p. 15), tentando diminuir as diferenças, através de um trabalho colaborativo, crítico e criativo.

Essa experiência de educação e gestão no período de isolamento social, em uma realidade atravessada pela espetacularização e pela cibercultura, apontou ainda caminhos no campo da pesquisa. Dentre múltiplas questões a serem investigadas, podemos ressaltar: como nossos comportamentos se alteraram ao longo dos anos, tendo em vista a interatividade em diferentes contextos; o que expressam os diversos conceitos de cultura e como podemos pensar cultura hoje, considerando-se que os conceitos de cultura de elite e cultura de massa foram substituídos por “culturas”, no plural e não necessariamente adjetivadas; como abordar a literatura em uma sociedade ou civilização do espetáculo; qual o papel dos multiletramentos (KALANTIZIS et al, 2016), que incluem a *multimodalidade* (considerando os modos escrito, visual, espacial, tátil, gestual, sonoro e oral) e a *multicontextualidade* (questões referentes à comunidade, ao papel social, às relações interpessoais, à identidade, às questões de gênero etc.) na formação de professores e alunos do curso de Letras e na formação cidadã; como promover, na área educacional, a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, permitindo que os educandos “se apropriem das práticas de leitura de modo a serem capazes de identificar, compreender e, sempre que possível, transformar práticas sociais em que o poder é desigualmente distribuído.” (PEREIRA, 2019).

Neste momento de complexidade, da dificuldade cria-se a oportunidade. Entretanto, o processo de conscientização tecnológica ainda está longe de se completar. O acesso e o uso são apenas os primeiros passos. É preciso saber usar para produzir conhecimento de forma criativa e crítica. Não adianta usar a tecnologia para manter o padrão tradicional de educação em que o professor fala e os alunos escutam e, no final de um certo período, são avaliados. A tecnologia por si não é garantia de transformação. Porém, pelo menos no ILE, temos buscado usar a tecnologia como aliada tanto no processo de democratização da informação quanto na quebra de um paradigma educacional. Muitos docentes e discentes, de forma colaborativa, já mostraram que é possível a transformação social.

REFERÊNCIAS

BÚSSOLA. Reinvenção do entretenimento na pandemia: mais digital, remoto e on demand. Disponível em: <https://exame.com/bussola/reinvencao-do-entretenimento-na-pandemia-mais-digital-remoto-e-on-demand/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARDOSO, Janaina. **Understanding why some future teachers find it so difficult to follow written instructions**. In: CARMO, Mafalda (Ed.). *Education applications & developments V*. Lisboa: InScience Press, 2020a, p. 151-161.

CARDOSO, Janaina (2020b). **Reflexões sobre cibercultura, multiletramentos e formação docente em tempos de pandemia** (Conversa com Antônio Carlos Xavier 23/07/2020 - Canal do Nehte no YouTube). Disponível em: <https://youtu.be/TXLVEmpRJwY>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARDOSO, Janaina. **Letramentos digitais e a formação de professores da geração conectada**. In: *IX Congresso Internacional da Abralin – Anais*. vol. 4. Belém: Abralin, 2015.

CARDOSO, Janaina. **Developing a new generation of connected teachers**. *Braz-TESOL Newsletter*, 3. São Paulo: BRAZ-TESOL, 2013^a, p. 16-19.

CARDOSO, Janaina. **Professores da geração Y: mudança de perfil não garante uso mais eficaz de novas tecnologias no contexto educacional**. (*Con)textos linguísticos*, 7 (8.1), 2013b. (p 199-219).

CARDOSO, J.; VALENTE, M.I. **Antigas ferramentas, novas práticas: mudanças nos espaços de aprendizagem para formação de professores**. In MATEUS, E.; TONELLI, J. (Orgs.). *Diálogos (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas*. 1^a ed. São Paulo: Blucher, 2017, v.01, p.117-139.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Coletivo Periferia. São Paulo: Coletivo Periferia, 2003[1963].

KALANTIZIS, M. COPE, B.; CHAN, E. DALLEY-TRIM, L. **Literacies**. 2^a ed. Melbourne: Cambridge University Press, 2016.

LIBERALI, Fernanda. **Construir o inédito viável em meio à crise do coronavírus – lições que aprendemos, vivemos e propomos**. In: LIBERALI et al. *Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível*. Campinas: Pontes, 2020. (p. 13-21)

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 3^a Ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010 [1999].

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

ODRIozOLA, Amaia. **Vício em redes sociais dispara na pandemia, mas há como recuperar**

o controle e se desintoxicar. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/estilo/2020-10-12/vicio-em-redes-sociais-dispara-na-pandemia-cinco-jeitos-de-recuperar-o-controle-e-se-desintoxicar.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PEREIRA, Gizele. **Letramento crítico em língua inglesa:** uma proposta pedagógica para a educação de jovens e adultos. Projeto de Qualificação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pedro II, 2019.

PORTO, Cristiane; MOREIRA, J. Antonio. **Educação no ciberespaço:** novas configurações, convergências e conexões. Aracaju: Whitebooks/EdUNIT, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua – repercussões na cultura e na educação.** São Paulo: Paulus, 2013. (e-book)

SANTOS, Edméa; RIBEIRO, Mayra. **Letramento digital:** por uma atuação autoral na cibercultura. In: SANTOS, E.; SANTOS, R.; PORTO, C. (Orgs.). *Múltiplas linguagens nos currículos*. João Pessoa: Editora UFPB, 2017. (p. 17-35).

SANTOS, Edmáe; WEBER, Aline. **Diários online, cibercultura e pesquisa-formação multirreferencial.** In: SANTOS, E.; CAPUTO, S. G. *Diário de pesquisa na cibercultura: narrativas multirreferenciais com os cotidianos*. Rio de Janeiro: Omodê, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 546/88, de 01 de novembro de 1988*. Disciplina em caráter provisório os Departamentos e Conselhos Departamentais. Rio de Janeiro: Conselho Universitário, 1988. Disponível em: http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_05461988_01111988.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

Segue o fio no Twitter: análise discursiva de *thread* da Folha de S.Paulo sobre o governo Bolsonaro

Amanda dos Santos Moura

Glaucia Almeida Reis Blanco

Priscila Gurgel Thereso

CONSIDERANDO O CONTEXTO DO TWITTER¹, este trabalho se propõe a analisar o gênero discursivo *thread*, ou “fio” em português, usado nessa rede social para criar sequências de publicações conectadas graficamente através de uma linha vertical. Analisamos a *thread*, denominada por nós como um “gênero-ferramenta”, como um gênero multimodal próprio do meio digital que permite incorporar diferentes tipos de enunciados com escolhas compostionais diversas, conforme as finalidades do enunciador e o contexto de produção e circulação desses discursos.

Nosso principal objetivo nesta análise é compreender como esse gênero está sendo utilizado pela imprensa, analisando especificamente um dos “fios” publicados pela conta do jornal Folha de S.Paulo (twitter.com/folha), considerado o de maior circulação do Brasil atualmente e que faz uso do recurso desde janeiro de 2019. Cabe destacar que a iniciativa de utilização das *threads* no Twitter foi algo até então inédito para um meio de comunicação impresso tradicional, o que também motivou a escolha deste objeto de análise.

Considerando que os veículos jornalísticos são importantes atores na disputa pelo poder no espaço público e analisando o contexto atual de disputas discursivas entre o presidente da República Jair Bolsonaro e os grandes grupos de imprensa, recorremos à Análise do Discurso para investigarmos enunciados jornalísticos publicados pela Folha de S.Paulo no Twitter através da *thread* “CARTA”, postada no dia 11 de janeiro de 2019, que abordou fatos relativos ao governo Bolsonaro.

Em uma perspectiva multidisciplinar, articulando os campos da comunicação e dos estudos da linguagem, este artigo visa contribuir para a compreensão sobre os novos discursos jornalísticos produzidos no interior das redes sociais, encarando-as como inaugadoras de novos paradigmas comunicacionais e não apenas como simples suportes. Nesse sentido, nossas análises buscaram investigar as finalidades comunicativas que levaram a Folha de S.Paulo a eleger algumas notícias em formato de *threads* e traçar o perfil de um desses

¹ Rede social mundial composta por mensagens curtas (incluindo fotos, vídeos e links). (GLOSSÁRIO DO TWITTER, 2020)

“fios”, analisando, por exemplo, o assunto predominante e as marcas discursivas que essa pauta adquiriu ao ser traduzida em *thread*.

Como referencial teórico, mobilizamos análises de autores como Raquel Recuero (2009, 2011), sobre as intersecções entre a difusão de informações nas redes sociais on-line e as práticas do jornalismo; além dos conceitos de linguagem-intervenção (Rocha, 2006, 2013), gêneros do discurso (Maingueneau, 1998, 2016) e cenografia (Maingueneau, 2013; Rocha, 2006; 2013).

A relevância deste estudo se firma na possibilidade de discutir como a mídia hegemônica se apropria dos novos recursos trazidos pelas redes sociais para impulsionar discursos na produção jornalística contemporânea. E, especificamente, esperamos que as análises sirvam para discutir as *threads* como uma das atualizações de um gênero discursivo anterior: a notícia, entendendo-a como uma ferramenta de intervenção social enquadrada no contexto contemporâneo das redes sociais.

O TWITTER COMO FERRAMENTA DO JORNALISMO NA FOLHA DE S.PAULO

Objeto de estudo deste artigo, o jornal Folha de S.Paulo (FSP) pertence ao conglomerado Grupo Folha, que abarca também o site do jornal, revistas, guias, o parque gráfico e serviços como pesquisa, acervo, agência de notícias, logística e transporte. A FSP foi fundada em 1921, como “Folha da Noite”, e desde a década de 1980 é o jornal mais vendido no Brasil, sendo considerado, então, o de maior circulação no país².

A inserção da Folha na internet se deu com o site, em 1995, o que a tornou o primeiro jornal brasileiro on-line. Além disso, com o surgimento das redes sociais, a Folha foi pioneira também na utilização do Facebook: sua página foi criada em 2010, mas deixou de ser atualizada em fevereiro de 2018, quando a rede social anunciou que diminuiria a visibilidade do jornalismo profissional nas páginas dos usuários para privilegiar a interação de conteúdo entre pessoas. A partir daí, o perfil do jornal no Twitter, @folha, passou a ser o principal meio de contato com os leitores nas redes sociais.

O Twitter é uma rede social criada em 2006 no estilo *microblogging*, que permite a divulgação e o consumo rápidos de mensagens instantâneas, com o uso, por exemplo, de *smartphones* com acesso à internet. Conforme relatório financeiro da própria rede social divulgado em julho de 2020, o Twitter possui cerca de 186 milhões de usuários ativos no mundo. A plataforma não divulga a quantidade de usuários ativos da rede por país, mas, de acordo com estatísticas geradas pela empresa Statista³ em julho de 2020, o Brasil é o

2 Ver mais em: <<https://bit.ly/3rddaeL>>. Acesso em: 25/06/2020.

3 A Statista é uma empresa alemã especializada em disponibilizar estatísticas e dados de institutos de pesquisa de mercado, pesquisas com consumidores e estudos setoriais, além de estatísticas governamentais. O portal on-line possui o reconhecimento de cerca de 2.000 instituições de ensino em todo o mundo, entre elas o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.



quarto país do mundo com maior presença digital no Twitter, com um total de 15,7 milhões de usuários, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Índia.

O Twitter tem a capacidade de atingir um público de massa em tempo real e possui uma estrutura simplificada em relação às demais redes. Com sua característica de mensagens instantâneas, a natureza do site não é a de ser uma rede de amigos, mas uma mídia social em que o usuário acessa para saber/fazer parte do que a esfera pública está discutindo no momento e seguir pessoas/marcas/temas que lhe interessam.

A natureza do Twitter muito se assemelha à do jornalismo – rapidez, tempo real, assuntos de interesse público – e as mudanças colocadas pelos novos modos de compartilhar informações nas redes sociais têm moldado o fazer jornalístico tanto pelo emergir de pautas quanto pela necessidade de adaptação às novas dinâmicas. Nesse movimento, pressionada por defender o lugar de poder e produção de discursos na esfera pública, o fazer jornalismo da mídia hegemônica acaba por incorporar as mudanças constantes trazidas pelas redes.

Um dos exemplos disso é o recente uso da *thread* pela Folha de S.Paulo no Twitter. Inicialmente, um *tweet*⁴ comportava até 140 caracteres. A partir de 2017, a rede ampliou essa capacidade para 280 caracteres por *post*⁵ em algumas línguas, incluindo o português. No mesmo ano, a rede lançou a ferramenta *thread*, ou “fio”, em português, que permite uma sequência de publicações no Twitter sobre um mesmo assunto, conectadas por uma linha vertical à esquerda, conforme o exemplo das Figuras 1 e 2, abaixo. De acordo com a explicação da central de ajuda ao usuário, uma das finalidades do recurso é possibilitar mais espaço além dos 280 caracteres disponíveis, facilitando a conexão de textos mais longos.

Às vezes, precisamos de mais de um *tweet* para expressar nossas ideias. Uma sequência no Twitter é uma série de tweets conectados de um mesmo usuário. Com uma sequência, você pode fornecer contexto adicional, uma atualização ou uma abordagem ampliada conectando vários tweets juntos. (CENTRAL DE AJUDA DO TWITTER, 2020)⁶

Uma *thread* pode ser composta por textos, imagens animadas, estáticas, *hiperlinks*, enquetes ou até outra *thread*. Este “gênero-ferramenta”, como definimos neste artigo, proporciona aos usuários infinitas possibilidades de interação, já que um “fio” não possui uma estrutura padrão de organização textual ou temática a ser obedecida. A palavra “ferramenta”, assim como em uma de suas acepções no dicionário, significa que a *thread* pode funcionar como um “meio para alcançar um objetivo”⁷, ou seja, uma finalidade comunicativa do enunciador. Porém, vale ressaltar que essa perspectiva ferramental da *thread*, ao nosso ver, vai além de enxergá-la somente como mero instrumento, levamos em

4 Nome utilizado para designar as publicações feitas no Twitter.

5 Termo popularmente utilizado no ambiente virtual. Significa “publicação”, em português.

6 A central de ajuda do Twitter traduz o termo *thread* como “sequência”, mas optamos pela palavra “fio” (tradução literal), adotada pela maioria dos usuários brasileiros.

7 Definição de “ferramenta” no Michaelis On-line (2020).



consideração também a função que ela ocupa no contexto político-midiático em que está inserida, que determina as escolhas estilístico-compositivas dos enunciados. As *threads* são comumente utilizadas para: contar uma história; dar detalhes sobre algo ou alguém; explicar ou justificar determinado ato ou opinião; ou até mesmo para fazer uma lista qualquer.

Figura 1: Exemplo de *thread* para explicar um ato/ opinião

POR QUÊ COLIN KAEPERNICK É UM SÍMBOLO DE LUTA?

Segue o fio

22:31 - 31 mai 20 · Twitter for Android

151 Retweets e comentários 539 Curtidas

Em resposta a @blogsaidafalsa

Na segunda-feira (25), George Floyd foi morto após ser sufocado por um policial no estado da Minnesota. Existe um histórico de repressão e abuso policial nos EUA contra jovens negros e que, nos últimos anos, tem causado uma onda de comoção e indignação no país e no mundo.

Um dos símbolos de protesto e revolta contra os abusos policiais vem do futebol americano: Colin Kaepernick virou uma figura pública ao se ajoelhar durante o hino nacional no terceiro jogo

Figura 2: Exemplo de *thread* para criar uma lista

Títulos para refletir sobre a questão racial no Brasil e no mundo. Disponíveis aqui comigo ou em outras plataformas.

Segue o fio

16:39 - 06 jun 20 · Twitter Web App

5.528 Retweets e comentários 32,2K Curtidas

Em resposta a @NetflixBrasil

Branco Sai, Preto Fica

Esse filme de 2014 mistura documentário e ficção, e narra a história de dois jovens que recebem um visitante de 2073 procurando provas de que a sociedade do passado repreendia jovens negros. O ponto de partida é uma história real que aconteceu em Brasília.

Fruitvale Station - A Última Parada

Protagonizado por Michael B. Jordan, o filme acompanha um dia na vida de um jovem depois de sair da prisão. A história é baseada em fatos que aconteceram em Oakland, na Califórnia. Esse você pode assistir na @PrimeVideoBR.

Cidade De Deus: 10 Anos Depois

O que aconteceu com os atores 10 anos depois do filme? Com Seu Jorge, Alice Braga, Leandro Firmino da Hora, Darlan Cunha, Roberta Rodrigues e Douglas Silva, entre outros, o documentário é importante para entender a questão dos privilégios no Brasil

Fonte: Twitter

Além disso, o Twitter permite adicionar a um “fio” uma quantidade ilimitada de publicações, que são sempre conectadas umas às outras por ordem cronológica de publicação. Outra característica do recurso é que ele pode ser atualizado a qualquer tempo, inserindo novas informações sobre o assunto. No entanto, além das questões estruturais, é possível dizer que não existe uma estabilidade quanto à organização textual das *threads*: desde que o recurso foi criado elas já adquiriram diferentes usos pelos usuários, marcas e instituições que compõem a rede social, conforme dissemos anteriormente.

Dentro desse universo de possibilidades estruturais e semânticas, especificamente nas *threads* da Folha de S. Paulo, sobre as quais nos dedicamos a analisar, identificamos enunciados

que possuem certas marcas textuais que podem ser indícios da finalidade comunicativa do uso desses “fios” pelo jornal. Trata-se de chamadas que apresentam propostas de valor ao leitor, como: resgatar uma notícia, explicar sobre um fato/conceito com mais profundidade, informar-se em pouco tempo ou contar uma história. Alguns exemplos desses enunciados são: “Siga a *thread* para entender”; “Siga a *thread* e relembrre”; “Gaste menos de 8 minutinhos lendo essa *thread* e fique bem informado sobre”; “Siga a *thread* para ver a cronologia”. Em termos comerciais, entendemos que esse engajamento buscado pelo jornal resultaria, por fim, em angariar mais tráfego para o site da Folha, despertando o interesse de novos consumidores, como o próprio público-alvo do Twitter.

Outra marca linguística importante das *threads* e *tweets* da Folha nesse sentido é a recorrência no uso dos *hiperlinks* que remetem ao site do jornal, evidenciando, assim, a finalidade de que os usuários do Twitter vão além daquele espaço e migrem para o site da FSP, onde são veiculadas as campanhas publicitárias. Além de uma tentativa de conquistar novos leitores, entendemos, conforme Recuero (2011), que esta estratégia também pode se ancorar na credibilidade que se acredita que o jornalismo convencional ainda transmite.

(...) o jornalismo continua a deter o “lugar de fala” da credibilidade, que é alargado aos veículos jornalísticos e, em menor medida, aos jornalistas. Em outras palavras, as redes sociais na Internet, apesar de todo o potencial colaborativo de produção de informação continuam dando ao Jornalismo a credibilidade e construindo uma função de legitimação das notícias. (RECUERO, 2011, p.3)

Além disso, em um dos fios postados pela FSP, em 18 de janeiro de 2019, com o título “*THREAD PRETA DO BNDES*”, o último *post* da sequência traz a seguinte informação: “*Threads* da Folha: notícias de forma encadeada, temporal e clara para você não se perder. Bom final de semana a todos.”. Nesse enunciado, os adjetivos “encadeada”, “temporal” e “clara” são novas pistas das propostas de valor que a Folha vê no “gênero-ferramenta” *thread* como forma de divulgar seu produto final: a notícia, que nos dedicaremos a explicar mais a frente.

Antes de tal explicação e das análises da *thread* escolhidas, que possuem como tema central fatos ocorridos durante o governo Bolsonaro, faz-se necessário, portanto, breve contextualização da relação entre o atual presidente do Brasil, o uso eleitoral e político do Twitter como forma direta de comunicação com a esfera pública e a tensão com os veículos de imprensa.

DE CANDIDATO A PRESIDENTE: @JAIRBOLSONARO NO TWITTER

A exemplo de outros líderes mundiais, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, utiliza diariamente as redes sociais como uma forma de se comunicar com seus apoiadores



e o Twitter é uma delas. Em junho de 2020, o perfil do presidente (@jairbolsonaro) atingiu 6 milhões e 662 mil seguidores, tornando-se a conta brasileira mais seguida no país. No entanto, é importante destacar que o Twitter, assim como outras redes, apresenta muitas contas falsas ou de *spam*⁸. Os perfis automatizados, chamados de robôs ou *bots* são estimados em 16 milhões no *microblog* e, atualmente, configuram-se entre os principais empecilhos enfrentados pelo Twitter, porque podem influenciar amplamente nas discussões na rede, incluindo os debates políticos e a manipulação de resultados eleitorais. Muitas dessas contas são usadas, por exemplo, para elevar *hashtags* aos *trending topics*⁹, o que faz com que essa lista se torne manipulável, e não uma forma de refletir o que a opinião pública realmente pensa. Um exemplo disso é um estudo divulgado em abril de 2020 pela UFRJ e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP), que analisou 1,2 milhão de tuítes a favor do presidente usando a hashtag #bolsonaroday no dia 15 de março de 2020 e concluiu que 55% dessas publicações foram feitas por robôs. Segundo a pesquisa, os robôs mais ativos chegaram a mais de 1.200 tuítes por dia, enquanto usuários comuns registram uma média de três a dez tuítes por dia.

O atual presidente da República começou a usar a rede de *microblogging* para se posicionar politicamente e, assim, dar início a uma possível campanha, desde 2014, e seu engajamento foi construído ao longo desses anos com seus apoiadores/eleitorado. Segundo uma pesquisa realizada pela empresa Socialbakers, Jair Bolsonaro “saiu de 6,9 milhões de seguidores (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram) em janeiro de 2018, para 17,1 milhões em pouco menos de 10 meses”, um acréscimo de quase 150% (MEIO E MENSAGEM, 2018). Como já foi dito, estar nos *trending topics* significa que a pessoa/assunto é um dos mais falados na rede naquele momento. E as eleições foram um dos temas mais falados no país em 2018. A hashtag #Eleições2018 apareceu em 165 milhões de *tweets* entre os dias 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, um número quatro vezes maior em relação ao total de *posts* sobre as eleições de 2014. Em um gráfico divulgado pelo próprio Twitter é possível perceber que o então candidato Jair Bolsonaro utilizou fortemente a rede em relação aos demais candidatos:

⁸ As contas de *spam* geralmente têm fundo comercial, direcionando o tráfego ou a atenção de uma conversa do Twitter para contas, websites, produtos, serviços ou iniciativas. Ver mais em: <<https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/platform-manipulation>>. Acesso em: 12/07/2020.

⁹ Os *trending topics* podem ser definidos como uma lista dinâmica dos assuntos mais comentados na rede no momento, que pode variar conforme a localização do usuário.

Figura 3: Gráfico com o volume de tweets por candidato nas eleições presidenciais de 2018.



Fonte: Blog do Twitter Brasil

Verificamos, assim, que o uso dessa rede pelo atual presidente da República teve como alguns dos objetivos a defesa de suas ideias políticas, a manipulação de dados para autopromoção ou para atacar adversários políticos e uma forma de aproximação com o eleitorado que pensa da mesma maneira. O usuário que lê as publicações na conta @jairbolsonaro enxerga esses textos como “falas” do atual presidente e, em alguns casos, obtém até um *tweet* como resposta dele. Seria uma relação direta, sem intermediários, reforçando, dessa forma, a não necessidade desse eleitorado ter acesso às notícias da imprensa tradicional combatida por Bolsonaro, incluindo, aí, a FSP. Outra questão importante a ser brevemente destacada no uso dessa rede são os posts de assuntos considerados como “cortinas de fumaça”. Por diversas vezes em que se viu (ou a seus familiares) envolto em algum fato que fosse comprometer negativamente o seu governo ou a sua imagem, Jair Bolsonaro usou o Twitter para fazer publicações polêmicas, como forma de desviar a atenção das discussões. E, na maior parte das vezes, o tema desses posts alcançaram os *trending topics*. Além disso, o Twitter tem se mostrado uma das principais fontes dos jornais às informações oficiais do governo federal. O presidente utiliza o Twitter para tornar públicas ações do governo, desmentir o que o próprio classifica como mentiras publicadas em veículos de comunicação e incitar seus seguidores contra ou a favor de determinadas pautas, como no dia 12 de abril de 2020, quando publicou a capa da Folha de S.Paulo com o seguinte texto: “Esse jornal apoiou ações daqueles que destruíram empregos, e agora quer culpar o presidente da República das consequências.”. Isso demonstra como a disputa pelo poder tem se materializado no campo discursivo atualmente e que o Twitter funciona como um dos locais em que esse embate acontece.



Figura 4: Publicação na conta @jairbolsonaro em 12/04/2020.

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro

Esse jornal apoiou ações daqueles que destruíram empregos, e agora quer culpar o Presidente da República das consequências.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Tweetar

INDÚSTRIAS DE SETORES ESSenciais MUDAM RÔTINA PARA GARANTIR PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Funcionários da Nestlé em Araçatuba (SP) comem no refeitório em mesas marcadas com 'X' para garantir distância mínima entre as pessoas; empresas liberam de se adaptar

Saúde #2 Páscoa diferente Celebrações da Semana Santa católica se tornam rituais pela internet

Se governo não agir, pandemia pode até dobrar desemprego

Transferência de renda e ajuda a empresas para manter postos têm de ser ainda maiores, diz estudo

10:39 AM · 12 de abr de 2020 · Twitter for Android

16,4 mil Retweets e comentários 63,5 mil Curtidas

Fonte: Twitter

AS CENOGRAFIAS DO “GÊNERO-FERRAMENTA” THREAD SOB A ÓTICA DA AD

Numa perspectiva discursiva, buscamos compreender como a *thread*, denominada por nós como “gênero-ferramenta”, é utilizada pelo jornal Folha de S.Paulo, considerando o contexto atual de disputas discursivas entre o presidente da República Jair Bolsonaro e os grandes grupos de imprensa. Para isso, utilizamos a Análise do Discurso para fundamentar a abordagem teórica, no que se refere às questões de linguagem, recorrendo à noção de gênero de discurso na visão de Maingueneau (1998, 2016) e de cenografia (MAINGUENEAU, 2004; ROCHA, 2006; 2013). E, ainda, estabelecendo um elo interdisciplinar entre os campos dos estudos do discurso e da comunicação, tomamos também como um dos conceitos norteadores deste artigo a noção de linguagem-intervenção (ROCHA, 2014).

Segundo Maingueneau (1998, p.73), gêneros do discurso são “dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos” que podem ser caracterizados conforme o status dos seus coenunciadores, o tempo e espaço de enunciação, o suporte de veiculação, os temas presentes e o modo de circulação, organização, coesão dos textos etc. Essas características podem ser mais ou menos diversificadas, tornando os gêneros mais ou menos estáveis, com variações que podem ocorrer mesmo dentro de um mesmo gênero.

Além disso, conforme o autor pontua em Análise de Textos de Comunicação (2004), os enunciados podem ser compreendidos também a partir da articulação de três modalidades de cena, em que o tipo de discurso definiria a cena “englobante”, o gênero do discurso determinaria a cena “genérica” e a cenografia seria o primeiro “cenário” com o qual o interlocutor se depara no enunciado. Na visão do linguista, a cenografia “é a enunciação

que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2004, p.87). As cenografias, segundo o autor, poderiam ser classificadas como “endógenas”, quando se desenvolvem no interior do quadro definido pela cena genérica, ou “exógenas”, quando resultam da importação de uma cena de enunciação exterior.

Na visão de Maingueneau, nem todos os gêneros de discurso são passíveis de suscitar uma cenografia e “existem gêneros suscetíveis de cenografias variadas, mas que, muito frequentemente, mantêm a sua cena genérica rotineira” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p.97). Assim, uma crônica de variedades em um jornal poderia obedecer a rotinas sem sofrer total coerção, adotando, por exemplo, uma cenografia de romance policial.

Dadas as definições básicas quanto à noção de cenografia, trazemos também a visão de Rocha (2013), com a qual compactuamos, que propõe que cenografias estão sempre presentes, acompanhando o chamado “quadro cênico”. O autor argumenta a favor de uma aproximação entre a “cena genérica” e a “cenografia”, sugerindo que “tanto o gênero quanto a cenografia são forças mais ou menos formalizadas que se confrontam na enunciação, entendida como relação entre coenunciadores num dado tempo e num dado espaço, com base em um certo suporte.” (ROCHA, 2013, p.144).

Neste artigo, olhamos a *thread* como um dos gêneros discursivos em que se atualiza o discurso jornalístico, com o intuito de compreender as características particulares desse gênero recente nos meios digitais e as cenografias que ele adquire no perfil da Folha de S.Paulo no Twitter, como uma forma de contribuir para subsidiar a análise de suas características temáticas, estilísticas e composicionais específicas, possibilitando a identificação de similaridades e dessemelhanças.

No entanto, pela instabilidade que lhe é característica, consideramos que a *thread* funciona como um “gênero-ferramenta” multimodal do meio digital, que compreenderia diferentes cenografias em diferentes contextos de produção e circulação, conforme o uso dado pelo enunciador. Essa configuração impede a afirmação de que se trata, propriamente, de um novo gênero do discurso na web, e, por isso, compreendemos a *thread*, neste contexto, como um “gênero-ferramenta”. Essa classificação vai ao encontro do proposto por Maingueneau, quando o linguista afirma que a cenografia digital tem “base em uma textualidade navegante, correlata a novos modos de leitura” (MAINGUENEAU, 2016, p. 135)¹⁰. Essa ideia fica clara ao analisarmos que a *thread* abrange enunciados que podem ser lidos conforme o usuário bem entender: apenas um *tweet*; uma parte da sequência; a *thread* inteira; clicar no *hyperlink* e ler a notícia; retornar aos *tweets* ou permanecer no site do jornal etc.

¹⁰ Segundo Maingueneau, o gênero é estruturado classicamente em “Cena Englobante > Cena Genérica > Cenografia”. Porém, na web “as coações da cena genérica são fracas”, enquanto a cenografia (verbal e discursiva) “interpreta um papel chave: a principal fonte é a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais.” (MAINGUENEAU, 2016, p.143)

Conforme as análises que apresentamos a seguir, verificamos que não existem regras temáticas específicas para criar uma sequência de *posts* no formato de *thread*. O que o “gênero-ferramenta” *thread* possui de estabilidade é a estrutura da própria rede social, adquirindo diferentes usos na plataforma. A partir dessas considerações, ao analisar o Twitter e a *thread*, identificamos que o *microblogging* possui uma arquitetura específica, procedimentos específicos (uso ou não de *hashtags*, lista de assuntos mais falados, indicação de usuários por meio de uma arroba, regras para as publicações etc.) e permite que o usuário acompanhe as temáticas de seu interesse sem sair do próprio site, e que a *thread* é uma das ferramentas que permite a produção de diferentes tipos de enunciados dentro da rede, por meio dos textos fragmentados, mas unidos por um “fio”.

Algumas estratégias usadas pelo perfil do jornal Folha de S.Paulo em suas *threads* garantem que esses enunciados tenham alguma estabilidade dentro da rede. Por exemplo, podemos citar o fato de que desde janeiro de 2019, há um *tweet* fixado¹¹ no perfil da Folha de S.Paulo intitulado “*THREAD DE TODAS AS THREADS*”, com o texto “Para você não perder nenhuma *thread* da @folha, vamos fazer uma *thread* com todas as *threads* e dar um *pin*.” Este simples procedimento tornou os enunciados dos fios da Folha mais estáveis.

Conforme João Canavilhas,

(...) no webjornalismo a relação com o webleitor é imediata. A própria natureza do meio permite que ele interaja no imediato. (...) No webjornalismo a notícia deve ser encarada como o princípio de algo e não um fim em si própria. Deve funcionar apenas como o “tiro de partida” para uma discussão com os leitores (2001, p.2)

Sabendo disso, é importante que os meios de comunicação se atualizem, para que consigam atrair os leitores nas redes sociais. Essa atualização é denominada de “lei da reconfiguração” (LEMOS, 2005), em que é necessário evitar a lógica da exclusão, ou substituição, lembrando que, no extenso vocabulário da cibercultura, o termo “reconfigurar” trata-se de remodelar práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição de seus respectivos antecedentes (LEMOS, 2005, p.3). Isto fica mais claro se observarmos que, se para os jornalistas a implantação de diversas ferramentas multimídias muda todo o processo noticioso, para o leitor não é diferente, já que a “leitura” muda também. O jornalista precisa se adequar a essas mudanças, tendo que encontrar a melhor maneira de fazer com que o consumidor altere as suas regras de recepção que foram colocadas anteriormente.

Ainda considerando esse novo contexto informativo e os seus leitores, no jornalismo produzido nas redes sociais, Recuero afirma que:

(...) a circulação de informações é também uma circulação de valor social, que gera impactos na rede. Em outros trabalhos (Recuero, 2007), defendemos que as informações circulam nas redes sociais com base na

11 Ao ser fixado, o *tweet* aparece sempre como o primeiro *post* quando se acessa a conta da Folha no Twitter.

percepção de valor gerado que os atores sociais percebem. Ou seja, as informações estão relacionadas com o capital social¹². (RECUERO, 2009, p.5)

Por isso, há uma importância em manter essas notícias em evidência para os leitores e, na contemporaneidade, a internet e, em especial, as redes sociais são os espaços onde a maioria dos usuários se informam¹³.

A THREAD COMO UMA FORMA DE ATUALIZAR O FAZER JORNALÍSTICO

Conforme já dissemos, a *thread* escolhida para análise é focada na política nacional, especificamente do governo Bolsonaro. E essa publicação com a qual escolhemos trabalhar dialoga com outro gênero de discurso, assumindo nova cenografia. Há nela uma linguagem diferente do normalmente visto no jornalismo convencional, que, em geral, busca noticiar os fatos de maneira “objetiva” e pretensiosamente imparcial. Porém, cabe aqui a compreensão de que o jornalismo no ambiente das redes sociais ganha, de fato, novos contornos e, por que não, novas linguagens. “Assim, questiona-se: O jornalismo ainda tem um papel definido na ‘era das redes sociais’? Qual é o papel que é concedido ao jornalismo pelas redes? Como esse jornalismo configura-se nesse espaço?” (RECUERO, 2011, pp.2-3).

Nossa escolha em enfocar em uma *thread* sobre o governo Bolsonaro tem como razão principal ser este o tema da maioria das publicações da Folha de S.Paulo quando o perfil iniciou o uso deste “gênero-ferramenta”. O que vai ao encontro da afirmação de Deusdará e Rocha: “A mídia sempre fala da política, recortando atores, privilegiando temas, evidenciando ou ocultando embates, possuindo, por essa razão, uma ação eminentemente... política!” (DEUSDARÁ, ROCHA, 2017, p.110).

O posicionamento público do atual presidente da República em relação à imprensa também foi um importante fator na escolha do *corpus* deste trabalho. Bolsonaro assume uma postura belicosa diante da imprensa nacional e, muitas vezes, diretamente contra o jornal Folha de S.Paulo, colocando-o como inimigo. Ataques e, até mesmo, meios de impossibilitar o trabalho da mídia são constantes e, nessa esteira, entendemos que algumas *threads* da FSP assumem um tom de resposta a esses ataques e até mesmo flertam com o humor e a ironia.

Nesse tom, além da relação direta com o gênero notícia, alguns “fios” publicados pela Folha apresentam explicitamente cenografias próprias de outros gêneros do discurso (comunicado, texto teatral, classificados etc.), que vão além da cena rotineira adotada

12 Sobre o conceito de “capital social”, Bourdieu o define como: “(...) o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.” (1998, p.67)

13 Segundo pesquisa divulgada neste ano pelo Target Group Index, do Ibope, cerca de 1,5 milhão de brasileiros se instruem apenas através dos meios digitais, totalizando 11% da população que usa sites, aplicativos e redes sociais para ler notícias.



pelo perfil nas demais *threads* do jornal. Sendo assim, escolhemos analisar um fio com essas características, que apresenta um quadro cênico do gênero carta. Abaixo, reproduzimos de forma agrupada as imagens da *thread* analisada, que podem ser lidas da esquerda para a direita.

Figura 5: Sequência de capturas de imagens da *thread* “CARTA”, publicada no dia 11 de janeiro de 2019.

FOLHA Folha de S.Paulo ✅ @folha

CARTA
Assunto: O amigo de Bolsonaro
Remetente: Folha de S. Paulo
Destinatário: seguidores

(siga a thread)

Foto: Divulgação



FOLHA Folha de S.Paulo ✅ @folha · 11 jan 19 · Carlos Victor Guerra Nagem é capitão da reserva da Marinha. “Capitão Victor” já se candidatou duas vezes a cargos públicos no Paraná, ambas pelo PSC, mas nunca conseguiu se eleger.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Reprodução



O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA COM
Capitão 20120 Vict
Vereador
O CANDIDATO DO BOLSONARO EM

13 148 1.371

FOLHA Folha de S.Paulo ✅ @folha · 11 jan 19 · Em resposta a @folha

Tenho muito a contar dos bastidores da política daqui de Brasília. Estamos no 11º dia do novo governo. Mas hoje queria focar em uma história que apareceu ontem e achei ser do interesse de vocês.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Evaristo Sá/AFP



25 156 1.511

FOLHA Folha de S.Paulo ✅ @folha · 11 jan 19 · Na campanha para vereador de Curitiba, em 2016, Capitão Víctor contou com o apoio de um deputado federal que vinha chamando atenção: Jair Messias Bolsonaro.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Alan Marques/Folhapress



10 128 1.228



FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · "Amigos de Curitiba, neste momento quero fazer um pedido pessoal. Caso possam levar em consideração o nome do meu amigo particular, o capitão de Marinha Victor, por ocasião das eleições de outubro, ficarei muito grato", disse.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Reprodução



14 149 1.259

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · O cargo para o qual Nagem foi indicado é o segundo escalão na hierarquia da Petrobras, abaixo apenas da diretoria, com salário em torno de R\$ 50 mil — a estatal não divulga os vencimentos de seus empregados.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Paulo Whitaker/Reuters



17 158 1.358

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · Bolsonaro defendeu, em diversos posts aqui no Twitter, a indicação do amigo, chegando a publicar seu currículo.

"Apesar de brilhante currículo, setores da imprensa dizem que é apenas 'amigo de Bolsonaro'".

bit.ly/2M520tr

Foto: Reprodução

Carlos Victor Guerra Nagem para ocupar o cargo de Gerente Executivo de Inteligência e Segurança Corporativa da companhia. O nome será submetido aos procedimentos internos de governança corporativa da Petrobras. Graduado em Administração pela Escola Naval, Carlos Victor é funcionário da Petrobras há onze anos, dos quais seis lotado na área de Segurança Corporativa. Possui mestrado também em Administração pela Coppead/UFRJ, tam dez anos.

13 125 1.221

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · O amigo particular foi indicado pela direção da Petrobras para a gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da estatal. Ele é empregado da companhia há 11 anos e nunca havia ocupado cargo comissionado.

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Paulo Whitaker/Reuters



17 174 1.421

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, negou que a indicação tenha motivação política.

"Não recebi pedido ou indicação de ninguém", disse. "Escolhi a melhor pessoa que entrevistei."

bit.ly/2QCEZK4

Foto: Mauro Pimentel/AFP



44 154 1.245

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 · E completou:

"Peço desculpas à grande parte da imprensa por não estar indicando inimigos para postos em meu governo!".

bit.ly/2D4Xvr8

Foto: Adriano Machado/Reuters



33 140 1.219



FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 Vale lembrar a todos que leem essa missiva episódio de poucos dias atrás. Antônio Rossell Mourão, filho de Mourão, virou assessor especial do presidente do Banco do Brasil, triplicando seu salário.

bit.ly/2RLPmQk

Foto: Reprodução



23 172 1.500

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 "Canção da América", de Milton Nascimento.

Amigo é coisa para se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na América ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver o seu amigo partir

96 705 3.607

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que o outro lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro cantou

11 160 1.844

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 14 jan 19 ATUALIZAÇÃO:
Sindicatos tentam na Justiça anular indicação de 'amigo' de Bolsonaro para gerência executiva da Petrobras. Nagem é profissional de nível superior pleno, e ascensão feriu Plano de Cargos e Remuneração. Leia mais: bit.ly/2FsFISv
Foto: Sergio Moraes/Reuters



15 41 275

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância digam "não"
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração

42 239 1.879

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 Pois seja o que vier, venha o que vier
Qualquer dia, amigo, eu volto
A te encontrar
Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar
Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar

77 226 2.400

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 11 jan 19 Abraços fraternos

408 575 5.004

FOLHA

Folha de S.Paulo @fol... · 14 fev 19 ATUALIZAÇÃO:
'Amigo particular' de Bolsonaro foi reprovado para cargo na Petrobras. Ele não tinha experiência para a função.

bit.ly/2TPtm4K

Reprodução



15 73 257

Fonte: Twitter

Nessa *thread*, a notícia central é a nomeação de Carlos Victor Guerra Nagem, capitão da reserva da Marinha, para a gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras. Já no título fica explícito o gênero do discurso ao qual a *thread* se remete (“CARTA”), cujo teor é identificado como “Assunto: O amigo de Bolsonaro”. O “remetente”

é nomeado de forma institucional como “Folha de S.Paulo” e os “destinatários” o texto identifica como sendo os “seguidores”¹⁴, marcando que seriam estes os interlocutores aos quais o jornal se dirige explicitamente diversas vezes ao longo da *thread* (“achei ser do interesse de vocês”; “vale lembrar a todos”, “gostaria de compartilhar a letra com vocês”), que pode significar uma tentativa de criar um clima de intimidade com o leitor/seguidor, como também sugere a cenografia do gênero, geralmente endereçada a um amigo/algum com quem se tem intimidade.

Para compor uma cenografia que remete ao gênero carta, a *thread* é escrita em primeira pessoa, em que o jornal assume a posição de narrador dos fatos aos seguidores (“Tenho muito a contar dos bastidores da política”), situando o leitor com ideia de espaço-topografia (“daqui de Brasília”) e tempo-cronografia (“Estamos no 11º dia do novo governo”). Além disso, o texto da *thread* invoca o gênero carta em mais alguns momentos (“essa missiva”, “essa carta me fez lembrar”). E finaliza com uma despedida íntima (“Abraços Fraternos”), enviando ao leitor a letra da música “Canção da América”, remetendo também a uma ação comum dentro de uma troca de cartas entre dois amigos (A Folha e os seguidores).

Em uma tentativa de fazer uma retrospectiva da relação, aparentemente íntima, do presidente Bolsonaro com Nagem, a *thread* rememora alguns fatos, como o apoio do presidente a uma candidatura a vereador do “Capitão Victor” em 2016, denominado por ele como seu “amigo particular”. A *thread* da Folha evidencia fatos que poderiam indicar as razões por trás da nomeação de Carlos Victor, através de expressões que deixam clara a amizade de Bolsonaro com Nagem (“o amigo de Bolsonaro”, “o amigo particular”), mas também destacando fatos da carreira, até aquele momento, não tão gloriosa da figura em questão. Na *thread*, a seleção de aspas, como a do presidente dizendo que Carlos tem um “brilhante currículo” ou do presidente da Petrobras afirmando que Carlos não foi indicado por ninguém, mas sim foi a “a melhor pessoa que entrevistei” são colocadas em contraposição a alguns fatos de sua trajetória, como, por exemplo, duas candidaturas mal sucedidas a cargos públicos no Paraná e 11 anos de carreira na Petrobras sem nunca ter ocupado, até aquele momento, um cargo comissionado. Novamente, vê-se na *thread* uma tentativa de construir uma história, para que o leitor-usuário vá além do fato principal noticiado. Isto fica ainda mais claro quando nesta mesma *thread* é lembrado que, também no governo Bolsonaro, poucos dias antes da manchete principal, o filho do vice-presidente Hamilton Mourão havia se tornado assessor especial do presidente do Banco do Brasil, trazendo à tona, assim, uma aparente tendência deste governo. Na fala do presidente escolhida para ser exibida na *thread*, ele comenta a situação com um pedido irônico de desculpas à imprensa por “não estar indicando inimigos para postos em meu governo”. No final da *thread*, a Folha de S.Paulo, traz, seguindo a tendência irônica de Bolsonaro, e

14 Por sua vez, os “seguidores” respondem à *thread* no Twitter com comentários sobre o conteúdo da “carta”, explicitando essa relação simétrica com o “remetente” e deixando claro o ambiente de livre troca verbal que o Twitter proporciona.

possibilitada pelo próprio ambiente do Twitter, e do “gênero-ferramenta” *thread*, como trilha sonora, a música que fala sobre a importância dos amigos, “Canção da América”, de Milton Nascimento. Por fim, a *thread* é encerrada com uma atualização, três dias após o seu início, dizendo que Carlos Victor, novamente destacado como “o amigo particular de Bolsonaro”, foi reprovado para o cargo por não ter “experiência para a função”.

Notamos que a temática da amizade está presente de duas formas distintas na *thread* “Carta”. Se, por um lado, a FSP escolhe construir a cenografia de um gênero que depende de um grau de intimidade, produzindo enunciados que denotam uma relação de amizade e confiança da Folha com o leitor (“que julguei ser do interesse de vocês”), por outro, a *thread* destaca como a relação de amizade entre Bolsonaro com Nagem estaria criando uma situação antiética no governo, de favorecimento ilegal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na *thread* analisada é possível detectar marcas textuais que visam persuadir o leitor sobre os acontecimentos noticiados. O que vai ao encontro da ideia de que “os gêneros de discurso que mais recorrem a cenografias são aqueles que visam a agir sobre o destinatário, a modificar suas convicções” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p.97). É importante destacar, entretanto, que segundo Rocha, “o investimento cenográfico sempre estará presente na produção dos textos, variando apenas seu grau de visibilidade” (ROCHA, 2013, p.143).

Em nossas análises, identificamos que o uso das *threads* pela Folha de S.Paulo no Twitter até o momento pode ter relação com o uso frequente que Bolsonaro faz da rede social, como uma tentativa de oferecer um contradiscorso aos enunciados pró-Bolsonaro na rede. A Folha, desta forma, trava uma disputa discursiva com o presidente e seus apoiadores, utilizando as mesmas “armas” e ocupando o mesmo espaço onde estes transitam.

Tal relação evidencia como o jornalismo é parte do processo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade e o poder que a linguagem possui de ir além da mera representação, atuando junto à produção de subjetividade e à articulação entre o sujeito e o mundo, conforme a noção de linguagem-intervenção proposta por Rocha (2014, 2006). Diante dos curtos enunciados das *threads* da FSP no Twitter, é possível concordar plenamente com o autor quando o mesmo afirma que “a superfície ocupada por um projeto de linguagem voltada para a representação é mínima, se comparada à ocupada por aquela que se volta para a intervenção” (ROCHA, 2006, p. 363).

Diante de um momento em que as novas formas de disputa pelo poder no espaço público se materializam muito mais no campo discursivo do que propriamente bélico, a tensão por construção de significado no espaço social é o que marca o contexto deste artigo. E ainda que a *thread* “Carta” seja referente ao primeiro mês do governo Bolsonaro,

as marcas linguísticas extraídas na análise são representativas do tom dos embates travados entre imprensa e presidente nos meses posteriores do mandato.

Identificamos, portanto, que a finalidade comunicativa das *threads* parece ir além de uma proposta de divulgação e atualização das notícias veiculadas pelo jornal. Dentro do contexto de forte instabilidade criado pelo presidente desde a sua posse, com graves ameaças à liberdade de expressão e posturas de censura a jornalistas e veículos que se posicionem críticos ao governo, consideramos que, especialmente naquelas *threads* que abordam questões relativas ao governo, os fios funcionam também como uma estratégia de defesa do jornal, uma forma de reagir à ação de Jair Bolsonaro ao insultar a mídia tradicional chamando-a de “mentirosa”.

Quanto ao perfil do enunciador da Folha de S.Paulo nas *threads*, a partir do fio analisado, verificamos que o jornal, além de assumir uma postura crítica ao governo, o faz de forma irônica tanto na forma, utilizando cenografias do gênero carta para noticiar os fatos sobre a escolha de Nagem, quanto no conteúdo, com a reprodução da letra da música de Milton Nascimento no final da *thread*. Além disso, o enunciador busca uma aproximação com o leitor através do uso de linguagem informal, se assemelhando a utilizada no Twitter, explorando o uso da primeira pessoa e se dirigindo diretamente ao leitor em vários trechos da *thread*-carta.

Porém, em nossa visão, essas escolhas não são despretensiosas por parte do jornal. Entendemos que, quando a Folha de S.Paulo utiliza a ironia recorrendo a múltiplas cenografias nas *threads* sobre o governo Bolsonaro em seu perfil, por exemplo, isso vai novamente ao encontro do que defende Rocha (2006), que a linguagem não é um puro e simples reflexo da realidade, ela age também intervindo e construindo o contexto social, exercendo, assim, uma dupla-função: de representar, por um lado, e, por outro, produzir o mundo.

Consideramos, portanto, que a Folha, ao lançar mão dos recursos do Twitter, aproveitou os meios disponíveis para encontrar maneiras menos engessadas de contar histórias, usando o “gênero-ferramenta” *thread*, e atualizando, assim, o fazer jornalístico pelas redes sociais e as formas de disputar discursivamente o poder nesses espaços.

REFERÊNCIAS

BLOG DO TWITTER. “Como foram as #Eleições2018 no Twitter”. Disponível em: <https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2018/como-foram-as-eleicoes-2018-no-twitter.html>. Acesso em: 21/06/2020.

BOLSONARO, Jair M. Esse jornal apoiou ações daqueles que destruíram empregos, e agora quer culpar o Presidente da República das consequências. 12 abr. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1249331365600014336>>. Acesso em: 25/06/2020.



BOURDIEU, Pierre. “O capital social – notas provisórias”. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANALTECH. “O que é thread?”. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/produtos/o-que-e-thread/>>. Acesso em: 07/06/2020.

CANALTECH. “Ibope: 1,5 milhão de brasileiros se informam apenas via meios digitais”. Disponível em: <<https://bit.ly/3ooVefj>>. Acesso: em 10/06/2020.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: considerações gerais sobre o jornalismo na web**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf2001>>. Acesso em: 14/07/2020.

CENTRAL DE AJUDA DO TWITTER. “Como criar uma sequência no Twitter”. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/using-twitter/create-a-thread>>. Acesso em: 07/06/2020.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

DEUSDARÁ, B; ROCHA, D. **Dispositivos da Análise Institucional para a explicitação da dimensão política das práticas discursivas**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, n. 47, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. “CARTA Assunto: O amigo de Bolsonaro Remetente: Folha de S. Paulo Destinatário: seguidores ***(siga a thread)***”. 11 jan. 2019. Twitter: @folha. Disponível em: <<https://twitter.com/folha/status/1083808413396668417>>. Acesso em: 25/06/2020.

FOLHA DE S.PAULO. “Folha deixa de publicar conteúdo no Facebook”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>>. Acesso em: 14/07/2020.

GLOSSÁRIO DO TWITTER. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/glossary>>. Acesso em: 09/07/2020.

GOULARTE, B.S.P. **Textão no Facebook – Análise de uma modalidade textual**. 2017. Monografia (Licenciatura em Letras) Graduação em Letras-Português da Universidade de Brasília - UnB, Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19337/1/2017_BrunaSantanaPimentelGoularte_tcc.pdf>. Acesso em: 10/06/2020.

KALIL, I. & SANTINI, R. M. **Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ. Disponível: <https://www.fespssp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf>. Acesso em: 12/08/2020

LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix**. In: **Seminário Sentidos e Processos**. São Paulo: Itaú Cultural, 2005.



MAINQUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte, 1998: Ed. UFMG.

MAINQUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo, 2004: Cortez.

MAINQUENEAU, Dominique. **Gêneros do Discurso e Web: Existem os Gêneros Web?**. Revista da ABRALIN, [S.l.], v.15, n.3, jul./dez. 2016. ISSN 0102-7158. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/50230>>. Acesso em: 01 jun 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v15i3.50230>.

MEIO E MENSAGEM. “O potencial da thread na estratégia digital de marcas”. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/21/agencias-apontam-o-potencial-da-thread-na-estrategia-digital.html>>. Acesso em: 07/06/2020.

MEIO E MENSAGEM. “Eleição de Bolsonaro marca mudança no marketing político”. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2018/10/28/eleicao-de-bolsonaro-marca-mudanca-no-marketing-politico.html>>. Acesso em: 17/06/2020.

MEIO E MENSAGEM. “O conteúdo acima de tudo. A comunidade acima de todos”. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2018/10/28/o-conteudo-acima-de-tudo-a-comunidade-acima-de-todos.html>>. Acesso em: 21/06/2020.

MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>>. Acesso em: 09/07/2020.

NETFLIX BRASIL. “Títulos para refletir sobre a questão racial no Brasil e no mundo. Disponíveis aqui comigo ou em outras plataformas. Segue o fio”. 6 jun. 2020. Twitter: @NetflixBrasil. Disponível em: <<https://twitter.com/NetflixBrasil/status/1269353259577335808>>. Acesso em: 25/06/2020.

NETO, J.; OLIVEIRA, E. **Para além do fio de Ariadne: jornalismo, threads e conteúdo no Twitter da Folha de S. Paulo sobre o governo de Jair Bolsonaro**. Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de junho de 2019, em Parintins-AM. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/norte2019/resumos/R64-0187-1.pdf>> Acesso em: 07/06/2020.

PÚBLICA. “Como funciona um perfil robô no Twitter”. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/12/como-funciona-um-perfil-robo-no-twitter/>>. Acesso em: 21/06/2020.

RECUERO, Raquel. “Deu no Twitter, alguém confirma?” **Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais**. SBPJOR – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. ECO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando.. (Org.). Metamorfose jornalísticas 2: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, v. , p. 1-269.



ROCHA, Décio. **Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem.** In: Revista Gragoatá, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, n. 21, p. 355-372, 2. sem. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33231/19218>>. Acesso em: 25/06/2020.

ROCHA, Décio. **Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia.** DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, vol. 29, no. 1. São Paulo, 2013.

ROCHA, Décio. **Representar e intervir:** linguagem, prática discursiva e performatividade. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322014000300619&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/07/2020.

SAÍDA FALSA. “Por quê Colin Kaepernick é um símbolo de luta? Segue o fio”. 31 mai. de 2020. Twitter: @blogsaidadafalsa. Disponível em: <<https://twitter.com/blogsaidadafalsa/status/1267267368717373441>>. Acesso em: 25/06/2020.

STATISTA. **Leading countries based on number of Twitter users as of July 2020.** 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/242606/number-of-active-twitter-users-in-selected-countries/>>. Acesso em: 29/09/2020

TEIXEIRA, Mabel. **O Tuíte Jornalístico:** Um diálogo sobre gêneros discursivos, jornalismo e novas mídias. 2016. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/10/O-Tu%C3%ADte-Jornal%C3%ADstico_Um-Di%C3%A1logo-Sobre-G%C3%AAneros-discursivos-Jornalismo-e-Novas-M%C3%ADdias-Mabel-Oliveira-Teixeira.pdf>. Acesso em: 25/05/2020.

TWITTER. **Q2 2020 Letter to Shareholders.** 23 jul. 2020. Disponível em: <https://s22.q4cdn.com/826641620/files/doc_financials/2020/q2/Q2-2020-Shareholder-Letter.pdf>. Acesso em: 29/09/2020.

Do privado ao público: uma análise discursiva da conversa “vazada” entre Sergio Moro e Carla Zambelli

Almerindo Simões Jr

Thatiana Muylaert

Viviane Roux

A INTERNET PROPORCIONOU O SURGIMENTO DE DIFERENTES SUPORTES capazes de “transformar” distintos gêneros. Caso das cartas, por exemplo, que, de certa forma, há muito vêm sendo substituídas pelos *e-mails*, que cumprem uma função bem parecida. Logo, os gêneros acabam por extrapolar seus ambientes particulares e se configuram de forma genérica em outros pilares, já que o uso da tecnologia possibilitou um afrouxamento das instâncias privadas, tornando tênue a linha que separa estas das instâncias públicas.

Entendendo que as relações sociais só se materializam através da linguagem que se constitui como práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1993; 2001; 2008; 2015), a proposta deste estudo é mostrar como ocorreu um evento da cena política contemporânea em que integrantes do Governo Federal expõem discordâncias, desencadeando uma sequência de acontecimentos que propiciou o surgimento de gêneros distintos, a saber, notícia televisiva, notícia de jornal, prova processual, entre outros. Essa movimentação de gêneros permite a incorporação de outros *objetos de discurso* que são gerados a partir dessa instância primeira.

Com isso, este artigo busca apresentar como o gênero conversa de *WhatsApp*, após sair da instância privada, ganha outras cenografias (MAINGUENEAU, 1993; 2001; 2008; 2015) e contribui para o surgimento de outros gêneros ao ocupar a instância pública. Será apresentada a reprodução da conversa entre Sergio Moro e Carla Zambelli e os desdobramentos que se deram a partir dela.

Como objetivo geral, pretendemos avaliar as forças de desestabilização que incidem sobre certos gêneros, por meio de diferentes cenografias, quando eles se transmutam da esfera privada para a pública. E, como objetivos específicos, (i) analisar enunciados pertencentes ao gênero conversa de *WhatsApp*; (ii) descrever a “ponte da mudança” que permite a construção de diferentes cenografias a partir desses enunciados; e (iii) cartografar as entradas rizomáticas permitidas por tais enunciações.

Iniciaremos o estudo apresentando o conceito acerca dos gêneros discursivos, apontando como Maingueneau (2008; 2015) os concebe e de que forma os tipos de discurso (MAINGUENEAU, 2008; 2015) contribuem para a confluência e a divergência que os conectam.

Reconhecer que os gêneros discursivos são átomos da esfera social, permite que possamos fazer tais análises acerca das enunciações.

Após essa breve exposição, apresentaremos as noções de cena genérica, cena englobante e cenografia (MAINGUENEAU, 1993; 2001; 2008; 2015; ROCHA, 2015), destacando o potencial discursivo da cenografia (MAINGUENEAU, 1993; 2001; 2008; 2015; ROCHA, 2013) para estabelecer uma espécie de “ponte da mudança” na grade de restrições semânticas proposta pelo contexto enunciativo, que vai do gênero conversa de *WhatsApp* ao surgimento de memes, por exemplo.

Ainda, investimos na perspectiva cartográfica (DELEUZE; GUATTARI, 1995) para mapear o percurso de transmutação de tais discordâncias que surgiram publicamente após o “vazamento” da conversa de *WhatsApp*. Com o intuito de produzirmos uma análise produtiva da “mudança genérica”, apresentaremos uma reprodução do discurso relatado no Jornal Nacional, um *print* das conversas entre as personalidades (Sergio Moro e Carla Zambelli) e de que forma este dispositivo funcionou como gatilho para a criação de memes e notícias.

CONCEITUANDO GÊNEROS DISCURSIVOS

Enquanto materialização da atividade linguageira, os gêneros discursivos permitem o deslocamento dos enunciados. Dificilmente, um indivíduo, ao ler um jornal, esperará por narrativas ficcionais ou fábulas fantasiosas ao fazê-lo. Isso significa dizer que nossa capacidade leitora dá conta de organizar as situações comunicativas através de gêneros discursivos. Ao depararmo-nos com um texto, nosso cérebro já “se prepara” ao identificar a que gênero ele pertence, para o tipo de informação que provavelmente irá encontrar.

Bakhtin (2011), ao postular noções acerca dos gêneros, afirma que, para que possamos compreender as esferas comunicacionais às quais os gêneros pertencem, estes precisam ser compreendidos através de sua forma composicional, sua temática e seu estilo. Explicando melhor, é fácil distinguir uma reportagem jornalística de uma fábula, por exemplo, devido às suas constituições materiais, sua forma e seu conteúdo.

Atrelada às noções de gênero propostas por Bakhtin (2011), Maingueneau (1993) propõe que os gêneros discursivos permitem a materialização das práticas discursivas que perpassam o cotidiano. Assim, entendemos a prática discursiva como o ato de enunciar socialmente, isto é, as possíveis interrelações discursivas que perpassam as esferas comunicativas configuradas como gêneros discursivos. Dessa forma, o “como dizer” enunciativo estrutura, de certa forma, o gênero que se configura socialmente. Sendo assim, o discurso, enquanto prática, contribui para a materialização de distintos gêneros por meio de sua relação interdiscursiva que se estabelece dialogicamente. Dessa forma, Maingueneau (1993, p. 35-36) afirma que

Em lugar de elaborar uma lista impossível de gêneros do discurso, é melhor nos questionarmos sobre a maneira de conhecer as próprias coerções genéricas. Na via aberta pela pragmática, a tendência consiste em passar de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção “institucional”[...]. Isto não significa, evidentemente, que o aspecto formal seja secundário, mas apenas que é preciso articular o “como dizer” ao conjunto de fatores do ritual enunciativo. Não existe, de um lado, uma forma e, do outro, as condições de enunciação.

Logo, enunciar faz parte da construção cênica que se cria, ou seja, a constituição material, a forma e o conteúdo temático são articulados estratégicamente ao “como dizer”.

O autor defende a existência de um sujeito genérico que não é, necessariamente, um indivíduo, mas constituído dos papéis assumidos pelos coenunciadores em determinadas situações enunciativas. Dessa forma, nota-se que, para Maingueneau (1993), os interdiscursos contribuem para o arraigamento dos gêneros aos sujeitos genéricos, já que a prática discursiva de tais sujeitos estaria imbricada no conhecimento de distintos gêneros discursivos.

Para o autor, a competência acerca do conhecimento dos gêneros já está conectada ao processo comunicativo dos sujeitos genéricos, já que

Mesmo não dominando certos gêneros, somos geralmente capazes de identificá-los e de ter um comportamento adequado em relação a eles. Cada enunciador possui um certo estatuto genérico, e é baseando-nos nesse estatuto que com eles lidamos: é a partir do momento que identificamos um enunciado como um cartaz publicitário, um sermão, um curso de línguas etc., que podemos adotar em relação a ele a atitude que convém. Sentimo-nos no direito de não ler e de jogar fora um papel identificado como folheto publicitário, mas guardamos um atestado médico a ser entregue a nosso chefe (MAINGUENEAU, 2001, p. 44).

Sendo assim, pensando no estatuto genérico apontado pelo autor, no caso do gênero conversa de *WhatsApp*, por exemplo, pode-se perceber que, tratando-se de conversas comuns do dia a dia, é normal que as pessoas as apaguem, mas, ao receber uma mensagem que possa ser utilizada como prova processual, por exemplo, faz com que os indivíduos a arquivem. Isso nos faz pensar que as conversas entre Zambelli e Moro parecem ter sido guardadas com vistas ao futuro próximo, visando a “possíveis” disputas políticas.

Importante lembrar que Maingueneau (2015) pontua que os gêneros do discurso funcionam como átomos da esfera social, já que são eles que propiciam a materialização das enunciações. Entretanto, o autor afirma que os gêneros só produzem sentido quando atrelados a algo maior, o que ele configurou como *tipos de discurso*. Consequentemente, os tipos de discurso se configuram como as práticas discursivas relacionadas a “agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social” (MAINGUENEAU, 2015). Logo, todo gênero discursivo está atrelado diretamente à rede de significação da qual fazem parte os tipos de discurso. Isto é, o *tipo* pode ser encarado como uma esfera da qual participam os gêneros.

Compreendendo que a noção de tipo de discurso é frágil, Maingueneau (2015), ao apontar sua relevância teórica, também confirma que um gênero discursivo pode estar relacionado a mais de um tipo de discurso, por isso, a relevância desse conceito só se valida se continuar vago. Dessa forma, o autor afirma que os gêneros do discurso podem ser agrupados de três maneiras: por meio da esfera de atividade, do campo discursivo e do lugar de atividade. Em razão disso, podemos enquadrar a conversa de WhatsApp a ser analisada como pertencente à esfera da atividade política, no âmbito privado, configurando uma narrativa em relação à defesa ou não do ponto de vista do Presidente da República do Brasil. Tencionamos dizer, então, que a conversa desloca de gênero ou cria outros gêneros enquanto mantém a cenografia de mensagem instantânea.

Na seção a seguir, traremos algumas noções acerca do conceito de cenografia proposto por Maingueneau (2008; 2015), a fim de compreender como se dá o relacionamento entre ela – a cenografia - e os gêneros discursivos.

Noções de CENA ENGLOBANTE, CENA GENÉRICA E CENOGRÁFIA: O QUADRO CÊNICO

De acordo com as considerações de Maingueneau (2008), os gêneros discursivos circulam nas esferas sociais por intermédio do que ele denominou quadro cênico. Como nos apresenta Rocha (2013, p. 132), o autor postula que os enunciados sejam compreendidos a partir da articulação de diferentes cenas, a saber, uma cena englobante, uma cena genérica e uma cenografia, denominado quadro cênico. Tendo em vista que os gêneros do discurso implicam um contexto específico, tais como: “(...) papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116), pode-se dizer que a compreensão e interpretação dos gêneros discursivos estão estritamente relacionadas ao quadro cênico.

Assim, essa materialidade discursiva é concebida através de uma tripartite (ROCHA, 2013): (i) cena genérica, que diz respeito à compreensão da situação inicial da prática discursiva; (ii) cena englobante, que permite o entendimento das possibilidades enunciativas da situação comunicacional; e (iii) cenografia, que versa acerca de uma espécie de “ponte da mudança”, permitindo que um enunciado se constitua enquanto gênero do discurso e construindo, através do diálogo com outros enunciados, uma singularidade única.

Para Maingueneau (2008), a cena englobante é a menos suficiente para a significação enunciativa dos gêneros, já que ela restringe as possibilidades discursivas de um gênero. Logo, uma das principais características à qual se restringe a cena englobante é permitir que se possa identificar num panfleto o tipo de discurso ao qual esteja vinculado, como o político ou o religioso, por exemplo. “A cena englobante não é suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). Já a cena genérica propicia uma alocação discursiva do enunciado em dois

níveis, do gênero e do subgênero, como nos aponta o autor. Dessa forma, a cena genérica é capaz de restringir a enunciação a depender do espaço – público ou privado.

Desse modo, pode-se dizer que a cena genérica e a cena englobante não seriam suficientes para consolidar a prática discursiva das enunciações, mas “(...) definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). Sendo assim, entra em cena o que Maingueneau (2008) chamou de cenografia. A cenografia não é um dispositivo, nem um procedimento para a compreensão de um enunciado, ela é submetida a forças de desestabilização que podem transmutar os gêneros. Assim, no caso em que nos propomos analisar, a depender da cenografia e das instâncias de produção – pública *versus* privada -, os gêneros discursivos podem cambiar e produzir novas subjetividades por meio da cenografia.

Na constituição do córpus deste trabalho, deve-se levar em consideração que a *Web* possui a capacidade de desestabilizar a hierarquia entre um texto principal e um paratexto (MAINGUENEAU, 2015), já que há uma subversão generalizada da lógica dos mesmos, dada a própria fluidez dos textos multimodais, que transitam entre diversas linguagens semióticas e propiciam o acesso a diversos textos, de gêneros distintos, concomitantemente. Trata-se de uma transformação da relação entre fragmento e totalidade. No espaço de mensagens trocadas por *WhatsApp*, por exemplo, o que aparece na tela só define um estado transitório, já que os conteúdos podem e são renovados a cada momento, intermediados por inúmeros outros arquivos de imagens, áudios e *GIFs*¹. Porém, faz-se mister lembrar que este tipo de ferramenta, antecipa, de certa forma, o tipo de discurso que irá se dar por ali. Todos esses recursos dificultam a produção de certa estabilidade, requerida geralmente por quem lê, a fim de classificar tais textos em determinados tipos ou gêneros clássicos. Somos, assim, convidados a dar um passo além e pensarmos no hipergênero (MAINGUENEAU, 2015), o que não quer dizer que, ao tomá-lo como referência, deve-se considerar, por suas inúmeras possibilidades, que as cenografias sejam elevadas ao infinito, já que as cenografias circulam e restringem a discursividade das enunciações, mas não se fazem necessariamente presente.

A própria conversa via aplicativo de mensagens, nesse caso o *WhatsApp*, com sua possibilidade de diálogo com outros recursos e com sua efemeridade, proporciona uma textualidade e cenografias próprias e fluidas, já que as mesmas enunciações, ora trocadas no âmbito de mensagens privadas, podem ganhar novos contornos quando passam a integrar outras esferas enunciativas ao serem expostas e saírem do âmbito privado. Desta forma, as possibilidades de compartilhamento alteram as coordenadas de espaço-tempo e recompõem os limites das conversas individuais. Como no caso analisado, as mesmas podem ser “vazadas”, constituindo-se em provas contundentes em processos jurídicos. Ainda podem ser publicadas em *sites*, *blogs* e redes sociais com o intuito de divertir ou de causar desestabilização social, como no caso das *fake news*.

¹ Abreviatura de *Graphics Interchange Format* ou formato de intercâmbio de gráficos.

Podemos dizer, assim, que, nesse caso, a cenografia funciona como uma espécie de “ponte” para a mudança não só dos gêneros discursivos, como também de seus propósitos comunicativos, propiciando novas leituras de acordo com o gênero em que se enquadram.

Além disso, Maingueneau (2008) nos informa que, numa cenografia, estão associados enunciador e uma figura correlata de coenunciadores, supondo uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais se originam as práticas discursivas. Pensando em nosso córpus, ao prever a instância privada na conversa íntima do WhatsApp, temos uma determinada cronografia, bem como uma determinada topografia. Entretanto, quando essa conversa íntima circula pelas redes sociais e pelas mídias televisivas, há mudança de cronografia e de topografia. Sendo assim, Maingueneau (2008, p. 118) reforça-nos que

[...] a cenografia é, ao mesmo tempo, origem e produto do discurso; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça etc. Quanto mais o coenunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso.

Quanto mais a cenografia se impõe, mais difícil será entender que há ali algo que não seja o que, à primeira vista, pareça ser. Quando assistimos a um filme do gênero documentário, por exemplo, supomos que faça uma oposição ao que entendemos como ficção. Para crermos que é uma obra que versa sobre a realidade, o espectador pouco se lembrará de que há ali um roteiro, uma escolha de cenas, o olhar do diretor e sua destreza em focar apenas o que quer mostrar. Assim, ela (a cenografia) implica, desse modo, um processo de *enlaçamento paradoxal*. “Desde sua emergência a palavra supõe certa situação de enunciação, a qual, com efeito, é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p.118).

Logo, quando há mudança genérica, faz-se mister que o formato da enunciação se mantenha fiel ao que conhecemos como sendo o gênero de origem. Por exemplo, se o aplicativo WhatsApp se configura de determinada forma, com a cor verde, em fundo branco, entre outras especificidades, ao cambiarmos o gênero, é substancial que essas marcas referenciais continuem intactas para que a “origem do produto” seja reconhecida e a cenografia legitimada. Não basta que a conversa seja transcrita no processo legal, lida por um apresentador de televisão ou relatada por um comentarista político, é preciso que a nova instância referece tais elementos que compõem o gênero de origem.

Dessa forma, comprehende-se que os reconhecimentos da cenografia, bem como suas mudanças, ocorrem porque é possível que os coenunciadores acompanhem os processos de transmutação da cena genérica, permitindo, ao telespectador mais atento, as conexões entre os gêneros “cenografados”.

Dito isso, a seguir, apresentaremos as noções que permeiam a cartografia, capaz de legitimar o “mapeamento” do percurso das práticas discursivas como perspectiva analítica, bem como a análise do córpus e suas transmutações genéricas.

PERSPECTIVA CARTOGRÁFICA: UM CAMINHO PARA O PESQUISAR

Pesquisar é percorrer caminhos e mergulhar no enunciado a partir daquilo que possa implicar um pesquisador. Para Deleuze e Guattari (1995), as relações socioculturais são mediadas por um eixo horizontal e não vertical. Tendo em vista que a descoberta de distintos fatores sociais, culturais e econômicos se dá através das relações subjetivas, os autores passaram a teorizar sobre o conceito do rizoma.

Para Deleuze e Guattari (1995), essas relações ocorrem como uma espécie de rizoma, justamente porque, por exemplo, na gramática da língua, a escolha por determinado lexema em detrimento de outro é motivada pelas implicações contextuais enunciativas. Ou seja, o rizoma é a ligação entre os diversos setores de interação que permite confluência a partir de qualquer parte.

Diferente das raízes de algumas árvores, por exemplo, que crescem verticalmente, as raízes de outras delas se espalham e são capazes de fazer ligações até com a raiz de outra planta. Outrossim, entendendo a pesquisa como um ato de ligação e diálogo entre os saberes, e apropriando-nos da imagem da raiz de uma árvore, apontada para diferentes direções, apoderamo-nos do conceito de rizoma.

Os autores elencam princípios para as relações rizomáticas, entre eles, o princípio da cartografia, que diz respeito às relações de mapeamento que somos capazes de fazer não só em nossas vidas íntimas, como também em nossas propostas analíticas. Assim, este trabalho tem sua perspectiva metodológica pautada na noção de cartografia, que permite ao córpus distintas entradas para análises discursivas. Isto é, a perspectiva cartográfica possibilita que o pesquisador possa se envolver com o objeto de análise de tal forma que se vê “livre” para iniciar sua análise a partir do ponto que mais o implica. Ou ainda, que possa revisitar diferentes lugares do território-texto.

Um desdobramento dessa perspectiva introduzida na obra *Pistas do método da cartografia* é a delimitação do próprio ato de pesquisar: “Toda pesquisa é uma intervenção” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17). Logo, de acordo com os autores, “intervir é um mergulho na experiência entre autor-objeto e teoria-prática”. É a relevância do saber-fazer colocado em prática na análise dos enunciados. Assim, “Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc.” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 19).

Passos, Kastrup e Escóssia (2015) lembram a etimologia da palavra metodologia, *metá-hodós*, que indica um caminho de partida para determinada pesquisa. Abrindo mão da tradicionalidade proposta pelo lexema, lança-nos a ideia de *hodós-metá*, que é, justamente, uma inversão metodológica, tendo em vista que, para os autores, não se faz pesquisa a partir da existência de um único ponto inicial, mas sim pelas possíveis entradas rizomáticas permitidas pela horizontalidade experiencial com o objeto.

Consequentemente, a perspectiva cartográfica contribui para a “transgenericidade” através das possíveis cenografias as quais os gêneros, porventura, atravessam. No caso do córpus em questão, a transposição de uma conversa que se dá no âmbito privado para uma instância pública acaba por fazer dialogar diferentes cenografias, bem como outros gêneros discursivos que se desenrolam em outras esferas comunicativas.

Dessa forma, podemos afirmar que cartografar é acompanhar processos (BARROS; KASTRUP, 2015) quando, enquanto pesquisadores, podemos mapear as transformações dos enunciados como quem mapeia o percurso de um rio, por exemplo – como todas as mudanças que podem ser feitas pela intervenção do humano em seu trajeto. Dá-se, dessa forma, a possibilidade de acompanhar passo a passo - o que implica uma certa mudança de olhar e de sentir do próprio pesquisador, propiciando novos olhares em relação ao objeto em estudo. É também ser influenciado por um coletivo de forças (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015).

Ao pensarmos nesses enunciados que circulam nas redes sociais, bem como em seus desdobramentos, passamos, inicialmente, a acompanhar o processo de transformação deles. Focando no córpus em questão, especificamente, pode-se dizer que a conversa “vazada” entre Sérgio Moro e Carla Zambelli foi acompanhada por inúmeras pessoas já que saiu da esfera privada e, a partir do momento em que vira um relato apontado pela mídia televisiva, passa a ocupar o espaço público, permitindo uma cadeia de enunciaçãoes.

Se “toda ideia de princípio deve ser considerada suspeita” (DELEUZE & GUATARRI, 1995), nosso objetivo, enquanto pesquisadores, é, justamente, observar como essas práticas discursivas operam através do espaço e tempo em que se realizam. Do espaço e do tempo físico, visto que acompanham um momento específico na história do país, mas, também, no espaço-tempo criado em seu interior e nas transformações que passam conforme o gênero se altera.

É, justamente, para fazer o acompanhamento dessas mudanças que a pesquisa cartográfica nos interessa. Como pesquisadores, acompanhar o processo de transformação do gênero discursivo em distintas esferas comunicativas propiciou o surgimento de inúmeras implicações. Contudo, é pela “construção de um plano coletivo de forças” que se desdobra alguns pensamentos acerca dessa intervenção cartográfica. De acordo com Escóssia e Tedesco (2015), a pesquisa se mostra viva, móvel, permitindo várias entradas. Dessa forma, a intervenção cartográfica se dá muito mais no campo da experimentação

do que da própria observação em si. O cartógrafo percorre caminhos e até os modifica no percurso. Sendo assim, o

Plano geralmente desconsiderado pelas perspectivas tradicionais de conhecimento, [...] revela a gênese constante das formas empíricas, ou seja, o processo de produção dos objetos do mundo, entre eles, os efeitos de subjetivação. Ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 92).

Então, ao pensarmos nos sujeitos que ocupam o lugar significativo em nosso córpus, pode-se imaginar que o plano de forças que move a subjetivação dos indivíduos, em princípio, constrói uma imagem de integridade tanto do ex-Ministro como da Deputada, pelo menos, para alguns. Em contrapartida, ao serem movidos por outras forças, esses sujeitos passam a ser vistos de outra forma, já que esse novo plano de forças produziu uma nova cenografia. Isto é, ao ser explanada nas mídias, a imagem, para alguns, nada santificada, tanto de Moro como de Zambelli, é desmoronada, já que viabiliza suas fragilidades enquanto políticos brasileiros. Infelizmente, no Brasil, ao fazer parte do Governo, muitos indivíduos se deixam subjetivar pelas engrenagens, nada impoluta, que perpassam essa prática. Para as autoras, essa perspectiva é considerada

De um lado, como processo de conhecimento que não se restringe a descrever ou classificar os encontros formais dos objetos do mundo, mas principalmente preocupa-se em traçar o movimento próprio que os anima, ou seja, seu processo constante de produção. De outro, a cartografia como prática de intervenção, mostrando que acessar o plano de forças é já habitá-lo e, nesse sentido, os atos de cartógrafo, sendo também coletivos de forças, participam e intervêm nas mudanças e, principalmente, nas derivas transformadoras que aí se dão (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 92-93).

A partir do que pudemos ler anteriormente, a ação do analista também já é motivada por um plano coletivo de forças que, no percurso de produção de significação, já estava aguçado por um embate maior que sucedeu tal pesquisa-intervenção. Ou seja, o processo de cartografar está no fato de parar para concretizar a intervenção, já que, de todo modo, os sujeitos sociais já são implicados e movidos por essas forças que os movem indiretamente, mesmo que não seja de conhecimento geral. Logo, “(...) a realidade é resultante de modos de ver e de dizer produzidos num determinado momento histórico” (FOUCAULT, 1979 *apud* ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 95).

Dessa forma, o papel do pesquisador é perceber como as forças atuam sobre o objeto, além de acompanhar a constituição desse enunciado que, também, é produzido através de processos. É na atuação dessas forças sobre o objeto estudado que os gêneros discursivos vão-se alterando ao longo dos anos a depender da necessidade enunciativa ou das novidades tecnológicas ao gerar distintos dispositivos. “(...) a cartografia (...) indica



essa possibilidade de construção de domínios coletivos e metaestáveis, para além da mera observação ou descrição de realidades coletivas” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 100).

A cartografia permite um método extensivista que tende a aproximar uma grande massa em prol de um único ideal. Isto é, a forma com que a “política” fora colocada para a sociedade pode ter subjetivado o pensamento político dessa grande massa.

ACOMPANHANDO PROCESSOS: O CONTEXTO DA TROCA DE MENSAGENS

Em meio à pandemia de Corona Vírus no Brasil, os brasileiros se encontram em um cenário político de guerra, para além do caos sanitário. O ex-Juiz Sergio Moro, construído por alguns como herói da Operação Lava Jato que havia conseguido condenar e prender o ex-Presidente Lula e que fora alçado à posição de Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, logo após esse ser eleito no pleito de 2018, pedira demissão de seu cargo. O Ministro, justamente por ter sido construído, por parte da mídia, como uma espécie de herói nacional para alguns de 2015 a 2018, funcionava, para Bolsonaro, como um “supertrunfo”, por sua popularidade e por representar uma bandeira anticorrupção para o seu eleitorado.

No dia 24 de abril de 2020, a população teve acesso, pela primeira vez, às conversas entre Sérgio Moro² e Carla Zambelli³ por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. No mesmo dia, Sergio Moro marcará, mais cedo, uma entrevista coletiva para justificar seu pedido de demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Após a coletiva de Moro, o Presidente Jair Messias Bolsonaro também concedeu coletiva. Houve, então, um embate de narrativas em que o ex-Juiz se sentiu acusado pelo Presidente de faltar com a verdade. Dessa maneira, decide revelar ao Jornal Nacional – o noticiário de maior audiência em horário nobre na TV aberta do Brasil - as conversas que tivera com o Presidente pelo aplicativo de *WhatsApp* e com a Deputada Federal Carla Zambelli, agora como mediadora, tentando manter o Ministro no cargo. Pela primeira vez, nesse episódio da exoneração, o gênero conversa privada, através do suporte aplicativo de celular, se torna discurso relatado, narrado pelas vozes dos apresentadores William Bonner e Renata Vasconcelos, tornando-se, assim, notícia de jornal televisivo.

2 Sérgio Moro é juiz e professor universitário. Comandou, entre março de 2014 e novembro de 2018, o julgamento, em primeira instância, dos crimes identificados na [Operação Lava Jato](#). Em 2018, foi convidado pelo atual presidente para ser Ministro da Justiça e Segurança Pública, cargo que ocupou de 1º de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020. Nesta data, pediu exoneração devido a divergências com o atual Presidente.

3 Carla Zambelli é uma das fundadoras do movimento [Nas Ruas](#). Ganhou notoriedade pelo ativismo em favor do [impeachment](#) da ex-Presidenta [Dilma Rousseff](#). Nas eleições de 2018, elegeu-se [Deputada Federal](#) por [São Paulo](#), pelo [Partido Social Liberal \(PSL\)](#).

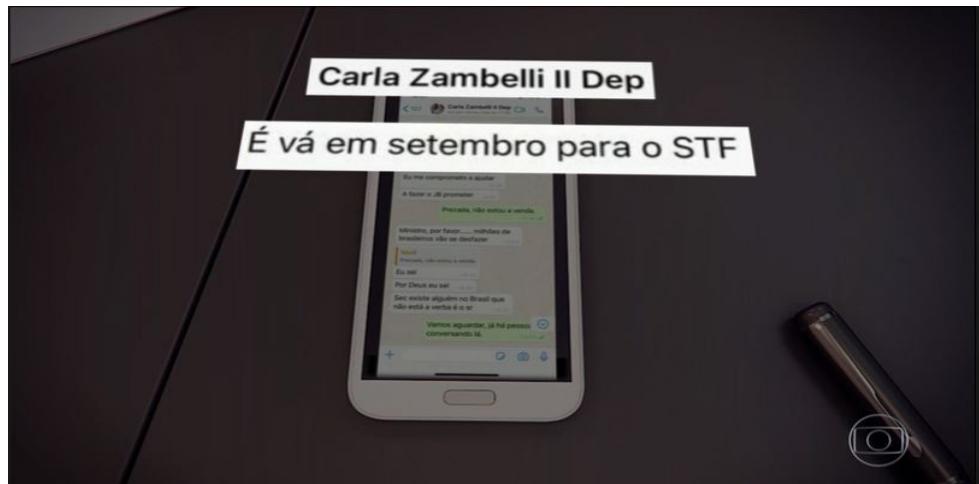


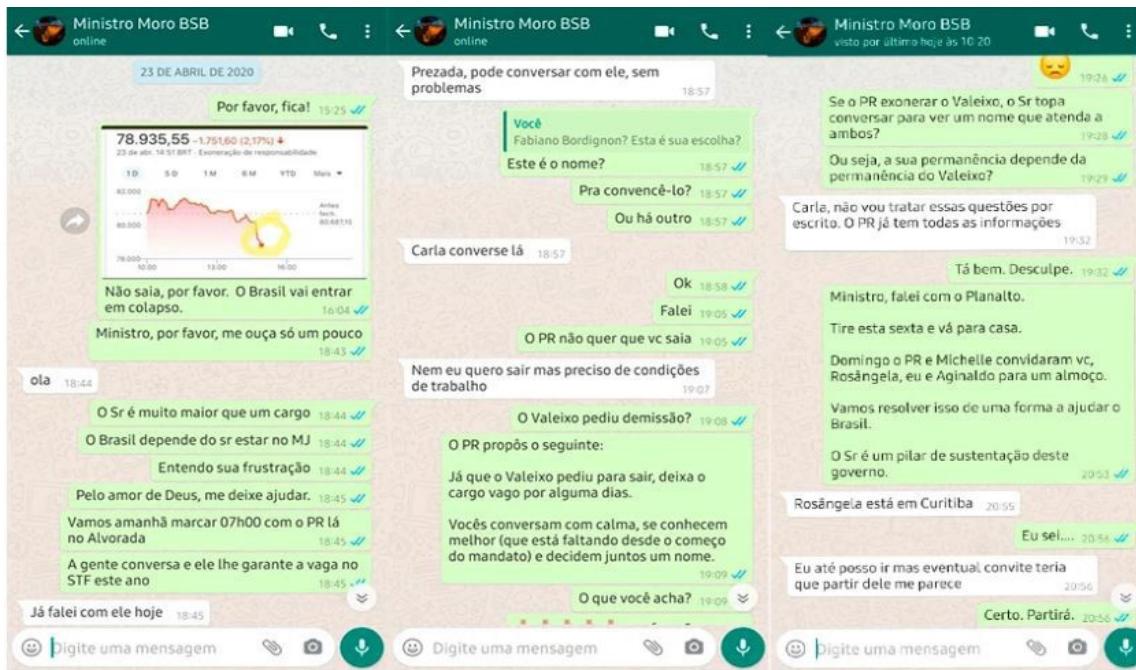
Figura 1 – Discurso relatado pelo Jornal Nacional sobre a troca de mensagens entre Moro e Zambelli

Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/8508630/> (Acesso em: 04 de jun. 2020).

A exibição do jornal reverberou em outros jornais eletrônicos e mídias sociais, tornou-se *prints* de outras conversas, bem como deu origem a diversas paródias e *memes*. Sendo assim, com “roupa” de conversa de *WhatsApp*, o diálogo entre os dois foi sendo transformado, assumindo, dessa maneira, outros gêneros. No dia seguinte ao ocorrido, Zambelli contra-atacou Moro e vazou mais pedaços da conversa privada de ambos. A CNN, em reportagem do dia 25 de abril de 2020, revelou o conteúdo.

No *print* feito da tela de reportagem da emissora CNN sobre o caso, vemos as conversas travadas em foro íntimo pelos dois autores, Zambelli e Moro, agora sendo usadas como discurso relatado no gênero notícia televisiva, embora mantenham a cenografia de conversa de *WhatsApp*. Tal recurso utilizado pela emissora não se faz à toa, a ferramenta parece fazer com que não haja a mediação da emissora, ou uma prévia seleção do que colocar por parte dos editores, ou, até uma arrumação prévia de como o diálogo viria estampado. Isso faz com que os leitores caiam na “cilada” de achar que estão vendo a conversa original, dos próprios celulares dos personagens em questão. Todos os elementos do aplicativo são preservados quando, de fato, o que interessaria seria somente o texto, no entanto, a cenografia de conversa de aplicativo confere ao noticiário um ar de verdade ou até imparcialidade. Um mito que as emissoras de TV brasileiras insistem em dizer que existe.

Figura 2 – Print da conversa entre Moro e Zambelli apresentado pela CNN



Fonte: <https://bit.ly/3nwIByF> (Acesso em: 04 de jun. 2020).

Com isso, no dia 28 de abril, apenas quatro dias após a demissão de Sergio Moro, foi aberto, no Supremo Tribunal Federal, pelo Ministro do Supremo Celso de Mello⁴, um inquérito com o intuito de apurar supostas intervenções ou tentativas do Presidente Bolsonaro de imisão na Polícia Federal. Dessa vez, Moro seria testemunha e entregaria à Polícia Federal, responsável pela investigação, documentos que comprovariam sua versão, de que Bolsonaro havia tentado intervir, já que exigira a troca do comando do Superintendente no Rio de Janeiro. Uma das provas apresentadas por Moro e que, pouco tempo depois, seriam disponibilizadas à mídia - pois é costume do Ministro Celso de Mello não manter sigilo das investigações que preside - seria, justamente, a troca de mensagens de *WhatsApp* entre o próprio e Zambelli. Outrossim, ainda que a cenografia nos aponte o suporte conversa em aplicativo, ou ainda, troca de mensagens, temos, nesse momento, uma mudança genérica: prova processual.

Antes de mais nada, precisamos nos dar conta de que a cenografia não se constitui em um elemento estático, inserido em um discurso já elaborado, funcionando como um adendo estável. A cenografia pertence à categoria daqueles itens que se constituem e se desenvolvem no momento mesmo de sua elaboração, sendo este um processo contínuo. No momento em que uma mensagem é escrita num aplicativo de mensagens, como o *WhatsApp*, supõe-se certa situação de enunciação (um convite, uma piada, uma informação profissional, a indicação para um cargo, ou tantas outras) que é validada progressivamente por meio dessa própria enunciação.

⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/moro-bolsonaro-inquerito-stf-entenda.ghtml> Acesso em: 04 jun. 2020.



No contexto apresentado, a Deputada Federal buscava convencer o ex-Juiz a ceder aos pedidos do Presidente em relação à exoneração do Chefe da Polícia Federal, Alexandre Valeixo. Observando essa troca de mensagens no âmbito privado, segundo a Deputada, além de ajudar o Brasil, estaria evitando uma crise governamental e, por que não, marcando espaço e importância em um governo de alianças frágeis. Se a tomarmos em outra cenografia, agora, considerando a mesma troca como prova judicial, a mesma mensagem pode ser usada como comprovante do discurso “toma-lá-dá-cá”: a Deputada, graças a sua articulação com o Presidente, poderia reforçar a indicação do então Ministro à alçada de um cargo no Supremo Tribunal Federal.

Assim, o pedido do Presidente seria atendido, o ex-Ministro ocuparia um novo cargo, a Deputada seria a grande articuladora e evitar-se-ia uma crise política, como visto anteriormente. Qual das duas cenografias prevaleceria então? A da Deputada que intervém em favor do país e do bem da nação ou a da mais deslavada troca de favores – faça o que pede o Presidente e em troca ganhe um cargo. Na verdade, não há como sobrepor uma à outra. São dois momentos, em situações distintas, com finalidades diferentes. Embora o meio de propagação e os lexemas sejam os mesmos, as mensagens são usadas para fins distintos, o que mostra, claramente, a cenografia como elemento constituinte e constituído do discurso, buscando afirmar seu ponto de vista e a adesão dos seus coenunciadores de acordo com o lugar que lhes é proposto no embate enunciativo.

Devido a essa exposição pública e à criatividade enunciativa vista nas redes sociais, a produção de outros gêneros, a partir da exposição dessa conversa, foi constante. Os *memes*, como gêneros humorísticos, irônicos, satíricos e, por que não, reflexivos, surgiram nas mídias sociais trazendo ainda mais indagações acerca do momento atípico que se vivenciou em meio à pandemia no Brasil. Como se pode ver no exemplo que segue.

Figura 3 – Meme “Casos de Família”



Fonte: <https://bit.ly/3gZ3qQC> (Acesso em: 13 jun. 2020).

O *meme* apresentado anteriormente é um gênero discursivo que apareceu devido à explanação das mensagens privadas entre Sergio Moro e Carla Zambelli, já que, diferente dos outros gêneros apresentados, que apareceram por intermédio direto da troca de mensagens, o *meme* só surgiu porque houve o vazamento delas. Há, nesse exemplo, uma nova cenografia à foto do casamento de Zambelli que ganhou novas leituras após a exposição da conversa íntima.

Embora o visual nos apresente o momento do casamento de Carla Zambelli, em que Sergio Moro fora seu padrinho, essa imagem foi “resgatada” pelos internautas, associando a enunciação à intimidade dos personagens, mostrada na conversa de WhatsApp, possibilitando outro gênero a partir do enunciado produtor, conversa íntima por aplicativo. Com o verbal fazendo referência ao programa de auditório *Casos de Família*, pode-se ler a seguinte enunciação: *Essa festa virou um enterro*.

O programa televisivo é conhecido por apresentar os problemas íntimos de pessoas anônimas, levando a plateia a achar graça da desgraça alheia. Embora seja possível observar as pessoas, ao fundo, fotografando e sorrindo, tendo em vista que estão brindando o momento e a felicidade do casal, comum em festividades como essa, análise cabível à cenografia original, a nova cenografia da fotografia permite o enlaçamento paradoxal, outorgando os leitores a compreender que, após esses momentos, surgiriam coisas ruins, e, por isso, fez-se necessário um registro desse processo.

O verbal nos permite inferir distintas subjetivações a partir desse gênero. Primeiro, pode-se perceber a sátira e ironia do enunciado escolhido ao mostrar a feição de Zambelli sorrindo, enquanto a feição do ex-Juiz suscita múltiplos olhares analíticos, já que, após o “vazamento” de sua conversa, com o intuito de provar a veracidade de sua decisão, o ex-Ministro põe em xeque sua relação “amigável” com a Deputada. Segundo, o sorriso de canto de boca suscita as possíveis atitudes de Sergio Moro, como se tudo o que ocorreria fora premeditado.

Dessa forma, ao rememorar o gênero de origem – a conversa privada entre os dois pelo WhatsApp, o novo gênero público passa a compor o quadro cênico do qual faz parte essa instância maior: o tipo de discurso político. Dessa forma, reconhecemos que a relação deles ou a festa de casamento virara um enterro não só por ter-se quebrado uma relação que parecera legítima, como também pelo fato de que alguns apoiadores do atual Presidente acreditaram que o ex-Juiz “cavou a própria cova” ao mandar para as mídias televisivas conversas íntimas e comprometedoras da cúpula governamental. Dessa forma, percebe-se que a circulação de memes contribui com a leitura do episódio do “vazamento” da conversa.

Ainda, diante de tantos outros gêneros e cenografias em circulação nesse universo discursivo, tivemos, em meio ao caos, diversas notícias e reportagens que fizeram referência ao vazamento dessas informações privadas entre Sergio Moro e Carla Zambelli. Mais uma vez, ao sair da cena privada, a enunciação é transmutada para o espaço público, o que, de



certa forma, permite a interferência e interação da população. No exemplo a seguir, temos a imagem de parte de uma reportagem que afirma a não relação de amizade entre o ex-Ministro e a Deputada, mesmo o ex-Juiz tendo sido seu padrinho de casamento.

As fotos do casamento da Deputada foram replicadas nos meios de comunicação de forma abundante. O que, certamente, levou a outras instâncias de enunciação a fazerem o mesmo, como visto no exemplo anterior. Se pelo WhatsApp e em suas vidas pessoais retratavam um momento íntimo, a partir da exposição dessas mensagens o laço amigável fora quebrado, tendo em vista que, ao propagar tais informações, o ex-Juiz rompe com a intimidade aparente que tinham.

Figura 4 – Reportagem sobre a relação de amizade entre Moro e Zambelli, motivada pelo vazamento de mensagens entre ambos

Moro nunca se considerou amigo de Carla Zambelli

Por Gabriel Mascarenhas • 05/05/2020 06:00



A deputada Carla Zambelli e o coronel Antônio Aginaldo de Oliveira, diretor da Força Nacional | Reprodução

Quem pergunta a Sergio Moro se ele não foi desleal com **Carla Zambelli**, ao tornar públicas as conversas de Whatsapp que teve com ela, ouve do ex-ministro que ele jamais foi amigo da deputada.

Moro costuma dizer que só foi padrinho de casamento de Zambelli para prestigar o marido dela, **Antonio Aginaldo Oliveira**, diretor da Força Nacional de Segurança, portanto, servidor que estava sob o guarda-chuva de Moro no Ministério da Justiça.

Fonte: <https://bit.ly/3h8FM4m>(Acesso em: 07 jun. 2020).

Com a fotografia e parte da reportagem que se apresentam, a vida pessoal das personalidades públicas passa a não mais vivenciar um âmbito privado, já que, por ora, as mídias impressas e virtuais passaram a reproduzir um possível enunciado do ex-Ministro de que ele nunca fora amigo de Zambelli e que só aceitara ser padrinho de seu casamento por



causa de seu marido. O deslocamento do privado para o público não é apenas tematizado, como visto, mas também instaurado pelo modo de enunciar.

Diante dessa declaração e implicados por esse sistema de restrições, percebe-se, no enunciado, que a relação pessoal entre as personagens em questão vai ficando cada vez mais frágil, já que, ao falar o que se expõe na figura 4, as possibilidades cartográficas levam os pesquisadores e também a população a acreditarem que a relação entre Moro e Zambelli vem, desde sempre, regida por interesse, ele com interesse na figura que o marido dela representa, e ela com interesse na própria figura que o ex-Juiz representa.

A fotografia escolhida para ilustrar a Deputada e seu marido, diferente da vista no *meme* anterior, mostra os dois com uma feição enfurecida, como se corroborassem o que está sendo dito na reportagem, como se já soubessem que Sergio Moro estava, ali, cumprindo mais um papel permitido pelas encenações da vida pública. Ademais, também desmascara o ar angelical que a Deputada tenta passar em suas palavras, através do WhatsApp, ao falar o tempo todo a expressão “por favor” (presente na figura 2) ao ex-Juiz, como se por estar num alto grau político e profissional devesse ser tratado, a todo tempo, como uma espécie de divindade.

O mapeamento desse enunciado pelo viés cartográfico permite que os pesquisadores possam analisar esses processos transformadores pelos quais passam os gêneros. Primeiro, tem-se uma conversa privada, depois, uma notícia jornalística, segue-se a uma prova processual exposta na mídia televisiva, e, ainda, a criação e propagação de gêneros satíricos com o intuito de deslegitimar as personagens que se apresentam em cena.

Ao fazermos essas interferências nas análises dos objetos, colocamos em cena não só a relação de forças que regem as conexões comunicativas, como também a intervenção do pesquisador ao cartografar tais enunciados. É pela prática cartográfica, focando no *hódase-metá*, que percebemos e priorizamos algumas (in)conclusões.

Assim, acompanhar o desdobramento discursivo dos gêneros que estão ligados a uma esfera maior faz-nos refletir sobre a reatualização das práticas discursivas enquanto norteadoras das relações socioculturais. Enquanto um gênero discursivo pertence à esfera privada, ele fica numa redoma de vidro que parece ser impossível de ser mexido, mas, ao ser exposto, se reconfigura e permite distintas alusões que eram, até então, desconhecidas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As práticas discursivas constituem nossa sociedade e podem ser produzidas no encontro face a face, nas plataformas virtuais pelas quais muitos enunciados aparecem, e em muitos outros contextos sociodiscursivos. Entender a alteridade presente nelas faz com que possamos

analisar e reconhecer as marcas discursivas deixadas por outras práticas. Acreditamos que a enunciação só é possível por meio dessa tríade: subjetivação – discurso – sociedade.

Dessa forma, essas práticas se materializam em forma de gêneros discursivos que são sustentados por elementos muito maiores, os tipos de discurso. É por sua forma composicional, estilo e temática que as enunciações se prestam a diferentes papéis sociais. Compreendemos a função social de cada gênero e, por isso, intuitivamente, agimos, quase sempre, de acordo com as coerções que ele engendra.

Como visto, Maingueneau (2008) defende que os gêneros participam de um quadro cênico que comporta cena genérica, cena englobante e, às vezes, cenografia. Rocha (2013), ainda, propõe o movimento constante que a cenografia impõe aos gêneros. É por isso que descartamos facilmente um gênero e guardamos outro. Por exemplo, podemos negar receber um panfleto na rua em época de eleição por já sabermos previamente do que se trata enquanto guardamos uma receita médica dado o seu nível de importância.

Importante ressaltar também que trabalhar com a perspectiva cartográfica assente outro paradigma metodológico. Desse modo, percebe-se que o olhar do pesquisador é que vai demarcar o ponto inicial da pesquisa e, através dos processos observados e da interação com o objeto, é que será possível estabelecer algumas considerações, já que, a depender de quem observa e analisa tal objeto, novas (in)conclusões serão permitidas. A cartografia consente, inclusive, que esse olhar inicial se dê por diferentes vieses e não, necessariamente, seguindo ordem cronológica.

No que tange à transmutação de enunciados de cenas privadas para cenas públicas, notou-se que não só os gêneros, mas também cenografias são reconhecidas, com o auxílio do suporte ao qual se ampara. No entanto, não, necessariamente, o tipo de discurso será alterado, do mesmo modo que, ao cambiar o gênero, novos tipos de discurso podem ser notados.

Entender que as práticas discursivas são mobilizadas por forças enunciativas possibilita aos pesquisadores refletir, pontuar e analisar o desdobramento desses enunciados em distintas situações interativas. É na percepção da interdiscursividade e do dialogismo presente nos enunciados que os indivíduos podem tentar compreender o funcionamento discursivo dessas práticas que assentem diversos posicionamentos enunciativos.

No percurso cartográfico que traçamos para a construção deste artigo, buscamos mostrar como a mesma mensagem que pertencia à esfera privada, ao ser lançada ao público, pode fazer emergir outros gêneros discursivos, bem como outras cenografias. Inicialmente, há uma conversa íntima entre Sérgio Moro e Carla Zambelli. Após o ex-Ministro vazar as conversas, elas se apresentam como discurso relatado em notícias e, possivelmente, como prova processual. Devido a essa exposição, surgem *memes*, capazes de apresentar outras cenografias à foto de casamento de Zambelli, bem como reportagens espreitando a relação “amigável” entre personalidades públicas.

Portanto, entendemos que a “ponte da mudança” ora mencionada é ativada, justamente, quando há a mudança genérica, mas, a cenografia faz com que não percebemos que há um novo gênero em pauta, mas, sim, a conversa de *WhatsApp* primeira. Essa “cilada” propicia ao leitor acreditar estar lendo as mensagens nos próprios celulares dos enunciadores quando, na verdade, há sempre um outro gênero em voga.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Gêneros do Discurso: Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 448 p.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. cap. 3, p. 52-75.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p.

ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. **O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. cap. 5, p. 92-108.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução: Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993. 198 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. 238 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. POSSENTI, Sírio; SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 184 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015. 192 p.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. **A Cartografia como método de pesquisa-intervenção.** In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. cap. 1, p. 17-31.

ROCHA, Décio. **Cartografias em análise do discurso: rearticulando noções de gênero e cenografia.** D.E.L.T.A., São Paulo, v. 29, n.1, p. 135-159, 2013. DOI 10.1590/S0102-44502013000100007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502013000100007&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 01 jun. 2020.



Instituição, Organização e Discurso: os gêneros discursivos e sua prática no espaço universitário

Estêvão Freixo

A ESCOLA DE ANÁLISE DO DISCURSO QUE, ao final do século passado, se organizou na França precisou constituir seu caminho sobre um terreno bastante heterogêneo, onde se cruzavam saberes que, nos últimos cem anos, estiveram engajados em um intenso debate sobre o projeto de uma metodologia comum às ciências sociais¹.

Em consequência de sua herança múltipla, esse domínio consagrado ao estudo do discurso e de seu funcionamento encontrou em seu percurso importantes desafios à constituição de um objeto que permanecesse suficientemente afastado daqueles que se mantêm sob a tutela das esferas vizinhas de investigação. De fato, o esforço em se isolar um nível de tratamento especialmente voltado ao fenômeno discursivo não raro encontra dificuldades para se esquivar da necessidade de se explicar o discurso em suas relações com as demais camadas do social. Nas passagens seguintes, pode-se notar a presença desse embaraço:

(...) vê-se claramente como é possível passar, sem dificuldade, de atos de fala *stricto sensu* a “práticas sociais”: o problema consiste exatamente em saber como se deve pensar a articulação das instituições que se ocupam da linguagem com as demais instituições. (Maingueneau, 1997, p. 30)

Mas como pensar, a seu modo, a ordem do discurso, ao mesmo tempo que remete a posições não discursivas, não os “reflete” exatamente? De fato, esta é uma dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apoiam em uma economia distinta. (Maingueneau, 1997, p. 34)

Nas linhas que seguem, desdobraremos em mais detalhes esse argumento que até aqui esboçamos em linhas gerais.

Inicialmente, é preciso dizer que, sobre as bases do trabalho foucaultiano², os fatos de discurso passaram a ser relativos a um certo nível de realidade no qual o interesse do pesquisador pode ser investido. Desde então, adquiriram a propriedade de existirem como causa e efeito de si mesmos. Para dizê-lo sob dicção mais formal, credita-se ao discurso

1 Disto temos índice pelas relações que *A Arqueologia do Saber*, obra de referência para os analistas franceses, mantém com debates anteriores nos quais as ciências sociais enfrentavam a difícil tarefa de negociar entre si um território teórico e metodológico comum. Tais discussões podem ser recuperadas em textos como *Méthode historique et science sociale*, de François Simiand, *Histoire et ethnologie*, de Claude Lévi-Strauss, e *Histoire et sciences sociales: la longue durée*, de Fernand Braudel.

2 Referimo-nos aqui sobretudo às obras *A Arqueologia do Saber* e *A Ordem do Discurso*, que, desde sua publicação, têm servido de apoio aos pesquisadores filiados à corrente francesa, em razão do papel fundante que a teoria discursiva desenvolvida nesses trabalhos cumpre para essa escola.

uma causalidade de tipo circular, significando com isso que o fenômeno discursivo e todos seus efeitos se apresentam como funcionamento singular cuja existência é garantida pelo próprio movimento de sua atividade.

Dentre outros fatores, esse esforço para se localizar as causas do fenômeno discursivo nos efeitos que ele mesmo produz contribuiu para que a análise do discurso adquirisse o vigor de um especialismo teórico com autonomia necessária para a configuração de um campo de estudo independente e relativamente bem delimitado.

Apesar de seu comprometimento com as várias ciências do social que lhe são precedentes e já bem estabelecidas, a filiação e a origem desse complexo e híbrido terreno de pesquisa não são hoje suscetíveis de reivindicação plena por nenhum dos diferentes domínios que lhe atravessam ou dos quais ele participa.

Com efeito, o empenho em se delimitar uma esfera de investigação voltada exclusivamente ao discurso exigiu dos fundadores³ desse novo domínio o trabalho de se circunscrever o campo que se pretendia legitimar, separando-se seu objeto de estudo dos outros com os quais não se queriavê-lo confundido. Nessas linhas de Foucault, pode-se entrever o risco que uma noção dilatada de discurso eventualmente representou para o seu projeto teórico:

essas relações, por mais que se esforcem para não serem a própria trama do texto, não são, por natureza, estranhas ao discurso. Pode-se mesmo qualificá-las de “pré-discursivas”, mas com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo (FOUCAULT, 2000, p. 84)

Entretanto, as tentativas realizadas nessa direção não parecem ter apresentado uma solução inteiramente satisfatória à discriminação necessária entre o fenômeno do discurso e aquilo que, sendo pertinente à esfera sociológica, deve dele separar-se, a fim de que, em ambos os casos, se tenha fixado o campo ao qual sua investigação é de direito.

Referimo-nos aqui ao domínio da sociologia, mas, com todo direito, poderíamos aludir ao movimento institucionalista – sua derivação mais recente, soerguida no cenário francês nas décadas de 1950 e 1960⁴. Com efeito, os trabalhos foucaultianos que se seguem a esse período presumem uma relação de entrelaçamento entre a força constrangedora das instituições e a sistematicidade das formações discursivas. É precisamente sobre esse aspecto que demarcaremos o problema teórico com o qual pretendemos trabalhar.

Se a linguagem, junto a tantos outros sistemas, constitui a complexa rede institucional de que é feita a vida em sociedade, é certo que o conjunto das regras que governam sua atividade se articula a elementos de outras ordens das quais ela não pode nunca se

³ Em sua obra *Discurso e análise do discurso*, Dominique Maingueneau indica o ano de 1969 como marco inaugural da análise do discurso na França. Naquela ocasião, Michel Pécheux publicava *Análise automática do discurso*, e Foucault, *A Arqueologia do Saber*, enquanto a revista *Langages* dedicava um número especial a um novo campo chamado “análise do discurso”.

⁴ A esse respeito, o trabalho de Nair dos Santos (2002) sobre a história do movimento institucionalista e da análise institucional traz indicações indispensáveis sobre títulos, autores e tendências, além de um esquema temporal muito bem definido.

desprender, apesar das separações artificiais que resultam dos exercícios de análise. Por essa razão, a ordem do discurso deve muito frequentemente remeter a posições não discursivas, sem as quais ela não pode subsistir de forma autônoma.

A exemplo disso, as instituições, compreendidas como lógicas imanentes por meio das quais a vida humana se regula (BAREMBLITT, 1992), não se separam dos dispositivos concretos que tornam possíveis suas sucessivas atualizações. Sem esse movimento em direção a uma participação material no mundo, elas permanecem em estado de potência sem efetivamente cumprir sua função regulatória.

Colocadas essas questões iniciais de ordem teórica, que nos permitem levantar o tema da inseparabilidade do fenômeno discursivo em relação a elementos de outras ordens às quais o fenômeno discursivo deve manter-se vinculado, desejamos agora sugerir uma situação que nos permita a projeção desse problema numa experiência concreta, para que nos seja possível pensá-lo em seu funcionamento real. Nessas condições, estaremos habilitados a examinar e descrever alguns tipos de relação que o exercício especulativo, em seu arranjo abstrato, não permite verificar de modo conveniente. Somos, portanto, conduzidos a um recorte ainda mais específico no interior de um universo empírico.

Um quadro pertinente à iluminação da questão pela qual nos interessamos neste trabalho diz respeito a uma circunstância frequentemente experimentada no interior dos estabelecimentos universitários. Referimo-nos à dupla identidade à qual o discente está submetido quando, no curso de suas atividades, deve ser o sujeito de modos de enunciação que divergem quanto aos traços de caráter que fazem presumir, conforme o academicista se encontre no exercício dos papéis de aluno ou de pesquisador.

De fato, o discente, logo que se vê capturado pelo conjunto dos afazeres que integram a rotina acadêmica, é mobilizado por sistemas de coerções que o fazem posicionar-se desde gêneros de discurso especialmente destinados ao funcionamento de atividades próprias ao ambiente universitário. Esse é o caso das situações comunicativas em sala de aula, das produções escritas para periódicos, das apresentações de trabalho, etc. Esse cenário, portanto, se oferece como circunstância na qual nosso problema teórico ganha possibilidade de projeção e análise, haja vista a relação necessária entre a constituição de certos gêneros discursivos e as normas que regulam as práticas desenvolvidas no interior da academia.

Mas, dentro das possibilidades oferecidas pelo espaço universitário, faz-se ainda necessário decidir-se por um conjunto restrito de atividades que se mostrem suficientes para o exame aqui pretendido. Desse modo, constituiremos a última estratégia aproximativa de nosso universo de pesquisa.

Nesse estágio final, desejamos fixar-nos em dois gêneros de discurso⁵ que contrastam quanto aos modos de enunciação acionados por seus sistemas de regras. Consideraremos

⁵ Referimo-nos aos gêneros do discurso tais como descritos por Maingueneau na obra *Análise de textos de comunicação*. Operaremos, todavia, algumas extensões ao conceito, conforme se verá em etapa ulterior deste artigo.

o gênero *aula expositiva*, formato em que o acadêmico assume o papel de aluno, participando da produção enunciativa na condição de coenunciador do professor; e o gênero *comunicação oral em congresso*, que exige do sujeito genérico um envolvimento horizontal e colaborativo com a comunidade à qual ele se dirige por ocasião da apresentação de seus resultados de pesquisa.

Finalmente, no que concerne ao conjunto de textos estrategicamente eleitos para a sequência da investigação, separamos os registros sonoros de aulas conduzidas no ano de 2019 durante o curso A Arqueologia do Saber, que à época integrou a grade curricular do Programa de Pós-graduação em Letras da Uerj; e a gravação de comunicações orais de acadêmicos vinculados à mesma pós-graduação, realizadas também em 2019 durante sua participação em congresso na Universidade de Cergy-Pontoise, na França.

O material selecionado será tomado como ponto de apoio para a confrontação dos gêneros discursivos considerados neste trabalho, em especial quanto aos modos de enunciação mobilizados ou admitidos por seus sistemas de restrições. No plano textual, procederemos à análise por meio de diferentes escolhas linguístico-discursivas, trabalhando com atos de fala, classes gramaticais, modalizações, funções da linguagem e posições sintáticas.

Partindo daí, consideraremos o problema teórico que nos afeta mediante o exame das relações existentes entre o espaço universitário e as práticas enunciativas que lá são regularmente exercidas.

DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO NAS ORGANIZAÇÕES

Tomemos uma definição tão simples quanto eficiente como aquela que Maingueneau nos apresenta ao condensar em poucas palavras uma ideia especialmente intrincada e escorregadia como é a noção de discurso. Ampliando o entendimento de que o discurso corresponderia a uma superfície revestida pelo “conjunto dos enunciados realizados, produzidos a partir de uma certa posição”, como o quis Pêcheux (1984 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 23) em suas investigações, o autor nos mostra que uma outra forma de se compreender o discurso é interpretá-lo como um “sistema de restrições que permite analisar a especificidade desta superfície discursiva” (MAINGUENEAU, 1997 p. 23).

E, além dessa hipótese que reserva a aplicação desse sistema à descrição das relações discursivas presentes em uma dada superfície, prof. Dominique nos indica ainda a possibilidade de se conceber o discurso como um conjunto de regras que define possibilidades e limites de enunciação para os sujeitos falantes que em sua formação vêm se inscrever. Nesse último caso, esse conjunto de normas é percebido como uma espécie de “competência discursiva”. Aqui, o autor nos remete ao raciocínio gerativista, rompendo laços, todavia, com seu fundo epistemológico, para ajustá-lo ao funcionamento da produção enunciativa (MAINGUENEAU, 1997).

Cabe agora acrescentar uma última questão trazida por Maingueneau que toca mais de perto o problema com o qual nos comprometemos. Quanto à percepção dos discursivistas sobre os limites do fenômeno discursivo, o linguista nos diz: “para alguns, apenas os enunciados são integrados, enquanto outros levam em conta o complexo institucional que está associado à sua enunciação”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 23)

Aqui, retomamos a questão relativa aos exatos limites do discurso enquanto objeto de estudo e seu desenleio em relação aos objetos dos domínios vizinhos. E, em consequência disso, voltamos também à necessidade de um exame da articulação existente entre o discurso e as demais instituições das quais não se separa.

Para desenvolver a reflexão, consideremos o fato antes comentado de que as instituições se atualizam em formas materiais de todo tipo. Tais formas, em seu conjunto, são designadas pelos institucionalistas como *organizações*. Baremblitt (1992, p. 30) bem o define em poucas linhas: “(...) as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam, as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam”. Entre tais agrupamentos, o estabelecimento universitário, sua arquitetura e todo equipamento nele disponível, estão certamente incluídos.

Por outro lado, retenhamos ainda o seguinte: se o discurso não é uma máscara do real, mas tão somente uma de suas facetas, como nos propõe Maingueneau (1997, p. 34), deve ele concorrer com outras ordens que junto dele engendram a estrutura social. Assim, se tomamos o discurso como um tipo particular de funcionamento institucional, de lógica imanente, devemos considerar sua concorrência com um domínio de formas materiais das quais ele depende para se atualizar. Mas isso, é importante dizer, não significa que o discurso retenha sua materialidade a partir da sua aproximação com essas formas – o conceito de materialidade discursiva concerne a um outro debate com o qual aqui não nos ocupamos –, mas apenas que os níveis de realidade discursivo e organizacional não se movem em separado. Portanto, é preciso estabelecer que um raciocínio sobre o discurso em sua forma pura é possível apenas para certos efeitos de abstração, razão pela qual admitimos a natureza híbrida do fenômeno discursivo.

Desse modo, para levar adiante o debate em uma perspectiva que tome o discurso a partir da fixidez relativa de seus limites, assentaremos como raio de alcance nesse trabalho uma região onde se possa considerar *o cruzamento entre a ordem institucional do Ensino e a ordem discursiva que circula no interior de uma de suas formas materiais, o estabelecimento universitário*.

OS GÊNEROS DE DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES

Por ocasião de sua reflexão a respeito das comunidades que a enunciação de uma formação discursiva pressupõe, Maingueneau define a instância discursiva como sendo constituída de duas faces, uma relativa ao social e outra, à linguagem. Nesse sentido, ao invés de admitir entre ambas uma relação de exterioridade, prefere assumir que seus funcionamentos estão, desde o início, imbricados (MAINGUENEAU, 1997).

Entre as duas dimensões, porém, um novo problema se apresenta, relativo à existência de elementos responsáveis pela intermediação entre grupo social e discurso. Maingueneau (1997, p. 54) nos oferece exemplos como a imprensa, situada entre as informações brutas e os jornais, ou os meios políticos que intermedeiam os cidadãos e os enunciados políticos.

Do ponto de vista da interferência do aparato organizacional, a produção discursiva encontra-se, evidentemente, de alguma forma regulada pelo campo de possibilidades oferecido por sua realidade material⁶. Assim, as colunas jornalísticas devem respeitar uma extensão textual limitada ao espaço disponível no veículo em que é publicada, devem dirigir-se ao público que o consome, usar um registro de linguagem compatível, etc. O mesmo se aplica ao exemplo dos enunciados políticos ou a qualquer outro em que se possa identificar um elemento intermediador entre um discurso e uma comunidade. De todo modo, nossa pressuposição é de que essa interveniência está sempre presente, pelo que a instância intermediadora, em nosso entendimento, participa concorrentemente da gerência e do controle da produção discursiva.

Pode-se, com efeito, argumentar que o elemento intermediador é ele mesmo resultado da instituição discursiva. A isto não nos opomos. Mas a impossibilidade de se determinar a ordem de aparecimento nesta relação está ligada à natureza híbrida do fenômeno discursivo, como antes sugerimos. Remete à suposição de uma inseparabilidade entre o discurso e os dispositivos concretos onde ele se atualiza.

Como o elemento intermediador impõe sua presença constante no processo de controle e regulação do discurso, as atividades coordenadas no interior do espaço organizacional acabam por contribuir com a cristalização de formas definidas de produção discursiva. Desde então, constituem-se sistemas matriciais por meio dos quais o discurso produzido na organização ganha uma apresentação particular. Apoiados nessa compreensão, partiremos do conceito de gênero discursivo em Maingueneau (2004), acrescentando-lhe, contudo, o papel das organizações, onde a atividade discursiva ganha um molde ajustado às condições materiais do espaço organizacional. De certo modo, é possível dizer que esse incremento esteja já presumido no texto do autor, muito embora, até onde sabemos, não tenha sido explicitado:

6 Com efeito, a interdependência entre os domínios textual e material foi referida por Maingueneau como dimensão *midiológica* dos enunciados, a qual implica uma inseparabilidade entre o texto e seu modo de existência material. No que a isso concerne, “Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 68)

O gênero do relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência profissional, de professores para aplicar e avaliar as tarefas escritas e, acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. (MAINGUENEAU, 2004, p. 61)

O QUE ENTENDEMOS POR MODO DE ENUNCIAÇÃO?

Outra categoria de análise que nos será útil para a tarefa à qual nos voltamos nesse trabalho diz respeito à “maneira de dizer” por meio da qual o dito se organiza sempre que um determinado funcionamento discursivo intervém num espaço de comunicação. Numa definição concisa, porém um tanto lacônica, Maingueneau apresenta o que entende por *modo de enunciação* em sua obra *Gênese dos Discursos*, ao falar da presença de formas textuais específicas utilizadas para alcançar certos efeitos retóricos de antemão planejados. Isto é, se o enunciador diz o que diz dando preferência a uma forma particular de dizer é porque o formato escolhido melhor se ajusta ao alcance do objetivo programado na enunciação.

É o que se pode compreender a partir desse pequeno fragmento no qual o linguista descreve a função desse dispositivo no interior de um espaço discursivo bem delimitado: «No caso do discurso humanista devoto, compreenderemos facilmente que ele visa integrar enunciador e destinatário em uma mesma ‘Ordem’ de sociabilidade ideal, por sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 90).

Além disso, considerando-se a reincidência ou a continuidade de uma mesma estratégia ao longo de uma produção textual, seria possível dizer, segundo o autor, que o modo de enunciação pode remeter à constituição de um gênero discursivo completo. Na mesma página anteriormente indicada, o autor continua:

As obras correspondentes serão conversações, diálogos fictícios. (...) Também se pode ler nessa prática textual uma sublimação da arte epistolar mundana e uma reelaboração das cartas de diretores de consciência a seus dirigidos (MAINGUENEAU, 2008, p. 90).

Para nós, importa dizer que o modo de enunciação, enquanto classe de análise, aponta para o espaço de uma grande multiplicidade de recursos linguísticos mediante os quais uma produção textual assume um arranjo determinado. Dá lugar a diferentes estratégias argumentativas, recursos estilísticos, formas modalizadoras, dispositivos sintáticos, ou qualquer outro mecanismo por meio do qual um texto tenha se constituído para atingir um objetivo retórico específico.

Por outro lado, estamos bem de acordo com o fato de que o modo de enunciação e o gênero discursivo guardam estreito compromisso, já que as categorias genéricas restringem e orientam as formas de dizer por meio das quais o gênero adquire certos traços tipológicos. Não se pode definir um gênero, sem se precisar de modo bastante pontual as estratégias de produção de texto exigidas na situação de comunicação em que o gênero em primeiro lugar se constitui. Esse é o raciocínio que faz Maingueneau (2004, p. 68), quando ressalta que

Todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual que cabe à linguística textual estudar. Dominar um gênero de discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: De frase a frase, mas também em suas partes maiores.

Para esta ocasião, trabalharemos com a hipótese de que um determinado gênero discursivo aciona modos de enunciação particulares por meio dos quais o texto adquire uma modalidade retórica especial que, em regra geral, tanto define os papéis dos participantes da comunicação como estabelece os traços de caráter que lhes devem ser atribuídos.

DA ORDENAÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE

Do material que recolhemos para análise, parte do conteúdo foi constituído a partir de um conjunto de gravações das aulas do curso A Arqueologia do Saber, conduzido durante o 2º Semestre de 2019 no Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ. A outra parte foi organizada com o registro audiovisual da apresentação de seis acadêmicos do curso de Letras dessa mesma instituição durante sua participação em congresso na Universidade de Cergy-Pontoise⁷, na França, quando juntos compuseram uma mesa redonda que discutia o tema da polarização política no Brasil.

O contato com o material fez destacar-se à nossa percepção algumas regularidades relativas à utilização semântico-pragmática⁸ da organização textual. Com isso, queremos dizer que o arranjo textual em cada caso analisado se apresentou como um indicativo das condições que autorizaram os locutores a dizerem aquilo que foram efetivamente levados a dizer.

Apoiados nessa premissa, procedemos à categorização das diferentes estratégias de composição textual utilizadas pelos locutores em suas intervenções linguísticas, realizando um mapeamento das condições de fala presentes nos gêneros de discurso *aula expositiva* e *comunicação oral em congresso*. Em posse dessa esquematização, relacionamos tais condições pressupostas com as formas materiais das quais o discurso depende para se atualizar, chegando assim à descrição de um conjunto de relações responsáveis pela regulação do encontro entre o espaço universitário, na qualidade de forma material constituinte da instituição do Ensino, e o funcionamento discursivo que dele depende para produzir seus efeitos.

7 O evento teve lugar na região da Ilha de França, tendo sido realizado entre 11 e 14 de Setembro de 2019 sob o tema *Knowledge and Power in a Polycentric World. Discourses across languages, cultures and space*. A mesa redonda que reuniu os trabalhos aqui analisados levava o título *A polarização política no Brasil: procedimentos de exclusão no espaço de encontro entre posições enunciativas divergentes*.

8 Aqui, remetemos o leitor às considerações de Anscombe e Ducrot (2014) a respeito da possibilidade de determinação do nível semântico pelo nível pragmático. Tal entendimento decorre de certas concepções pragmáticas da noção de pressuposto que a definem ora como a condição de emprego de um enunciado em uma dada situação comunicativa ora como a atitude de um locutor em relação ao que diz.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ANÁLISE

Antes de chegarmos às categorias definidas por ocasião da análise do material transscrito, devemos considerar a presença de uma certa operacionalidade na organização que determina as condições de produção textual em seu ambiente. Fazendo assim, estaremos em melhores circunstâncias para pensarmos a atividade discursiva na sua imbricação com as disposições organizacionais, que lhe impõem formas relativamente estáveis e particulares de atualização.

Consideremos, por exemplo, que o ingresso num programa de pós-graduação de imediato convoca o acadêmico ao compromisso de entregar, ao final do curso, um trabalho de conclusão, que, sendo avaliado por uma banca examinadora, poderá ou não ser classificado como suficiente para obtenção do título de mestre ou doutor. Além disso, para cada disciplina cursada, é necessário entregar, ao final do período, um artigo científico que leve em conta os conteúdos e as temáticas debatidas ao longo da cadeira. O rendimento do discente nessas produções serve de critério para sua aprovação em cada disciplina.

Nos parece que essa rápida descrição de algumas das diretrizes reguladoras da rotina universitária encontra-se ao abrigo de maiores polêmicas, podendo ser admitida como uma caracterização razoável de algumas das regras que orientam a passagem do acadêmico na pós-graduação — ao menos no estabelecimento universitário que aqui tomamos como referência para organizar nosso material de análise.

Entretanto, não queremos de forma alguma insinuar que a lógica institucional do Ensino seja de todo inflexível ou invulnerável a forças que sobre ela atuem na direção de substituir seu funcionamento corrente por outras formas de sistematização. Na realidade, o confronto entre mecanismos sociais já estabelecidos e outros que, em oposição aos primeiros, vêm impor a sua presença e funcionamento é uma dinâmica de estrutura previamente admitida pelos institucionalistas. E é com essa perspectiva que encaminhamos nosso raciocínio.

Até aqui estamos ainda no plano do funcionamento organizacional e assim fazemos porque dele dependemos em certa medida para indicar as condições especiais que gerem a produção verbal no ambiente acadêmico. Ainda assim, não se trata propriamente de apontar uma dimensão exterior ao discurso, mas de comentar um nível de realidade que se mostra diretamente implicado com a produção discursiva. Essa compreensão justifica nossa sugestão anterior de que o discurso deve (ou pode) ser tomado como fenômeno cujo entendimento depende da consideração de outros planos de análise.

No que diz respeito às formas materiais menos complexas que, no interior do estabelecimento universitário, orientam a atividade dos que ali circulam como atores institucionais, podemos indicar o espaço objetivo e bem delimitado da sala de aula, onde professor e aluno ocupam posições distintas e bem definidas. Essa distribuição espacial, deve-se presumir, lhes reserva possibilidades diferentes de fala, sobretudo porque contribui

com a estabilização de certos estatutos de enunciador e destinatário⁹ que em geral são acionados nessa situação particular de comunicação.

De outro lado, no ritual de comunicação que é posto em prática durante a realização de um congresso, o acadêmico se vê no encargo de trazer ao evento uma contribuição na forma de um comentário acerca dos resultados de sua pesquisa individual ou coletiva. Para isso, geralmente leva consigo um esquema didático a ser projetado em tela, que lhe serve de apoio para uma exposição previamente planejada.

DAS FALAS EM SALA DE AULA. O GÊNERO AULA EXPOSITIVA.

Para a análise do gênero *aula expositiva*, foram ouvidas oito aulas gravadas em dispositivo celular. As participações verbais dos acadêmicos ao longo dos encontros foram transcritas e categorizadas segundo a modalidade de intervenção realizada.

As categorias construídas e seus respectivos números de ocorrência durante as aulas foram as seguintes: relação com a pesquisa individual (8); dúvida conceitual (5); leitura (teórica) da realidade (4); leitura da realidade (4); elogio à fonte textual (3); verificação de fonte textual (3); sugestão de encaminhamento de pesquisa (2); confirmação teórica por associação (2); proposição de leitura conceitual (2); confirmação de compreensão “incorrecta” (1).

Do total de doze classificações produzidas, apenas uma foi selecionada para o exame em detalhe dos modos de enunciação pertinentes ao gênero analisado, a fim de que a investigação pudesse estar concentrada em poucos aspectos, garantindo-se assim um resultado mais seguro e menos esparso. Escolhemos a categoria *relação com a pesquisa individual* especialmente pela relação próxima que mantém com as regularidades organizacionais antes descritas, mas também por ter rendido um maior número de ocorrências nos áudios analisados.

Para codificação da transcrição realizada, utilizamos apenas três sinais, cuja função descrevemos abaixo.

() - indica trecho ininteligível ou omissão de palavra-chave para proteção da identidade do sujeito falante.

/ – registra truncamento ou reconstrução de fala.

(...) – assinala trecho omitido, a fim de se evitar a reprodução de um segmento demasiadamente extenso.

Da categoria selecionada, separamos os fragmentos a seguir. Algumas estruturas foram destacadas para servir de apoio ao trabalho de análise.

⁹ Entendam-se aqui os estatutos de enunciador e destinatário na forma como Dominique Maingueneau (2008) os apresentou, quando os definiu como a subjetividade que o enunciador atribui a si mesmo e a seu interlocutor durante sua produção enunciativa, para garantir legitimidade ao seu dizer. Acrescente-se, porém, que essa subjetividade enunciativa, segundo pensamos, é parcialmente dependente da lógica institucional que regula as atividades realizadas nos espaços organizacionais.

a) *Eu fiquei na dúvida de como que eu faria, porque eu acho que é importante sacar o elemento da religiosidade (...). Como evitar / como utilizar essa questão do / analisar o discurso religioso em si / essa utilização de dogmas religiosos para negar o direito sem entrar na questão da intenção, da intencionalidade, ou?... Não sei. Como é que eu?...*

b) *Tô focando nos discursos que eu tô analisando. Aí eu volto em () de novo. Como eu vou encaixar / Como eu vou dizer / Como eu vou chamar aquela verdade a partir de Foucault?*

c) *É... pode ser... é... porque eu estava tentando pensar na minha pesquisa (). E aí eu tava pensando no exemplo do conceito de (). () não é um conceito dado. Ele não é criado do nada, não é espontâneo. Então como é possível que naquele momento histórico / que a gente consiga falar de ()? Quais são os discursos que produzem essa ()? Como que aquele momento ali se organizou, né? É mais ou menos isso?...*

Os trechos acima apresentados nos mostram que um modo de enunciação tipicamente acionado nas intervenções que constituem o gênero *aula expositiva* é a formulação de perguntas. As indagações realçadas nesses segmentos dizem respeito às pesquisas individuais dos acadêmicos e equivalem a frases interrogativas que demandam do interlocutor uma explicação sobre como deve o acadêmico dar solução às questões presentes em sua pesquisa. No plano enunciativo, pode-se isso inferir por duas razões. Em primeiro lugar, em consequência da força ilocucionária diretiva¹⁰ das interrogações utilizadas, que demandam do interlocutor uma resposta direta à pergunta apresentada. Em segundo, porque as perguntas formuladas são introduzidas pelo advérbio “como”, que particulariza as demandas de resposta no sentido de se solicitar ao interlocutor a “maneira” pela qual deve-se realizar as ações verbais sobre as quais o acadêmico solicita esclarecimento (como evitar, como utilizar, como encaixar, como dizer, como chamar).

Do ponto de vista de uma análise dos implícitos, a recorrência dos atos diretivos introduzidos pela palavra “como” configura duas posições bem distintas em relação a sua familiaridade com a prática de pesquisa. Aquela em que se enuncia a pergunta configura um perfil de enunciador que necessita instruções, porque solicita um manual, um passo-a-passo. E a outra, a quem a indagação é dirigida, dá lugar a um destinatário possuidor do *know-how*, um interlocutor que se encontra em condições de informar a maneira como a pesquisa deve ser realizada.

É provável que tais descrições nos soem familiares em razão do grau de naturalização que atribuímos a todos esses gestos com os quais no ambiente acadêmico estamos bastante acostumados a conviver. Contra essa habitualidade, porém, é perfeitamente possível imaginar condições que contribuam para a subversão – ou, ao menos, para a relativização

¹⁰ Na teoria de Austin (1990), a força ilocucionária é responsável por produzir os efeitos de uma convenção que o ato ilocucionário realiza. Em posterior revisão da classificação proposta por Austin, que tipifica e caracteriza os diferentes atos de linguagem, John Searle (1981) introduz o ato diretivo, cuja força produz no interlocutor a demanda de realizar uma ação que é definida no conteúdo do próprio ato ilocucionário.

– dessas posições pré-construídas, colocando em questão a persistência desses estatutos de fala já cristalizados.

Nessa direção, podemos trazer alguns exemplos, tais como a experiência anterior do acadêmico que contracena um diálogo com o responsável pela condução da aula; a singularidade do trabalho de pesquisa do pós-graduando, que talvez demande soluções não antes concebidas pelo “instrutor”; a intimidade peculiar que o acadêmico mantém com o tema selecionado; a preferência do condutor da aula por aspectos teóricos distintos daqueles com os quais o acadêmico escolheu trabalhar, etc.

De todo modo, para nós interessa notar que o gênero discursivo *aula expositiva* responde a um sistema de coerções que impõe ao acadêmico engajado na atividade comunicativa enunciar a partir desse enquadramento, que supõe dois estatutos de fala bem definidos.

No que diz respeito à participação da normatividade organizacional na produção discursiva, é razoável supor que a necessidade de submissão do trabalho de pesquisa elaborado pelo acadêmico aos critérios de um docente orientador e ao crivo de uma banca examinadora, de cuja avaliação ele depende para obtenção do título almejado, contribuem para à disposição hierarquizante dos papéis que são postos em jogo nas comunicações realizadas em sala de aula.

De outra parte, a posição geográfica ocupada pelos participantes da situação comunicativa no interior da classe serve também para marcar a diferença entre os papéis assumidos pelos sujeitos ativos na interação verbal. Os que permanecem sentados nas cadeiras, tendo seu corpo voltado para o espaço onde o docente se encontra, devem obedecer a um rito de fala que se distingue no modo de enunciação e no grau de assertividade em relação ao expositor, que permanece em pé, próximo ao quadro branco ou ao painel de projeção, de frente para o conjunto da turma. Além disso, o acadêmico normalmente tem consigo um caderno ou uma folha de papel onde toma notas sobre o que diz o responsável pela condução da aula, enquanto este último dispõe de um suporte de grandes dimensões por meio do qual apresenta aos acadêmicos presentes explicações sobre um tema previamente escolhido.

Assim, no que se refere às condições materiais da comunicação, o texto produzido pelo condutor da aula tem seu efeito intensificado em razão de sua localização privilegiada no interior da sala, enquanto o impacto da sua produção verbal é ampliado pelo recurso a um dispositivo didático visual que potencializa o seu alcance e eleva o seu status. O acadêmico, por outro lado, permanece contido no espaço reduzido de sua cadeira, utilizando um suporte de inscrição cuja função é exclusivamente de registro pessoal, não lhe garantindo assim o alcance público de que dispõem os esquemas apresentados pelo docente.

Tais condições contribuem, mediante os efeitos de sentido decorrentes de sua intervenção no espaço, para a configuração estável dos estatutos de fala até aqui considerados. Um desses estatutos pode ser descrito como especialmente potencializado, e corresponde à posição de quem está autorizado a dizer como se deve realizar uma pesquisa. O outro possui potência deficitária e a seu ocupante é permitido apenas formular perguntas e recorrer ao auxílio do primeiro, a quem o seu fazer está de algum modo submetido.

A vulnerabilidade da fala dos acadêmicos quando produzem seu texto durante a aula se atesta igualmente pela presença de marcadores discursivos que modalizam epistemicamente o dito, demonstrando o baixo grau de certeza atribuído às hipóteses que desejam confirmar quando dirigem suas questões ao docente. Assim, as interrogações formuladas nos fragmentos selecionados aparecem modalizadas por marcas de hesitação como “fiquei na dúvida”, “ou?... Não sei”, “É... pode ser... é...”, “É mais ou menos isso?...”.

Em síntese, deve-se admitir que ao acadêmico é permitida a participação na aula desde que sua fala ostente evidente fragilidade, o que toma forma na organização textual com a inserção de marcas linguísticas que, reduzindo a força do dito, garantem ao enunciador um estatuto discursivo de menor importância.

Todas essas determinações até aqui apresentadas sobre o modo como o discente formula seu texto em sala dizem respeito ao modo como sua produção textual é gerida pelo sistema de regras que configura o gênero discursivo *aula expositiva*.

E, como antes sugerimos, o funcionamento desse sistema depende também de normas que orientam as atividades desenvolvidas no estabelecimento universitário, assim como da disposição de certos elementos materiais que compõem as condições de produção da comunicação desenvolvida em sala de aula.

DAS FALAS REALIZADAS NOS EVENTOS. O GÊNERO COMUNICAÇÃO ORAL EM CONGRESSO.

Para essa etapa da análise, ouvimos uma única faixa de áudio na qual se registrou em sequência a apresentação de seis acadêmicos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro durante congresso realizado na França em setembro de 2019. As modalidades recorrentes de intervenção foram também classificadas, resultando num total de quinze categorias que abaixo apresentamos com seus respectivos números de ocorrência.

As classes produzidas foram as seguintes: contextualização do tema pesquisado (12); comentário teórico (8); análise do contexto (7); análise do material (7); proposição colaborativa (5); pergunta retórica (4); citação direta (4); apropriação teórica (3); adesão teórica (2); assertiva direta (2), escusa (2); indicação de fonte teórica (1); descrição procedural (1); síntese conclusiva (1); construção de ferramenta de análise (1).

Do conjunto das classificações acima, selecionamos a categoria *proposição colaborativa*, em razão da relação direta que mantém com a normatividade do congresso



enquanto atividade integrante do complexo institucional do Ensino, bem como em função do número significativo de suas ocorrências no material examinado.

Os segmentos selecionados são apresentados abaixo, destacando-se os elementos que nos servirão como dispositivo de análise. A codificação das transcrições segue as mesmas regras aplicadas na seção anterior.

a) *Como o nosso tema principal da mesa é a questão da polarização, eu trouxe uma polarização que se dá no campo da educação, das políticas públicas de educação.*

b) *Então nossa proposta de pesquisa é justamente acompanhar como foi construída essa polarização na mídia, e pra isso nós nos utilizaremos do referencial teórico do Dominique Maingueneau, principalmente a questão do conceito de semântica global. Principalmente a gente vai dar / nós reconhecemos na semântica global vários focos da semântica: vocabulário, intertextualidade, enunciadores... estão sempre interagindo para construir sentidos. E a gente vai, principalmente nessa apresentação, como é uma apresentação curta, vamos focar principalmente nos coenunciadores.*

c) *Eu pesquiso enunciados multimodais. Então eu trago pra vocês alguns exemplos dessa esfera.*

d) *Eu quis analisar primeiro o que ele falava como juiz e depois confrontar com o que ele tem falado como Ministro.*

Utilizando-nos de uma leitura enviesada da tradicional teoria das funções da linguagem¹¹, gostaríamos de propor que os fragmentos textuais acima apresentados se organizam em torno de dois importantes fatores comunicacionais.

O primeiro deles orienta o funcionamento do texto de modo a explicitar a posição do locutor, na medida em que constantemente articula marcas de 1^a pessoa com uma ação verbal que explicita o projeto de participação do sujeito falante. Assim, estruturas como “eu trouxe”, “nós nos utilizaremos”, “a gente vai dar”, “nós reconhecemos”, “a gente vai”, “vamos focar”, “eu pesquiso”, “eu trago” e mesmo a forma nominalizada “nossa proposta”, que substitui o sintagma verbal “nós propomos”, sublinham a presença ativa do produtor textual na cena comunicativa.

Já o segundo fator interfere na organização textual para trazer a atenção do interlocutor ao objeto com o qual o enunciador realiza sua intervenção. Nessa direção, são inseridos nos textos expressões que complementam os sentidos dos verbos ligados a 1^a pessoa. Como exemplo, temos “uma polarização que se dá no campo da educação”, “acompanhar como foi construída essa polarização na mídia”, “o referencial teórico do Dominique Maingueneau”, “vários focos da semântica: vocabulário, intertextualidade, enunciadores”, “os coenunciadores”.

11 Consideramos aqui o estudo realizado por Roman Jakobson (1976) sobre as funções da linguagem, ajustando a um quadro discursivo os fatores da comunicação descritos pelo autor em sua obra *Lingüística e Comunicação*. Com essa manobra, convertemos alguns de seus fatores, tomando emissor por enunciador, remetente por destinatário, e contexto por objeto discursivo.

Mas além da descrição do funcionamento do texto a partir desses dois fatores de comunicação, é de se notar que a instância do destinatário tem sua presença apagada pela ausência do complemento verbal que poderia tê-la tornado manifesta. Assim deduzimos mediante a comparação dos textos selecionados com as seguintes projeções: *eu trago* (a vocês / aos presentes), *nós propomos* (à comunidade científica / aos que hoje nos assistem), etc. Percebemos, portanto, que a face e o projeto interventivo do locutor ganham maior relevo na produção textual que a figura do interlocutor ao qual a fala é dirigida.

Logo, se compararmos a atividade enunciativa desenvolvida sob o gênero *comunicação oral em congressos* com a que analisamos na seção anterior, verificamos que o estatuto discursivo do sujeito falante é agora valorizado, sobrepondo-se inclusive ao de seus interlocutores, que, na situação comunicativa, raramente servem de apoio à organização textual.

Sob a ótica do funcionamento organizacional, o modo de enunciação propositivo pelo qual o acadêmico organiza sua fala está intimamente ligado ao compromisso que mantém com a coordenação do congresso de levar ao evento um resultado de pesquisa para ser compartilhado com outros pesquisadores e ouvintes que lá estarão para atender à sua exposição. A lógica operacional do congresso, portanto, supõe desde o início a competência do acadêmico, na medida em que lhe confia um espaço de fala para trazer à comunidade científica sua contribuição pessoal.

Na materialidade da cena comunicativa, a situação é inversa àquela que condiciona o gênero *aula expositiva*. Durante sua fala, o acadêmico encontra-se em pé e de frente para sua audiência. Os ouvintes agora estão confinados nos espaços das cadeiras. As projeções na tela, que apoiam a apresentação didática com uma sequência de slides explicativos, conferem maior dramaticidade ao conteúdo trazido e ampliam o alcance do texto elaborado.

Todas essas condições, tanto as que dizem respeito ao modo de funcionamento dos congressos quanto as relativas às disposições materiais que organizam o espaço durante a apresentação do acadêmico, contribuem para a construção de um estatuto discursivo mais distinto, a partir do qual o sujeito falante deixa de atuar desde o frágil e despotencializado papel de aluno, passando a ocupar a importante e enérgica posição de pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levamos adiante a investigação aplicada ao *corpus* produzido neste artigo mediante um trabalho desenvolvido em três níveis que ao longo do exercício de análise puderam ser definidos de modo mais preciso. Um deles corresponde ao plano de uma lógica imanente que põe em funcionamento a normatividade institucional no interior das organizações. Seu efeito decorre de uma atuação reguladora sobre as atividades humanas ali desenvolvidas. O segundo é constituído por distintas formas materiais que, pela imposição de sua presença, condicionam certos modos de dizer associados às tarefas realizadas no estabelecimento

universitário. Finalmente, trabalhamos no nível discursivo, considerando a atividade enunciativa nos gêneros de discurso em que ela se organiza e articulando a leitura dos enunciados com a base linguística que confere ordem à sua mecânica textual. Quisemos assim demonstrar que pelo menos esses três níveis concorrem para formar o conjunto das condições do qual uma sistematicidade discursiva depende para se configurar.

Um aspecto a ser assinalado é o fato de que a diferença de potência identificada entre os estatutos discursivos dos enunciadores que atuam nos gêneros *aula expositiva* e *comunicação oral em congresso* adquire algumas nuances se levamos em conta as demais modalidades de intervenção que não puderam ser incluídas em nossa análise. Para citar dois exemplos importantes, temos, no caso das comunicações feitas em sala de aula, a intervenção classificada como “sugestão de encaminhamento de pesquisa”, categoria em que um acadêmico comenta o trabalho de outro, sugerindo soluções aos problemas levantados por esse último sobre sua investigação. Nas comunicações em congressos, por outro lado, temos a modalidade “escusa”, que diz respeito a justificativas e desculpas trazidas pelo orador para se defender de eventuais faltas ou insuficiências relativas ao modo e à estrutura de sua apresentação. Evidentemente, se levadas em conta essas duas outras categorias, o cálculo final relativo ao grau de certeza em que o falante se expressa em cada uma das situações comunicativas examinadas não seria exatamente o mesmo. Entretanto, é seguro afirmar que, consideradas as modalidades interventivas produzidas em seu conjunto, os gêneros discursivos examinados estão bem representados pelas classes que elegemos para o estudo de sua estrutura e funcionamento.

Finalmente, acrescentamos que uma possível direção de trabalho a ser seguida em outra oportunidade seria o estudo dos gêneros discursivos no espaço universitário, tendo em conta o fato de que sua institucionalidade reguladora é um domínio sempre aberto à interferência. Essa clivagem essencial no próprio cerne da instituição é uma suposição necessária, já que não podemos incorrer no equívoco de subtrair à sua existência a condição incontornável de sua transformação histórica. Nesse sentido, nos seriam úteis indicações como as de Monceau (1997) a respeito de uma análise das resistências. Ao aludir ao encontro de forças sociais que a um só tempo sustentam e desafiam os processos de institucionalização, o autor nos propõe o exame das contradições institucionais a partir do fenômeno da resistência. Tal fenômeno foi apresentado pelo autor como “força social que se atualiza em oposição a uma outra força social chamada poder” (MONCEAU, 1997, p. 50, tradução nossa). Esse conceito de resistência, todavia, seria passível de dupla utilização, conforme fosse identificado com as forças que conservam o funcionamento institucional ou com as que se empenham em dissolvê-lo.

Os usos e significações do termo resistência, qualquer que seja seu estatuto em cada disciplina, toma um lugar entre dois polos. O primeiro, revolucionário, é oriundo da luta contra a opressão política e das reflexões filosóficas que a acompanham. Ele tende à inversão do poder político dominante. O segundo, conser-

vador, é fortemente presente em psicanálise ou em sociologia das organizações. Ele tende à preservação do existente. (MONCEAU, 1997, p. 51, tradução nossa)

Uma investigação nesses moldes nos garantiria uma posição estratégica para avançar no trabalho interventivo que com esta análise iniciamos em relação à normatividade das práticas universitárias.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, v. 10e année, n. 42, p. 5-27, 1976.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MAINGUENEAU, Dominique **Novas tendências em análise do discurso**. 3^a ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique **Análise de Textos em Comunicação**. 3^a ed. São Paulo: Cortês Editora, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PÊCHEUX, M. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, n. 9, 1984.
- SANTOS, N. I. S. DOS. Movimento institucionalista e análise institucional no Brasil. *Revista Sociais e Humanas*, v. 15, n. 1, p. 55-62, 2002.
- SEARLE, J. R. **Expression And Meaning. Studies on the theory of speech acts**. New York: Cambridge University Press, 1981.

Notas sobre gêneros do discurso em Bakhtin, Volóchinov e Medviédev

Vanessa Fonseca Barbosa

Maria da Glória Corrêa di Fanti

NO QUE DIZ RESPEITO AO CONJUNTO DO REFERENCIAL teórico-metodológico desenvolvido pelos autores do conhecido Círculo de Bakhtin¹, podemos afirmar que, no Brasil, um dos termos mais recorrentes, na área de estudos da linguagem, é o de *gêneros do discurso*². Faraco (2009, p. 22), no livro *As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*, afirma que, após a reforma do ensino em nosso país, no ano de 1996, chegamos ao “uso inflacionado” dos *gêneros discursivos*, a partir de “certa cristalização do conceito em sua transposição pedagógica”.

Trata-se de um postulado, afinal, mencionado inclusive em nossos documentos oficiais voltados ao ensino de línguas (tanto materna quanto estrangeiras), a partir da orientação de que sejam utilizados diversos gêneros discursivos pelos professores como um norteador da prática docente. Sob nossa compreensão, apesar de ser um constructo de muita relevância para pensarmos a pesquisa e o ensino de línguas, o desgaste vinculado ao conceito de gêneros está relacionado, muitas vezes, por abordagens que o reduzem aos aspectos estritamente textuais, isto é, trabalham apenas os elementos linguísticos de sua constituição, desconsiderando, portanto, a fundamental inter-relação constitutiva desses importantes elementos com as questões discursivas.

Soma-se a isso o fato de que muitos leitores conhecem o clássico ensaio de Bakhtin (2016), intitulado *Os gêneros do discurso* (1952-1953), mas desconhecem outras reflexões basilares, advindas dos encontros dos autores do Círculo, que são fundamentais para a compreensão das afirmações desenvolvidas por Bakhtin nos anos de 1950, o que contribui para a redução no modo de compreender o postulado dos gêneros.³ Assim, um desafio que se estabelece repousa sobre a importância de se conhecer trabalhos de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev, produzidos durante os encontros do Círculo, nos quais está o embrião das

1 Círculo de Bakhtin, expressão cunhada por pesquisadores contemporâneos, designa um conjunto de intelectuais de formações e interesses distintos que, de 1919 a 1929, reuniram-se na Rússia para refletir sobre questões variadas, como linguagem, filosofia, arte e literatura. Os principais componentes do Círculo, representantes da linguagem, são Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev (FARACO, 2009).

2 Neste capítulo, utilizaremos as expressões *gêneros do discurso* e *gêneros discursivos* como equivalentes.

3 Não desconsideramos o fato de que Bakhtin (1895-1975), por ter vivido mais do que Volóchinov (1895-1936) e Medviédev (1891-1938), teve a oportunidade de dar continuidade às suas reflexões, após a dissolução do Círculo, a partir dos anos de 1930. Entretanto, há uma estreita convergência entre as ideias do autor veiculadas em trabalhos subsequentes e à abordagem que desenvolveram em conjunto, conforme sinalizaremos neste capítulo, o que nos permite alargar a designação Círculo de Bakhtin para todas as produções, independentemente da data de escrita e de publicação.

reflexões subsequentes de Bakhtin, que dão a dimensão do potencial da noção de gêneros para o estudo e ensino da linguagem.

Outra problemática que se impõe diz respeito ao educador que busca possíveis formas de transposição didática, visando seguir as orientações oficiais, mas que não são encontradas, já que as reflexões, em sua construção, não têm como finalidade o ensino. Nessa perspectiva, o trabalho com a linguagem, especialmente nas aulas de português como língua materna, é uma missão desafiadora ao docente, pois, de um lado, ele lida com a necessidade de administrar uma gama de conteúdos que lhe são impostos pelas orientações institucionais, os quais devem ser seguidos e têm de ser vencidos em um curto espaço temporal. De outro lado, precisa também administrar o conflito entre a metalinguagem que será repassada aos estudantes e as questões estilísticas que envolvem os processos de produção de sentidos na linguagem, buscando encontrar um equilíbrio necessário entre ambos os aspectos.

Partindo dessas questões e do reconhecimento a respeito da importância da teoria dialógica para as pesquisas na área dos estudos da linguagem, neste capítulo, temos por objetivo refletir sobre a noção de *gêneros do discurso*, bastante conhecida no Brasil, mas que ainda carece, a nosso ver, de um trabalho que pondere sobre algumas das principais facetas norteadoras desse postulado, considerando a produção do Círculo, tomada em conjunto e em diálogo com a subsequente escrita individual de Bakhtin. Essa abordagem, ao não se limitar, portanto, ao ensaio *Os gêneros do discurso*, como se apenas ele abarcasse a origem do conceito, considera o diálogo entre os autores e suas obras, assim como o (re)conhecimento de questões que são fundamentais à compreensão dos *gêneros discursivos*.⁴

Assim, neste estudo, retomaremos considerações tecidas nos textos de Bakhtin, Volóchinov e Medvídev sobre a noção de *gêneros discursivos*, a qual perpassa a construção do pensamento bakhtiniano e sua perspectiva dialógica, enfatizando aspectos fundamentais para a sua compreensão, como é o caso das abordagens relativas a enunciado, esfera e ideologia⁵. Para tanto, organizamos esta reflexão em três seções, seguidas das considerações finais. Na primeira, tratamos da relação entre gêneros e enunciado; na segunda, da relação entre gêneros e esfera de atividade humana e, na terceira, da relação entre gêneros e ideologia.

⁴ É importante destacar, para este estudo, as traduções diretas do russo dos textos de Bakhtin, Volóchinov e Medvídev feitas por Paulo Bezerra, Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, que têm proporcionado uma maior aproximação com os textos originais e, consequentemente, novas reflexões sobre o conjunto da obra do Círculo.

⁵ Agradecemos à professora Sheila Grillo as contribuições, durante a disciplina *Leitura, Texto e Discurso*, no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, no segundo semestre de 2020, que permitiram melhor (re)organizar este estudo.

GÊNEROS DISCURSIVOS E ENUNCIADO

Um dos primeiros aspectos necessários à compreensão do conceito de gêneros do discurso, a nosso ver, diz respeito à necessidade de entendimento do conceito de *enunciado* diante do fato de que ele é parte integrante e constitutiva dos gêneros discursivos. Desse modo, observamos que não basta considerar a clássica afirmação de Bakhtin (2016, p. 12) de que “[...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”, se não entendermos essa noção fundante que a eles está relacionada.⁶

Para tratar do enunciado, retomamos algumas passagens dos escritos do Círculo, destacando a sua íntima relação com o texto de Bakhtin dos anos de 1950. Iniciamos esse recorte estabelecendo um diálogo com o trabalho de Medvíedev (2012, p. 193), *O método formal nos estudos literários* (1928), que, ao abordar o problema do gênero, deixa claro já no começo do capítulo relativo aos elementos da construção artística que “a poética deve partir precisamente do gênero”. Justifica sua posição a consideração de que “o gênero é uma forma típica do todo da obra, *do todo do enunciado*”, o que leva à conclusão de que “uma obra só se torna real quando toma a forma de determinado gênero”. Volóchinov (2019a, p. 269), por sua vez, em um dos textos dos anos de 1930, *A construção do enunciado*, ao discorrer a respeito dos elementos de construção do enunciado, também enfatiza a sua íntima ligação com o gênero, destacando que “cada um dos tipos da comunicação organiza, constrói e finaliza, *a seu modo*, a forma gramatical e estilística do enunciado, sua *estrutura típica*, que chamaremos de *gênero*”.

Assim, quando Bakhtin (2016, p. 29) postula que o enunciado é a unidade básica e real da comunicação discursiva e que todo enunciado concreto tem “[...] um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros”, o autor está retomando um fundamento da abordagem dialógica da linguagem que exige nossa atenção sobre a cadeia discursiva em que tais constructos discursivos se inserem. Isso demanda compreendermos também que os gêneros não podem ser considerados à parte da engrenagem comunicativa que lhes constitui.

Um trabalho com os gêneros do discurso, sob esse enfoque, considera, entre outros tópicos, que os gêneros se organizam via construção de enunciados que se produzem e circulam em determinada esfera de atividade humana, por meio de um dado projeto de dizer do autor (locutor), endereçado a alguém (interlocutores reais ou presumidos), por meio de certas valorações ideológicas, com vistas a cumprir uma dada função social. Práticas

6 Cabe-nos destacar que os termos enunciado e enunciação são tomados muitas vezes como equivalentes nos postulados bakhtinianos. Conforme afirma o tradutor Paulo Bezerra, em nota de rodapé da tradução do ensaio *Os gêneros do discurso*, Bakhtin não faz distinção entre os termos e “emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso de uma cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura etc.” (BEZERRA, 2016, p. 11).

que não contemplem essas questões, ainda que sejam legítimas em seus variados fins, não estão alinhadas à concepção de gêneros discursivos desenvolvida por Bakhtin e o Círculo.

Também é de suma importância considerar que, para a teoria dialógica do discurso, os gêneros e, em consequência, os enunciados que lhes (trans)formam fazem parte da história da sociedade. Nesse sentido, Bakhtin (2016, p. 20) destaca o fato de que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Tal afirmação põe em relevo a intrínseca relação entre língua e sociedade, indicando que os gêneros são dinâmicos, heterogêneos e atendem às necessidades dos indivíduos em suas diferentes interações sociais. Assim, enquanto alguns gêneros podem se tornar obsoletos, perdendo sua função principal, e/ou serem reacentuados em dadas condições, outros são criados e recriados acompanhando as transformações dinâmicas da sociedade. Medviédev (2012, p. 183), a esse respeito, afirma que o enunciado pertence à realidade social e dela não pode ser separado, afinal, “a própria presença peculiar do enunciado é histórica e socialmente significativa. Da categoria de uma realidade natural, ele passa para a categoria de uma realidade histórica”. Em outras palavras, o enunciado está intimamente relacionado com uma dada época e com as condições sociais que lhe são características.

Portanto, o modo como lidamos com a compreensão dos enunciados materializados nos inúmeros e variados gêneros discursivos convoca-nos a reflexões de maior abrangência da linguagem do que se considerássemos apenas e estritamente as questões linguísticas de sua constituição, ainda que estas também sejam de suma relevância para um trabalho de natureza dialógica. Nessa perspectiva, a compreensão do enunciado concreto, como observa Medviédev (2012, p. 185), impõe o reconhecimento da “sua atmosfera axiológica e sua orientação no meio ideológico”, uma vez que “a entonação expressiva que dá cor a cada palavra do enunciado reflete sua singularidade histórica, diferente da entonação sintática que é mais estável”. O caráter expressivo é, pois, determinado “por toda sua plenitude e integridade individual, e por toda sua situação concreta e histórica”. Há, desse modo, uma avaliação social, que, conforme Volóchinov (2019b, p. 122-123), em *A palavra na vida e a palavra na poesia* (1926), “[...] determina a própria escolha da palavra e a forma do todo verbal, encontrando a mais pura expressão na entonação”, que estabelece uma relação orgânica “entre o verbal e o extraverbal, entre o dito e o não dito” no enunciado. É pela entonação que “a palavra entra em contato direto com a vida” e que “o falante entra em contato com os ouvintes” (VOLÓCHINOV, 2019b, p. 123).

Ao encontro de tais afirmações, Bakhtin (2016, p. 48, 17-18) observa que “a entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado”. A língua, por essa concepção, “passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional” (BAKHTIN, 2016, p. 16). De acordo com os autores do Círculo,

como podemos observar, a preocupação em trabalhar com uma unidade – o enunciado – que evidencia a concretude da linguagem e que considera o interlocutor e a sua posição ativo-responsiva é um problema de grande relevância, que não pode ser ignorado por quem trabalha com gêneros do discurso. É no enunciado, entendido, por Bakhtin (2016) e Volóchinov (2018), como elo na cadeia da comunicação discursiva em sua relação indissociável com as esferas de atividade, que ecoam ressonâncias de outros enunciados, tanto passados (via respostas) quanto futuros (via antecipações), o que configura distintas atitudes responsivas do locutor, não só em relação ao objeto do dizer mas também acerca dos discursos outros sobre ele.

Pelos enunciados também observamos, segundo Bakhtin (2016, p. 12), três elementos que se ligam organicamente nos gêneros: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Esta relaciona-se às partes de articulação composicional do gênero como, por exemplo, as estrofes e os versos que organizam um poema ou as seções que compõem um artigo científico. Algumas vezes, a primeira pista de reconhecimento de um gênero dá-se pela identificação de sua construção composicional, no entanto só o conjunto dos elementos confirmará que gênero é.⁷ Enquanto a construção composicional corresponde à estrutura da parte e do todo, o conteúdo temático instaura-se de modo singular na relação entre a composição e o estilo no todo do enunciado. Medviédev (2012, p. 196-197) apresenta uma reflexão sobre o tema como uma unidade voltada para “o todo do enunciado”, um “ato sócio-histórico”. Também Volóchinov (2018, p. 229), em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), discute a diferença entre tema e significação, mostrando que o tema está para o sentido da totalidade do enunciado, enquanto a significação corresponde a “um artefato técnico de realização do tema”.

A esse respeito, Sobral (2009, p. 74-75) destaca a importância de não confundirmos o conteúdo temático do gênero com o assunto, pois essa compreensão é equivocada, já que o tema corresponde ao “[...] sentido concreto, contextual, sentido que parte do sentido abstrato, registrado nos dicionários, e vai além dele”. É a congruência entre os fatores internos e externos ao gênero, verbais e não verbais, que nos dá a real percepção do conteúdo temático, ou, como destaca Sobral, da “unidade temática” do gênero, a qual “[...] é uma mobilização de formas da língua segundo as condições da enunciação, é o lugar em que significação + enunciação produzem sentido”. Por isso, o autor enfatiza que o termo unidade temática, conforme postulado por Medviédev (2012), é preferível ao de tema, tendo em vista que “[...] não vem das palavras ou frases nem de suas combinações por si só, embora as tenha como um de seus elementos, mas do discurso como um todo” (SOBRAL, 2014, p. 23).

⁷ A importância de olhar os três elementos em conjunto deve-se à possibilidade de alguns gêneros, aqueles com maior plasticidade, permitirem uma maior variabilidade de sua composição. Por exemplo, uma propaganda pode ter diversas construções compostionais, como forma de bula de remédio, consulta médica etc.

O estilo, por sua vez, refere-se à “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua”. Por esse motivo, “a escolha de uma forma gramatical pelo falante é um ato estilístico”, que revela características do estilo da linguagem do gênero e do estilo individual do locutor (BAKHTIN, 2016, p. 22). Para Medviédev (2012, p. 185), cada elemento da língua é tomado a partir da avaliação social, por isso a palavra entra no enunciado a partir da vida (e não do dicionário), “passando de um enunciado a outro”. Dessa forma, seguindo o pensamento bakhtiniano, podemos entender que, a partir de um projeto enunciativo, o locutor, na relação expressiva com o objeto do discurso e com o interlocutor, materializa o seu dizer em um gênero, o qual organiza o discurso via estilo, tema e construção composicional para a interação social.

Os trabalhos de Bakhtin e do Círculo, nesse cenário, ajudam a perceber que aprendemos uma língua a partir de gêneros discursivos, não de orações isoladas. Aliás, é via escolha e organização dos gêneros que aprendemos a construir enunciados mais diversos, os quais nos possibilitam fazer um pedido, escrever um memorando, iniciar e concluir uma conversa mais ou menos formal, organizar uma palestra etc. E, nesse processo de interação discursiva via gêneros, conforme destaca Bakhtin (2016, p. 33), “intercambiam-se enunciados que são construídos como auxílio das unidades da língua: palavras, combinações de palavras, orações”.

Nessa perspectiva, “[...] falamos apenas através de certos gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados têm *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do conjunto*. Dispomos de um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos)” (BAKHTIN, 2016, p. 38). A seleção que fazemos desse repertório e nossa vivência com os gêneros nos permitem que sejamos mais ou menos proficientes nas múltiplas situações reais de utilização da linguagem, de realização do projeto de dizer do locutor. Por conseguinte, a interação verbal em dada situação de comunicação poderá ocorrer de forma mais ou menos bem-sucedida a depender do domínio que o locutor tem dos gêneros do discurso em uma esfera. Já o insucesso dessa interação, por sua vez, não tem ligação alguma com, por exemplo, a propriedade vocabular dos falantes, uma vez que “muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação, justo porque não dominam na prática as formas do gênero desses campos” (BAKHTIN, 2016, p. 41).

A experiência com situações diversas e o contato com múltiplos gêneros vai aumentando o repertório sociocultural e também linguístico do locutor, posto que “quanto mais dominamos os gêneros, maior é a desenvoltura com que os empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais sutil a situação singular da comunicação” (BAKHTIN, 2016, p. 41). Disso decorre, a nosso ver, a potência desse constructo teórico para pensarmos atividades de ensino de línguas voltadas ao desenvolvimento da competência discursiva dos falantes, seja em sua língua materna seja na aquisição de uma língua estrangeira, desde que tenhamos

como mote organizador desse trabalho a devida atenção para o *enunciado* enquanto elemento fundador dos gêneros, em comunhão com as esferas sociais e a ideologia, tal como abordaremos nas seções seguintes.

GÊNEROS DO DISCURSO E ESFERAS DE ATIVIDADE HUMANA

Os estudos dos trabalhos do Círculo e de Bakhtin nos mostram que a definição de esfera (ou campo)⁸ é fundamental para a compreensão dos conceitos-chave da abordagem dialógica, como o de *gêneros discursivos*, tendo em vista que, no universo social em que nos situamos, cada esfera tem seu modo próprio de refletir e refratar os fatos que acontecem ao nosso redor, afinal, “em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo” (BAKHTIN, 2016, p. 18). Nessa direção, Volóchinov (2018, p. 94) também aborda essa questão, ao afirmar que “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social”. Por isso, compreender o conceito de campo/esfera é de grande importância para um trabalho com os gêneros do discurso.

Grillo (2005, p. 176), ao aproximar os conceitos de esfera, na perspectiva dialógica, com o de campo, sob a definição de Pierre Bourdieu, mostra que é possível entendermos as duas compreensões “como um domínio sócio-discursivo, caracterizado por um modo próprio de organização do social e da linguagem, o que produz uma ordem específica de refração ou de tradução da base sócio-econômica comum e dos outros campos da atividade humana”. Sendo assim, entendemos que os fenômenos da realidade são interpretados pelos sujeitos a partir das demandas que são próprias de cada uma das esferas sociais que lhes cercam, as quais têm suas especificidades, mas também mantêm relações de interação mais ou menos próximas, o que está intimamente ligado aos gêneros que são produzidos e circulam nessas esferas.

Um exemplo atual que bem ilustra essas afirmações diz respeito à situação da pandemia mundial que vivenciamos, a qual é (e será) refletida e refratada em cada esfera com as suas particularidades, a partir dos gêneros que lhes são característicos. Desse modo, se pensarmos na esfera jornalística, por exemplo, veremos as notícias, as reportagens, os editoriais etc. que lhes são constitutivos neste (e a respeito deste) momento; na esfera científica, teremos os artigos, as comunicações e mesmo o surgimento já de TCCs, dissertações e teses em diferentes áreas do saber que contemplam aspectos da pandemia; podemos mencionar ainda a esfera política, com as suas assembleias, seus fóruns e debates ou a esfera religiosa com os sermões e cultos que lhe são próprios.

⁸ Conforme destaca Grillo (2006, p. 10), “As traduções em português da obra do Círculo alternam os termos campo e esfera”.

À vista disso, é nas esferas que ocorre a produção dos enunciados verbais e não verbais materializados por meio dos gêneros, conforme assinala Bakhtin (2016, p. 12), já que a multiplicidade e riqueza dos gêneros são infinitas, “porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros discurso”. Repertório este, cabe destacar, que se complexifica, tal nos mostra o autor, na mesma medida em que também se desenvolve e mais complexa fica a esfera que lhe é peculiar.

Logo, em nosso contínuo processo discursivo, a relação entre os enunciados se dá dentro de determinada esfera, por meio de certo gênero, ou seja, as esferas organizam os gêneros e estes, os enunciados. Algumas esferas, e consequentemente seus gêneros, são mais híbridas e abertas à relação com outras esferas, como é o caso da publicitária e literária. Por exemplo, segundo Medvídev (2012, p. 60), “a literatura, em seu “conteúdo, reflete e refrata as reflexões e refrações de outras esferas ideológicas [...]”, ou seja, a literatura reflete, em seu “conteúdo” a totalidade desse horizonte ideológico, do qual é uma parte”.

Em outras palavras, a especificidade da literatura, comparada a outros campos, está no fato de que nela refrata-se o que em outras esferas já foi refratado. Na elaboração de um romance, por exemplo, podemos encontrar uma gama de gêneros que são característicos das esferas religiosa, científica, publicitária, política etc. Por esse motivo, quanto mais conhecimento tivermos sobre as esferas em que os gêneros se constituem, mais domínio e melhor compreensão teremos também da função que eles exercem. Para os autores do Círculo, as distinções entre esferas e gêneros são necessárias não para que estabeleçamos categorizações ou tipologias textuais, mas para que nos possibilitem melhor compreender o funcionamento, o papel social que os gêneros desempenham.

Nesse sentido também é que Bakhtin (2016, p. 15) postula a distinção entre gêneros primários (simples) e secundários (complexos), ao mostrar que estes emergem “nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...]. No processo de sua firmação, eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata”. Os gêneros primários são, segundo o autor, comuns em materializações orais, e os secundários, em materializações escritas, pois, mesmo quando se tornam orais, os gêneros secundários ainda continuam produzidos sob forte influência dos gêneros escritos, como é o caso de uma aula oral por exemplo. Sua constituição, nessa situação, é mais sistemática, porque, enquanto aula oral, ela se insere em dada esfera institucional (universidade, escola, curso etc.) e se desenvolve a partir de gêneros secundários (artigos, conferências, tratados científicos, entre outros). Isso significa que há, nesse caso, conceitos que embasam a organização da oralidade, há uma estabilidade maior e, claro, consequências ao trabalho

que é produzido em tal esfera. Já em uma conversa informal, por exemplo, as ideias são mais fluidas e passageiras, elas não têm um conjunto conceitual com maior estabilidade.

Volóchinov (2018, p. 145), ao discorrer sobre a delimitação do real objeto da filosofia da linguagem na abordagem sociológica, destaca que é necessário inserir os processos psicofísicos de dois sujeitos “em um conjunto muito mais amplo: na esfera de uma comunicação social organizada”. Segundo o autor, para que observemos o fenômeno da língua, é fundamental que o encontro entre duas pessoas ocorra em um terreno determinado, já que “o intercâmbio verbal só é possível nesse terreno determinado, por mais geral e, por assim dizer, ocasional que ele seja”. Dito de outro modo, para os princípios da abordagem dialógica, o encontro entre sujeitos e a consequente produção dos gêneros discursivos só ocorre(rá) em dada esfera da comunicação social.

Ao abordar a dupla relação do gênero na realidade, Medviédev (2012, p. 194-195) postula que “cada gênero é um tipo especial de construção e acabamento do todo, sendo que [...] trata-se de um tipo de acabamento temático e essencial, não convencional e composicional”. Tal acabamento orienta-se, de acordo com o autor, primeiro, para os ouvintes e receptores do enunciado e, em segundo lugar, orienta-se para a vida. Ele ilustra essas considerações, a partir do seguinte raciocínio: “a obra entra em um espaço e tempo real: para ser lida em voz alta ou em silêncio, ligada à igreja, ao palco ou ao teatro de variedades [...]. A obra ocupa certo lugar na existência, está ligada ou próxima a alguma esfera ideológica” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 195).

Como percebemos, é na íntima relação com as esferas sociais, tal como citadas pelo autor, que uma obra (e os gêneros de modo geral) reflete(m) e refrata(m) seu modo de organizar e definir a realidade. Cabe enfatizarmos que nas esferas, portanto, é que se dão a manifestação dos sentidos materializados pelos gêneros, não como uma verdade absoluta de dado aspecto real do mundo, uma vez que “com efeito, no horizonte ideológico de qualquer época e de qualquer grupo social não existe uma única verdade, mas várias verdades mutuamente contraditórias, não apenas um caminho ideológico, mas vários divergentes” (MEDVIÉDEV 2012, p. 63).

Assim, pela análise das esferas em que se situam os gêneros, podemos avaliá-los e defini-los em consonância com os princípios dessa esfera em que se realizam, já que “cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e de compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e na profundidade de penetração nela” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 196). Por isso, ratificamos que, ao entrarmos pela primeira vez em contato com determinado gênero, é de suma importância buscarmos compreender como se organiza(m) a(s) esfera(s) em que ele se edifica.

Nessa perspectiva, é essencial observar também o espaço social e socioideológico em que os gêneros se formam, porque, conforme assinala Bakhtin (2016, p. 57), “todo enunciado é

pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva”, isto é, a esfera também determina a identidade estilística e o conteúdo do gênero. Todos esses elementos, é claro, ligam-se indissoluvelmente às ideologias que lhe são dominantes, tal como discorremos na seção seguinte.

GÊNEROS DO DISCURSO E IDEOLOGIA

Ao nos debruçarmos sobre os princípios epistemológicos da abordagem dialógica do discurso, compreendemos também o destaque dado aos autores para o papel da *ideologia* na constituição da linguagem, inscrevendo-a no centro do pensamento bakhtiniano como outro termo essencial ao entendimento dos conceitos-chave desenvolvidos, tal como o de *gêneros do discurso*. Desde a definição de “*palavra como o fenômeno ideológico par excellence*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 98) até a compreensão da literatura como parte de dada esfera ideológica (MEDVIÉDEV, 2012) ou mesmo a ênfase dada para a importância da ideologia na distinção entre as esferas de constituição dos gêneros primários e secundários (BAKHTIN, 2016), todas essas considerações nos permitem vislumbrar a importância da ideologia na construção da filosofia da linguagem tal como desenvolvida pelos autores.

Medviédev (2012, p. 60), afirma, por exemplo, que “a vida, como totalidade de ações, acontecimentos e vivências determinadas, converte-se em enredo, fábula, tema, motivo, somente refratada pelo prisma do meio ideológico, somente encarnada em uma ideologia concreta”, ou seja, apenas quando refletida ideologicamente é que a “realidade bruta”, segundo o autor, pode converter-se em conteúdo da literatura. Bakhtin (2016, p. 47), ao tratar dos elementos de constituição do enunciado, assegura que o primeiro deles (seu conteúdo semântico-objetal) “determina suas peculiaridades estilístico-composicionais” e o segundo (seu elemento expressivo) caracteriza a composição e o estilo, isto é, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016, p. 47). Tal posição valorativa do falante é encarnada em um material ideológico concreto e organiza inclusive a seleção dos recursos lexicais, gramaticais e compostonais dos enunciados que constituem os gêneros.

Disso decorre também a distinção que Bakhtin (2016, p. 31) estabelece entre a oração como “*unidade da língua*” e o enunciado “*como unidade da comunicação discursiva*”, posto que é apenas pelo enunciado que podemos ocupar dada posição responsiva, isto é, nos posicionar ideologicamente, concordar ou discordar, avaliar, interrogar etc., no ininterrupto fluxo da comunicação discursiva em que nos inserimos. Essa dimensão pode ser associada a características do signo ideológico, desenvolvidas por Volóchinov (2018, p. 93): “Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sínica*”, ou seja, no âmbito da comunicação discursiva, entendemos que as esferas sociais não se dão à parte das questões ideológicas que constituem os enunciados e, em consequência, os gêneros do

discurso. Há, portanto, nessa perspectiva, um universo de valores ideologicamente formado que é também inseparável da materialização dos gêneros que circulam socialmente e que precisa ser considerado, quando nos propomos a pesquisar ou a trabalhar com a linguagem partindo desses pressupostos.

A relação entre enunciado, comunicação discursiva e ideologia também pode ser associada ao que Volóchinov (2018) aborda a respeito da ideologia do cotidiano e dos sistemas ideológicos constituídos. Ele diz que a ideologia do cotidiano está para a comunicação cotidiana, que é “extremamente rica em conteúdo” e que, por um lado, “entra diretamente em contato com os processos produtivos e, por outro, relaciona-se com as várias esferas ideológicas já formadas e especializadas” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 99). Nessa perspectiva, “os sistemas ideológicos formados – a moral social, a ciência, a arte e a religião – se cristalizam a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência inversa, e costumam dar o tom a essa ideologia do cotidiano” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 213).⁹

O que acontece, portanto, é uma retroalimentação, uma ligação orgânica entre as duas dimensões. A ideologia do cotidiano, para Volóchinov (2018, p. 107-109), pode ser entendida a partir da noção de psicologia social, que se realiza “na palavra, no gesto, no ato”, como “universo de *discursos verbais* multiformes que abarca todas as formas e todos os tipos de criação ideológica estável: as conversas dos bastidores [...], as conversas informais eventuais, o modo de reagir verbalmente aos acontecimentos da vida e do dia a dia [...]. Esses discursos verbais articulam-se a outras formas de interação, como expressão facial e gesticulação, ligando-se à situação social concreta, que, nessa psicologia social, acabam acumulando mudanças e alterações que passarão a ser expressas em “produtos ideológicos acabados”. Tais reflexões fomentam considerações sobre os gêneros discursivos no que diz respeito ao tema e às formas e tipos de comunicação discursiva, considerando que “cada época e cada grupo social possui o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 109).

Essa reflexão pode ser associada ainda à relação entre os gêneros primários e gêneros secundários, como se vê no ensaio sobre os gêneros discursivos, em que Bakhtin (2016, p. 29) apresenta a importância do diálogo estrito (*face a face*) como uma forma de ideologia do cotidiano que, ao ser incorporada no gênero secundário, como é o caso do romance por exemplo, transforma também seu modo de refletir e refratar a realidade, alimentando os sistemas ideológicos constituídos. A diferença fundamental para que possamos compreender as nuances de constituição do diálogo na organização seja dos gêneros primários seja dos secundários está no entendimento que teremos das ideologias que são típicas das esferas em que os gêneros se concretizam, pois todo enunciado “é pleno de *tonalidades dialógicas*”

9 A ideologia do cotidiano é composta por uma camada inferior e outra superior. Enquanto a primeira, mais estática, distancia-se dos sistemas ideológicos constituídos, a segunda, mais dinâmica e mais criativa, aproxima-se deles e com eles mantém um relação recíproca de influência (VOLÓCHINOV, 2018).

(BAKHTIN, 2016, p. 59) que podem ser (des)veladas quando nos debruçamos sobre os fios ideológicos que lhe compõem.

Volóchinov (2018, p. 219), nessa direção, destaca, por um lado, a importância do diálogo como uma das formas de interação discursiva, e enfatiza, por outro, a constituição dialógica de toda comunicação discursiva, independentemente de sua forma. O autor cita como exemplo um livro, “*um discurso verbal impresso*”, que “também é um elemento da comunicação discursiva (e que) participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante”. Para Bakhtin (2016, p. 68) e o Círculo, todo enunciado tem autor e destinatário, por isso é construído levando em conta as atitudes responsivas do outro: “o direcionamento, o endereçamento do enunciado, é sua peculiaridade sem a qual não há nem pode haver enunciado”, portanto, o direcionamento é uma característica do gênero do discurso, que “em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário” (BAKHTIN, 2016, p. 63).

Nas projeções feitas ao interlocutor, de acordo com Volóchinov (2018, p. 205), “na maioria dos casos, pressupomos um certo *horizonte social* típico e estável para o qual se orienta a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos”. Nesse sentido, a palavra tem uma grande importância, porque, enquanto signo ideológico, “reflete e refrata a existência em formação”, participando de “toda interação e de todo contato entre as pessoas” (trabalho, lazer etc.). “Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social”, o que leva a palavra a ser “o *indicador mais sensível das mudanças sociais*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 106). As ênfases valorativas, expressivas ou axiológicas da palavra, que expressam a avaliação ou posição tomada, correspondem a facetas ideológicas.

Sob esse prisma, para o tratamento da língua em uso, em sua complexidade, Volóchinov (2018), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, apresenta duas importantes orientações metodológicas. A primeira delas, designada como “exigências metodológicas fundamentais” (p. 110), é constituída de três instâncias. A segunda ordem metodológica (p. 220) também está organizada em três dimensões, que entendemos interdependentes.

Propomos, a seguir, a aproximação entre as duas orientações metodológicas, visando a apresentar características importantes para os fundamentos das práticas de pesquisa e de ensino.



Orientações Metodológicas¹⁰

<i>Exigências metodológicas fundamentais</i>	<i>Ordem metodológica</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo</i> (ao inseri-la na “consciência” ou em outros campos instáveis e imprecisos). 2. <i>Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social</i> (pois o signo é uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico). 3. <i>Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material.</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1) [...] formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) [...] formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) [...] revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual

Fonte: As autoras (2020) - Tabela elaborada com base em Volóchinov (2018, p. 110, 220).

Ao aproximarmos as duas orientações metodológicas, podemos perceber que a primeira, em seu todo, propõe-se ao tratamento do signo ideológico em seu engendramento social, orientando para o não isolamento de elementos que devem ser vistos interrelacionadamente.¹¹ A segunda orientação, por sua vez, de acordo com Volóchinov (2018, p. 220), “é fundamentada para o estudo da língua”. Podemos observar, entre as duas orientações, elementos afins em cada uma das suas instâncias.

No que tange à primeira instância, é possível destacar, por um lado, o princípio de que os signos são ideológicos e que, portanto, não podem ser tomados como sinais que se relacionam de maneira objetiva e à parte das diferentes ideologias. Por outro lado, podemos entender que toda forma de linguagem (verbal e não verbal) deve ser observada em sua concretude inseparável do seu contexto sócio-histórico, o que nos permite associá-la à esfera de comunicação discursiva a partir da qual os discursos são produzidos. Logo, toda forma de expressão do sujeito é considerada como material ideológico que está intimamente relacionado à esfera de atividade e às situações comunicativas em que os signos emergem.

A segunda instância, que, em ambas as orientações metodológicas, ganhou um maior tratamento, pode ser entendida, de um lado, a partir da indissociável relação entre o signo ideológico e as formas de comunicação organizadas, de outro, a relação entre as formas dos enunciados e a sua interação, ou seja, os gêneros integrados às interações ideológicas. Entendemos, desse modo, que as duas orientações se complementam para dar ênfase aos gêneros como uma das instâncias indispensáveis de análise, que, em sua dinamicidade e heterogeneidade, estão ligados organicamente com a interação social e com as ideologias, das quais são parte fundante.

No que diz respeito à terceira instância, há um pressuposto da relação intrínseca entre as formas da língua e a sua existência real, como palavra enquanto signo ideológico. Para Volóchinov (2018, p. 106), “o problema da correlação entre a base e as superestruturas [...] pode ser, em grande parte, compreendido justamente no material da palavra”. Assim, é via dialética do signo ideológico, considerada pela análise do material concreto da palavra,

10 Seguimos a grafia da numeração tal qual apresentada na obra consultada.

11 Todas as três instâncias começam com: “Não se pode [...]”.

que podemos melhor compreender suas multiacentuações e os valores que (trans)formam ideologicamente a sociedade. Do mesmo modo, quando Volóchinov (2018, p. 2020) propõe a “revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual”, temos de entendê-la como as formas da língua em uso, ou seja, no enunciado, na corrente da comunicação discursiva. Por isso, a análise será do enunciado, considerando, dentro outros aspectos, a dialética do signo ideológico, a pluralidade de vozes, as posições axiológicas.

As orientações metodológicas, propostas por Volóchinov (2018), enriquecem o olhar sobre os gêneros do discurso, objeto de nossa reflexão, ao darem ao gênero um papel central na análise da linguagem. Afinal, seguindo esses princípios, é pela análise dos gêneros, buscando melhor compreender como eles se produzem, organizam e circulam socialmente, que poderemos considerar a linguagem a partir de seu constitutivo engendramento entre a palavra da vida real (enquanto signo ideológico), os enunciados (verbais e não verbais) materializados e as esferas sociais em que eles se formam.

Desse processo complexo e multifacetado, podemos dizer, decorre a natureza dialógica do discurso e(m) sua consequente fusão entre palavras e valores que se articulam e (re)constroem o ininterrupto processo da enunciação. Em outros termos, todos esses aspectos, tomados em conjunto, permitem-nos considerar, portanto, as palavras e(m) suas facetas ideológicas, pois “toda palavra é um pequeno palco em que as ênfases sociais multidirecionadas se confrontam e entram em debate” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 140). A esse encontro está também a afirmação desenvolvida por Bakhtin (2016, p. 61), nos anos de 1950, de que todo objeto do discurso pertence “inevitavelmente a um palco de opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento cotidiano) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, desenvolvemos reflexões sobre a noção de gêneros discursivos a partir de Bakhtin, Volóchinov e Medvídev, considerando suas diferentes produções intelectuais, desde aquelas produzidas durante os encontros do Círculo até a escrita do ensaio sobre os gêneros, publicado posteriormente (nos anos 50) e assinado por Bakhtin. Nossa abordagem procurou contemplar três dimensões, que consideramos fundamentais para a compreensão da constituição dos gêneros, sem querer esgotar a complexidade do conceito: a relação entre gêneros e enunciado, gêneros e esfera de atividade e gêneros e ideologia.

Resumidamente, podemos dizer, tendo em vista o conjunto da reflexão, que a concepção de gênero está centrada no ser humano em sua complexa rede de interações sociais, especialmente se considerarmos que os gêneros são resultantes das nossas atividades

e que nos comunicamos por gêneros. A abordagem dialógica, nesse âmbito, resgata essa complexidade ao explicar as diferentes dimensões do enunciado, que varia de uma simples palavra a um romance de vários volumes, que sempre se materializa em gêneros, que sempre está integrado a uma ou mais esfera de atividade e que sempre é ideológico.

O enunciado, sob esse enfoque, é produzido nas interações sociais a partir da relativa estabilidade de outros enunciados já reconhecidos, ou seja, a partir dos gêneros do discurso. Com essas ponderações e considerando ser o enunciado a unidade mínima da comunicação discursiva, não há como pensar uma dimensão sem a outra: havendo enunciado, há gênero, e vice-versa. Da mesma forma, havendo gênero há esfera, já que as esferas de atividade, como o próprio nome indica, são constituídas por atividades humanas que produzem seus tipos de enunciados verbais e não verbais, os gêneros do discurso, que são tão dinâmicos e heterogêneos quanto são as atividades. A ideologia, nessa direção, é constitutiva de toda prática humana. No que tange aos gêneros, é uma condição de existência, uma vez que os gêneros se articulam, ao mesmo tempo, a esferas ideológicas e a enunciados, que têm vida pelas posições axiológicas tomadas pelos sujeitos do discurso em determinadas condições sócio-históricas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso [1952-1953]**. Organização, posfácio, tradução e notas de Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.
- GRILLO, Sheila. **Divulgação científica na esfera midiática**. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X, 2006.
- GRILLO, Sheila. **A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso**. *Revista da Anpoll*. n. 19, 2005, p. 151-184, Campinas, jul.-dez.
- MEDVIÉDEV, Pavel N. **O método formal nos estudos literários [1928]**. Introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Grillo E. V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
- SOBRAL, Adail. **Uma proposta bakhtiniana de estudo dos gêneros discursivos**. In: BRAIT, B; MAGALHÃES, A. S. *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota Editora, 2014. p. 19-36.
- SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.
- VOLOCHÍNOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas**

fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem [1929]. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLOCHÍNOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado [1930]**. In: VOLOCHÍNOV, Valentin. *A palavra na vida e na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019a, p. 266-305.

VOLOCHÍNOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica [1926]**. In: VOLOCHÍNOV, Valentin. *A palavra na vida e na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1ed. São Paulo: Editora 34, 2019b, p. 109-146.

A relevância dos quadros cênicos em práticas discursivas fronteiriças: relações entre campos discursivos traçadas em gêneros do discurso

Maria do Socorro Morato Lopes

Fátima Pessoa

PRODUZIR CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA DISCURSIVA implica assumir, pelo menos, duas posturas em relação aos fenômenos da linguagem: considerá-los (i) nos contextos singulares da enunciação; (ii) no conjunto das relações que se estabelecem entre a materialidade linguística e os processos sócio-históricos permanentes na constituição das comunidades que enunciam. Entendendo-se que as proposições deste artigo atendem a essas duas condições, discute-se aqui o conceito de quadro cênico, postulado por Maingueneau (1997, 2005, 2008a, 2008b, 2010, 2013, 2015), e a sua potência para a compreensão de uma semântica global¹ determinante das condições de enunciabilidade que se constituem na confluência entre diferentes campos discursivos.

Essa discussão se faz na continuidade de uma pesquisa sobre revistas especializadas para o público docente², na qual se investigou o funcionamento discursivo por meio do qual essas revistas se apresentam como espaço de formação profissional. O recorte que aqui se aprofunda, após a finalização da pesquisa, pretende ser uma discussão de natureza mais teórica a respeito da potência do conceito de quadro cênico para abordar uma prática discursiva que se entende híbrida, cuja compreensão do funcionamento institucional e textual exige que se reconheça a tessitura de zonas de interseção entre campos. Entende-se que a produção, circulação e leitura das revistas especializadas se realizam em uma fronteira entre campos discursivos que articulam os saberes acadêmicos sobre o fazer docente aos imperativos do trabalho de produzir notícias a serem constantemente consumidas pelos leitores/consumidores.

A discussão teórico-analítica que se propõe tomará os editoriais como unidades tópicas³ sobre as quais as proposições teóricas serão confrontadas e consolidadas. Os editoriais são

1 Por semântica global, Maingueneau (2008b) se refere a um sistema de restrições semânticas que incide simultaneamente sobre o conjunto de planos discursivos, integrando-os todos, tanto na ordem do enunciado (dito), da enunciação (dizer), quanto da instituição (a organização sócio-histórica entre os sujeitos).

2 A discussão realizada neste artigo está relacionada a uma pesquisa mais ampla realizada durante o curso de Doutorado em Letras, na Universidade Federal do Pará. A tese intitulada “A formação para o trabalho docente na fronteira entre a academia, a mídia e o mercado” é de autoria da Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Morato Lopes, orientada pela Prof.^a Dr.^a Fátima Pessoa.

3 Por unidades tópicas, Maingueneau (2015, p. 65) se refere a um modo de categorização de unidades de análise discursiva estabelecido “em função das restrições e dos objetivos da pesquisa”, pré-recortadas pelas práticas sociais cotidianas.

considerados textos nos quais essas zonas de interseção são tecidas discursivamente, ao evidenciarem o modo como os produtores das revistas especializadas convocam os leitores a ler/consumir as edições. Serão aqui analisados quatro editoriais de três revistas distintas: Presença Pedagógica, Nova Escola e Revista Educação. Esses editoriais sintetizam, no escopo deste artigo, um funcionamento discursivo investigado em um *corpus* mais amplo, composto por 59 editoriais de quatro revistas especializadas, além de outros textos pertencentes a outros gêneros do discurso: capas das revistas, artigos e entrevistas. Esses textos foram reunidos em um período que compreendeu um interstício de dois anos, entre 2016 e 2017.

A discussão aqui empreendida está dividida em dois momentos. Em uma primeira seção, serão discutidos os conceitos de cena de enunciação e quadro cênico no escopo do quadro teórico postulado por Maingueneau (1997, 2005, 2008a, 2008b, 2010, 2015). Em uma segunda seção, serão discutidos os alcances desses conceitos para a compreensão das relações entre enunciados, enunciations e as ordens institucionais que os tornam possíveis.

A CONSTITUIÇÃO DAS CENAS DE ENUNCIAÇÃO NA DIALÉTICA ENTRE O MESMO E O OUTRO

Maingueneau (1997) propõe o conceito de cena de enunciação como o processo de inscrição, no enunciado, das condições requeridas para a enunciação, processo, portanto, de caráter reflexivo. Tais condições são requeridas pela inserção dos enunciadores em uma certa ordem institucional. Se, por um lado, essa ordem já está previamente estabelecida e seus parâmetros podem ser ancoradouro de novas enunciations; por outro lado, não se trata de uma ordem perene, imune às condições sempre singulares de um novo processo de enunciação. São considerados, então, efeitos dos enunciados as instâncias de enunciação: o par enunciador/coenunciador e as coordenadas de tempo e de espaço da enunciação. No escopo desse processo reflexivo, a noção de cena deve ser considerada não como “uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso.” (MAINGUENEAU, 1997, p.34). Tal propriedade reflexiva da linguagem garante, assim, um modo de acesso às condições de enunciação, um dos planos da semântica global que rege o funcionamento dos discursos.

A cena de enunciação se divide em três dimensões: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante “resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso.” (MAINGUENEAU, 2015, p.118). Trata-se de um conceito intimamente relacionado ao conceito de campo discursivo para dar conta de suas relações interdiscursivas constituintes. As propriedades específicas desse plano de análise são tomadas, em certa medida, como referencial de uma idealidade, portanto a mobilização de uma rede de memórias, acerca do(s) campo(s) discursivo(s) que se reconhece, principalmente do contexto acional que o integra e das comunidades de

enunciadores nele configuradas. Esse mesmo referencial, no entanto, será sempre afetado pelos dados de uma cenografia singular que se configura nos textos tomados por objeto de análise. Segundo Bezerra e Pessoa (2016, p. 142), a cena englobante “constitui-se, mediante as restrições semânticas de um discurso, como uma condição legitimadora do enunciado.”.

A cena genérica, por sua vez, se refere a parâmetros sobre o funcionamento e a configuração dos textos resultantes do processo de enunciação, que geram expectativas sobre as possibilidades de produção de sentidos. Há sempre uma história associada ao gênero que se adota para a produção, circulação e leitura dos textos. Baseando-se em Maingueneau pelas lentes de Furlanetto (2005), reconhece-se que essa noção de gênero/cena genérica remete à noção de arquivo, constituinte de uma identidade enunciativa historicamente circunscrita. Portanto, assim como a cena englobante em relação à dimensão social do discurso, a categoria gênero/cena genérica define a dimensão textual do discurso também vinculada a uma memória e a instituições que lhe conferem certa legitimidade na tomada da palavra. Reconhece-se, então, um movimento de permanência, de reiteração no funcionamento discursivo que integra passado, presente e futuro, estabelecendo-se relações do enunciado com o que o antecede e com o que o precede, sempre confrontado à contingência da enunciação. Pode-se aqui reiterar a afirmação de Possenti (2002, p.98), sobre o discurso ser integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura.

A cena genérica, portanto, faz parte de um dispositivo enunciativo. Se há algum engessamento da estrutura composicional dos textos em um dado campo discursivo, é decorrente de coerções de ordem institucional que incidem sobre os modos de fazer e de dizer da comunidade de enunciadores, e não das coerções genéricas que incidem sobre as práticas de produção, circulação e leitura dos textos sem relação com a ordem social em que se inserem. Segundo Rocha (2013, p.143), não se pode tomar “por origem o que, na realidade, é efeito.”.

Por fim, o tripé em que se assenta a cena de enunciação se estabelece com o conceito de cenografia, entendido por Maingueneau (2015) como a constituição de parâmetros enunciativos singulares na configuração dos textos. De acordo com o autor, a “noção de cenografia se apóia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar.” (MAINGUENEAU, 2015, p.123). Trata-se de, então, confrontar os parâmetros enunciativos considerados em sua idealidade na cena englobante e na cena genérica com os parâmetros enunciativos singulares revelados pelas marcas dêiticas⁴ na materialidade discursiva, que confirmam, rejeitam ou transformam os primeiros:

O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. (MAINGUENEAU, 2005, p. 75)

⁴ Recursos de expressão que revelam, na materialidade linguística, as coordenadas das instâncias enunciativas.

Esses postulados demonstram que as instâncias de enunciação não são uma dimensão estável do discurso, mas devem ser consideradas na dinamicidade, plasticidade e complexidade de todo o processo enunciativo. Justamente porque os enunciados são o produto do processo dinâmico, plástico e complexo que é a enunciação é que geram efeitos de sentido e são ponto de partida e de chegada para os processos de constituição, consolidação e transformação de discursos.

Maingueneau (2005) afirma que há textos cujas cenas de enunciação se reduzem à cena englobante e à cena genérica, enquanto outros “têm maior possibilidade de suscitar cenografias que se afastam de um modelo preestabelecido.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75). Nos textos se enquadraram no primeiro caso, as cenas de enunciação se limitariam ao seu quadro cênico. Essa diferença assim expressa pode instalar um problema teórico de difícil resolução, uma vez que pode ser compreendida como a condição de existência de textos sem a sua dimensão cenográfica. Essa condição comprometeria a assunção do princípio de inscrição que o conceito de cena de enunciação integra ao quadro explicativo da semântica global, ao reduzir o funcionamento do discurso à mera reprodução das condições estereotipadas de suas estruturas. O movimento permanente de (re)constituição do funcionamento discursivo estaria, então, anulado em certas condições de enunciabilidade. A afirmação de que, de um lado, há “gêneros que se atém a sua cena genérica, que não admitem cenografias variadas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 76), enquanto outros são propícios à diversidade de cenografias repõe a distinção em termos que preserva o princípio da reflexividade enunciativa como plano atuante da semântica global, ao garantir que as singularidades das dimensões social e textual do discurso não sejam descartadas na análise discursiva. Mesmo naqueles textos cujas cenas de enunciação configuram-se de modo a ater-se às estruturas consolidadas, confirmando-as, a inscrição das instâncias de enunciação, embora não evidente, está, certamente, confrontando-se à singularidade do processo enunciativo que só naquela situação se configura. Diferentemente, é certo também, daquele movimento de inscrição mais evidente em que os textos se constituem em meio a quadro cênicos “relativamente” estabilizados e, ao mesmo tempo, os constituem em configurações que propiciam uma variação mais criativa. É esse posicionamento que comungamos com Rocha (2013), acerca de defender que o investimento cenográfico sempre estará presente na produção de textos:

em graus variados de manifestação, a cenografia comprehende desde os mais ínfimos deslocamentos da relação instituída entre os coenunciadores (...) até as metamorfoses mais substanciais, quando o próprio quadro cênico não mais pode ser percebido de imediato. (ROCHA, 2013, p. 140)

Deusdará, Rocha e Arantes (2019) também propõem uma discussão sobre o quadro cênico e seu encadeamento com a cenografia discursiva, questionando uma pretensa relação entre, por um lado, a estabilidade do quadro cênico e, por outro, a movimentação desse quadro estável em razão de um novo rearranjo das instâncias de enunciação garantido pela

sobreposição de uma cenografia. Situando-se na definição desse lugar teórico específico, o que se pretende defender neste artigo é a potência desse conceito de quadro cênico para a compreensão das práticas discursivas, dimensão do funcionamento discursivo prenhe de indícios sobre a ordem textual e institucional mobilizadas para a produção de sentidos.

Essa percepção da engrenagem da enunciação no funcionamento discursivo põe em xeque os limites referentes ao interior e ao exterior discursivo, aceitando-se à ideia de Maingueneau (2008b) de que não há exterioridade discursiva. Sejam as dimensões relacionadas à superfície material do discurso, sejam as dimensões relacionadas à ordem institucional que configura as relações entre os sujeitos do discurso, é o mesmo sistema de restrições semânticas que define as regularidades do dito, do dizer e da ordem institucional.

A CONFIGURAÇÃO DO QUADRO CÊNICO EM EDITORIAIS DE REVISTAS ESPECIALIZADAS PARA O PÚBLICO DOCENTE

Os editoriais são textos que integram as publicações do vasto e multiforme campo midiático, mais frequentemente as publicações por onde circula a produção jornalística. São textos que têm por função precípua convocar os leitores a ler/consumir as publicações, bem como dar a conhecer os posicionamentos assumidos pela empresa de mídia sobre os acontecimentos que se tornam notícia. No caso das revistas especializadas para um público leitor/consumidor específico, os editoriais são textos nos quais é possível reconhecer a tessitura de um espaço de confluência entre campos, um espaço híbrido, pois nessas publicações os acontecimentos que se tornam notícia precisam ser tratados em sua especificidade técnica e política, para além das habilidades em produzir e fazer consumir uma publicação midiática. Nas revistas especializadas para o público docente, esse espaço híbrido reúne sujeitos protagonistas do trabalho jornalístico, sujeitos protagonistas do trabalho empresarial e sujeitos protagonistas do trabalho docente. Nelas, o trabalho docente se torna notícia, que, por sua vez, deve atrair professoras e professores para o consumo fidelizado dessas revistas de publicação mensal. Para tanto, é preciso que se constitua uma articulação entre os campos com a finalidade de a comunidade discursiva neles atuantes avançar em limites que, *a priori*, os diferenciam uns dos outros: o sujeito que faz jornalismo precisa saber minimamente o que é exercer a docência; o sujeito docente, que participa da produção da revista, precisa saber minimamente o que é fazer jornalismo e o que é produzir uma revista para o consumo de seus leitores em potencial. A articulação entre esses campos e entre essas comunidades discursivas é assimétrica e defende-se neste texto que o modo como se delineiam essas interseções pode ser reconhecido nas cenas enunciativas que se inscrevem na constituição dos textos que compõem essas revistas, entre eles os editoriais. Mais especificamente, defende-se que o conceito de quadro cênico

tem o potencial de revelar as regularidades próprias a esse espaço discursivo híbrido onde se realiza a enunciação sobre o trabalho docente.

Os editoriais ocupam sempre as primeiras páginas das revistas especializadas, para cumprir a função de convocar os leitores para a leitura/o consumo das revistas. Essa convocação se realiza por meio de um direcionamento de leitura, que subordina os docentes que compõem essa comunidade discursiva, seja na condição de participante do processo de produção da revista seja na condição de leitor/consumidor. Ao orquestrar uma unidade para a edição, relacionando os diferentes textos que compõem a publicação e/ou destacando alguns textos desse conjunto, o editorialista sela o percurso de um trabalho jornalístico/empresarial que se sobrepõe à abordagem do trabalho docente como temática/conteúdo da publicação. A relação assimétrica que dispõe os sujeitos dos diferentes campos no curso dessa prática discursiva reserva para alguns o comando da configuração do processo de produção, circulação e leitura das revistas, enquanto para outros reserva um espaço de publicização de seu trabalho e suas implicações, configurado pelas regras de funcionamento de um campo exógeno àquele das instituições a que pertence.

Segundo Maingueneau (2010), ao serem ativadas as normas constitutivas de um gênero de discurso, o enunciador demonstra domínio de suas regras e assume-se como agente legítimo da instituição em nome da qual fala. Nesse espaço híbrido que se constitui a prática discursiva das revistas especializadas, aqui o caso específico das revistas destinadas ao público docente, o enunciador editorialista encaminha a publicação para o público leitor/consumidor como agente legítimo de uma instituição empresarial no campo midiático, alinhavando um produto que foi produzido a muitas mãos.

Medianeira de Souza e Paiva Dionísio (2006, p. 64) afirmam que

[...] o editorialista é um argumentador que organiza seu texto com a nítida função de influenciar o seu leitor, conquistando-o, convencendo-o, fazendo-o agir ou pensar em uma determinada direção. O leitor, por sua vez, espera a manifestação da instituição jornalística sobre um fato de repercussão social no momento que o faça refletir e aderir, ou não, às posições defendidas no editorial.

Por meio dos editoriais, as empresas inscrevem o lugar da publicação no mercado consumidor dessas revistas, lugar definido por um posicionamento que a publicação assume em relação ao trabalho docente. Nas revistas pesquisadas, os editoriais aparecem sob os títulos de “Editorial”, “Carta ao leitor”, ou mesmo “Caro Educador”, em que os dois últimos títulos demonstram uma convocação diretamente a docentes. Esse chamamento gera efeitos de sentido que reiteram a participação do público-alvo da revista nessa prática discursiva e assim gerir o lugar no qual tomará a palavra e favorecerá o surgimento da palavra do outro.

O quadro cênico formado pela interseção entre campos discursivos assimetricamente articulados permite perceber como esses textos reforçam o lugar da empresa do campo

midiático que produz um produto de consumo que se apresenta para seu público leitor/consumidor como instância de formação para o trabalho.

Os editoriais apresentam-se em um modelo geral, no qual é possível listar algumas características. A primeira delas é a descrição das matérias, em especial, aquelas em destaque nas capas das revistas. Os editoriais também têm, de modo geral, um título que se relaciona à matéria de capa ou ao conjunto de matérias que compõe a revista. O percurso argumentativo é, de maneira recorrente, de caráter opinativo. Nos editoriais, apresentam-se argumentos que defendem um ponto de vista e objetivam convencer o leitor da qualidade do produto consumido, pela indicação das qualidades (editoriais ou de pessoal) da empresa; pela indicação das fontes que amparam a produção de suas matérias; pela indicação da atualidade dos temas que abordam. O que se percebe são os editoriais reforçando a credibilidade das revistas como produto de consumo, ao propor discussões que consideram relevantes ao público a quem a empresa se dirige. Esse padrão é recorrente, guardadas especificidades de estilo de um editorialista ou outro.

Essa maneira de apresentar as publicações permite pensar em como professores são considerados consumidores e como o espaço de formação que a empresa pretende consolidar está a serviço também da consolidação de um mercado consumidor. Entende-se, pela análise desses traços iniciais, que a cena englobante que se inscreve no processo de enunciação das revistas especializadas não é somente a cena midiática, nem a cena mercadológica, nem mesmo a cena acadêmica, mas a confluência dessas três cenas, o que converge para a constituição de um quadro cênico heterogêneo, no qual circulam vozes de uma comunidade discursiva igualmente heterogênea.

Brincar em tempos digitais

Elas não largam o *tablet* ou o celular. Desde cedo, as crianças surpreendem os adultos com sua grande habilidade para lidar com os aparelhos eletrônicos. Adriana Hoffmann Fernandes, doutora em Educação e Mídia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisa a relação das crianças com as narrativas por imagem. No artigo “Cultura da infância: dos livros de imagem ao YouTube”, ela conta que meninas e meninos gostam de contar histórias pela narração das ilustrações. E mais: muitos brincam se filmando e postam seus vídeos no YouTube. Exibir-se para a câmera e falar para o público é hoje uma das brincadeiras infantis. A autora do artigo lança ao leitor perguntas instigantes: “como essa cultura do audiovisual, cada vez mais ampla, repercute na escola? Como isso afeta o trabalho do professor?” Essas e tantas outras questões nos provocam a pensar e a renovar nossas práticas. E por falar em brincar, a entrevistada desta edição é Tânia Ramos Fortuna, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ela criou e dirige o Programa de Extensão Universitária “Quem quer brincar?”. Com várias ações de formação continuada, o programa tem como objetivo formar educadores capazes de brincar e de valorizar a brincadeira. Na entrevista, Tânia diz que a abordagem lúdica do ensino e da aprendizagem nada tem a ver com descompromisso em relação à função da escola. “Pelo contrário, nada é mais sério do que a brincadeira.” Sempre atenta às questões contemporâneas, Presença Pedagógica publica nesta edição vários outros textos com temas que estão presentes no debate atual da educação. Aproveite! (PRESENÇA PEDAGÓGICA, mai./jun. 2016, edição eletrônica)

O editorial da revista Presença Pedagógica ilustra esse espaço híbrido. Trata-se de um texto que é assumido como expressão da comunidade discursiva implicada pela produção e circulação da revista, uma vez que não é identificada/o a/o editorialista que o produziu. Inicia-se o editorial com a remissão a um quadro relacionado à matéria a que se dá destaque na publicação: “Elas [as crianças] não largam o *tablet* ou o celular.”. Esse quadro referente ao hábito contemporâneo das crianças em idade escolar torna-se notícia na publicação em razão de afetar o trabalho docente, premissa que é postulada pela pesquisadora Prof.^a Dr.^a Adriana Hoffmann Fernandes. No editorial reproduzem-se os questionamentos da professora, por meio de expediente enunciativo que revela os traços de uma heterogeneidade mostrada. O que se torna notícia na revista Presença Pedagógica é o trabalho docente em transformação, processo que a revista aborda com base em uma outra prática discursiva em curso no campo acadêmico: a pesquisa científica. As vozes incluídas no editorial são de pesquisadoras, agentes legítimas do campo acadêmico que conferem também legitimidade à discussão proposta pelo veículo midiático em formato diverso daquele em que essas pesquisadoras dão publicidade a sua produção científica.

Assim, a comunidade discursiva implicada na produção da revista amplia-se, ao incorporar no seu processo de produção sujeitos que pertencem à ordem institucional do campo discursivo em que se situa o público-alvo a quem a empresa midiática se dirige. Essa voz incorporada ao editorial da revista é valorizada pelos protagonistas do campo midiático para garantir a credibilidade do produto que se apresenta no mercado editorial ao público docente. Cria-se, assim, a ilusão de que se trata de professores falando diretamente a professores. Essa articulação entre protagonistas de campos distintos se amálgama de tal maneira que, em determinada sequência do texto, os limites entre eles se diluem: “Essas e tantas outras questões nos provocam a pensar e a renovar nossas práticas.”. A primeira pessoa do plural faz remissão a essa comunidade discursiva que se reconhece homogênea: nós, professores.

Uma vez legitimada a comunidade discursiva ampliada, a/o editorialista pode enfim valorizar o produto, distanciando desse nós e colocando em primeiro plano o produto de mercado: “Sempre atenta às questões contemporâneas, Presença Pedagógica publica nesta edição vários outros textos com temas que estão presentes no debate atual da educação.”. Isso valida a revista como instância de discussão sobre a profissão e, consequentemente, instância de formação de professores, ao consumirem a revista.

Observa-se como a comunidade discursiva necessária à produção deste objeto de consumo é constitutivamente híbrida, assim como são híbridos os saberes para a sua produção, circulação e leitura. A revista é um produto do mercado midiático, cuja relação com a produção científica acadêmica faz circular conhecimento relevante à formação para a docência. Para fidelizar seu público consumidor, é necessário que as/os docentes encontrem

na revista: (i) informação consistente, baseada em pesquisas validadas institucionalmente; (ii) conteúdo relevante, que se apresente como necessário à realização do trabalho.

Esses mecanismos são recorrentes nos editoriais: vozes das mídias, hábeis em produzir notícias relacionadas ao cotidiano do trabalho docente; vozes da academia, legitimadoras dos conteúdos que se tornam notícias; vozes do mercado, hábeis em convencer o público-alvo da qualidade do produto oferecido no mercado. Essas vozes embalam-se em um movimento de aproximação e distanciamento das fronteiras entre os campos discursivos, constituídas para o funcionamento dessa prática híbrida e assimétrica, condição de sua existência.

Outro modelo recorrente na configuração dos editoriais apresenta as seguintes características cenográficas: (a) utilização da primeira pessoa (do singular e do plural); (b) construção de uma narrativa; (c) adoção de um tom menos formal e mais conversacional na elaboração do texto:

De professor para professor

NOVA ESCOLA quer construir milhares de planos de aula junto com você. Vamos nessa?

Leandro Begouci, Diretor editorial e de produtos

Um dia, a professora paulistana Debora Garofalo se candidatou a escrever sobre tecnologia para o site de NOVA ESCOLA. A mensagem dela para mim era clara e honesta: adoro os textos de vocês, mas eles não conversam com a minha realidade. Ela me mandou alguns exemplos, que me fizeram pensar não apenas no conteúdo que fazemos mas também no como fazemos. Afinal, esse é o melhor tipo de crítica que você pode receber. Uma grande profissional se dispõe a ajudar. E ela explica essa ajuda não com um ataque, mas com uma avaliação baseada em evidências. Desde então, Debora se tornou colaboradora assídua do site e seus textos vêm sendo um sucesso entre os educadores. NOVA ESCOLA existe para garantir o prazer em ensinar e o prazer em aprender. Ao longo da nossa história, nunca quisemos fazer algo impositivo. Queríamos construir, junto com os professores, soluções efetivas para a sala de aula. Porém, existe uma longa distância entre o querer e o fazer. E, em muitos momentos, nós não fizemos. O caso de Debora, em tecnologia, é um exemplo. Mas não é suficiente. Era preciso ir mais longe, arriscar mais. Era preciso agir. Por isso, com o apoio da Fundação Lemann e do Google.org, NOVA ESCOLA vai produzir milhares de planos de aula, gratuitos, de alta qualidade, alinhados à Base Nacional Comum Curricular. Havia vários caminhos para fazer isso. Mas, honrando os nossos princípios, nós queremos fazer isso com você. Você será a autora ou o autor. Os primeiros planos serão de Matemática. Mais adiante virão as outras disciplinas. Cada aprovado no processo seletivo receberá formação específica e gratuita para fazer os textos e receberá uma remuneração pelo seu trabalho. Para se candidatar, basta entrar em novaescola.org.br/inscricoes. Vem com a gente nessa jornada. É a chance de fazermos algo grande e poderoso pela Educação brasileira. E juntos! Eu sempre coloco meu e-mail aqui, para dialogar com você — se você não anotou, vai de novo: leandro@novaescola.org.br. Nesta edição, tenho uma novidade para contar. O texto sobre formação de coordenadoras, que você lerá mais adiante, foi sugestão de uma das nossas leitoras. Foi por causa de um educador, de uma educadora como você que nós descobrimos essa iniciativa. E, semanas atrás, fizemos um texto para o site sobre orações em sala de aula, por causa de dúvidas que vocês me enviaram por e-mail. Eu não tenho o prazer de ser professor, como vocês. Mas tenho muita sorte em conviver com tantos educadores comprometidos com seus alunos — e dispostos a fazer com que NOVA ESCOLA, cada vez mais, seja a casa dos educadores. Dúvidas? Críticas? Sugestões? Não preciso dizer, né? Elas são muito bem-vindas! Grande abraço. (REVISTA NOVA ESCOLA, jun./jul. de 2017, edição eletrônica)

O editorial da Revista Nova Escola é assinado por um editorialista e é pela perspectiva dele que as informações sobre a edição são apresentadas aos leitores/consumidores. O título do editorial retoma a cenografia de que a publicação de uma revista especializada para o público docente estabelece uma relação direta entre professores, apagando-se, assim, a mediação da empresa midiática nessa relação, mesmo que o editorial, assinado por um “diretor editorial e de produtos”, já de saída borre essa configuração.

Ao longo de todo o texto, essa ausência/presença da empresa midiática na relação entre professores vai sendo tecida. Adota-se um tom confessional, ao se reconhecer que nem sempre a revista alcança resultados satisfatórios em suas edições. Esse reconhecimento parte da intervenção de uma professora, que, por meio de um contato direto, torna-se colaboradora assídua do *site* da revista. Essa cena enunciativa, que distingue e, ao mesmo tempo, articula Nova Escola e docentes, se constitui por meio dos efeitos de sentido que o sintagma Nova Escola gera de acordo com a semântica global que rege a prática discursiva. A revista Nova Escola não é uma instituição constituída por docentes. A estas/estes é reservado um lugar de colaboração. A primeira pessoa do plural retoma uma comunidade discursiva que, se por um lado, não pode prescindir de dialogar com professores, os exclui do escopo que constitui: “Ela me mandou alguns exemplos, que me fizeram pensar não apenas no conteúdo que fazemos mas também no como fazemos.” (grifos nossos). Nesse enunciado destacado, a Nova Escola sou eu/somos nós; a docente é ela, assume o lugar da não-pessoa, conforme Benveniste (1991).

Ao se propor a produzir milhares de planos de aula alinhados à Base Nacional Curricular Comum, a Nova Escola refaz as condições favoráveis à colaboração das/dos docentes na revista. Poderia a revista produzir esses milhares de planos de aula sem a colaboração de docentes? A participação de docentes seria unicamente por uma questão de princípios ou por um imperativo sem o qual a revista não alcançaria suas metas? Mesmo sem respostas definitivas para essas questões, o modo como essa cena de enunciação se constitui revela o caráter assimétrico na hibridização entre os campos discursivos, garantindo uma sobreposição entre eles.

A incorporação de docentes na ação de produzir planos de aula se efetiva mediante uma condução direcionada pela comunidade discursiva midiática (o “nós” recorrente no texto), já que implica a seleção de docentes que poderão colaborar nessa ação e a formação específica prévia. A produção de planos de aulas torna-se uma prática discursiva que, se comum aos docentes na ordem institucional em que atuam, no campo midiático, ainda lhes é estranha e exige nova qualificação. Os movimentos de distanciamento e aproximação das fronteiras entre campos configuram uma ação de persuasão para a participação do outro em um projeto proposto em um lugar exógeno ao seu, sem que se declare a pertinência da participação desse outro e as razões pelas quais deve-se submeter a novas coerções, que lhes serão informadas quando da formação específica para essa

ação, já que sua experiência docente não parece ser suficiente. Defende-se, então, que a configuração híbrida desse espaço promove a confrontação entre forças, na qual as instituições midiáticas/empresariais impõem às instituições acadêmicas um deslocamento de seus sujeitos da posição de profissional docente para a posição de consumidor docente.

Esse deslocamento da posição de profissional para a de consumidor gera diversos deslocamentos outros, implicados pela prática discursiva híbrida constituída nas revistas. Exemplo disso é que as revistas assumem o lugar de prescrever o trabalho docente. Assim, quando se reconhece que essas publicações especializadas se propõem a ser instância de formação para a docência, identifica-se também uma maneira de enunciar, que pode ser exemplificada no texto que segue:

Por trás da emoção

A cena é recorrente no mundo audiovisual. O depoente começa a falar de sua trajetória, de todos os percalços que teve de vencer. A lembrança dos momentos difíceis, invariavelmente, mareja os olhos, faz a fala soluçar. A câmera, moto-contínuo, vai se aproximando num zoom lento até alcançar os olhos, com o enquadramento bem fechado, como se quisesse frisar a lágrima com uma lente grande angular. Tudo isso se repetiu algumas vezes nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, no mês passado. Poliana Okamoto, medalhista de bronze na maratona aquática, Rafaela Silva, ouro no judô, e Sérgio Dutra Santos, o Serginho do vôlei masculino, também medalhista de ouro, foram alguns dos atletas que caíram no choro ante as câmaras ao rememorar dores físicas, sofrimentos e privações diversas vividas para conquistarem seus objetivos. Para além do roteiro dramático tão ao gosto das TVs, o exemplo desses atletas, que tiveram de lidar com a realidade, estar frente a frente com suas limitações, internas e externas, errar e aprender com seus erros, corrigir-se permanentemente, tem muito a dialogar com uma face da educação que anda obscurecida. Afinal, para chegar aonde chegaram, eles precisaram desenvolver um enorme senso de autodisciplina, a capacidade de melhorar seu desempenho por meio da dedicação permanente, esquecendo da autopiedade tão em voga nos dias de hoje. Autodisciplina está desvalorizada pelo fato de ser confundida com disciplina, por sua vez confundida com autoritarismo, mas um emaranhado pertencente ao “legado” dos nossos 21 anos de ditadura. Ela, aliada à possibilidade — e à capacidade — de errar e aprender com os próprios erros, como mostra a matéria de capa desta edição, são elementos-chave para retomarmos uma dimensão forte da educação. Aos professores, além do incontornável domínio de seus objetos de estudo, cabe também ajudar os alunos a descobrir o que pode motivá-los a conquistar esse senso de disciplina que só parecemos invejar quando vemos lágrimas em close na TV. Rubem Barros, editor. (REVISTA EDUCAÇÃO, set. de 2016, edição eletrônica)

Na narrativa de fatos de superação, o emprego de verbos como “vencer”, “lidar”, “melhorar” coloca em funcionamento um modo prescritivo de enunciar. Os fatos narrados servem para divulgar a matéria de capa da revista e direcionar o trabalho de docentes, que, inspirados na trajetória dos atletas, devem superar também obstáculos para realizar sua atividade. Entende-se, ao se observar esse modo de enunciar, que os editoriais também funcionam como mecanismos que validam as revistas como instância de formação para a docência. Há problemas que afligem docentes e a indicação de atitudes e posturas a serem assumidas no enfrentamento desses problemas é validada nos editoriais. Por ser um produto de consumo, valorizar o heroísmo de professores na superação das adversidades e as carreiras docentes consideradas bem-sucedidas oferece ao consumidor um modelo de docente idealizado, posição sujeito de uma formação discursiva (FD) que constitui o professor ideal.

Essa FD sustenta dizeres nas revistas que prescrevem modelos, maneiras de fazer, atitudes a serem assumidas pelo consumidor que dependem unicamente de esforço pessoal. A posição de um professor idealizado faz emergir também seu avesso, o professor recusado. A inscrição do professor recusado nessa formação discursiva ocorre, em muitos casos, pelo seu apagamento, ou seja, o professor ideal aparece como desejável e seu avesso é aquele consumidor que não incorpora as características desejáveis do primeiro. O texto que segue enriquece a discussão.

Poesia e ciência contra a picuinha de todo dia

Ainda não viramos hippies por aqui. Mas alguns versos, com planejamento, ajudam a repensar nossa escola

LEANDRO BEGUOCI, Diretor editorial e de conteúdo

[...] A picuinha é um bichinho que nunca precisa caçar. Ao menor sinal, há um monte de gente disposta a alimentá-lo. Porém, não basta se indignar. É preciso olhar para o problema da convivência entre alunos, professores e pais como uma ciência. Tem menos charme, é verdade — o drama também é um jeito de dar emoção às nossas vidas. Mas fazer isso ainda é a melhor maneira de cumprir nossa missão. Para isso, você precisa chegar às raízes dos desentendimentos, indo além dos comportamentos individuais. No caso dos alunos, vale investigar por que alguns são desatentos, por que outros são indisciplinados e por que poucos estão engajados. Então, elabore propostas de intervenção — até os melhores alunos precisam de planos para avançar. No caso dos colegas, o princípio é o mesmo. O que motiva alguns, o que desmotiva outros e quais são os fatores que agregam ou desagregam o corpo docente? [...] Pode parecer mais trabalho — e é. Essas ações consomem energia a curto prazo. Porém, economizam paciência e tempo a médio prazo. Afinal, só um masoquista acorda com vontade de sofrer. E não, não nos esquecemos das famílias. O caso delas é mais complicado porque o convívio não é direto. Mas você pode criar espaços para entendê-las, como reuniões e festas. Também pode perguntar diretamente aos pais como eles gostariam de colaborar. O próximo passo é criar um plano de relacionamento — que pode ser feito com outros colegas e com a equipe gestora. Por fim, é honesto dizer. Nem tudo está a seu alcance. A escola está na sociedade e vive situações fora do controle dela, como em zonas de conflito. De todo modo, é preciso estudar a sua escola também e se perguntar, com método, o que cabe a ela. Você vai perceber que o seu papel, dentro dessa instituição, é muito maior do que pensava — e a sua capacidade de influenciar positivamente a mudança, com outras pessoas, também. Vamos quebrar esse ciclo negativo? Se tiver ideias ou exemplos, me escreva no leandro@novaescola.org.br, Grande abraço. (REVISTA NOVA ESCOLA, dez. de 2017, edição eletrônica)

O texto ajuda a refletir sobre o funcionamento da FD, ao destacar a individualização do professor e sua responsabilização no contexto de trabalho, as soluções para os problemas estão sob a responsabilidade desse profissional, que parece trabalhar sozinho, isolado. O funcionamento discursivo é aquele que invisibiliza os demais profissionais que trabalham na escola e/ou os mostram passivamente, como se estivessem à mercê das decisões tomadas pelo único responsável por mudar o que não funciona: o professor. O funcionamento dessa FD também descarta a posição do profissional que faz parte de um sistema educacional, submetido às demandas de um sistema cuja força motriz não depende desse profissional. Nessa cena enunciativa, a possibilidade de tornar-se o professor ideal é oferecida para todos os consumidores que estiverem dispostos a sê-lo, modelos são veiculados em todas as edições das revistas analisadas. O professor recusado, por sua vez, está inscrito pelo seu

apagamento, reiterando a bipartição do lugar do consumidor: o professor ideal identifica-se ao que está na revista, submetido às coerções do campo empresarial/midiático, e o professor recusado identifica-se ao leitor/consumidor, porque busca no consumo da revista tornar-se um professor ideal. Essa é uma característica do campo midiático: oferecer ao consumidor produtos ideais, que alcancem resultados extraordinários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar a síntese desta discussão, retoma-se a ideia de inscrição, para insistir no argumento de que as coordenadas dêiticas do discurso se estabelecem na unidade da cena de enunciação, desde a definição do quadro cênico à configuração da cenografia enunciativa. No contexto das práticas discursivas fronteiriças, as zonas de interseção entre os campos são tecidas nos meandros dessa unidade, em um movimento de acomodação que revela confrontos em torno do modo como as fronteiras irão avançar ou retroceder no espaço geográfico do discurso. Reconhecer na configuração dos gêneros discursivos os traços desse confronto é também uma via de acesso à compreensão do funcionamento discursivo em curso.

Em relação ao espaço discursivo híbrido constituído pela prática discursiva de produzir, fazer circular e ler/consumir revistas especializadas para segmentos profissionais, como o profissional docente em especial, cuja existência depende da confluência entre campos, a observação de quadros cênicos é reveladora dos deslocamentos necessários à acomodação das posições sujeito que se esbarram e sobrepõem-se. Os editoriais, nesse processo, demarcam o modo como as empresas midiáticas avançam na direção de campos discursivos nos quais configuram novos consumidores para os produtos que oferecem no mercado editorial.

No percurso teórico-analítico que aqui se traçou, esse espaço discursivo híbrido entre a academia, a mídia e o mercado revelou-se uma armadilha que encerra as/os docentes. Isso porque, na confluência assimétrica entre os campos, os espaços discursivos constituídos autorizam a participação de docentes nessa prática discursiva desde que monitorada pela empresa midiática. As/os docentes que nela se inserem dispõem de seus saberes e experiências, para operar pelo consumo das revistas, falta às/aos jornalistas disporem de seus saberes e experiências para operarem pela valorização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *A natureza dos pronomes*. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3^a ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.



BEZERRA, Diego Michel Nascimento; PESSOA, Fátima Cristina da Costa. **A cena englobante da prática discursiva político-midiática do governo do Estado do Pará: a constituição das instâncias de enunciação da propaganda oficial.** *Revista Desenredo*. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Vol. 12, n. 1, jan./jun., 2016, p. 139 – 160.

DEUSDARÁ, Bruno, ROCHA, Décio, ARANTES, Poliana Coeli Costa. **Repensando a relação entre quadro cênico e cenografia: contribuição para o debate sobre racismo na publicidade.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 15, n. 3, p. 426-442, set./dez. 2019.

FURLANETTO, Maria Marta. **Gênero do discurso como componente do arquivo em Dominique Maingueneau.** In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MAINQUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINQUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo, Cortez, 2013.

MAINQUENEAU, Dominique. **Historicidade de um gênero de discurso: o sermão.** In: MAINQUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Perez Souza-e-Silva. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINQUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação.** Parábola Editorial, São Paulo, 2008a.

MAINQUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINQUENEAU, Dominique. **Ethos, cenografia, incorporação.** In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si nos discursos: a construção do ethos*. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

MAINQUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Tradução Freda Indursky. 3^a ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

POSENTEI, Sírio. **O sujeito fora do arquivo?** In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 242 (eletrônica), setembro de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 303 (eletrônica), junho/julho de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 308 (eletrônica), dezembro de 2017.

REVISTAPRESENÇAPEDAGÓGICA, Editora do Professor, edição 129 (elet.), maio/junho de 2016.

ROCHA, Décio. **Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia.** *D.E.L.T.A.* nº 29, vol. 1, 2013, p. 135 – 159.

MEDIANEIRA DE SOUZA, Maria; PAIVA DIONÍSIO, Angela. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial.** 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

A ação pela linguagem no trabalho parlamentar: *apontamentos sobre coerções de gênero*

Isabel Cristina Rodrigues

OS JORNAIS TELEVISIVOS EXIBEM COM FREQUÊNCIA reportagens realizadas nos diversos parlamentos do país, com destaque para o Congresso Nacional, reproduzindo trechos de discussões em plenário de projetos de lei e, muitas vezes, cenas do momento de votação desses projetos. Ambas as atividades – discutir e votar – fazem parte, como se sabe, da esfera de trabalho do poder legislativo, responsável pela elaboração de normas que consolidam direitos e compõem o ordenamento jurídico do Estado. A discussão de projetos, incluindo aí sua votação, é uma das etapas de um procedimento institucional mais amplo: trata-se do processo legislativo, compreendido, em linhas gerais, como uma sucessão de atos que se cumprem para a produção de uma norma jurídica.

Neste artigo, procuramos apresentar uma análise justamente do trabalho dos parlamentares nesse que parece ser seu traço mais distintivo: reunir-se em assembleia e, pelo uso da palavra, promover certas ações no mundo. Interessam-nos, em especial, indo ao encontro da temática desta publicação, questões relacionadas a coerções que os gêneros que circulam nessa esfera produzem.

Nossa abordagem do tema se faz por uma perspectiva pragmático-discursiva (AUSTIN, 1990 [1962]; MAINGUENEAU, 2005 [1984], 2001), procurando mapear tanto o papel institucional na regulação explícita das coerções de gênero quanto fatos de linguagem que se insurgem derivados de práticas discursivas. Antes dos efeitos performativos das leis, tais fatos, que reiteram certa forma composicional e estilo (BAKHTIN, 2011 [1979]), já revelam um grau de performatividade diluído nos pronunciamentos dos deputados.

Para situar as considerações que fazemos, valemo-nos de alguns dispositivos normativos acerca do processo legislativo. Mas destacamos, sobretudo, as transcrições das sessões plenárias nas quais se debateu o projeto de lei 1653/2000 (ALERJ, 2000b), o primeiro no Brasil a propor cotas para ingresso em universidade pública. A partir de trechos dessas sessões, teremos acesso a modos de uso da palavra em pronunciamentos parlamentares.¹

ENTRE DEBATER E LEGISLAR: O PAPEL INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO DE COERÇÕES DE GÊNERO

No âmbito do estado do Rio de Janeiro, um projeto de lei ordinária, espécie normativa que nos interessa mais de perto, após sua proposição, segue em resumo estas etapas:

¹ Em Rodrigues (2014), pode-se consultar o conjunto dessa pesquisa.

tramitação em comissões temáticas de avaliação, que emitem parecer sobre sua pertinência; discussão em plenário pelos deputados, momento em que podem ser apreciadas diferentes emendas ao texto original; votação pelos deputados, também em plenário; sanção do governador. Caso haja veto do governador à forma final, o projeto volta ao plenário para discussão dos vetos, que podem ser rejeitados ou mantidos.

Considerando essas etapas, está mais visível a produção de pelo menos três textualidades: 1) a proposição de um projeto de lei; 2) a discussão dessa proposição, realizada em sessões plenárias, que inclui também votações e análise de vetos; 3) a lei originada desse processo. Essas três textualidades apontam para dois gêneros de discurso que atravessam o trabalho parlamentar. Um deles é a própria “norma jurídica”; o outro, as “discussões em plenário”. Observe-se que o projeto de lei parece reunir elementos desses dois gêneros de discurso: apesar de ainda não ter valor legal, o projeto já é escrito no formato de lei, mas é também acompanhado por uma justificativa, uma argumentação em seu favor, assinada por quem faz sua proposição.

COERÇÕES DO GÊNERO “LEI”

As leis são textos cujas coerções são amplamente normatizadas. O título IV da Constituição Federal (BRASIL, 1988) trata da organização dos poderes, sendo o capítulo I dedicado ao poder legislativo. Na seção VIII desse capítulo está o artigo 59, que normatiza o processo legislativo, prevendo lei complementar que disponha sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Os procedimentos contidos na Constituição e nas leis complementares federais 95/1998 e 107/2001, além do que é disposto nos regimentos internos das casas legislativas e em outros documentos que também se voltam para esse tema, constituem “metaleis”, que definem o processo de produção das leis. E ainda poderíamos citar glossários e manuais diversos de técnicas legislativas, criados com a finalidade de auxiliar na compreensão e na confecção das normas.

Na elaboração de uma lei, além da atenção necessária com suas características mais típicas, como a organização em partes (preliminar, normativa e final), artigos, parágrafos, incisos, é preciso também garantir procedimentos como a vinculação com outras normas e a produção de efeitos como generalidade e abstração, para fins de impessoalidade. Toda a metalinguagem a que nos referimos, ao evidenciar e reiterar as coerções de forma composicional e estilo, acaba promovendo a regulação explícita de um gênero que se destaca por materializar o próprio Estado de direito.

Retornando ao texto constitucional, o inciso II de seu artigo 5º estabelece o seguinte princípio de legalidade: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Definir objetivamente o que é ou não lei parece representar,

portanto, uma forma de resguardar esse princípio, assim como atender rigorosamente aos trâmites previstos no processo legislativo significa garantir a validade da lei.

Como dissemos, o projeto, a ser apresentado, já está em formato de lei, produzindo esses mesmos efeitos, a não ser pela presença de uma justificativa. Em contraponto, as discussões em plenário são o espaço das vozes diversas em disputa acerca dos sentidos da matéria em pauta. Zoppi-Fontana (2005) lembra que a escrita jurídica procura legitimar e estabilizar sentidos que derivam dos conflitos sociais, criar uma espécie de “ponto zero enunciativo”, como se, a partir de uma lei, um dado sentido sobre o político fosse inaugurado ou estabelecido como o único legítimo – submetendo todos igualmente ao cumprimento da norma.

Observa-se, assim, ao longo do processo legislativo uma tensão entre um sentido que se fixa, expresso no texto da lei, e os vários sentidos que podem se colocar em embate nas posições manifestas pelos deputados responsáveis pela aprovação da lei. Que coerções estariam associadas a modos de uso da palavra neste segundo âmbito?

COERÇÕES DO GÊNERO “DISCUSSÃO EM PLENÁRIO”

Nas sessões plenárias, os parlamentares se pronunciam publicamente, apreciando e votando matérias. Obviamente, à exceção da votação, esse trabalho de apreciação não se realiza só no plenário, mas essas sessões são o espaço institucional resguardado para o que nos parece em certa medida uma exibição institucional da democracia formal: a partir de um debate com representantes eleitos pela população, decisões serão tomadas e definirão o que se pode tornar lei.

A constituição do estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1989), em seu artigo 102 – primeiro da seção “Dos deputados”, que integra o capítulo que trata do poder legislativo –, determina que “os deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Note-se que esse dispositivo protege a prerrogativa do trabalho do parlamentar que, tendo como matéria-prima fundamental a palavra, argumenta, delibera e constitui direitos.

Assim como as leis, não há dúvida de que as falas feitas nas sessões plenárias se inserem no tipo de discurso político. Mas de que modo caracteriza esse gênero “discussão”, cujas coerções são aparentemente menos explícitas? Com base nas considerações de Maingueneau (2001),

Dizer que a cena de enunciação de um enunciado político é a cena englobante política, ou que a cena de um enunciado filosófico é a cena englobante filosófica etc. é insuficiente: um coenunciador não está tratando com o político ou com o filosófico em geral, mas sim com *gêneros de discurso* particulares. Cada gênero de discurso define seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”; numa aula, trata-se de um professor dirigindo-se a alunos etc.

Essas duas “cenas” definem conjuntamente o que poderia ser chamado de **quadro cênico** do texto. É ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso. (MAINGUENEAU, 2001, pp. 86-87. Grifos do original.)

Assim, além de todas as características já debatidas do texto de lei, podem-se ainda ressaltar os papéis definidos em seu “quadro cênico”. O preâmbulo de uma espécie normativa indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal. Na Constituição (BRASIL, 1988), por exemplo: “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em assembleia nacional constituinte para instituir um estado democrático, (...), promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. Nesse caso, o discurso político se atualiza entre “representantes do povo”, que são agentes públicos do Estado, e o próprio povo.

Em relação ao plenário legislativo, porém, parece-nos necessário, primeiramente, polemizar a própria designação “discussão”. Muitos eventos, de diferentes formatos e propósitos, podem ser nomeados como “discussão”. Perguntamos: alguns traços comumente associados ao sentido mais básico conferido a essa palavra estão presentes no que se observa em uma assembleia de deputados? Por exemplo, as tomadas de turno remetem às outras falas com esforços consensuais ou de polarização? A matéria é claramente discutida, ou se fazem somente pronunciamentos acerca dos temas?

Sabe-se que muitas matérias, ao serem colocadas na ordem do dia para discussão, já parecem ter seus termos definidos. O plenário não é, pelo menos não necessária ou prioritariamente, um espaço de discussões que objetivam a convencimentos. Negociações e acordos costumam acontecer antes, circulam em lugares diversos, até pelo trabalho de representação que se faz: idealmente, ao entrar em pauta, uma matéria precisa ser conhecida, ter sido estudada – quem a propõe, quem a apoia, que efeitos produzirá ao se efetivar em lei, de que aperfeiçoamentos necessita, o que os diferentes segmentos sociais esperam de cada deputado, que interesses circundam o projeto.

No que diz respeito à normatização do uso da palavra em plenário, destaca-se o título V do regimento interno da Alerj (1997), que trata “Dos debates e das deliberações”. Seu capítulo IX intitula-se “Das discussões” (artigos 144 a 148), e a primeira seção desse capítulo regula “Do uso específico da palavra” (artigos 149 a 154). Além da definição inicial do capítulo IX – “discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em plenário” –, encontram-se nele regras de funcionamento para esse momento do processo legislativo. O conteúdo dessas regras estabelece alguns parâmetros: trata-se de uma assembleia de deputados, ou seja, enunciadores legitimados por eleições, segundo a ordem democrática brasileira; esses deputados podem tomar a palavra para se pronunciar sobre matérias em pauta, mas, para isso, devem ter a permissão de um deputado com a função de presidente, uma espécie de macroenunciador; os deputados – em função do caráter institucional,

e não privado — devem se dirigir ao presidente e à Assembleia de modo geral, e não individual, valendo-se de tratamento cerimonioso, intermediado por formas como “senhor deputado” e “excelência”, sem palavras “injuriosas” ou “difamatórias”, de modo a se manter “ordem” e “urbanidade” durante o debate.

Infere-se que a fala de cada deputado deve ser rigidamente assegurada, submetendo-se todos aos mesmos critérios no modo de tomar a palavra, com tempo estipulado, entre outros. Chama atenção que um deputado que fala é designado como “orador” — e não como “debatedor”, por exemplo — e deve ocupar a “tribuna”, onde usará um microfone e terá sua fala — também chamada “pronunciamento” — registrada. Esses elementos constituem uma forma específica de realizar essa “discussão”, caracterizando um processo que visa a criar (e a dar legitimidade a) uma lei em um Estado de direito.

Há vários outros elementos que agem sobre a configuração de uma discussão em plenário, como, por exemplo, regimes de tramitação e de votação das matérias. Mas, para além do normatizado, outros elementos também podem ser apontados como próprios desse gênero. Na próxima seção, abordaremos elementos, recorrentes nas falas dos deputados em plenário, que acabam por atualizar práticas lingüísticas recorrentes.

AINDA ENTRE LEGISLAR E DEBATER: ELEMENTOS DE PERFORMATIVIDADE COMO COERÇÃO DE GÊNERO

A denominação “discurso” diz respeito a um modo de apreensão da palavra em sua dimensão sócio-histórica — ou seja, do texto em sua relação constitutiva com a comunidade que o produz, atravessados pelos demais componentes de uma semântica global, como tempo, lugar, modo de enunciação, dentre outros (MAINGUENEAU, 2005 [1984]). As coerções de gênero estão estreitamente relacionadas com a dimensão sócio-histórica da linguagem.

Em relação às discussões plenárias, como vimos na seção anterior, há também coerções normatizadas, mas que operam sobretudo na direção de estabelecer modos de tomar a palavra no parlamento. Os papéis definidos nesse quadro cênico indicam que o discurso político se atualiza entre representantes eleitos do povo. Estes, por meio de pronunciamentos, argumentam em favor de suas plataformas políticas, em função das quais teriam sido eleitos.

Presume-se que a palavra, nesse contexto, deve reiterar posicionamentos prévios, uma promessa de campanha, que venha a dar sustentação ao conteúdo de uma lei. Trata-se, portanto, de uma atividade de trabalho em que é preciso falar não só para se posicionar, mas também para recuperar agendas ideológicas. Nesse sentido, um funcionamento performativo (AUSTIN, 1990 [1962]) — já presente em ritos do processo legislativo — parece se tornar uma necessidade, como procuraremos indicar.

“EM DISCUSSÃO A MATÉRIA”: OS RITOS PERFORMATIVOS NA SESSÃO PLENÁRIA

O projeto de lei 1653/2000, que tomaremos como exemplo dos apontamentos que fazemos, tramitou na Alerj por seis sessões plenárias. Proposto por Anthony Garotinho, então governador do estado do Rio de Janeiro, deu origem à lei 3524/2000 (ALERJ, 2000a), fazendo com que a Uerj fosse a primeira universidade pública no Brasil a implantar um sistema de cotas por força de legislação externa a seus muros².

O projeto esteve em pauta em seis sessões plenárias³ e, em sentido amplo, foi debatido em todas elas: a emissão dos pareceres foi feita nas duas primeiras (09 e 15/08/2000) e em boa parte da terceira sessão (05/12/2000); na quarta (06/12/2000), foram avaliadas e votadas as emendas propostas ao projeto; na quinta (07/12/2000), houve a aprovação do texto final; na sexta (04/04/2001), avaliaram-se os vetos do governador a esse texto. No entanto, há claramente um momento formalizado em que o presidente da assembleia abre a “discussão”, entendida como uma etapa do processo legislativo, e outro em que a encerra. Essa discussão, em sentido estrito, ocorreu em parte da terceira sessão, realizada no dia 05/12/2000, às 18 horas.

Os efeitos performativos da palavra se observam nos próprios ritos da assembleia: após os pareceres favoráveis das devidas comissões, condição para que haja a discussão, é preciso que alguém, investido dessa prerrogativa institucional, diga “está aberta” ou “está encerrada” a discussão. Esse ato de fala discrimina a etapa designada “discussão”, etapa que cumpre a função institucional de dar visibilidade ao debate democrático, pois todos os deputados eleitos podem se pronunciar sobre a matéria, declarar os votos que darão, possivelmente diante de um público que assiste à sessão. Observe o trecho a seguir, que delimita o início da etapa de “discussão” do projeto de lei 1653/2000:

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO CABRAL) – Quatro a um. Com os pareceres emitidos, *em discussão a matéria*.

É importante esclarecer a todos que acompanham, e não têm obrigação de conhecer o Processo Legislativo, que o Projeto recebeu emendas, mas o Processo de discussão vai se encerrar hoje. Quando voltar à pauta, para serem analisadas as emendas, só podem encaminhar por partido. O Regimento é sábio a esse respeito. Nesse momento, todos os Srs. Deputados podem se manifestar, discutindo a matéria. Ele vai sair de Pauta, por conta das emendas, e afirmo a vocês, que acompanham, e aos Srs. Deputados, que ele voltará amanhã, em Sessão Extraordinária, às 18h30, para votação final.

Antes, porém, de *convocar o primeiro orador a discutir a matéria*, o Sr. Deputado Carlos Dias foi citado, e quer se manifestar sobre o que foi dito a seu respeito.

2 Há um efeito inaugural nessa legislação que nos faz compreender tal lei como um acontecimento discursivo (FOUCAULT, 2005 [1969]).

3 A íntegra da transcrição dessas sessões pode ser encontrada em Rodrigues (2014). No momento em que este artigo foi para o prelo, ainda não havíamos conseguido novo acesso a essa transcrição pela página da Alerj.



O SR. CARLOS DIAS – (...)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO CABRAL) – *Para discutir a matéria, dispondo de sete minutos e meio, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Brazão.* (RODRIGUES, 2014, anexo 4, pp. 241-242. Grifos nossos.)

Sete deputados pediram a palavra para “discutir” o projeto. Após essas falas, incluindo os apartes que foram feitos a elas por outros deputados, o presidente encerra a discussão, como se observa abaixo:

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO CABRAL) – O tempo de Vossa Excelência está esgotado. Queira concluir, por favor.

O SR. CARLOS DIAS – Vou concluir. (...)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO CABRAL) – *Não havendo mais quem queira discutir a matéria, o Projeto recebeu 24 Emendas, e será analisado, por este plenário, na 2ª Sessão Extraordinária.* (RODRIGUES, 2014, anexo 4, p. 262. Grifos nossos.)

A noção de performatividade foi delineada pelo filósofo John Austin (1990 [1962]), que, por meio dela, distanciou-se de uma compreensão de linguagem como representação do mundo, predominante em sua época. Na perspectiva da linguagem como representação, “dizer” seria, fundamentalmente, declarar algo sobre o mundo ou descrever o mundo; em sendo assim, as declarações poderiam ser consideradas falsas ou verdadeiras. A verdade constituiria uma espécie de garantia de adequação entre linguagem e realidade. Aenunciados deste tipo, Austin chama inicialmente de constatativos. O autor, porém, lança foco sobre enunciados de outra natureza, os performativos, aqueles que ao serem proferidos realizam uma ação no mundo:

Podem-se encontrar proferimentos que satisfazem estas condições e

- A. que nada “descrevam” nem “relatem”, e nem sejam “verdadeiros ou falsos”;

- B. cujo proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo.

(...)

Exemplos:

- (a) “Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa” – do modo como é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento.

- (b) “Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.

(...)

Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é *descrever* o ato que estaria praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é falso ou verdadeiro (...). (AUSTIN, 1990 [1962], conferência 1, p. 24. Grifos do original.)

Nesse momento inicial da formulação que propôs, o autor aponta alguns aspectos típicos de proferimentos performativos – como alguns verbos específicos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na voz ativa. Em relação a esses aspectos, é importante ressaltar que não basta que se profiram tais verbos, com aquelas características: é necessário que as circunstâncias do proferimento sejam apropriadas para que haja uma ação sobre o mundo.

Essa é a formulação mais básica do pensamento austiniano, que envolve uma série de questões filosóficas de domínio jurídico, no qual se situa a relação entre dizer e fazer. Austin justifica até mesmo a escolha do termo “performativo”, de modo a deixar claro o contraste do enunciado que investiga em relação aos constatativos. Mas esse contraste não diz respeito apenas ao fato de os performativos produzirem uma “transformação” no mundo. Eles também não podem ser avaliados em termos de verdade ou falsidade:

Estes proferimentos [os performativos] têm a aparência – ou pelo menos a forma grammatical – de “declarações”; observados mais de perto, porém, resultam ser proferimentos que não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”. No entanto, ser “verdadeiro” ou “falso” é tradicionalmente a marca característica de uma declaração. Um de nossos exemplos era o proferimento “Aceito” (esta mulher como minha legítima esposa...), quando proferido no decurso de uma cerimônia de casamento. Aqui devemos assinalar que ao dizer esta palavra estamos *fazendo* algo, a saber, estamos nos casando e não relatando algo, a saber, o fato de estarmos nos casando. E o ato de casar, como, digamos, o ato de apostar, por exemplo, deve ser de preferência descrito (ainda que de modo inexato) como *um ato de dizer certas palavras*, e não como a realização de um ato distinto, interior e espiritual, de que tais palavras são meros sinais externos e audíveis. (AUSTIN, 1990 [1962], conferência 2, pp. 29-30. Grifos do original.)

Essa bipartição entre enunciados constatativos e performativos será reformulada posteriormente por Austin, que mostrará que tanto um quanto outro fazem parte de uma configuração mais ampla da linguagem em “forças ilocucionárias”. Importa-nos enfatizar que um “ato de fala”, nos termos de Austin, parece mais marcado na materialidade linguística de certas práticas discursivas, e que todo ato de fala se vincula a certas convenções. Retomando nossa análise, abrir e encerrar a discussão de uma matéria em uma sessão plenária são atos que se cumprem quando um enunciador autorizado diz certas palavras, atos que resguardam a legitimidade da discussão como uma etapa do processo legislativo.

“EU VOTO SIM”: A LINGUAGEM COMO AÇÃO NO MUNDO NO TRABALHO DO PARLAMENTAR

Considerando a matéria do projeto de lei 1653/2000, pode-se acompanhar sua discussão em plenário aguardando que as falas dos deputados venham a construir diferentes concepções do que seria “reserva de vagas em universidades públicas”, especialmente para estudantes da rede pública de ensino. De fato, as falas apontam para essas concepções e, também, para uma reorientação da matéria – não interessava a alguns somente tratar da reserva de vagas em questão, mas sobretudo do direito à educação. Seguindo esse percurso



de debate, porém, é possível depreender certos usos de linguagem, recorrentes, que indicam uma forma específica de agir pela palavra. Não bastava aos deputados expressar um ponto de vista, era preciso, também, explicitar que esse ponto de vista estava sendo *dito, confessado, admitido, reconhecido*. O trecho a seguir reproduz o pronunciamento de Domingos Brazão, o primeiro dos sete deputados que tomaram a palavra para discutir o projeto⁴:

DOMINGOS BRAZÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, jovens estudantes presentes nas galerias, de antemão *gostaria de dizer* do sinal que temos hoje nesta Casa, quando *apreciamos* um projeto como esse, uma mensagem do Poder Executivo, indiscutível no seu cunho social. Estamos tendo hoje a certeza de que, infelizmente, se não *votarmos favorável* a esta mensagem do Poder Executivo, embora no meu entender ela seja inconstitucional, não estaremos *dando oportunidade* a esses jovens. *Confesso* minha tristeza ao me sentir obrigado a *reconhecer* que o estudo em nosso país está falido, que não temos condição de *dar igualdade* ao aluno da rede pública estadual com os da rede particular. É com tristeza, torno a *repetir*, que precisamos *votar favoravelmente* a essa mensagem, porque ela é de uma importância social enorme. *Votarei favoravelmente* a essa mensagem, mas gostaria que vocês saíssem daqui com a certeza de que é triste *termos que admitir* a necessidade de *aprovar uma matéria*, que no meu entender é inconstitucional, pois se assim não o fizermos não *daremos condições* a muitos de vocês de poderem disputar uma cadeira numa faculdade da rede pública estadual ou federal. Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (RODRIGUES, 2014, anexo 4, pp. 242-243. Grifos nossos.)

A fala do deputado expressa não apenas seus pontos de vista sobre a matéria, trata-se também de explicitar o que se faz quando se fala em uma sessão plenária. Ao dizer “ao me sentir obrigado a reconhecer que o estudo em nosso país está falido”, a situação de falência do ensino não é só mencionada, ela parece enfim ganhar existência diante daquela comunidade, pois ela é “reconhecida”, “confessada”. Esse funcionamento da linguagem parece dar visibilidade ao trabalho do parlamentar, que deve falar. Mostra-se também o trabalho mais habitual que se está realizando, que é o de “apreciar” uma proposição, ou o trabalho mais específico que, na matéria em exemplo, é o de “dar oportunidade” ou “condições” de algo. Viabiliza-se tal “oportunidade”, em primeiro lugar, pela palavra do parlamentar, que assume aquele compromisso. O uso mais emblemático da palavra como forma de ação na esfera parlamentar, porém, parece ser o de dizer “votar” ou “aprovar uma matéria”, momento em que se assume publicamente um compromisso: ser a favor ou não de um projeto que pode se tornar lei.

Nas falas dos sete deputados, observa-se esse mesmo funcionamento. Veja-se, agora, mais um trecho, que apresenta o pronunciamento do último dos sete deputados que tomaram a palavra para discutir o projeto 1653/2000:

CARLOS DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados, trata-se de matéria extremamente polêmica. Acho importante que a *discutamos* ouvindo todas as vertentes de pensa-

4 Além de Domingos Brazão (PMDB), os seguintes deputados também tomaram a palavra, nesta ordem: Nilton Salomão (PSB), Chico Alencar (PT), Cida Diogo (PT), Edmilson Valentim (PCdoB), Carlos Correia (PDT) e Carlos Dias (PTdoB)). Entre parênteses, indicamos os partidos a que estavam filiados à época.

mento sobre as medidas do Governo, que estabelece reserva de vagas no ensino, privilegiando o grupo que egressa das escolas públicas. (...) A escola pública que *devemos discutir* é uma escola pública de qualidade, do ponto de vista do prédio, do salário dos professores, do conteúdo das matérias, da valorização dos professores e dos profissionais da educação. (...) se o direito que *estamos defendendo* é do ingresso e esse ingresso já é garantido através dos sistemas de classificação normal de vestibulares, o que o estado poderia operar? Como já *disse*, no campo da educação, na educação de acesso – o ensino de primeiro grau antigo, o ensino de segundo grau; quer dizer, o ensino básico, diria a educação básica formulada. Então, Sr. Presidente, o que *garante* aqui é esse ingresso. Essa fantasia de vender que o acesso à Universidade vai se encontrar o paraíso e lá a solução de todos os problemas. Será uma grande frustração não só para aqueles que ingressaram, mas, por aqueles quadros que estarão na Universidade tentando trabalhar com essa nova categoria de pessoas egressas do ensino público. (...) Sr. Presidente, o que *tínhamos de discutir* aqui era um programa eficaz que estabelecesse que o aluno tivesse, aí sim, um crédito verdadeiro, educativo; se ele quer alçar ao terceiro grau, que ele pudesse, passando nos sistemas seletivos determinados tivesse o subsídio do Estado para o estudo. (...) Falo de frente, inclusive, por isso, me *posicionei* dessa bancada. Mas, aqueles que se acham dono da verdade já se retiraram da sua falsa democracia. (...) *Concordo* apenas que a amplitude da matéria me chocou, porque nossa obrigação aqui não é fazer a ação do Executivo. (...) Esse é o tema que *deveríamos discutir*. O que *deveria ser* melhor *debatido* são as verbas destinadas à educação no Orçamento. Esta é a questão que *deveria ter sido discutida*, porque esse ensino condena o futuro das pessoas, e os demagogos que vêm assumir as posições, no Governo, criam suas leis, suas “*posiçõezinhas*” e vêm aqui dizer que são salvadores. (...) Não é uma questão de *votar a favor ou contra* o Governo. *Estamos votando contra* exatamente aqueles que nós representamos. É o destino daqueles que, inclusive, às vezes, lhes viram as costas. É isso que *defendemos*. Temos que entender essas incompreensões. (...) *Voto contra* o Projeto, porque ele não vai dar nenhuma condição de melhorar a educação. Pelo contrário, irá prejudicá-la. *Digo* isto, de frente para aqueles que não querem ouvir. (RODRIGUES, 2014, anexo 4, pp. 259-262. Grifos nossos.)

Destacamos nesse pronunciamento, mais uma vez, a reincidência da ação que se faz pela palavra, por meio dos verbos *discutir*, *defender*, *dizer*, *garantir*, *posicionar-se*, *concordar*, *debater*, *votar contra ou a favor*.

No entanto, como vimos antes, para que a palavra se torne efetivamente ação, ela precisa estar resguardada por uma série de convenções, neste caso, institucionais. Austin apresenta um esquema, como ele mesmo denomina, no qual elenca seis regras que, se transgredidas, podem tornar malograda, em diversos graus, uma ação pela palavra:

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, que
- (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
- (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- (B.2) completo.
- (Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa

do procedimento e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente. (AUSTIN, 1990 [1962], conferência 2, p. 31.)

Violações das regras A e B dariam origem, segundo o autor, a “desacertos” (*misfires*), pois ações pretendidas deixariam de dar certo; já violações das regras Γ dariam origem a “abusos” (*abuses*). Em relação às regras A e B, observa-se que as ações envolvidas nas sentenças performativas podem ser efetivadas se as condições específicas para tal forem respeitadas, em especial em processos institucionais. Veja-se, por exemplo, o enunciado “eu o batizo”. Trata-se de um proferimento que deve ser feito por um padre, em uma igreja, como parte de um procedimento convencionalmente aceito, que apresenta certo efeito convencional, ao menos para os católicos, por exemplo.

As regras Γ já são de outra natureza, incidindo sobre aspectos que, no momento da enunciação, podem não ser claramente apreensíveis. Afinal, como saber se o padre que batiza está animado pelos sentimentos relacionados a quem oferece esse sacramento, ou se a pessoa batizada se comportará como convém a alguém que recebeu o batismo? Na ausência dos sentimentos devidos pelo padre, a cerimônia mesmo assim estaria efetivada, tendo o valor de concessão de um sacramento – o que talvez fosse mais difícil de ocorrer no caso de uma promessa feita por alguém que não tivesse o desejo de cumprí-la, exemplo que Austin comenta amplamente.

Com base em nosso material de análise, examinando as regras A e B, parece-nos clara a configuração de uma prática de forte tradição institucional, como já descrevemos nas seções anteriores. As sessões plenárias são parte do processo legislativo, o que significa dizer que são parte dos ritos que dão legitimidade ao percurso de elaboração de uma lei. Essas sessões são convocadas e realizadas de acordo com trâmites burocráticos previstos em normas jurídicas, como regimentos, por exemplo; nelas só têm direito a voz e a voto aqueles que participaram de um processo eleitoral regulamentado, organizado e executado pelo Estado – trata-se de pessoas que conquistaram seu mandato pelo voto de eleitores. O funcionamento das sessões obedece a uma série de procedimentos como data e horário específicos, ordem e tempo de fala, formas de apresentação de propostas ao projeto, modos de encaminhamento de voto, dentre outros elementos convencionalizados. Ou seja, considerando nosso exemplo mais emblemático, ao dizer “voto a favor” ou “voto contra”, um deputado está institucionalmente respaldado para exercer uma ação sobre o mundo, podendo com essa ação vir a garantir ou não a existência de uma dada lei.

Em relação às regras Γ, a discussão assume outros contornos e nos parece ir ao encontro de toda a dimensão ética da linguagem vislumbrada no pensamento austiniano. Não há como negar que as palavras são movidas por pensamentos, sentimentos e intenções,

mas como delimitá-los, ou melhor, como assegurá-los? Se alguém diz que falou algo com tal intenção, tudo o que realmente temos são as palavras proferidas, cujos sentidos poderão se aproximar ou se distanciar bastante da intenção mencionada.

“Reconhecer”, “discutir”, “defender”, “dar condições”, “votar” estão entre os atos de fala recorrentes que parecem configurar uma coerção do gênero “discussão em plenário”. Muitos desses atos apontam para um compromisso ético assumido no momento da eleição. Mas aqui, assim como nos exemplos de Austin, os “abusos” são possíveis. As falas dos deputados e suas coerções ensejam uma discussão sobre o real empenho da palavra entendida como ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM MODO DE DIZER – E FAZER VALER – UM DIREITO

Ao tematizar a relação entre linguagem e trabalho na esfera de atividades parlamentar, este artigo procurou dar ênfase a processos instituídos que agem sobre modos de uso da palavra, além de garantirem sua legitimidade. No vasto domínio do processo legislativo, as discussões em plenário confirmam que os textos e as comunidades que os produzem se constituem mutuamente. Tais discussões revelam muitas formas de conceber um direito, mas a lei garantirá apenas uma, ou algumas delas.

Nesse espectro de coerções que regulam os gêneros legislativos, procuramos descrever graus de normatização – desde um nível máximo de explicitação, como ilustra a existência de “metaleis”, até o ato de fala que simplesmente irrompe na materialidade linguística, marcando o que pode e deve ser dito – e quem pode e deve dizê-lo – no interior de uma prática discursiva.

Para finalizar, lembramos, com Montané e Serdio (2010), que “o que distingue os textos legais de outros tipos de documentos públicos é justamente este caráter autoperformativo através do qual a lei não precisa de nos persuadir argumentativamente de que o que proíbe é mau ou de que o que institui é bom, mas põe em ação um mandato que proíbe ou permite e que se torna eficaz apenas porque é enunciado”. Por esse funcionamento, avaliamos ser imperativo acompanhar com muita atenção os sentidos produzidos nas discussões plenárias – sentidos cuja potência pode ser enfraquecida ou apenas recalculada pelo ato de normatizar.

REFERÊNCIAS

ALERJ. **Lei 3524, de 28 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2LOqciB> Acesso em: 20/05/2020. (a)

ALERJ. **Projeto de Lei 1653, de 30 de junho de 2000.** Dispõe sobre os critérios

de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/dae85f46f020c57003256bc60068cf57/b84f5dae0614d9350325691100777a9d?OpenDocument>. Acesso em: 20/05/2020. (b)

ALERJ. Resolução nº 810, de 10 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/regiment2.nsf/Formularios/IndiceReg?OpenDocument&Start=5&Count=15&Expand=5>. Acesso em: 20/05/2020.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 6 ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Cortez, 2011 [1979].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/05/2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 8 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].

MAINIGUENEAU, Dominique **Gênese dos discursos.** Curitiba: Criar, 2005 [1984].

MAINIGUENEAU, D . **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTANÉ, A.; SERDIO, A. S. Os professores do ensino superior: entre a performatividade da lei e as narrativas autobiográficas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa nº 15, 2010.

RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>. Acesso em: 20/05/2020.

RODRIGUES, I. C. **O trabalho parlamentar e a ação pela linguagem:** uma abordagem discursiva de discussões em plenário sobre reserva de vagas em universidade pública. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11165>. Acesso em: 20/05/2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do *corpus* discursivo e sua descrição / interpretação. In: GUIMARÃES, E; PAULA, M. R. B. de (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005.

Narrativas de professoras de língua inglesa em formação

Giselle Almada

TRADICIONALMENTE, O ENSINO DE UMA LÍNGUA ADICIONAL é relacionado ao ensino de conteúdos e regras gramaticais, estritamente limitado à compreensão de seu código. Embora haja uma complexidade de ordem subjetiva e sócio discursiva, própria do encontro interacional na sala de aula. Ao citar a ordem subjetiva, refiro-me ao construto social, cujas marcas do discurso oral e escrito são consideradas fontes para sua investigação (MORAES BEZERRA, 2013).

Os estudos da linguagem nos permitem observar o texto para além das palavras; debruçamo-nos às possibilidades da língua, os efeitos históricos, sociais e ideológicos dos enunciados depreendidos dessa relação dialógica. Para tal, Bakhtin (2011, p. 282), ancorado nos estudos interacionistas, comprehende que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*”.

Na perspectiva discursiva, embasados nos estudos de Bakhtin (2011, p. 308), tomamos a noção de “texto como *enunciado*”. Para o linguista russo (op. cit.) “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)”. Na mesma dialética, Maingueneau (2008) comprehende que o(s) sentido(s) são muitos e não se limita(m) ao texto, podendo ser um enunciado, uma palavra, uma pausa, até mesmo um silenciamento, e o que vai ancorar a esse discurso é a noção de sentido.

[...] o discurso, em outro nível, supõe que, no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar, um momento definido, só uma parte dizível é acessível, que esse dízivel constitui um sistema e delimita uma identidade. (MAINGUENEAU, 2008, p. 16)

Ancorado nas teorias bakhtinianas, Maingueneau (2008, p. 109) apropria-se do conceito de gênero do discurso e os distingue em “três grandes tipos: gêneros autorais, gêneros rotineiros e gêneros conversacionais”. Sob o viés da Análise do Discurso, Maingueneau (2010) ressalta a importância do estudo dos gêneros discursivos, dando-lhes um sentido mais amplo. Para o analista do discurso, os “Gêneros são considerados dispositivos de comunicação sócio-históricamente condicionados, que estão sempre mudando aos quais podem ser facilmente aplicadas metáforas como “contrato”, “ritual” e “jogo””. (MAINGUENEAU, 2010, p. 130).

Comprendemos a sala de aula como um lugar de interação (GOFFMAN, 1967) e reprodução de sentidos. Sendo assim, podemos dizer que, toda interação entre dois sujeitos requer a compreensão do que é dito, expressado verbalmente ou não e isso não

se dá sem tensões, já que há um esforço contínuo de antecipar a interpretação do outro. São bastante complexos os encontros sociais, em função das relações de poder no discurso e, concomitantemente a resistência às tais forças que implicam a linguagem. Há uma linha tênue entre “o exercício do poder no discurso e o de resistência a ele são típicos dos encontros interacionais que se vivem no dia-a-dia. (PCN, 1998, p. 27). Desse modo, a multiplicidade linguística e tensões nas relações entre os usuários devem fazer parte das preocupações de um professor de língua adicional, pois os significados construídos entre dois sujeitos do discurso são carregados de percepções, crenças, conhecimentos de mundo, ideologias etc.

Este artigo tem um triplo objetivo: (i) compreender a(s) identidade(s) das alunas do curso superior de Letras, enquanto sujeitos em formação e os seus discursos em relação à língua inglesa; (ii) analisar os enunciados, a fim de compreender os discursos que remetem o ensino da língua inglesa, e também (iii) entender a posição sujeito-professor que as participantes ocupam.

As narrativas foram guiadas pelas seguintes perguntas: 1. Por que você faz o curso de Letras? / 2. O que é ser professor de língua estrangeira? / 3. Como você se vê daqui a cinco anos? A pesquisa foi realizada com duas alunas do curso superior de Letras: Português e Inglês, situado no município de São Gonçalo. A instituição recebe alunos de grupos sociais aproximados, o que faz do bairro uma variante identitária a ser levada em consideração.

A seguir, falaremos acerca do ato de narrar pequenas estórias¹ sobre nós mesmos e sobre os fatos que nos cercam. Essas estórias geram uma busca constante de memória afetiva entre o falante e o ouvinte.

O ATO DE NARRAR

A base de todo sistema comunicacional é a linguagem. Uma narrativa é formada por meio da linguagem verbal, composta por palavras orais e escritas e também a linguagem não verbal, que também é composta por gestos, pausas, respiração, hesitação, expressões faciais, movimentos corporais, entre outros códigos presentes no ato de narrar.

Pensarmos a linguagem para além dos sentidos da frase, por isso, compreendemos que uma narrativa seja uma relação de decalque entre a linguagem e o mundo. Um texto produzido, seja ele verbal ou não verbal, torna-se um ato de fala (ver sobre atos de fala, AUSTIN, 1965; SEARLE, 1979), que ganha atualidade uma vez que é dito/escrito num determinado momento histórico, e que produz uma realidade no mundo. Na sala de aula, alunos e professores se veem nessa dinâmica implicada na/pela língua.

Com base nessas premissas, podemos afirmar que a nossa vida é organizada através

¹ As estórias que contamos sobre nós e sobre os outros organiza, nosso senso sobre quem somos, quem são os outros e como estamos relacionados. (BROCKMEIER; CARBAUGH, p. 10 *apud* MORAES BEZERRA, 2007, p. 120)

de narrativas, que se estabelecem por meio da interação entre os sujeitos, capaz de criar uma característica natural de narrar pequenas histórias, que por sua vez, constroem as identidade(s) dos participantes envolvidos no ato conversacional. É possível dizer que, ao observar uma conversa, os episódios narrativos mudam de acordo com os interlocutores, visto que ambos resignificam constantemente no(s) discurso(s) que se alinham de acordo com seu posicionamento ideológico, histórico e social.

Segundo Bastos, as narrativas são “como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos” (*apud MORAES BEZERRA, 2007, p. 123*). Ainda segundo a autora:

Podemos dessa forma, compreender o relato da narrativa mais como uma construção social do que como uma representação do que aconteceu, no sentido de construímos as estórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos) de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história. (BASTOS, *apud MORAES BEZERRA, 2007, p. 123*).

As narrativas são métodos adequados para a investigação de crenças, visto que elas nascem de nossas experiências. Para a autora (idem, 2005), é por meio das histórias dos nossos alunos que podemos melhor compreender as suas crenças sobre aprendizagem e quem são como aprendizes. As crenças são “dinâmicas, contextuais e paradoxais” (idem, 2005, p.151). Por meio da abertura de um espaço reflexivo em sala de aula, professores e alunos podem entender a origem de suas crenças e repensar cristalizações baseadas na experiência.

As narrativas das participantes estão ligadas à realidade em que elas se encontram inseridas, como também, seus objetos da fala variam entre o ensino da língua inglesa e suas nuances, o discurso pedagógico (docente/discente), o espaço e o contexto histórico social.

No texto a seguir, descreveremos a realização do sujeito por meio da linguagem assumida na pesquisa.

REALIZAÇÃO DO SUJEITO NA/PELA LÍNGUA

Assumimos a concepção filosófica da linguagem de Bakhtin “como um fenômeno sempre estratificado” (*apud FARACO, 2009, p. 56*). Bakhtin comprehende a língua para além de um sistema sincrônico e homogêneo, o autor define o conceito de língua vinculado aos valores ideológicos e sociais. Sendo assim, podemos dizer que a língua é essencialmente dialógica e heterogênea. Ainda segundo o autor (op. cit.), “o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante”. (BAKHTIN *apud FARACO, 2009, p. 58*)

Corroboro com Bakhtin (2011, p. 348), no que se refere à natureza dialógica do homem. Segundo o autor (op. cit.), os sujeitos significam a todo momento por meio de diálogos; “a vida é dialógica por natureza”.

A negociação de sentidos nas interações torna-se um fenômeno exterior ao sujeito, cujos efeitos (ações e reações) são inerentes ao dialogismo (BAKHTIN, 2011) no decorrer da narrativa. Sendo assim, o dialogismo se constrói na diferença, trata-se do uso de enunciados já ditos e existentes anteriormente, os quais o sujeito se apropria no ato de fala. As nossas falas estão constituídas pela alteridade (Kleiman, 1998), e nessa troca, compõe-se como característica decisiva do(s) discurso(s).

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo *na escolha de um certo gênero do discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetivais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos participantes, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 282)

Sob a ótica da dialogização das vozes sociais, Bakhtin voltou-se para as relações dialógicas, transformando o modo de ver as relações que implicam a linguagem e vinculam o ensino de língua a uma ação contextualizada.

Relações dialógicas são possíveis não só entre enunciados completos (relativamente completos); uma abordagem dialógica é possível em relação a qualquer parte significante de um enunciado, mesmo em relação a uma só palavra, caso aquela palavra seja percebida não como uma palavra impessoal da língua, mas como um signo da posição semântica de outro alguém, como o representante dos enunciados de outra pessoa; isto é, se ouvirmos na voz dela a voz de outro alguém. Assim, relações dialógicas podem permear o interior do enunciado, mesmo o interior de uma só palavra, desde que nela duas vozes colidam dialogicamente (microdiálogo, a que nos referimos anteriormente). (BAKHTIN *apud* FARACO, 2009, p. 67)

Na perspectiva Bakhtiniana, a linguagem está para além dos sentidos da frase. O dialogismo se constrói na diferença e reflete um retrato da sociedade, ou seja, o sujeito se apodera de um enunciado já existente anteriormente e se apropria dele. Previamente nós construímos uma série de hipóteses sobre o outro, o que de algum modo estará presente na materialidade linguística.

Falar de língua é falar de produção de sentidos, onde os discursos que atravessam os sujeitos estarão sempre presentes na sua fala, no seu modo de agir, na escolha da vestimenta, no corte de cabelo, entre outras formas de se comunicar, não apenas como sujeito-assujeitado, mas como aquele que faz algo com o seu dizer. Em outras palavras, o que é dito se inscreve discursivamente e diferencia o sujeito dos demais, pois é apenas na diferença que o sujeito inclui o outro no seu discurso e dele se distingue. Nas palavras de Bakhtin:

No lugar do outro, como se estivesse em meu próprio lugar, encontro-me na mesma condição de falta do sentido. Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração. (BAKHTIN, 2010, p. 66)

A busca do aluno pela realização na/pela língua é inevitável e cabe a ele (re)significar o seu dizer e o dizer do outro. Contudo, em determinados espaços sociais e institucionais, o dizer do aluno é apagado e invalidado, e isso não é diferente na sala de aula de língua estrangeira. Por essa razão, o sujeito-aluno vive em constante luta para dar sentido àquilo que falta na língua ou é apagado pelo uso de outros enunciados.

No texto a seguir, falaremos sobre as tensões implicadas na produção de significação discursiva, como também as identidades sociais, e por fim, as relações que o próprio discurso põe em funcionamento.

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS

A identidade é apontada pelos linguistas como um dos conceitos mais produtivos nas pesquisas em Linguística Aplicada (SILVA, 2003; MOITA LOPES, 2003, 2010). Corroboramos com os autores acima quando afirmam que as identidades são constantemente construídas, fragmentadas, múltiplas, políticas, pessoais, coletivas, culturais e essencialmente marcadas pelas diferenças entre os sujeitos.

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades [...]. A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais [...]. A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas. (SILVA, 2003, p. 14)

Coadunamo-nos a Moita Lopes (2003), quando o autor destaca que a identidade social é construída nas práticas discursivas, ela é definida pelos discursos que a envolvem. É por meio do discurso que o aluno constrói a sua identidade de aprendiz de línguas, se posiciona socialmente, demarca essa posição diante de outras performances identitárias.

Alinhamo-nos também a Hall (2006), quando o autor em questão sublinha que é fundamental analisarmos as identidades, porque buscamos compreender os sistemas de representação, os significados envolvidos relacionam a cultura, isto é, as posições-de-sujeitos que são produzidas durante a narrativa que diz muito sobre suas culturas. A identidade é o conjunto de práticas de significação, por meio dos sistemas simbólicos são produzidos significados e narramos de acordo com as próprias experiências.

Sabemos que toda interação entre os sujeitos do discurso requer a compreensão do que é dito ou expressado verbalmente ou gestualmente e, consequentemente, isso não se dá sem tensões, já que há um esforço contínuo de antecipar a interpretação do outro. Diante disso, torna-se relevante ressaltar que:

Assim, o evento do diálogo face a face só interessa como um dos eventos em que se manifestam as relações dialógicas – que são mais amplas, mais variadas e mais complexas do que a relação existente entre as réplicas de uma conversa face a face. O objeto afetivo do dialogismo é construído, portando pelas relações dialógicas nesse sentido lato (“mais amplas, mais variadas e complexas”). (BAKHTIN, 2009, p. 62)

Nessa dialética, são associados às narrativas suas identidades e discursos. Na presente pesquisa, as entrevistadas são compreendidas como sujeitos duplamente interpelados pela ideologia² e pelo inconsciente nas mais variadas relações dialógicas.

Relações dialógicas são possíveis não só entre enunciados completos (relativamente completos); uma abordagem dialógica é possível em relação a qualquer parte significante de um enunciado, mesmo em relação a uma só palavra, caso aquela palavra seja percebida não como uma palavra impessoal da língua, mas como um signo da posição semântica de outro alguém, como o representante dos enunciados de outra pessoa; isto é, se ouvirmos na voz dela a voz de outro alguém. (BAKHTIN, 2009, p. 67)

Corroboramos com o pensamento Bakhtiniano, quando tomamos o conceito de identidade como caracterização de movimentos na história, que não é sempre igual a si mesmo. Isto é, não é homogêneo e se transforma. O movimento da identidade se faz como um percurso na história, com suas determinações e seus deslocamentos.

Rajagopalan (2016, p. 69) ressalta que o processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira deve ser visto como um processo de redefinição de identidades, pois as línguas são “a própria expressão de quem delas se apropria”. Logo, quem aprende uma língua está redefinindo a sua identidade. As identidades dos aprendizes são reconstruídas constantemente na sala de aula, um ambiente de formações discursivas, de ações e relações de poder implicadas pela linguagem.

De acordo com Moita Lopes (2003), a identidade social é construída nas práticas discursivas, ela é definida pelos discursos que a envolvem. É por meio do discurso que o aluno constrói a sua identidade de aprendiz de línguas, se posiciona socialmente, demarca essa posição diante de outras performances identitárias.

Segundo Foucault (2004, p. 29), o conceito de identidade é compreendido como a “repetição e do mesmo”. Segundo o autor, “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma de repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu”. (FOUCAULT, 2004, p 29).

A análise dos dados da pesquisa consiste em compreender os fragmentos que, através de sua materialidade linguística, nos possibilita perceber a produção de sentidos na sala de aula de língua inglesa.

ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Barcelos (2008) afirma que o uso de narrativas como instrumento de pesquisa e análise de aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem de línguas tem crescido ao redor do

² Esse processo se dá no nível do inconsciente e é uma forma de descrever como os indivíduos acabam por adotar posições-de-sujeitos particulares. (SILVA, 2003, p. 59)



mudo, e que o interesse em narrativas de aprendizes e professores não é algo novo no campo da Linguística Aplicada.

Alinhamo-nos a Barcelos (2003), ao compreender que as crenças estão relacionadas/inseridas às práticas discursivas e culturais. Para a autora (idem 2003), os cursos privados de língua inglesa exercem grande influência no ensino de inglês no Brasil, e este fato também se tornou um dos aspectos proeminentes nas narrativas das alunas, participantes dessa pesquisa.

Previamente, construímos uma série de interpretações sobre o outro, que de algum modo, se revelam na materialidade linguística das narrativas cotidianas. Sendo assim, cabe dizer que as participantes aparentaram nervosismo, e ao mesmo tempo, curiosidade pela gravação de suas narrativas. Elas também projetaram expectativas acerca do caminho analítico que assumiríamos. Os fragmentos escolhidos para análise refletem o contexto sociocultural no qual as alunas estão inseridas, suas identidade(s), práticas discursivas e culturais.

A seguir, apresentaremos as participantes da pesquisa e como a geração de dados foi contextualizada. A fim de compreender as questões elucidadas, o artigo propõe a observação do complexo dialógico em que as alunas estão inseridas e como se posicionam quando significam suas relações com a universidade e com o ensino de língua inglesa.

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS GERADOS

Foram geradas duas narrativas, gravadas em áudio, com duas alunas do curso superior de Letras: Português e Inglês, situado no município de São Gonçalo. A gravação das narrativas deu-se no dia 26 de junho de 2018, realizada com as alunas individualmente. A escolha do objeto deveu-se ao fato de haver um interesse em compreendermos as identidades de professores(as) de língua inglesa em formação (BARCELOS, 2006). Estamos em consonância com Bastos (*apud* MORAES BEZERRA, 2007) ao considerarmos as narrativas um construto social e discursivo, que vive em constante ressignificação.

[...] o relato da narrativa mais como uma construção social do que uma representação do que aconteceu, no sentido de que construímos as estórias que contamos em função da situação de comunicação (quanto, onde e para quem contamos) de filtros afetivos e culturas, e do que estamos fazendo ao contar uma história. (BASTOS, 2005, p. 80 *apud* MORAES BEZERRA, 2007, p. 123)

A primeira participante, Bianca, cursa o 7º período do curso de Letras: Português e Inglês e o curso de Tradução. É graduada em Secretariado Executivo, pós-graduada em Tradução, já estagiou em turmas de língua inglesa em escolas e atualmente trabalha na área administrativa de uma empresa multinacional. A segunda participante, Renata, cursa o 6º período de Letras: Português e Inglês. A entrevistada reside no município de São

Gonçalo. Renata foi aluna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mas, devido às greves, decidiu ingressar na universidade privada. A aluna já trabalhou como professora auxiliar de uma escola bilíngue, e atualmente é professora da educação infantil na rede municipal de São Gonçalo.

No próximo tópico trataremos da análise das narrativas geradas na pesquisa. Inicialmente subdividimos os fragmentos narrados em três famílias parafrásticas: 1) Narrativas sobre o curso de Letras; 2) Narrativas sobre se tornar professora de língua inglesa e 3) Narrativas sobre suas expectativas para o futuro próximo.

NARRATIVAS SOBRE O CURSO DE LETRAS

A respeito do curso de Letras, podemos observar, nas linhas 5, 6, 7 e 8, enunciados que reconhecem e validam a língua inglesa ensinada nas instituições de ensino superior. Aqui, a participante assume a identidade de aluna universitária, e é atravessada por enunciados prévios que possibilitam o seu dizer.

Para a aluna o ensino de línguas permeia, primordialmente, o domínio da gramática normativa, e este é o seu principal objetivo, visto que é uma exigência profissional. Ela enuncia o modo como se dá a identificação com a universidade; um lugar de prestígio social.

Bianca	5	coisas afins e eu achei que seria legal ter a base da faculdade de letras para entender melhor a questão de gramática do português, gramática do inglês para facilitar mesmo a escrita.
	6	
	7	
	8	

Os diferentes modos que a aluna significa o curso de Letras e o ensino da língua inglesa, no âmbito escolar, possibilitam que ela se identifique com os discursos que ali atravessam, da ordem do falar e escrever corretamente, seguindo a gramática normativa. Tal identificação com o ensino normativo da língua, permite que a aluna se inscreva na vida social, e na relação de identificação com o grupo social do qual faz parte – como sujeito do seu discurso. Segundo Dominique Maingueneau (2015), a escola possui discursos da ordem dos gêneros do discurso, assujeitando os sujeitos inseridos na instituição de ensino.

O discurso escolar, por exemplo, tem por núcleo de gêneros segundo os quais os professores e alunos se relacionam; mas o discurso escolar integra muitos outros gêneros: as reuniões de professores, as circulares do Ministério da Educação, os livros didáticos, etc. (MAINGUENEAU, 2015, p. 67-68)

Alinhamo-nos à Maingueneau (2008, p. 19) ao pensar as discursividades condicionadas ao “dito e ao dizer; ao enunciado e à enunciação”. Partimos da premissa de que é preciso



pensar os enunciados como pistas de toda discursividade empregada no dizer dos alunos, podendo assim, compreender os discursos que os atravessam.

Os cursos privados de língua inglesa exercem grande influência no ensino de inglês no Brasil, e esse foi também um dos aspectos proeminentes na narrativa da Renata, no que concerne a escolha da graduação. O fato de a aluna ter cursado o curso normal influenciou para que ela decidisse ser professora. Contudo, notamos em sua narrativa, que o aprendizado da língua inglesa se deu fora da escola, no curso de idiomas, capacitando-a para se tornar professora de língua estrangeira. Nas linhas 5 e 6, a participante efetua um uso curioso dos verbos aproveitar e encaixar. O ingresso dela na universidade permitiu que ela “aproveitasse” os conhecimentos prévios da língua inglesa, e consequentemente, assim ela se “encaixava” nos padrões de aluna do curso de Letras: Português e Inglês.

Renata	3	fazer o curso normal no Clélia Nanci e eu comecei a <u>gostar</u> e eu pensei o
	4	que que eu poderia fazer dentro dessa área que aproveitasse o meu curso de
	5	inglês e letras era o que melhor se encaixava, e eu fui gostando, gostando
	6	da ideia, eu já tinha o curso e eu resolvi entrar em letras, para aproveitar o
	7	curso mesmo.
	8	

Barcelos (2006; 2008) ressalta que a experiência dos alunos acerca do lugar possibilita o aprendizado de línguas estrangeira no Brasil perpassa pela universidade, mas em nenhum momento pela escola pública. De acordo com a autora (op. cit.) esses lugares, por sua vez, moldam suas crenças e suas experiências na universidade.

Na narrativa da Renata, é possível percebermos que, ao ingressar na universidade, suas experiências prévias afetam a maneira de se reconhecer como aluna, e sua trajetória discente influencia sua experiência de aprendizagem da língua inglesa na universidade. Renata estudou na escola pública, mas esse relato não apareceu em suas narrativas. Uma possibilidade é que a participante considere que a aprendizagem da língua inglesa se deu ou se dá exclusivamente no curso de idiomas, o que a fez apagar de sua memória discursiva a língua inglesa aprendida na escola.

NARRATIVAS SOBRE SE TORNAR PROFESSORA DE LÍNGUA INGLESA

Não é nossa intenção discutir a fundo o papel do(a) professor(a) de línguas estrangeiras, mas espera-se que ele(a) amplie as possibilidades de comunicação do aluno com as pessoas e o mundo, e consequentemente, favoreça a compreensão e o respeito com relação a outras formas de atuar e pensar as relações sociais e relações de sentido.



Bianca	11	então, eu não sou <u>professora</u> , né, eu já fiz um estágio como professora de
	12	língua in, de <u>língua inglesa</u> , é, eu não tenho

No que se refere à profissão de professora de língua inglesa, nas linhas 11 e 12, Bianca afirma não se reconhecer como professora e projeta suas expectativas a respeito do papel do professor de língua estrangeira das linhas 14 à 18. Nesse momento da narrativa, ela assume a identidade de aluna e, acrescenta de forma crítica, que o processo de ensino-aprendizagem de uma língua engloba aspectos culturais (linha 15) e relações de poder (linha 17), uma vez que, o ensino de uma segunda língua possibilita que o aluno tenha acesso a outras línguas. Entretanto, o discurso pedagógico tradicional atravessa sua fala, e mais uma vez, ela retorna à temática do ensino da gramática normativa. Podemos dizer que, para Bianca o ensino de línguas está diretamente ligado ao ensino do sistema linguístico estruturalista, como podemos observar na linha 16.

Bianca	13	muita experiência para poder falar, mas o professor de língua estrangeira ele
	14	deve passar o conteúdo, né, do que da de todo conhecimento cultural que ele
	15	tem daquela <u>língua</u> , é, as questões das gramáticas também, ensinar o aluno
	16	a ter independência para falar essa outra língua assim como ele fala a língua
	17	mãe dele.
	18	

A identidade do sujeito, segundo Kleiman (1998), é constituída ao longo de dois caminhos: um deles é a relação interpessoal, em outras palavras, relação de tratamento com o outro, o posicionamento do sujeito, evidenciando as diferenças individuais na relação social e indicando a individualidade de cada um.

Renata	11	professor de lin, eu não tenho experiência como professora de língua estran-
	12	geira mas eu acho que é, hoje não é só você

Tanto na narrativa da Renata, quanto na narrativa da Bianca, enunciados sobre a experiência docente são recorrentes, como podemos observar nas linhas 11 e 12. Isso porque, espera-se que alunas do curso de Letras: Português/Inglês já estejam inseridas no mercado de trabalho, principalmente, no que concerne aos cursos de idiomas. Diferentemente da Bianca, em nenhum momento a Renata menciona o ensino da gramática nas aulas de língua inglesa. Partindo dessa observação, podemos dizer que a Renata considera que o professor



deva trabalhar a língua inglesa de forma comunicativa, sem deixar de valorizar a cultura, o contexto social e a identidades dos alunos.

Acrescentamos ainda que, tanto professores quanto alunos podem refletir sobre suas experiências de aprendizagem e identidades, a fim de saber de forma consciente como aplicar em sua vida o que aprendeu na sala de aula. Essa, a nosso ver, é uma proposta de mudança de ensino que buscamos enfatizar e conscientizar professores(as) e futuros professores(as).

Renata	15	videogame, com a televisão, eu acho que é mais você dar↓ meios pra que
	16	ele possa interagir com isso que ele já tem contato, porque tá em contato o
	17	tempo todo e às vezes ele

Nas linhas 15, 16 e 17, Renata narra que não podemos ensinar uma língua, sem antes, refletir sobre o seu funcionamento e a receptividade deste ensino. A língua pode mais do que imaginamos, ela pode ser capaz de autorizar e desautorizar a fala de um sujeito, desde que este sujeito seja detentor desse poder. De acordo com BARTHES (1978, p. 12): “Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana; é: a linguagem – ou, para ser mais preciso sua expressão obrigatória: a língua”.

Ainda nas palavras de Kleiman (1998), o segundo caminho na construção da identidade é o da relação social intergrupal, que determina a identidade social e grupal dos sujeitos, articulando as semelhanças entre os componentes do grupo, o que não impede que existam conflitos devido às relações de poder entre os indivíduos, pois também são levados em consideração aspectos ideológicos encadeados nas relações de poder.

NARRATIVAS SOBRE SUAS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO PRÓXIMO

Acerca da projeção para os próximos cinco anos, Bianca narra como se dá a identificação com o curso de Letras: como um lugar de autorreconhecimento, que permitirá que ela “aumente salários” (linhas 22 e 23), e que ela tenha “retorno financeiro” (linhas 26 e 29). Trabalhando os sentidos implícitos no seu dizer, Bianca é atravessada por discursos outros, sem, no entanto, deixar de perceber que se identifica com o atual emprego “pretendo continuar dentro da área administrativa, área de secretariado que é a área que eu realmente gosto de fazer” (linhas 23, 24 e 25). Outros sentidos são convocados pelos enunciados da aluna em um dado momento da entrevista, uma vez que Bianca se alinha com a identidade empresarial, pressupõe-se que, após sua experiência no curso de Letras, ela não se identifique com o magistério, por essa razão, Bianca não se reconhece como professora de língua inglesa.

Bianca	22	graduação consiga fazer com que eu aumente salários no futuro, né, eu pre-
	23	tendo continuar dentro da área administrativa, área de secretariado que é a
	24	área que eu realmente gosto de fazer, mas gostaria que (0,3) o que eu busco
	25	<u>agora</u> , na faculdade agregue valor financeiro também daqui a cinco anos e eu
	26	esteja dentro de uma empresa multinacional, trabalhando com carteira assi-
	27	nada recebendo um salário compatível com o mercado de trabalho, e é isso,
	28	eu não tenho muitos planos para daqui a cinco anos, “é isso”.
	29	
	30	

Neste fragmento, Renata expressa ter muitos planos para os próximos cinco anos (linha 22). Ao longo da narrativa, é possível observar que, ela é atravessada pelo discurso pedagógico, que por sua vez, reflete sua identidade de professora de língua inglesa (linha 23).

A escolha lexical e sua utilização de acordo com os temas levantados durante as entrevistas não ocorreram em vão. Revela-se a presença de ideologias que se aproximam, demonstrando igualmente a presença de diferentes discursos que, por sua vez, apresentam as posições sujeito assumidas acerca da identidade da professora de língua inglesa.

Renata	22	daqui a cinco anos, eu tenho, eu tenho vários planos, eu queria passar a, a dar
	23	aula de inglês sim, mas ao mesmo

Todavia, novamente seu dizer é atravessado por outros discursos de resistência, que a afastam das salas de aula (linhas 23 a 28).

Renata	23	queria passar a, a dar aula de inglês sim, mas ao mesmo tempo eu não sei
	24	mais se eu me vejo dentro da área da educação, porque é uma área que tá
	25	ficando cada vez mais difícil, né, e eu não sei se eu me vejo dentro da área de
	26	educação por motivos de, de desestímulo mesmo, eu tô desestimulada com a
	27	educação, é, é, é isso aí eu, eu,
	28	

Observamos o emprego dos adjetivos “difícil” (linha 26), “desestímulo” (linha 27) e “desestimulada” (linha 28), no decorrer da narrativa. Estes adjetivos são encontrados na



narrativa que versa sobre as expectativas da participante para os próximos cinco anos. Em torno da identidade de professora de língua estrangeira, “desestimulada” (linha 28) é empregado pela aluna para caracterizar sua desidentificação com o ensino em geral, até então, nunca mencionada ou relatada nas narrativas anteriores.

Renata	29	incógnitas, eu realmente eu não vejo um plano para daqui a cinco anos, eu
	30	acho que é um período muito curto, mas se eu estiver dentro da área de letras
	31	eu quero esticar pra área do inglês, não pra área do português.
	32	

Por fim, Renata relata que não sabe ao certo o que fará nos próximos cinco anos “eu realmente eu não vejo um plano para daqui a cinco anos” (linhas 29 e 30), negando sua primeira fala “daqui a cinco anos... eu tenho, eu tenho vários planos” (linha 22). E, mais uma vez, Renata se contradiz nas linhas 31 e 32, “mas se eu estiver dentro da área de letras eu quero esticar pra área do inglês, não pra área do português”.

Esse jogo de negação reafirma o que já foi dito anteriormente, que os sujeitos agem, gesticulam, falam, vestem-se e leem o mundo ao seu redor, de acordo com o contexto sócio histórico em que estão inseridos. Compreendemos que os dizeres das alunas estão repletos de enunciados já ditos por alguém (BAKHTIN, 2011), em algum determinado lugar, em outros diversos momentos, têm um efeito sobre o que os alunos dizem.

CONCLUSÃO

As narrativas apresentam marcas identitárias que as participantes configuram no processo de interação. Ao analisarmos as histórias das alunas do curso de Letras compreendemos os efeitos de sentidos implícitos em suas narrativas que se apresentam como um palco de conflitos diante de suas projeções sobre a futura profissão.

Por meio das narrativas foi possível identificar o discurso tradicional, normativo interpelando as participantes e a crença de que os alunos ingressam do curso de Letras para seguir a carreira do magistério. Pudemos ainda identificar a crença de que o ensino de inglês na universidade gira em torno do ensino focado na gramática estruturalista.

O discurso escolar, a nosso ver, determina as relações de força na sala de aula, em suas múltiplas funções: administrativas, pedagógicas, terapêuticas. Os gestos de interpretação são definidos pela escola, e não cabe ao aluno enunciar sentidos outros na maioria das vezes. Maingueneau (2015), por sua vez, relaciona o discurso escolar aos sujeitos inseridos na instituição e aos gêneros discursivos.

As identidades das alunas podem ressaltar o processo de identificação e desidentificação com a universidade, a carreira docente e a língua inglesa institucionalizada. Seus dizeres estão para além dos significados comuns.

Ao analisarmos a significação dos enunciados “aumente salários” (linhas 22 e 23) e “retorno financeiro” (linhas 26 e 29), compreendemos que a Bianca apresenta pouca ou quase nenhuma identificação com o magistério e com o ensino da língua inglesa. No caso da Renata, destacaremos os enunciados: “difícil” (linha 26), “desestímulo” (linha 27) e “desestimulada” (linha 28), que marcam sua identidade de aluna e futura professora de língua inglesa.

Podemos concluir que a pesquisa tratou de sujeitos interpelados por realidades econômicas, sociais ideológicas e históricas divergentes, e que, consequentemente, possuem marcas identitárias também diferentes.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas, linguística aplicada e ensino de línguas. In: BARCELOS, A. M. F. **Linguagem e ensino**. vol.7. nº 1. Universidade Federal de Pelotas, 2004, p.123-156.
- BARCELOS, A. M. F. Narrativas, crenças e experiências de aprender inglês. In: **Linguagem e Ensino**, v 9, N. 2. Minas Gerais: Universidade Federal de Pelotas, 2006. p.145-175.
- BARCELOS, A. M. F. Learning English: student's beliefs and experiences in Brazil. In: KALAJA, P.; MENEZES, V.; BARCELOS, A.M.F. **Narratives of learning and teaching EFL**. Palgrave Macmillan, 2008, p.35-48.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França: pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo, 12. Ed., 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Mikhail Bakhtin. 6^a. ed.. – São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf>. Acesso: 06 de maio, 2018.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeira Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 11^a. edição, 2004.

GOFFMAN, E. On Face-Work. In: GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behaviour**. The USA: Penguin Books: c1967. cap. 1, p. 5-45.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (11^a. edição). São Paulo: DP&A, 2006.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: **Língua Como Prática Social - Das relações entre língua cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez Editores, 2008, pp. 33-57.

KLEIMAN, Ângela B. A construção de identidade em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e Identidade. Elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação** / Dominique Maingueneau; organização Sírio Possenti [et al.]. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique Hipergênero, gênero e internet. In: MAINGUENEAU, Dominique **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. – 1 ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MOITALOPES, L. P. da. (org). **Discursos de Identidades**. Campinas, SP: MercadodasLetras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como lingüista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORAES BEZERRA, Isabel Cristina Rangel. “**Com quantos fios se tece uma reflexão**”: Narrativas e argumentações no tear da interação. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 302f, 2007.

MORAES BEZERRA, Isabel Cristina Rangel. **Aprender e ensinar inglês**: o que o afeto tem a ver com isso? In: SOLETRAS. n. 25, pg. 256-281, 2013.

RAJAGOPALAN, K. Língua estrangeira e autoestima. In: _____. **Por uma linguística crítica: Linguagem, Identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola editorial, 2003. 1^a ed. 5^a reimpressão. Jul/2016. p. 65-70.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.



APÊNDICE

Narrativas – 24/06/2018

Giselle	1	por que você quis fazer o curso de Letras?
Bianca	2	porque eu já trabalho na área de secretariado executivo, então eu preciso, <u>precisava</u> , né, no caso fazer tradução de alguns documentos, redigir e-mails, redigir é, contratos e coisas afins e eu achei que seria legal ter a base da faculdade de letras para entender melhor a questão de gramática do português, gramática do inglês para facilitar mesmo a escrita.
	3	
	4	
	5	
	6	
	7	
	8	
Giselle	9	uhum.
	10	o que é ser professor de língua estrangeira?
Bianca	11	então, eu não sou <u>professora</u> , né, eu já fiz um estágio como professora de língua in, de <u>língua inglesa</u> , é, eu não tenho muita experiência para poder falar, mas o professor de língua estrangeira ele deve passar o conteúdo, né, do que da de todo conhecimento cultural que ele tem daquela <u>língua</u> , é, as questões das gramáticas também, ensinar o aluno a ter independência para falar essa outra língua assim como ele fala a língua mãe dele.
	12	
	13	
	14	
	15	
	16	
	17	
	18	
Giselle	19	uhum.
	20	como você se vê daqui a cinco anos?
Bianca	21	bom, eu espero que a graduação, né... consig... essa nova graduação consegue fazer com que eu aumente salários no futuro, né, eu pretendo continuar dentro da área administrativa, área de secretariado que é a área que eu realmente gosto de fazer, mas gostaria que (0,3) o que eu busco <u>agora</u> , na faculdade agregue valor financeiro também daqui a cinco anos e eu esteja dentro de uma empresa multinacional, trabalhando com carteira assinada recebendo um salário compatível com o mercado de trabalho, e é isso, eu não tenho muitos planos para daqui a cinco anos, “é isso”.
	22	
	23	
	24	
	25	
	26	
	27	
	28	
	29	
	30	



Giselle	1	por que você quis fazer o curso de Letras?
Renata	2	é, na época que eu pensava, no segundo ano, eu comecei a fazer o curso normal no Clélia Nanci e eu comecei a <u>gostar</u> e eu pensei o que que eu poderia fazer dentro dessa área que aproveitasse o meu curso de inglês e letras era o que melhor se encaixava, e eu fui gostando, gostando da ideia, eu já tinha o curso e eu resolvi entrar em letras, para aproveitar o curso mesmo.
	3	
	4	
	5	
	6	
	7	
	8	
Giselle	9	uhum.
	10	o que é ser professor de língua estrangeira?
Renata	11	professor de lin, eu não tenho experiência como professora de língua estrangeira mas eu acho que é, hoje não é só você apresentar um novo mundo pra criança porque, ele já está em contato com esse mundo né, com a música, com o videogame, com a televisão, eu acho que é mais você dar meios pra que ele possa interagir com isso que ele já tem contato, porque tá em contato o tempo todo e às vezes ele não sabe o que fazer com aquilo, eu acho isso, meios que ele possa, é, melhorar dentro desse meio, né.
	12	
	13	
	14	
	15	
	16	
	17	
	18	
	19	
Giselle	20	uhum.
	21	como você se vê daqui a cinco anos?
Renata	22	daqui a cinco anos, eu tenho, eu tenho vários planos, eu queria passar a, a dar aula de inglês sim, mas ao mesmo tempo eu não sei mais se eu me vejo dentro da área da educação, porque é uma área que tá ficando cada vez mais difícil, né, e eu não sei se eu me vejo dentro da área de educação por motivos de, de desestímulo mesmo, eu tô desestimulada com a educação, é, é, é isso aí eu, eu, incógnitas, eu realmente eu não vejo um plano para daqui a cinco anos, eu acho que é um período muito curto, mas se eu estiver dentro da área de letras eu quero esticar pra área do inglês, não pra área do português.
	23	
	24	
	25	
	26	
	27	
	28	
	29	
	30	
	31	
	32	



[Voltar ao Sumário](#)

Nossos Autores



Almerindo Simões Junior

Mestre em Memória Social pela UNIRIO e doutorando em Letras/Linguística pela UERJ. Tem especializações em Língua Portuguesa (UFRJ), Gênero e Sexualidade (UERJ) e Filosofia (FIJ). Ex-bolsista Fulbright (University of Notre Dame) e DAAD (Georg-August Universität). Publicou em 2011 “...E havia um lampião na esquina” - Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980) pela Editora Multifoco. Professor da Seeduc-RJ e Faetec. Áreas de interesse: Análise do Discurso, Gênero, Masculinidades, Multimodalidade, Ensino de línguas materna e estrangeira.

Amanda dos Santos Moura

Bacharel em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), Mestranda (com bolsa Cefet) pelo Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER - Cefet/RJ) - Orientador: Fabio Sampaio de Almeida (Cefet/RJ). Suas áreas principais são: mídia, raça, racismo e mulher negra. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas na Produção de Identidades Sociais: Fatores humanos, organizações, trabalho, tecnologia e sociedade (Cefet/RJ). Experiência profissional em redação de jornal impresso, redação de conteúdo para web e assessoria de imprensa. E-mail: amanda.moura87@gmail.com

Anna Carolina Land

Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bacharel em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto. É professora de idiomas, tradutora e revisora textual, além de ter sido membro do corpo editorial da Revista Palimpsesto, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Uerj. Anna tem interesse em temas relacionados a refúgio, ensino, política, linguística histórica e ciências forenses.

Diogo Pinheiro

Professor do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, onde atua em cursos de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Linguístico. E-mail: diogopinheiro@lettras.ufrj.br

Estêvão Freixo

Especialista em língua portuguesa pela Unicam e mestrando em linguística pela Uerj. Foi membro integrante do Laboratório de Memória e História da Psicologia - Clio Psy-ché e atua hoje no grupo Discurso Ética e Subjetividade, que desenvolve pesquisa em Análise do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Letras da Uerj. É professor auxiliar do curso de Voz e Oratória conduzido por Patrícia Cáceres e autor do livro Polarização Política Brasileira: Ideologia e Discurso na Cena Política Nacional.

Fátima Pessoa

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal do Pará, atuante na Faculdade de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras, como docente permanente. Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso, atuando principalmente na interface linguagem, discurso e trabalho. É integrante do Grupo de Trabalho da ANPOLL Discurso, Trabalho e Ética. É membro do grupo de pesquisa ATELIER Linguagem e Trabalho, cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq. fpessoa@ufpa.br



Giselle Almada

Graduada em Letras: Português e Inglês pelo Instituto Superior Anísio Teixeira; e Português e Literatura pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós- Graduada em Ensino de Língua Inglesa pela PUC-Minas e em Educação Bilíngue no Instituto Singularidades. Professora do curso de Pedagogia e Letras do Instituto Superior Anísio Teixeira. Atua em projetos bilíngues no Ensino Fundamental dos anos iniciais. Tem ampla experiência no ensino de língua inglesa em escolas de idiomas e na Educação Básica Suas pesquisas envolvem aquisição de língua inglesa, práticas translíngues, plurilinguismo, políticas linguísticas e formação de professores.

Glaucia Almeida Reis Blanco

Mestre em Relações Étnico-Raciais (2019) pelo Cefet/RJ e faz parte do Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas na Produção de Identidades Sociais da instituição. Graduada em Comunicação com habilitação em Jornalismo (2010) pela Universidade Federal de Juiz de Fora e especialização em Gestão Estratégica da Comunicação (2012) pelo Instituto de Gestão e Comunicação (IGEC-FACHAT). Tem experiência com redação de conteúdo para web e mídias sociais e interesse nas áreas de Comunicação e Jornalismo com enfoque em identidades, mídias digitais e questões étnico-raciais. Atua na Assessoria de Comunicação do Cefet/RJ, como servidora pública. E-mail: glaucia.comunica@gmail.com

Glória Di Fanti

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP e professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da PUCRS. É líder do Grupo GenTe - Tessitura: Vozes em (Dis)curso (PUCRS/CNPq) e pesquisadora do Grupo Atelier Linguagem e Trabalho (PUCSP/CNPq) e do GT Discurso, Trabalho e Ética da ANPOLL. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: gloria.difanti@pucrs.br

Isabel Cristina Rodrigues

Doutora em Estudos da Linguagem pela UFF e mestra em Letras pela UERJ. Professora adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Línguas e Literatura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (DLL-CAP-UERJ), atua na educação básica e na graduação e exerce o cargo de chefe de departamento desde 2019-2. Atualmente, participa de projetos extensionistas relacionados ao acolhimento linguístico de refugiados e à educação de surdos, além de integrar o GRPESQ CNPq “Práticas de Linguagem, Trabalho e Formação Docente” (UFF) e o GT Anpoll “Discurso, Trabalho e Ética”. Desenvolve pesquisas com ênfase nos temas “formação de professores”, “educação de surdos” e “discursos jurídicos”, a partir da abordagem teórica da análise de discurso de base enunciativa.

Janaína Cardoso

Doutora em Estudos linguísticos pela UFF, graduada e mestre em Língua Inglesa, especialização em Administração Escolar pela Cândido Mendes e o Diploma da Royal Society of Arts (UCLES); Diretora e professora associada de língua inglesa (graduação e especialização) e linguística (mestrado e doutorado) do Instituto de Letras da UERJ; líder do grupo de pesquisa CNPq: EAL - Ensino e aprendizagem de línguas; coordenadora do Projeto de Extensão e Pesquisa: CEALD - Colaboração, Estratégias



de Aprendizagem e Letramento Digital e participante do GT da ANPOLL: Formação de educadores na linguística aplicada.

Julia Scamparini

Professora adjunta do Departamento de Letras Neolatinas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É graduada em Letras - Português com complementação em Linguística pela UNICAMP, é mestre em Linguística e doutora em Letras Neolatinas - Italiano pela UFRJ, com período sanduíche em La Sapienza/Roma. Foi pós-doutoranda vinculada ao Departamento de Ciências da Linguagem da UFF, onde trabalhou na coordenação do Laboratório de Imagem e Som (lis.uff.br) e desenvolveu pesquisa sobre autoficção no cinema. Além da docência nas áreas de língua e cultura italiana, atua como tradutora do italiano e nos seguintes campos de pesquisa: linguística cognitiva, intermidialidade, tradução.

Juliana R. Azevedo

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS, mestra em Direito Penal e doutoranda em Linguística pela UERJ. Atua como técnica administrativa em educação na rede federal desde 2008 e como advogada desde 2012.

Liana Biar

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2012), mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professora adjunta da PUC-RJ, instituição em que atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.

Luciana Salazar

Professora na UFSCar, onde trabalha com tópicos discursivos da edição, cultura híbrida e literatura digital. Coordena o Grupo de Pesquisa Comunica - inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq) e atua em diversos programas de pós, um deles interdisciplinar, no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, onde pesquisa no Fundo Milton Santos, interessada na relação entre produção dos sentidos, objetos técnicos e organização social. É autora, entre outros títulos, de *Ritos genéticos editoriais* (Margem da Palavra, 2016).

Maria do Socorro Morato Lopes

Doutora em Letras, na área de Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal do Pará. Técnica em Assuntos Educacionais, atualmente na função de Coordenadora Pedagógica do Centro de Processos Seletivos da mesma Instituição de Ensino Superior. Desenvolve estudos em Análise do Discurso, em especial, na interface Discurso e Trabalho Docente. smorato@ufpa.br

Morgana Maria Pessôa Soares

Doutora e Mestre em Letras, com especialidade em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Licenciada em Letras: Português/Literaturas pelo Centro Universitário da Cidade. Áreas e temáticas de interesse: produção textual, educação, avaliação em larga escala, produção de materiais didáticos em língua portuguesa como língua materna e com refugiados. Atuação profissional em produção, análise e crítica cultural: teatro, artes e literatura. É Parecerista cultural.



Naira Velozo

Doutora em Letras Vernáculas, com área de concentração em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015); mestre em Letras, com área de concentração em Linguística, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012) e bacharel e licenciada em Letras (Português/Italiano e respectivas Literaturas) também pela UERJ (2009). É Professora Adjunta integrante do Departamento de Estudos da Linguagem da UERJ, universidade em que atua na graduação e na pós-graduação. Desenvolve pesquisa em Linguística Cognitiva e lidera o Núcleo de Estudos Língua(gem) em uso e Cognição (NELUC) em parceria com Sandra Bernardo, Professora Associada da UERJ. (E-mail para contato: naira_velozo@yahoo.com.br)

Priscila Gurgel Thereso

Bacharel em Letras: Português/Francês, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras/UERJ. Possui formação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é jornalista da Empresa Brasil de Comunicação, atuando na reportagem da TV Brasil.

Sophie Moirand

Sophie Moirand é professora emérita da universidade Sorbonne nouvelle (ciências da linguagem), onde criou o Centre de recherches sur les discours ordinaires et spécialisées e a coleção Les Carnets du Cediscor (Presses Sorbonne nouvelle e on-line em revues.org). Coorganizadora de obras coletivas, autora de livros e de numerosos artigos na França e no exterior, publicou Les discours de la presse quotidienne; Observer, analyser, comprendre (PUF) e, mais recentemente, nos Cahiers de praxématique, Corpus, Langue française, Pratiques (França), Tanel (Suisse), Semiotica (Alemanha), Bakhtiniana, Heterotópica e ReLIN (Brasil), textos sobre a análise do discurso francesa, dialogismo, evento midiático, gêneros do discurso, heterogeneidade enunciativa, crise de migrantes, desigualdades e discursos de atualidade (disponíveis em scholargoogle.fr, digitando-se “Moirand + Sophie”).

Thatiana Muylaert

Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF)doutoranda em Letras/Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especialista em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade Estácio de Sá (UNESA); Especialista em Educação Básica com ênfase em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP); Graduada em Letras-Português/Espanhol pela Universidade Severino Sombra (USS). Áreas de interesse: Análise do Discurso, Verbo-visualidade, Leitura, Gêneros Discursivos e Multimodalidade.

Vanessa Fonseca Barbosa

Pós-doutoranda em Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Bolsista CAPES. Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro dos Grupos de Pesquisa *GenTe - Tessitura: Vozes em (Dis)curso* (PUCRS/CNPq) e *Diálogo* (USP/CNPq). Integra o GT *Discurso, Trabalho e Ética* – ANPOLL



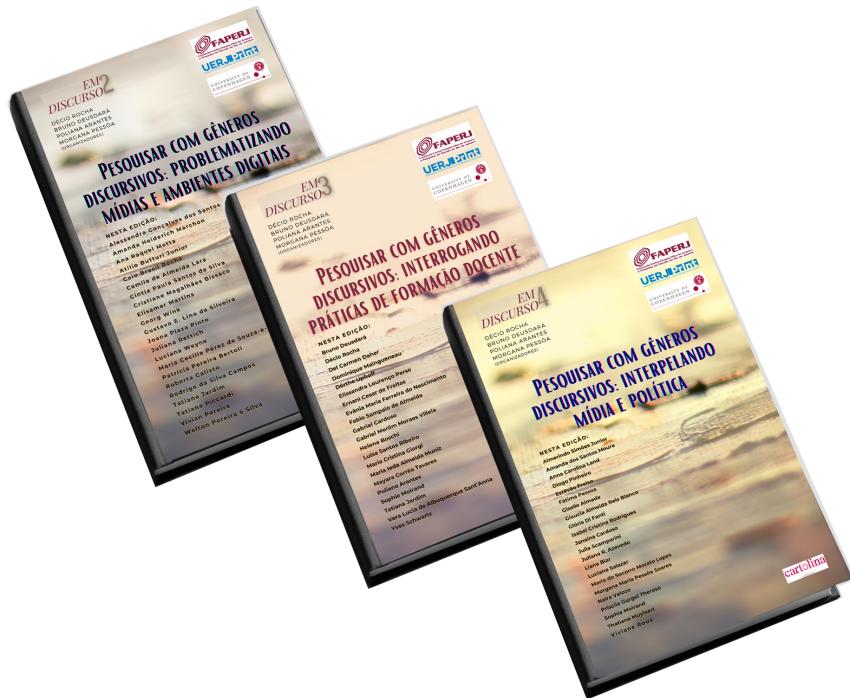
[Voltar ao Sumário](#)

Viviane Roux

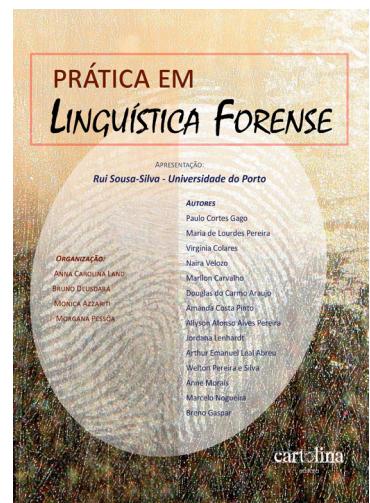
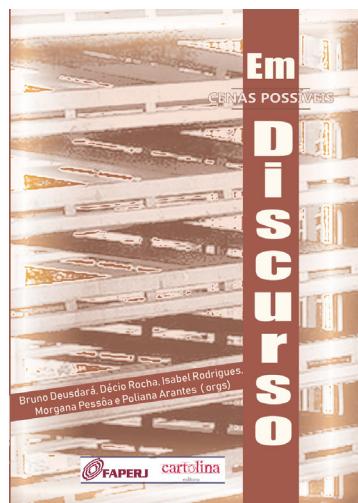
Mestra em Letras/Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduanda em Letras/Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Áreas de interesse: Análise do Discurso, Teoria da Comunicação e Política.



Acompanhe a coleção EM DISCURSO
no site da Editora Cartolina.



Outros títulos disponíveis
para leitura gratuita.



Publique suas ideias!

cartolina@editoracartolina.com.br